



## **ANEXO I AO RELATÓRIO Nº 189534 DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES**

### **1 GESTÃO OPERACIONAL**

#### **1.1 SUBÁREA - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS**

##### **1.1.1 ASSUNTO - CONSISTÊNCIA DAS METAS**

###### **1.1.1.1 INFORMAÇÃO: (003)**

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal, com sede em Brasília-DF, vinculada ao Ministério da Previdência Social, instituída com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, conforme definido no artigo 1º do Anexo I do Decreto nº 5.870, de 08 de agosto de 2006, tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, do direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

A apresentação das contas da Autarquia contempla os resultados alcançados durante o exercício de 2006 para a manutenção e funcionamento do Órgão, bem como os alcançados pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social, onde está fixado o orçamento para execução do reconhecimento dos direitos previdenciários.

Para o desempenho de suas competências institucionais o INSS encontra-se inserido no Plano Plurianual 2004-2007 e LOA 2006 (Lei nº 11.306/2006), por meio dos programas descritos a seguir, com os objetivos gerais e específicos:

a) 0083 - Previdência Social Básica - O Programa tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, maternidade, idade avançada, tempo de serviço, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, além do salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda. Associado ao benefício pecuniário, a Previdência garante ao segurado incapacitado o acesso ao Programa de Reabilitação Profissional, que oferece ao mesmo meios para promover seu reingresso ao trabalho;

b) 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários - O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos. A qualidade dos serviços prestados está diretamente relacionada à resolutividade na concessão, manutenção e cessação de benefícios ao cidadão usuário dos serviços previdenciários;

c) 0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União - Este Programa visa atender cidadãos ou suas famílias, vítimas de situações pelas quais a União se julga responsável ou, ainda, atender a personalidades agraciadas com pensões vitalícias em reconhecimento à sua importância para o país;

d) 1079 - Educação Previdenciária - Informar e conscientizar a

sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social;

e) 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio;

f) 0750 - Apoio Administrativo - Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas; e

g) 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais - Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

No intuito de avaliar o cumprimento das metas e os resultados alcançados pela Unidade, conforme definidos na LOA 2006, foram obtidas junto ao gestor as realizações físicas e financeiras para 2006, por Programa/Ação, com o respectivo percentual de atingimento da meta estabelecida.

Programa	Ação	Exercício 2006					
		Financeiro			Físico		
		Meta Planejada	Realizada	% realiz ação	Meta Planejada	Realizado	% realização
0083 - Previdência Social Básica	2564	63.400.000,00	58.978.105,41	93%	200.000.000	199.276.395	100%
	2635	1.882.800,00	1.174.323,41	62%	3.635	9.487	261%
	2294	16.464.000,00	16.251.441,32	99%	384.615	207.873	54%
	2593	328.977.042,00	325.292.247,57	99%	24.948.000	43.454.740	174%
	2272	810.000,00	280.296,00	35%	-	-	-
	5092	226.828,00	30.077,50	13%	692	381	55%
	2571	121.440,00	98.519,46	81%	400.000	494.428	124%
	2A57	23.520.000,00	10.618.697,15	45%	48.000.000	22.857.981	48%
	2578	12.073.600,00	11.176.867,24	93%	9.734.069	6.791.039	70%
	2296	5.419.464,00	5.405.701,88	100%	29.377	7.936	27%
	2292	365.607.628,00	346.602.247,48	95%	105.600.000	289.453.000	274%
	2585	6.860.000,00	6.367.499,96	93%	50.923	66.925	131%
	2591	12.008.723,88	11.888.070,74	99%	7.812.267	9.124.721	117%
	0137	8.752.720,00	8.741.242,15	100%	3.028	1.748	58%
	0010	22.835.832.842,00	22.835.832.842,00	100%	5.002.456	5.250.668	105%
	0132	75.951.415.182,00	75.951.415.182,00	100%	7.925.901	7.938.781	100%
	0133	5.983.694.168,00	5.983.694.168,00	100%	418.936	404.317	97%
	0136	16.934.162.587,00	16.829.049.125,84	99%	1.751.293	1.806.218	103%
	001P	794.587.104,00	764.196.491,11	96%	83.286	151.965	182%
	001Q	8.292.383.162,00	8.292.383.162,00	100%	1.851.927	1.887.807	102%
	0134	30.448.529.674,00	30.448.512.440,76	100%	3.968.289	4.185.635	105%
	0117	34.859.664,00	34.859.664,00	100%	280.034	80.078	29%
	001R	408.350.036,00	400.681.239,62	98%	16.301	14.891	91%
	0141	200.502.843,00	200.502.843,00	100%	32.269	26.610	82%
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	2562	8.071.637,00	7.953.040,00	99%	1.700	1.080	64%
	2298	930.000,00	583.382,60	63%	2.078	6.153	296%
	2563	10.946.097,00	7.454.920,04	68%	1.520	1.520	100%
	2272	1.030.400,00	0,00	0%	-	-	-
	3896	92.668.073,00	56.012.388,02	60%	37	26	70%
	5509	81.200.000,00	59.649.992,58	73%	120	37	31%
1079 - Educação Previdenciária	2278	116.000,00	2.294,48	2%	300	08	3%
	2282	685.362,00	0,00	0%	13.707	819	6%
	2272	507.150,00	26.312,89	5%	-	-	-
	2284	550.000,00	75.967,58	14%	393.000	190.334	48%
0088 - Indenizações e Pensões Especiais	0536	722.603.719,00	722.603.679,37	100%	81.583	84.357	103%
	2582	400.000,00	0,00	0%	978.996	969.036	99%
0089 - Previdência de Inativos e Pensionista da União	0181	3.186.157.806,00	3.186.116.847,55	99,99	52.310	52.314	100,03
0750 - Apoio	2000	2.228.549.134,00	2.225.201.464,62	99,84	-	-	-

Administrativo							
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais	0005	588.937.837,00	578.525.946,90	98,23	-	-	-

Na avaliação dos resultados alcançados e do desempenho das ações programáticas de responsabilidade direta do Órgão, 13 (treze) delas alcançaram menos de 80% da meta física estipulada, 14 (quatorze) alcançaram entre 90% e 110% das metas determinadas pelo Órgão e 7 (sete) ações superaram o alcance da meta física, atingindo mais do 110% do estipulado.

Embora seja possível apontar o atingimento dos objetivos em relação ao alcance das metas físicas, verifica-se que algumas ações não obtiveram os resultados esperados.

Apresentamos a seguir, os fatores que prejudicaram o desempenho das ações e as providências adotadas pelo gestor com vistas a corrigir os desvios verificados, com as respectivas avaliações desta CGU.

#### Programa 0083: Previdência Social Básica

Ação	Fatores prejudiciais ao desempenho apresentados pelo gestor	Providências adotadas pelo gestor	Avaliação da CGU
Ação 2294 - Defesa Judicial da Previdência Social Básica	<p>"Na Ação Defesa Judicial da Previdência Social são custeadas as despesas de supervisão dos procuradores em atuação no INSS, o pagamento dos Advogados Constituídos, que são remunerados pela produção de peças processuais em favor do INSS e demais despesas jurídicas decorrentes da defesa do Instituto. Cerca de 80% dos valores liquidados na Ação de Defesa Judicial, referem-se ao pagamento dos 262 Advogados Constituídos, pela produção de 207.873 peças processuais. Durante o exercício 2006, enfrentamos sérias dificuldades com a execução desta Ação, pois os valores orçamentários aprovados foram insuficientes para honrar com todos os pagamentos. Desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual /LOA de 2006 (Lei nº 11.306/06) a série histórica da execução já demonstrava que os valores efetivamente aprovados seriam insuficientes para chegar até o final do exercício, com isso foram solicitados créditos adicionais visando adequar o LOA a realidade do Instituto. Esses créditos, embora</p>	<p>"Visando minimizar os gastos com deslocamento dos Procuradores, foi incrementada a ação do Advogado Constituído na representação em audiências, essa medida refletiu uma redução na execução com deslocamentos da ordem de 32% se comparado com a execução de 2005. (...)</p> <p>Para a elaboração do Orçamento 2007 fechamos um valor médio por peça processual produzida pelo Advogado credenciado em torno de R\$ 140,95. Este valor foi balizador na elaboração da LOA/2007, que foi aprovada com valores financeiros coerentes com a meta física proposta. O problema para este exercício será o pagamento dos processos de exercícios anteriores referente as competências de 2006, que prejudicará muito o andamento das ações vinculadas a defesa judicial do INSS."</p>	As justificativas apresentadas pelos gestores foram consideradas suficientes por esta equipe de auditoria.

	justificados, não foram aprovados, deixando em aberto as competências de setembro a dezembro (aproximadamente R\$ 4,5 milhões). Outro agravante foram os limites na execução dos deslocamentos (diárias, passagens e indenizações) impostos pelo Decreto nº 5.175/2006, dificultando muito a representação do INSS em audiências junto ao judiciário em comarcas não assistidas por projeções da PFE/INSS."		
Ação 0117 - Pagamento de Salário-Família	"A previsão inicial foi estimada em 280.034 pagamentos de salário-família. A meta foi superestimada e alcançado somente 28,60%. O custo médio mensal deste benefício foi de R\$ 32,97 (considerando como fator os dados do exercício e ainda o reajuste do salário mínimo e dos benefícios, em abril/06). Diante do cenário de frustração da programação física da ação, o INSS solicitou o cancelamento de 23% (R\$45.500.000,00 autorizados na LOA) do valor previsto na LOA 2006. Justificamos que a execução física está a menor devido a não informação do quantitativo de Salário-Família pago aos trabalhadores Avulsos, por relações encaminhadas para as Gerências-Executivas. Com base nessas informações as Gerências emitem a Autorização de Pagamento. O Financeiro computa a despesa, mas não temos a informação do físico realizado. Estamos em conjunto com a DATAPREV, definindo um sistema para que possamos visualizar essas informações prestadas pelas Gerências Executivas."	Cancelamento de 23% da meta financeira.	O INSS está buscando resolver o problema com a melhoria do seu sistema juntamente com a DATAPREV, de forma a obter informações mais corretas das metas físicas e financeiras, relacionadas à ação em questão.
Ação 2292 - Serviço de Processamento Dados de Benefícios Previdenciários	"Inicialmente o autorizado na LOA/2006 não cobria as despesas contratadas com o processamento dos benefícios previdenciários. Diante dessa situação foi solicitado crédito suplementar."	O INSS buscou junto à SOF créditos orçamentários para cobrir as despesas junto à DATAPREV, o que culminou com a aprovação de um crédito extraordinário nessa ação (R\$ 226.400.000,00).	Esta equipe de auditoria detectou falta de critérios e parâmetros para a definição das metas do INSS.
Ação 0137 - Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	"A meta física aprovada pela LOA anteriormente foi superestimada (3.028), tendo sido realizado 1.748	Solicitou correção da meta física de 3.048 para 2.046. Executado 100% da meta financeira.	Esta equipe de auditoria detectou falta de critérios e parâmetros para a definição das metas do INSS.

	<p>(informação constante no SINTESE) atingindo 57,73% de execução. A meta física é decrescente, pois não há mais concessão de abono, somente cessação.</p> <p>*Salientamos que a previsão física constante da LOA/2006 foi superestimada, tendo no momento oportuno sido informado no SIGPlan, coluna previsão física corrigida o valor de 2.046 (dez), representando efetivamente um desempenho de 85,43%. Valor médio se encontra dentro do estimado - R\$392,00."</p>		
<p>Ação 2278 - Capacitação Servidores Para Disseminação e Conhecimento. Previdenciário</p>	<p>"O Ano de 2006 foi marcado por grandes transformações em razão da reestruturação regimental do Ministério da Previdência Social, aprovada pelo Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006 e a do Instituto Nacional do Seguro Social, aprovada pelo Decreto nº 5.870, de 08 de agosto de 2006, onde a coordenação do Programa de Educação Previdenciária - PEP passou a ser da Diretoria de Atendimento do INSS. O lapso temporal entre a saída do Ministério e o ingresso no INSS, acarretou algumas dificuldades, porém, o fator preponderante para a execução parcial das ações ocorreu em virtude da limitação de despesas com diárias e passagens, imposta pelo Decreto nº 5.715/2006 e a programação financeira definida no Decreto nº 5.780/2006, com isso, não houve possibilidade de liberação de recursos orçamentários destinados a execução das ações do Programa Educação Previdenciária, que são realizadas, na sua grande maioria, em localidades em que não existem unidades de atendimento da Previdência Social, consequentemente, as restrições e limitações orçamentárias inviabilizaram a execução das ações sob a coordenação do INSS. Outro fator que inviabilizou a descentralização</p>	<p>"A realização da ação 2278, Capacitação de Servidores, foi realizada no 2º semestre do ano de 2006, sendo capacitados 08 servidores para implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã, alcançando 2,67 % da meta física e 1,88% do orçamento programado."</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.</p>

	<p>orçamentária foi o bloqueio de créditos do Programa para remanejamento, dessa forma, a execução da ação ficou prejudicada.</p> <p>Resenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS;</li> <li>- De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porém não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação;</li> <li>- A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS;</li> <li>- 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa;</li> <li>- 09/11/2006 - definido limite de diárias e passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006, em suas quatro Ações" </li></ul>		
2282 - Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias	<p>"A formação de disseminadores que aconteceu no período em razão da existência de material didático disponível nas unidades, adquiridos em exercícios anteriores e reproduzidos pelos Comitês, sem deslocamentos dos servidores, ou deslocamento patrocinado por entidades parceiras, e sem a utilização de recursos orçamentários. "</p>	<p>"- De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porém não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação;</li> <li>- A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS;</li> <li>- 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa;</li> <li>- 09/11/2006 - definido limite de diárias e passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006, em todas as Ações que compõem o Programa;</li> <li>- Em 12/12/2006 houve destaque orçamentário para a Unidade Orçamentária 33101 - MPS/UCP com vistas a atender processo licitatório de impressão de material didático relativo à</li> </ul>	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.

		implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã. - Em 27/12/2006 o processo licitatório foi cancelado."	
2296 - Serviço de Perícia Médica Judicial	<p>"Com o recesso do judiciário as demandas para realização de perícia médica judicial não são muito representativas nos meses de janeiro e fevereiro. A execução foi em sua maioria no Estado de São Paulo, onde a demanda é cada vez mais crescente. Temos enfrentado muitos problemas nesta ação, pois como o orçamento só foi aprovado no final de abril durante o mês de março tivemos de administrar a escassez de recursos orçamentários, pois no exercício passado a execução nesta ação foi da ordem de R\$ 9 milhões, para este exercício estava tramitando o valor de R\$ 5 milhões, com isso os valores liberados através de duodécimos foram insuficientes para cobrir a demanda com as perícias médicas judiciais. Importante ressaltar que o não pagamento dos laudos periciais produzidos, e em alguns casos, implica em ordem de prisão e acréscimo de multas diárias. Desde que tomamos conhecimento dos valores constantes do PLOA/2006, já identificávamos que seriam insuficientes para atender a necessidade do Instituto, com isso foram feitas solicitações junto a Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade para elaboração de crédito suplementar adicional visando garantir os pagamentos das perícias médicas realizadas. Embora a série histórica já apontasse para uma execução bem superior aos valores aprovados, os créditos suplementares solicitados não foram aprovados em sua totalidade, deixando despesas sem cobertura a partir da competência maio/2006. Em setembro/2006, já com quatro competências atrasadas, a</p>	<p>"Mesmo com todas as justificativas apresentadas os créditos adicionais não foram aprovados, deixando em aberto o pagamento de 4,5 competências ou R\$ 2,5 milhões. Este passivo será liquidado com o orçamento aprovado para o exercício 2007, prejudicando de sobremaneira o andamento das ações naquele exercício. Outro ponto que vale ser ressaltado é que a meta física estipulada para o exercício 2006 foi SUPERESTIMADA, tal distorção já foi devidamente corrigida para o exercício 2007, pois a produção de laudos periciais gira em torno de 6.000 laudos/ano, quantitativo já aprovado na LOA 2007."</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira. O gestor já tomou as providências para sanar o problema no orçamento de 2007.</p>

	<p>administração, em conjunto com a Coordenação da Ação, optou por pagar competências atrasadas de perícia médica judicial na ação de Defesa Judicial da Previdência Social. Tal medida foi adotada visando garantir o pagamento de perícias atrasadas que estavam com aplicação de multas diárias e ordem de prisão para os dirigentes do INSS. Tal atitude foi tomada, pois entendemos que tanto uma ação quanto a outra culminam na Defesa Judicial do INSS, sendo ações correlatas. Mesmo tomando essa atitude não foi suficiente para zerar com todas as pendências do exercício.</p> <p>Em meados de novembro foi negociada, junto ao Ministério do Planejamento, a confecção de Medida Provisória contemplando valores aproximados de R\$ 3,5 milhões, para a Ação de Perícia Médica, visando regularizar as competências executadas na Ação de Defesa judicial e liquidar mais algumas faturas que se encontram ainda no setor de Orçamento e Finanças aguardando pagamento."</p>		
5509 - Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	<p>"A meta física acima prevista é meramente estimativa, pois a mesma foi estabelecida conforme valores unitários médios para reforma de APS, utilizados em exercícios anteriores. Além do que, houve, em 2006, a criação e implantação das APSBI e a liberação exclusiva para construção de novos prédios, cujo valor de cada unidade é superior (2 a 3 vezes o valor médio utilizado para as APS normais). Embora não concluídas no exercício, no final de 2006, estavam em andamento 73 obras de construção, ampliação e reformas e, também, outras 26 estavam em fase de licitação ou já licitadas aguardando os prazos legais. Considerando o número total de processos envolvidos (concluídos, em andamento, em licitação), apesar das novas concepções (APSBI e</p>	<p>"Foi solicitado crédito extraordinário para investimento no valor de R\$13.800.000,00 para contratações no início do exercício, uma vez que o Orçamento não havia sido aprovado. E foi solicitado também crédito suplementar para desencadear novas licitações de obras de reforma."</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física e financeira.</p>



	<p>construções), o resultado foi satisfatório. Os recursos orçamentários também foram utilizados para o pagamento de obras contratadas em 2005 e cujo andamento e finalização ocorreram em 2006. Uma vez que a execução desses recursos é descentralizada, e considerando o quadro de servidores técnicos (engenheiros e arquitetos) e administrativos, abaixo do mínimo para realizar as tarefas de vistoria, fiscalização e supervisão das obras, muitas vezes não há uma gestão efetiva pela Gerência Executiva / Regional (somente 35% das gerências possuem engenheiros / arquitetos no quadro). Ressalte-se que houve um acúmulo de licitações no final do exercício, impossibilitando a conclusão das obras no exercício. Também, houve a limitação no valor total de empenhos pelo Governo Federal, que impediu a utilização total dos recursos."</p>		
2A57 - Remuneração dos Serviços Postais	<p>"O orçamento para cobertura dessa ação foi subestimado e ainda passou por contingenciamento. Por estar compartilhada a execução das despesas, se torna um dificultador a identificação detalhada da mesma, por diretoria."</p>	<p>"Solicitada alteração contratual visando a identificação do gasto, pelo demandante."</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.</p>
2284 - Promoção de Ações de Conscientização e Informação	<p>A conscientização da população quanto ao papel fundamental da Previdência Social, de garantia de renda tanto para o beneficiário quanto para todo o complexo social ao seu redor, contribuiu para a inscrição de 1,66 milhão de contribuintes individuais e facultativos no Regime Geral da Previdência Social, com destaque, mais uma vez, para o aumento de cerca de 30% no quantitativo de inscrições de segurados especiais de 2005 para 2006.</p> <p>No sentido de ampliar a atuação do Programa e reduzir custos, foram formalizadas mais duas entidades, Banco do Brasil e Ministério de Desenvolvimento da</p>	<p>"Mesmo com todas as dificuldades, foram realizadas 2.259 ações educativas, orientando e informando cerca de 190.334 cidadãos em eventos como palestras, feiras, exposições, encontros, seminários e etc. A ação 2284, Promoção de Ações de Conscientização e Informação, alcançou 48,43 % da meta física com a utilização de 13,27 % do orçamento programado, pois na maior parte dos eventos, foi utilizado recursos das entidades parceiras."</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.</p>

	<p>Indústria e Comércio/MDIC.</p> <p>Atendendo a recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social, iniciou-se o processo de aquisição de material didático, para implementação da Educação Previdenciária nas Escolas - Previdência Cidadã, que objetiva a inserção do tema "Previdência Social", no currículo escolar, como tema transversal, nas instituições de ensino fundamental, médio e profissionalizante da rede pública e particular.</p> <p>Resenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De janeiro a abril de 2006 o Programa foi gerido pelo MPS;</li> <li>- De abril a 07/08/2006, um servidor do INSS foi indicado para responder pelo Programa, porém não houve descentralização de recursos para realizar qualquer capacitação;</li> <li>- Em julho/2006 realizados a descentralização de R\$ 101.448,20, equivalente a 5,17% do orçamento aprovado em Lei;</li> <li>- A partir de 08/08/2006 a gestão do Programa passa a ser da Diretoria de Atendimento do INSS;</li> <li>- 31/10/2006 - toma posse o novo Coordenador do Programa;</li> <li>- 09/11/2006 - definido limite de diárias e passagens para o Programa 1079 - Educação Previdenciária em R\$ 135.981,00, a ser utilizado até no final do exercício financeiro de 2006;</li> <li>- Novembro e Dezembro/2006 - realizado descentralização orçamentária de recursos, para algumas gerências, para atender compromissos pontuais, em especial, aos mutirões do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - MDA, entidade parceira do MPS."</li> </ul>		
5092 - Implantação do SABI nas Agências da Previdência Social	<p>O contingenciamento orçamentário (limite de movimentação e empenho) restringiu substancialmente os recursos destinados à Ação 5092, diminuindo a quantidade de deslocamentos de recursos</p>	<p>A Coordenação-Geral de Suporte à Rede/DIRAT, buscou parcerias das Gerências Regionais e Executivas, para compartilhar a implantação do SABI nas 381 Agências da Previdência Social,</p>	<p>Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.</p>

	humanos que poderiam ser alocados concomitantemente na implantação do SABI.	resultando em meta financeira muito abaixo das necessidades programadas.	
2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	<p>A) AUDITORIA-GERAL (AUDGER) - AVALIAÇÃO: Trabalhou-se com duodécimos até 05/2006 e o valor orçamentário liberado a partir da publicação do Decreto 5.780, de 19/05/2006 foi inferior à proposta que originou o Plano Plurianual para o exercício de 2006. As restrições financeiras ocorreram durante o período em que se trabalhou com a liberação de duodécimos, solucionada a partir da liberação orçamentária. Ausência de Regimento Interno do INSS atualizado. As capacitações planejadas para a Auditoria não ocorreram, devido às restrições orçamentárias sofridas pela área de Recursos Humanos. Estas capacitações eram necessárias para o bom desenvolvimento dos trabalhos, gerando impacto no desenvolvimento dos mesmos. A estrutura em que ficou sediada a Auditoria-Geral após o incêndio do prédio do INSS, não ofereceu condições de trabalho adequadas.</p> <p>B) CORREGEDORIA-GERAL - AVALIAÇÃO: As informações descritas estão embasadas no Memorando INSS/CORREG N.º 009/2007, de 17 de janeiro de 2007: Proposta de Meta Física da Corregedoria - Geral e projeções Regionais Dentre os processos administrativos que necessitam de ações afetas à Corregedoria-Geral e suas projeções, totalizou no exercício o número de 780(setecentos e Oitenta), incluindo o acervo dos pendentes de instauração e a previsão de novas entradas, originando o Plano Plurianual - PPA, para a execução em 2006, no Valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Proposta Orçamentária da Corregedoria - Geral e</p>	<p>A) AUDITORIA Com os valores reduzidos e o planejado pelas 04 áreas que constituem a Ação, houve readequação das ações planejadas e adequação dos Planos de Trabalho referentes às ações de auditoria no sentido de conter os gastos.</p> <p>B) CORREGEDORIA Solicitação de crédito complementar. Em face do não atendimento das reivindicações orçamentárias e financeiras, foram emitidos os seguintes expedientes:  - Exposição de Motivos nº 730; 02/2006, datada de 04.08.2006, encaminhada ao Sr. Presidente do INSS;  - Memorando/INSS/CORREG nº 730; 197/2006, datado de 05.10.2006, encaminhado para a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística,  - Memorando/INSS/CORREG nº 730; 210/2006, datado de 30.10.2006, encaminhado ao Sr. Presidente do INSS, e  - Ofício/INSS/CORREG nº 730; 187/2006, datado de 27.11.2006, encaminhado à Controladoria-Geral da União/CGU, a/c da Corregedora da Setorial do MPS.</p> <p>Nos expedientes enumerados, buscou-se conscientizar os Gestores e os Órgãos de Controle Externo, das dificuldades encontradas para as instaurações de procedimentos administrativos disciplinares. Os processos instaurados na Corregedoria-Geral e em suas projeções foram selecionados levando-se em conta a urgência (prescrição) e a disponibilidade de recursos ( sem necessidade de deslocamentos). Resultados obtidos Instauração de 544</p>	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.

	<p>projeções Regionais Após Aprovação do PPA e da Lei de Orçamento Anual - LOA foi destinado à Corregedoria-Geral, o valor de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), para o desenvolvimento das ações, que restringiu o cumprimento da meta estabelecida em 30% (pontos percentuais), devido à limitação dos recursos orçamentários e financeiros para custear os deslocamentos e diárias de servidores para a realização das atividades, quando o procedimento assim necessitava.</p> <p>C) TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL (TCE) - AVALIAÇÃO: De acordo com as informações e justificativas da Divisão de Tomadas de Conta Especial, encaminhadas por meio de mensagem eletrônica datada de 17/01/2007, registramos: das Gerências Executivas, acrescidos dos processos solicitados de ofício, pelos Órgãos de Controle Externo, que ficariam a cargo das Comissões Temporárias de TCE. Dos fatores agravantes pelo não cumprimento das ações proposta, ficou consignado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desfazimento das Comissões Permanentes, pela rotatividade de servidores causados pela carência por que passa esta instituição; treinamento específico e prático causando acanhamento nas ações dos componentes das Comissões Permanentes;</li> <li>- Sobrestamento de processos sem a adoção de providências para o esgotamento das medidas administrativas, pelas áreas de origem do dano, com vistas à recomposição amigável, uma vez que a instauração do processo é medida de exceção.</li> </ul> <p>O cumprimento da meta física equivalente a 12%, do inicialmente planejado e conseqüentemente, a execução orçamentária de</p>	<p>(quinhentos e quarenta e quatro) Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, atingindo 70% (setenta pontos percentuais) das ações inicialmente estabelecidas e previstas.</p> <p>C) TCE - Destacamos as providências adotadas visando à consecução dos objetivos e metas atribuídas à Divisão: - Elaboração de Minuta de Instrução Normativa para melhor definir os procedimentos na área de TCE; - Elaboração de Minuta de Resolução referente à Cobrança Administrativa para melhor definir procedimentos nas áreas e as responsabilidades dos gestores. Inferiu que as medidas adotadas pela Divisão e ainda considerando as ações desenvolvidas pelas Comissões Temporárias, se obteve êxito no resultado apresentado. Registra-se que as ações desenvolvidas pelas Comissões Temporárias foram responsáveis por 70%, do total apurado e atualizado no exercício, totalizando o valor de R\$ 23.820.612,49 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e doze reais e quarenta e nove centavos).</p>	
--	---	---	--

	<p>53% do valor previsto por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que originou na descentralização de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a execução em R\$ 491.278,23 (quatrocentos e noventa e um reais, duzentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos). A área justificou que na previsão inicial, levou-se em consideração o acervo existente de processos já na fase de cobrança administrativa, de conhecimento da Divisão de TCE, com envolvimento de servidores, já responsabilizados em processo administrativo disciplinar. Diante do exposto, definiu-se a como prioridade a instauração de 02 (dois) processos por Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial das Gerências Executivas, acrescidos dos processos solicitados de ofício, pelos Órgãos de Controle Externo, que ficariam a cargo das Comissões Temporárias de TCE.</p> <p>Dos fatores agravantes pelo não cumprimento das ações proposta, ficou consignado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desfazimento das Comissões Permanentes, pela rotatividade de servidores causados pela carência por que passa esta instituição;</li> <li>treinamento específico e prático causando acanhamento nas ações dos componentes das Comissões Permanentes;</li> <li>- Sobrestamento de processos sem a adoção de providências para o esgotamento das medidas administrativas, pelas áreas de origem do dano, com vistas à recomposição amigável, uma vez que a instauração do processo é medida de exceção.</li> </ul> <p>D) ASSESSORIA DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS (APE) - AVALIAÇÃO: As informações da Assessoria de Pesquisas Estratégicas, abaixo transcritas, foram encaminhadas por meio de mensagem eletrônica, de 16 de janeiro de 2007:</p>		
--	---	--	--

	Os resultados operacionais inicialmente previstos como metas físicas, foram plenamente atingidos, havendo inclusive um incremento de 14 operações."		
2578 - Serviço de Perícia Médica	"Não houve restrição de execução dentro daquilo que foi planejado, do ponto de vista orçamentário/financeiro."	"Deslocamentos de peritos médicos do Quadro de Pessoal do INSS de suas sedes de lotação, para atender demandas urgentes e inadiáveis de auxílio as APS com ausência dos mesmos ou que necessitassem de composição de Juntas Médicas/atendimento de pedido de reconsideração - PP e pedido de prorrogação - PP."	Os fatos apresentados justificam a baixa execução física.
Ação 001R - Pagamento de Salário Maternidade Rural.	<p>"A execução do FRGPS em 2006 foi atípica face algumas variáveis como aumento e/ou diminuição do auxílio-doença por motivos não previsíveis, recadastramento previdenciário e a admissão dos novos médicos peritos o que dificultou, e muito, a projeção dos benefícios previdenciários causando, inclusive, algumas frustrações.</p> <p>Em julho, após a absorção do aumento do salário-mínimo na folha, além da execução do primeiro semestre o INSS solicitou um crédito suplementar no valor de R\$ 7.103.405.628,00, que não foi atendido face teto preestabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal de R\$ 6.903.325.936.</p> <p>Sendo assim, no final do exercício e por solicitação da SOF, ajustamos os valores de algumas ações, preservando sempre o valor do auxílio-doença face instabilidade demonstrada no decorrer da execução. Com a execução de dezembro existiu a necessidade de execução de alguns valores em ações distintas, porém dentro do mesmo programa, Previdência Social Básica e com o mesmo objetivo, ou seja, pagar os benefícios aos segurados da Previdência Social."</p>	"Solicitação de crédito suplementar para cobrir as despesas."	O gestor apontou falhas a serem resolvidas pelo setor de benefícios, que não informa corretamente o quantitativo de pagamentos de salário maternidade-rural. Foi identificada a falta de critérios e parâmetros para a elaboração das metas físicas e a consequente meta financeira.
3896 - Modernização e	Baixa execução orçamentária	CGTI adotou a estratégia de adequar	Os fatos apresentados pelo gestor deixam suficientemente

Expansão da Capacidade de TI da PS	Restrições orçamentárias em períodos de aquisição de tecnologias; Contingenciamento de aproximadamente 40% do total dos recursos definidos para a Ação.	os processos de aquisição de acordo com as disponibilidades orçamentárias.	justificadas a baixa execução física e financeira.
------------------------------------	---	--	--

De maneira geral, com exceção de algumas ações que foram prejudicadas por contingenciamento de recursos, foi constatada a falta de parâmetros e critérios na elaboração das metas físicas e financeiras dos Programas e Ações do INSS para o ano de 2006. Assim, faz-se necessário aprimorar o planejamento orçamentário, de forma a realizar adequadamente as metas físicas e financeiras previstas.

## **1.2 SUBÁREA - GERENCIAMENTO DE PROCESSOS OPERACIONAIS**

### **1.2.1 ASSUNTO - STATUS DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

#### **1.2.1.1 INFORMAÇÃO: (001)**

"A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão" (www.mps.gov.br).

"A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (art. 194 da Constituição Federal).

"A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente" (art. 3º da Lei 8.212/91).

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, é Unidade executora de políticas públicas não só na expressão da missão institucional, como também pela carga de benefícios tipicamente assistenciais que transfere à sociedade, ora suportados com recursos do Tesouro, outrora com arrecadação tributária própria - contribuições sociais. A Missão precípua do INSS, no entanto, está voltada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, notoriamente no conhecimento e organização de informações referentes aos trabalhadores e aposentados da iniciativa privada e no reconhecimento, concessão e manutenção de benefícios previdenciários a estes e/ou aos dependentes destes.

## **1.3 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **1.3.1 ASSUNTO - RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL**

#### **1.3.1.1 INFORMAÇÃO: (076)**

A análise dos indicadores de desempenho do INSS realizada com o objetivo de avaliar a consistência e confiabilidade, referente ao exercício em exame, se desdobra em três dimensões: i) a conformidade

em relação aos critérios do TCU, ii) as origens técnicas, gerenciais ou legais dos padrões de desempenho e iii) o grau de equilíbrio quanto a tipologia em sua distribuição pelas unidades gerenciais da autarquia.

## Quadro Indicadores de Desempenho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS				
		Avaliação da CGU		
Descrição e objetivo do Indicador ou Medida	Tipo do indicador ou medida	Padrão de desempenho utilizado	Fonte do padrão de desempenho	Análise quanto à consistência do indicador e ao padrão utilizado
<b>Diretoria de Benefícios</b>				
<b>Tempo Médio para Atendimento em AX1</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Faltível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Tempo Médio de Concessão</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Faltível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice da Demanda Atendida</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Faltível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Idade Média do Acervo</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Faltível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não ser possível avaliar
<b>Diretoria de Atendimento</b>				
<b>Tempo Médio de Espera</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Faltível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Tempo Médio de Permanência</b>	Eficiência	Ausência de informações	Sem informação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional



		referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	suficiente para identificação	Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice de Requerimento de Benefícios pelos Canais Remotos</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Procuradoria</b>				
<b>Índice de Julgamentos Favoráveis</b>	Eficiência (quando se envolver quantidade)	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Diretoria de Recursos Humanos</b>				
<b>Servidores Capacitados - Alcance da Meta Física</b>	Eficácia (se servidores apenas participantes de eventos)  Efetividade (apenas no caso de servidores efetivamente capacitados)	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Horas despendidas com Capacitação de Servidores no INSS (*)</b>	Qualidade	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Sem foco no cidadão: Não prioriza a questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Sem cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Lotação de Servidores nas Áreas Meio do INSS</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade / Foco no cidadão: em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não ser possível avaliar

<b>Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística</b>				
<b>Índice de Execução Orçamentária - Decreto</b>	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice de Execução Orçamentária - Lei</b>	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice de Liquidação Orçamentária Nacional</b>	Eficácia	Trata-se apenas de carga de trabalho	Trata-se apenas de carga de trabalho	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Auditoria Geral</b>				
<b>Ações Previstas/Ações Realizadas</b>	Eficácia	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho .	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Gastos Previstos e Gastos Realizados</b>	Economicida de	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho.	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Ações Corretivas Negociadas e Implementadas</b>	Efetividade	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho.	Sem aplicação no exercício em exame	Seletividade: Foco em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Ainda não ser possível avaliar Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factive!l Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica</b>				
<b>Índice de Acompanhamento do Preenchimento de Execução Física - PPA</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Não foca no cidadão nem em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Sem cobertura e

		padrões de desempenho		foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Factível Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>UEL</b>				
<b>Idade Média da Prestação de Contas</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Não foca no cidadão - Não trata de questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Sim Cobertura e Foco: Sem cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice da Execução do PGA</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade - confuso Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar
<b>Índice da Execução do PINMG</b>	Eficiência	Ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho	Sem informação suficiente para identificação	Seletividade: Foco no cidadão - em questão institucional Simplicidade e custo de obtenção: Não Cobertura e Foco: Cobertura e foco em questão essencial Gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento: Pouca factibilidade - confuso Permanência e grau de estabilidade: Ainda não é possível avaliar

A partir das observações realizadas, considerando-se o quadro analítico acima e as três dimensões anteriormente referidas, verifica-se os resultados e informações conforme a seguir.

O conjunto de indicadores disponibilizados, analisados a partir dos critérios estabelecidos pelo TCU, comporta-se como segue:

a) quanto ao critério de seletividade - 67% dos indicadores disponibilizados contemplam a questão institucional, focando de alguma maneira o cidadão usuário dos serviços previdenciários.

b) quanto ao critério de simplicidade e custo de obtenção - 78% dos indicadores disponibilizados são adequados. A maioria dos dados de apuração é capturada de bases preexistentes, com influência nos custos de obtenção, ficando pendentes de aferição a qualidade e confiabilidade desses dados.

c) quanto ao critério de cobertura e foco - 83% dos indicadores disponibilizados contemplam cobertura significativa e foco em questão essencial da operação de reconhecimento dos direitos previdenciários.

d) quanto ao critério de gerenciamento da rastreabilidade e acompanhamento - 72% dos indicadores disponibilizados detêm comportamento razoavelmente factível.

e) quanto ao critério de permanência e grau de estabilidade torna-se temerário fixar qualquer percentual avaliativo tendo presente que existem indicadores em utilização no INSS de algum tempo e outros

sendo do presente relatório de gestão em análise. De alguma forma, contudo, podemos considerar as medidas de desempenho mantidas como série histórica para atender aos critérios do TCU.

Observa-se a ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho da gestão do INSS.

Todo padrão de desempenho representa em si, e necessariamente, uma condição desejada - situação gerencial pretendida em determinado momento institucional. Então o que se coloca para a análise dos indicadores de desempenho do INSS, é: qual a origem de fatores constitutivos de seus indicadores, tais como: tempo médio, idade média, índice de julgamentos favoráveis, quantidade de servidores a capacitar, e outros?

Toda análise dos padrões/referenciais de desempenho do INSS deve objetivamente partir da constatação de que estamos frente a uma agência estatal de reconhecimento de direitos previdenciários.

Ademais, estão definidas pela literatura técnica as origens específicas de padrões a serem classificados:

- a) origens dos padrões de quantidade do reconhecimento de direitos previdenciários;
- b) origens dos padrões de prazo do reconhecimento de direitos previdenciários;
- c) origens dos padrões de custo do reconhecimento de direitos previdenciários;
- d) origens dos padrões de especificação do reconhecimento de direitos previdenciários; e
- e) origens dos padrões de vínculo com objetivo(s) do reconhecimento de direitos previdenciários.

A discussão nos remete a conceitos preliminares. Como princípio da "definição" de padrões, toda gestão deve se basear em referências objetivas, precisas e convenientemente estabelecidas pelos processos de formulação e planejamento. A determinação de padrões de eficácia, de eficiência, de economicidade, qualidade e de efetividade, quando objetivamente colocados e precisamente definidos, facilita a aceitação por parte de quem se responsabilizar pela realização das tarefas e operações finais e permitirá uma atuação de gerenciamento facilitada e com algum grau de segurança. Ademais, o controle interno não define padrões de realização (outros processos gerenciais públicos assumem essa tarefa); o processo de controle deve identificar e selecionar os melhores padrões existentes e disponibilizados (os que permitem sua melhor eficiência).

O Relatório de Gestão do INSS, referente ao exercício de 2006, não disponibiliza as informações sobre as origens específicas dos padrões assumidos. Assim, podemos afirmar não se encontrar adequadamente informada a origem dos padrões de desempenho utilizados nas referências para apuração e aferição, ou, por outros termos, não estão demonstrados quais os estudos desenvolvidos para que os mesmos tivessem sido fixados. Seria necessária a construção de séries históricas com permanência e grau de estabilidade que possibilitassem a avaliação desses padrões de desempenho.

A ausência de informações referenciais quanto às origens dos padrões de desempenho da gestão do INSS expressa pouco esforço de transparência, para os conteúdos projetados, dos indicadores de desempenho gerencial disponibilizados. Por conta disso, poderiam existir questionamentos do tipo: os padrões estariam subvalorizados, seriam razoáveis ou temerários.

Considerando os segmentos gerenciais da instituição que oferecem indicadores, pode-se afirmar que:

- 50% de segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de eficácia;
- 25% de segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de economicidade;
- 62,5% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de eficiência.
- 25% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de qualidade.
- 37,5% dos segmentos gerenciais do INSS apresentam indicadores de efetividade.

Esse quadro descritivo demonstra que existe elevado grau de assimetria na composição dos indicadores. Em determinados segmentos gerenciais do INSS, a necessidade pode vir a ser prioritariamente de indicadores de eficácia e não de eficiência, ou vice-versa. Como se observou, em relação às medidas de eficácia e às unidades finalísticas da Instituição, o desequilíbrio dessa condição pode comprometer a avaliação efetiva dos resultados obtidos. Ressalte-se a forte presença de informações sobre carga de trabalho, como exemplo nos dados sobre revisão de benefícios.

Pelo exposto considera-se, de conjunto, que os indicadores disponibilizados pela Direção do INSS podem vir a assumir consistência e confiabilidade e poderão vir a ser úteis ao processo de avaliação gerencial da Instituição, se observados os apontamentos efetuados nessa análise preliminar.

#### **1.3.1.2 INFORMAÇÃO: (078)**

Com o intuito de avaliar os resultados operacionais obtidos pelo gestor, pelo enfoque da eficácia, confrontamos os quantitativos operacionais realizados, já devidamente abordados no item "Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos" deste Relatório/Demonstrativo, com as metas previstas pelo gestor.

Identificamos que, de um total de 34 ações programáticas de responsabilidade direta do Órgão (exceção às ações que não possuem indicador de execução física), 13 (treze) delas alcançaram menos de 80% da meta física estipulada, 14 (quatorze) alcançaram entre 90 e 110% das metas determinadas pelo órgão e 7 (sete) ações alcançaram índice de realização superior a 110% da meta inicialmente estipulada. Dessa maneira, quanto aos resultados alcançados, numa análise pertinente à eficácia dos mesmos, é possível apontar o atingimento dos objetivos.

Especificamente quanto ao Programa 0083 - Previdência Social Básica, que responde por 96% dos recursos orçamentários destinados ao INSS, verifica-se a execução de 99,9% da meta financeira. Dessa maneira, podemos concluir que houve utilização eficaz dos recursos destinados ao Órgão neste Programa. Com relação aos demais Programas, que não alcançaram índices tão altos de realização financeira, houve a justificativa dos gestores de dificuldades operacionais devido ao contingenciamento proporcionado pelo Governo.

Quanto aos resultados alcançados analisados sob o enfoque da eficiência, ficou prejudicada a comparação em relação a outros órgãos, tendo em vista que o Instituto executa uma atividade singular no âmbito da União.

Entretanto, é possível avaliar a eficiência do INSS durante o ano de

2006, comparando os resultados obtidos com a manutenção e concessão de benefícios versus recursos humanos empregados (ano base 2005), tendo em vista ser esta atividade a missão institucional do Órgão.

O quantitativo de benefícios concedidos em 2006 foi de 4.283.612, contando a Autarquia com 41.076 servidores efetivos em dezembro daquele ano. Os números sinalizam 104,3 benefícios concedidos por servidor em 2006. Em 2005 foram concedidos 3.995.541 benefícios, contando o INSS à época com 39.440 servidores efetivos, indicando a concessão de 101,3 benefícios por servidor. Verifica-se, então, uma progressão de 3% na eficiência da concessão de benefícios.

Com relação aos resultados alcançados pelo enfoque da economicidade, pode-se destacar o resultado parcial do censo previdenciário onde, na primeira etapa, de novembro de 2005 a abril de 2006, foram recenseados 2.351.586 benefícios e cessados 22.011 (renda anual de R\$ 113.375.910,44) e, na segunda etapa, realizada a partir de maio de 2006, foram recenseados 14.074.335 benefícios e cessados 43.282 (renda anual de R\$ 255.516.099,67), resultando numa economia anual aos cofres da Previdência Social da ordem de R\$ 368.892.010,11.

Podemos testar a efetividade da Autarquia em 2006 comparando a média de requerimentos represados no ano (502.666) com a média observada em 2005 (464.000). Houve um aumento no represamento de benefícios na ordem de 8,4%. No mesmo período, o quadro de servidores sofreu um incremento de 4,1%, ou seja, 1.636 novos servidores. Verifica-se, pois, uma baixa efetividade nas ações com vistas à redução dos índices de represamento, não obstante o aumento no efetivo de servidores, uma vez que o ano de 2005 registrou uma média de 11,7 requerimentos represados por servidor; em 2006 esse índice subiu para 12,2.

Verifica-se, portanto, que os resultados alcançados, sob os aspectos da eficácia, eficiência e economicidade, apresentam-se suficientes para apontar o atingimento dos princípios e objetivos propostos, fato que não se observa sob o enfoque da efetividade, posto que ficou evidenciado que os índices e o número de requerimentos/benefícios represados sofreram aumento em relação ao ano de 2005.

#### **1.3.1.3 CONSTATAÇÃO: (079)**

FALTA DE ESCLARECIMENTOS ÀS QUESTÕES DO COMPREV LEVANTADAS PELA AUDITORIA INTERNA DO INSS

O Relatório da Auditoria Interna do INSS - RAINIT 2006, entre outros apontamentos, discorreu sobre a magnitude dos valores (acumulados desde junho de 2004) pagos ou compensados pelo Instituto a título de Compensação Previdenciária - Comprev. O Sistema Comprev deriva da contagem recíproca de tempo de contribuição não concomitante, para fins de aposentadoria, entre os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, Distrito Federal e municípios e o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Nas situações em que trabalhadores (ou servidores) de extintos regimes próprios de previdência social venham a requerer o benefício da aposentadoria no RGPS, caberá ao regime concessor (ou instituidor), no caso o RGPS, solicitar ao regime de origem uma indenização (artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal e Lei 9.796/99) pelo tempo em que o segurado, enquanto trabalhador vinculado àquele ente, contribuiu para o respectivo instituto de previdência social. (Não é condição suficiente que o requerente do benefício de aposentadoria tenha, apenas, contribuído ou trabalhado para qualquer ente possuidor de regime próprio de previdência social, é necessário que este tempo

seja averbado no RGPS e, portanto, utilizado na contagem de tempo mínimo exigível para fins de concessão do benefício. Da mesma forma, também não é condição sine qua non que o regime de origem esteja extinto).

A situação inversa também é prevista e, nesses casos, exigir-se-á do regime próprio de previdência social a celebração de um convênio com o Ministério da Previdência Social para que a compensação financeira aconteça.

A compensação financeira urge no encontro periódico (mensal) de contas em que, compensados os valores a pagar com os valores a receber, o regime devedor faz o pagamento ao outro. No entanto, tem início o processo, como dito, na ocasião em que o trabalhador obtém o reconhecimento ao benefício da aposentadoria junto ao regime em que esteja vinculado, o chamado regime instituidor.

O apontamento da Auditoria Interna do INSS, pertinente à questão do COMPREV, traz o seguinte texto: "Verificou-se disparidade nos valores compensados entre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS: os RPPS pagaram, no ano de 2006, ao RGPS o montante de R\$ 4.159.445,81 (quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos) e, este, pagou àqueles (desde junho de 2004, quando se iniciou o ajuste de contas RI - Regime Instituidor x RO - Regime de Origem) o valor acumulado de R\$ 2.246.086.613,36 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, oitenta e seis mil, seiscentos e treze reais e trinta centavos)".

Em busca da manifestação da Divisão de Compensação Previdenciária/Diretoria de Benefício, em relação ao mencionado apontamento no relatório próprio de controle interno, evidenciou-se que não há, ainda, qualquer resposta dessa Divisão a respeito do assunto.

Visando maiores esclarecimentos a respeito do assunto, e em razão mesmo da falta destes por parte da Diretoria de Benefícios à Auditoria Interna, estivemos com o chefe da Divisão de Compensação Previdenciária no dia 17.5.2007. Na ocasião, nos informou que dos 600 entes atualmente conveniados, apenas 80 realizam pagamento à Autarquia. Ainda, que há pendências de pagamentos por parte dos mesmos em razão da morosidade com que tratam os processos/solicitações de compensação, assumindo, assim, a posição de credores quando, potencialmente, seriam devedores no encontro de contas.

Esclareceu, também, sobre a edição da Portaria nº 98, de 6 de março último (que altera a Portaria 6.209, de dez/1999), e das mudanças que traz ao instituto da compensação. O Normativo impõe maiores restrições aos regimes de origem, fazendo, entre outras, as seguintes exigências: comprovação das contribuições havidas; emissão de certidão específica de tempo de contribuição ao tempo em que vinculado ao RGPS, caso este não conste do Cadastro Nacional de Informações Sociais; Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, de emissão da Secretaria de Previdência Social, válido à época do encontro de contas e, por fim; da permissão dada ao INSS em considerar como crédito as dívidas de contribuições previdenciárias dos entes com o Instituto, quando da realização da compensação previdenciária.

Salienta-se que a Compensação Previdenciária não tem ação orçamentária específica, sendo contabilizada como restituição/dedução da arrecadação previdenciária, conforme informação obtida junto ao Contador do INSS, em 5.6.2007.

Cabe esclarecer que conforme o artigo 74, inciso III, da Constituição Federal, inserto sob o Título IV - Da Organização Dos Poderes - prevê que os Poderes manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União. Na administração direta e indireta o controle interno primeiro se manifesta no estabelecimento de controles e procedimentos das diferentes rotinas/atividades de áreas "meio" ou "fim" e nas próprias auditorias internas. Assim, faz-se mister que as solicitações emitidas pela Auditoria Interna da Autarquia sejam atendidas de pronto (notoriamente quando dizem respeito a tamanho volume de recursos públicos), o que não se verificou em relação às questões sobre o COMPREV.

Por oportuno, constata-se a ausência de apresentação de justificativas tempestivas aos apontamentos da Auditoria Interna do INSS pela mencionada Divisão, responsável pela Compensação Previdenciária, ensejando a Solicitação de Auditoria nº 189534-54 desta CGU ao Instituto.

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O Gestor deixou de prestar informações tempestivas à Auditoria Interna.

**CAUSA:**

O Sistema de Compensação Previdenciária requer constante e necessária avaliação dos valores levados ao encontro de contas, inclusive mediante ação do controle interno. Assim, a falta de informações tempestivas à Auditoria do Instituto deu causa à constatação em comento.

**JUSTIFICATIVA:**

A justificativa, em resposta à SA nº 189534-54, traz o seguinte texto: "... informamos que o Instituto de Previdência Social - INSS, na competência maio/2007, pagou a título de Compensação Previdenciária R\$ 50.593.757,69 (cinquenta milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos), equivalente a 133.359 objetos de compensação previdenciária relativos a 634 (seiscentos e trinta e quatro) Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS conveniados com o Ministério da Previdência Social - MPS do chamado RO (Regime Geral de Previdência Social - RGPS como regime de Origem), e o INSS recebeu apenas 1.680 objetos de compensação previdenciária correspondente a R\$ 686.018,97 (seiscentos e oitenta e seis mil, dezoito reais e noventa e sete centavos) de 86 (oitenta e seis) RPPS do chamado RI (RI - RGPS como Regime Instituidor) daí, a discrepância identificada entre os valores pagos e os valores recebidos citados no Relatório de Auditoria Interna - RAINTE 2006".

**ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Os argumentos apresentados apenas ratificam o apontamento da Auditoria Interna, não trazendo informações adicionais e/ou não evidenciando ações corretivas que porventura tenham sido adotadas para esclarecer e/ou buscar mitigar a mencionada disparidade entre valores a pagar e a receber. Ademais, resta constatada a intempestividade na prestação de esclarecimentos necessários ao órgão de auditoria interna.



**RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos aos responsáveis promover gestões junto aos servidores que tenham interação com a Compensação Previdenciária a fim de promover melhor especialização e entendimento da importância do regular funcionamento do sistema (v. relatório de Auditoria Interna).

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomendamos incremento no escopo e na extensão dos exames nas ações de auditoria junto ao sistema COMPREV.

**1.3.2 ASSUNTO - SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS**

**1.3.2.1 INFORMAÇÃO: (002)**

Com o intuito de avaliar o processo de alimentação de dados no SIGPlan, verificamos se os gerentes e coordenadores estão seguindo as recomendações da Portaria MP nº 198/2005 e legislação correlata; se as execuções físicas e financeiras efetivamente realizadas estão de acordo com o que foi previsto; e, por fim, se os Planos Gerenciais foram elaborados e enviados à SPI por meio do SIGPlan. Identificamos o registro de dados e consistência de informações na página do SIGPlan referente às ações dos Programas 0083 - Previdência Social Básica, 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, 0088 - Indenização e Pensões Especiais de Responsabilidade da União e, 1079 - Educação Previdenciária, executados pelo INSS durante o exercício de 2006. Constatamos impropriedades nos registros de algumas ações do Programa 0083 - Previdência Social Básica, porém, já justificadas e devidamente retificadas, conforme exposto a seguir.

Foi constatada discrepância entre o registro de informações no SIGPlan e o efetivamente declarado no Relatório de Gestão 2006 em relação à ação 2A57 - Remuneração dos Serviços Postais - com desencontro de informações tanto na previsão física quanto na financeira. O SIGPlan aponta execução financeira na ordem de R\$ 10.618.697,00 contra R\$ 34.379.710,34 "faturados" em 2006, dos quais somente R\$ 2.791.936,00 foram pagos. Registra-se, ainda, que diante dos comentários insertos no Relatório de Gestão, foram evidenciados no SIGPlan praticamente só os gastos com o Censo Previdenciário, 1.764.817 correspondências a um custo médio de R\$ 6,00, que totalizou cerca de R\$ 10.588.902,00, próximo, portanto, à realização financeira evidenciada no SIGPlan.

Na Ação 0117 - Pagamento de Salário Família não há comentário algum no campo próprio referente à desconsideração, na meta física, dos pagamentos do benefício aos trabalhadores avulsos, realizados pelas Gerências Executivas, apesar de "computado no financeiro" (informações obtidas no Relatório de Gestão).

As informações pertinentes ao Pagamento de Salário-Maternidade na Área Rural (Ação 001R) não estão atualizadas com as prestadas no Relatório de Gestão que, por sua vez, apresenta dados sobre valor médio projetado/orçado e valor médio apurado/realizado bastante discrepantes. Não há registros no SIGPlan de execução financeira entre os meses de abril a novembro, posto que a ação, segundo os gestores, foi executada com recursos da ação 0132 - Pagamento de Aposentadoria Urbana, com posterior reclassificação de valores no mês de dezembro.

Por fim, não houve envio do Plano Gerencial à SPI pelo Comitê de Coordenação de Programas.

O sistema, no que diz respeito aos eventos pertinentes à execução orçamentária das ações, está sendo alimentado periodicamente de acordo com o previsto na Portaria MPOG nº 198/2005. Nota-se, no entanto, intempestividade no registro de comentários no campo próprio, ou mesmo sua falta, para esclarecimentos de ocorrências que tenham repercussão direta na execução da meta.

Dessa maneira, não encontramos motivos para ressalva no procedimento de registro e consistência de dados na página do SIGPlan, notoriamente, quanto à tempestividade dos lançamentos previstos no artigo 1º, parágrafo 3º da Portaria MPOG nº 198/2005.

## 2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 SUBÁREA - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO

#### 2.1.1 ASSUNTO - FIXAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

##### 2.1.1.1 INFORMAÇÃO: (005)

São executados pelo INSS nove Programas. Destes, parte das dotações são relativas à área de gestão - Unidade Orçamentária 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social, e parte relativas às dotações do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - Unidade Orçamentária 33904, para manutenção de benefícios previdenciários.

Os Programas executados pelo INSS e seus objetivos são os seguintes:

0083	Previdência Social Básica	Garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em Lei.
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos.
0088	Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões gratuitas de responsabilidade da União, estabelecidos em Lei.
0089	Previdência dos Inativos e Pensionistas da União	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
1079	Educação Previdenciária	Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.
0087	Gestão da política de Previdência Social	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.

Fonte: SIGPlan

Há ainda os Programas 0750 - Apoio Administrativo e 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, totalizando 08 Programas, a saber:

PROGRAMAS	
0083	PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA
0085	QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS
0087	GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
0088	INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
0750	APOIO ADMINISTRATIVO
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
1079	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Segundo informações obtidas no INSS, a proposta orçamentária do órgão é um trabalho conjunto da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade e da Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica.

Cabe à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS a orientação e consolidação das necessidades encaminhadas pelas áreas.

A execução do orçamento do INSS é descentralizada e ocorre nas Gerências Regionais e Gerências-Executivas, com o acompanhamento da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, responsável pela orientação quanto aos procedimentos técnicos e legais relacionados à execução, inclusive à liquidação da despesa.

As diretrizes para fixação das Despesas Correntes guardam compatibilidade com o Plano Plurianual 2004/2007 nos Programas dispostos para o MPS e com a Lei Orçamentária Anual, no que diz respeito à atividade finalística ou à política previdenciária.

PROGRAMA		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	% EXECUTADO
0083	Previdência Social Básica	162.817.705.987,00	162.805.573.015,99	99,99
0085	Qualidade dos Serviços Previdenciários	56.343.459,00	47.961.541,74	85,12
0087	Gestão da Política de Previdência Social	16.864.645,00	14.033.447,81	83,21
0088	Indeniz e Pensões Especiais de Responsab da União	723.003.719,00	723.039.914,36	100,01
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	3.186.157.806,00	3.186.116.847,55	100,00
0750	Apoio Administrativo	2.887.672.559,00	2.873.137.117,91	99,50
0901	Operações Especiais: Cumprimento De Sentenças Judiciais	5.216.396.967,00	327.500.224,07	6,28
1079	Educação Previdenciária	1.858.512,00	104.774,95	5,64

FONTE: SIAFI Gerencial

Verifica-se que a execução da despesa ficou em um patamar aceitável para o planejamento elaborado, à exceção dos programas 0901 e 1079.

## 2.2 SUBÁREA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO

**2.2.1 ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS RECEITAS****2.2.1.1 INFORMAÇÃO: (006)**

A receita prevista - Receitas Correntes e de Capital, para o exercício de 2006 foi de R\$ 124.511.628.530,00. A receita realizada/executada atingiu o montante de R\$ 123.198.152.472,49, distribuída conforme os quadros a seguir:

**Quadro Previsão x Realização da Receita**

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>REALIZAÇÃO</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>124.501.176.581,00</b>	<b>123.189.052.113,66</b>
Receita de Contribuições	122.134.647.257,00	120.432.297.157,53
Receita Patrimonial	1.053.892.458,00	363.270.772,73
Receita de Serviços	3.998.484,00	296.848.567,14
Outras Receitas Correntes	1.308.638.382,00	2.096.635.616,26
<b>Receitas de Capital</b>	<b>10.451.949,00</b>	<b>9.100.358,83</b>
Alienação de Bens	10.451.949,00	9.100.358,83
<b>Movimentação Financeira</b>	<b>54.069.067.672,11</b>	<b>44.124.266.081,90</b>
Repasse Autorizado	46.751.871.606,00	51.153.271.467,52
Repasse Descentralizado	7.317.196.066,11	-7.029.005.385,62
<b>Total</b>	<b>178.580.696.202,11</b>	<b>167.322.418.554,39</b>

**Quadro Receita Arrecadada por Fonte de Recursos**

<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Realizada por Fonte</b>
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	374.263.172,11
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	-101.021,06
54 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	122.466.376.886,47
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	357.620.680,33
90 RECURSOS DIVERSOS	-7.245,36
<b>Soma</b>	<b>123.198.152.472,49</b>

Comparando-se a receita realizada do exercício em exame com a de 2005, houve um incremento de 9,59%. Porém, a receita realizada foi inferior à prevista em 1,06% em termos percentuais, ou seja, R\$ 1.313.476.057,51.

Acrescida da movimentação financeira, repasse autorizado, o total para a Receita Prevista foi de R\$ 178.580.696.202,11, sendo que a execução ficou em R\$ 167.322.418.554,39, representando um déficit na receita de 6,3% ou R\$ 11.258.477.647,72.

**2.2.2 ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES****2.2.2.1 INFORMAÇÃO: (004)**

A Lei Orçamentária Anual aprovada sob o nº 11.306, de 16 de maio de 2006, consignou ao Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS, dotação orçamentária inicial de R\$ 7.320.637.396,00 e para o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, cuja gestão está no INSS, de R\$ 159.791.356.731,00, ou seja, foi fixado inicialmente o montante

de R\$ 167.111.994.127,00.

A dotação autorizada foi de R\$ 175.080.528.252,00, sendo R\$ 8.559.999.140,00, do INSS e R\$ 166.520.529.112,00 do FRGPS.

Ao longo do exercício a dotação inicial foi acrescida para R\$ 182.397.724.318,11, conforme quadro a seguir:

Quadro Fixação x Realização da Despesa		
CATEGORIA ECONÔMICA	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO
<b>CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPL</b>	<b>167.381.536.695,00</b>	<b>162.413.196.967,60</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>167.224.833.147,00</b>	<b>162.319.134.936,55</b>
Pessoal e Encargos	7.045.747.447,00	6.515.532.538,17
Outras Despesas Correntes	160.179.085.700,00	155.803.602.398,38
<b>Despesas de Capital</b>	<b>156.703.548,00</b>	<b>94.062.031,05</b>
Investimentos	156.703.548,00	94.062.031,05
<b>CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>7.698.991.557,00</b>	<b>7.410.923.297,74</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.682.991.557,00</b>	<b>7.395.315.689,00</b>
Outras Despesas Correntes	7.682.991.557,00	7.395.315.689,00
<b>Despesas de Capital</b>	<b>16.000.000,00</b>	<b>15.607.608,74</b>
Investimentos	16.000.000,00	15.607.608,74
<b>Subtotal</b>	<b>175.080.528.252,00</b>	<b>169.824.120.265,34</b>
<b>MOV DE CRED ORÇAMENTÁRIO SUPL</b>	<b>6.336.806.216,77</b>	<b>11.143.543.553,34</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6.336.806.216,77</b>	<b>11.143.543.553,34</b>
Pessoal e Encargos	-528.116.466,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.864.922.682,77	11.143.543.553,34
<b>CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>980.389.849,34</b>	<b>889.114.411,97</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>980.389.849,34</b>	<b>889.114.411,97</b>
Outras Despesas Correntes	980.389.849,34	889.114.411,97
<b>Subtotal</b>	<b>7.317.196.066,11</b>	<b>12.032.657.965,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>182.397.724.318,11</b>	<b>181.856.778.230,65</b>

Esse acréscimo deu-se em virtude da aprovação de créditos adicionais para pagamento das seguintes despesas: Pessoal e Encargos; Médicos Peritos; Funcionamento das Unidades Descentralizadas; Serviço de Processamento de Dados; garantir o pagamento dos benefícios previdenciários; e precatórios e sentenças judiciais, do exercício.

## 2.2.3 ASSUNTO - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

### 2.2.3.1 INFORMAÇÃO: (007)

Com objetivo de identificar a existência de saldos inscritos em restos a pagar relativamente a despesas com diárias nas contas contábeis "Restos a Pagar por Empenho" (195810000), "Restos a Pagar a Liquidar" (295100000), "Restos a Pagar Liquidados - no exercício anterior" (292410508) e "Restos a Pagar Liquidados" (295400000), foi realizada consulta no Siafi Gerencial, onde foi constatada a inscrição de Diárias em Restos a Pagar, conforme demonstrado a seguir:

UG Executora			RP Processados Inscrição
510012	510012	INSS/UEL - PROPREV/DC	395,70
510030	510030	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM	13.342,76

		TERESINA	
510135	510135	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM MACAPA	1.019,26
510178	510178	GERENCIA-REGIONAL EM SAO PAULO	77,37
510280	510280	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM CAMPO GRANDE	4.602,02
510599	510599	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM BOA VISTA	34,40
510677	510677	GERENCIA-REGIONAL EM RECIFE	566,23
511080	511080	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM CUIABA	21.544,38
511180	511180	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM RECIFE	32.846,65
511423	511423	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM S.J.DOS CAMPOS	223,29
512002	512002	CGOFC-EXECUCAO DA SECR.RECEITA PREVIDENCIARIA	1.051,28
512006	512006	COORD. GERAL DE LICITACAO E CONTRATOS	54,98
512087	512087	GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM DUQUE DE CAXIAS	86,96
<b>Total</b>			<b>75.845,28</b>

Por meio da SA nº 189534-45 foi solicitado esclarecimento acerca de tais inscrições, tendo sido informado por meio do documento 01-300.2, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 10.5.2007, que:

"A Coordenação de Contabilidade inseriu no texto da Orientação Interna, que trata do encerramento do exercício, artigo proibindo a realização de tal despesa. Entendemos, S.M.J., que as Unidades Gestoras que, mesmo alertadas, promoveram a realização da despesa em questão, deverão apurar responsabilidade a quem deu causa e depois de concluído o processo, proceder o ressarcimento ao erário. Por fim, esta autarquia emitiu MEMORANDO-CIRCULAR/INSS/DIROFL/CGOFC/Nº 42, de 29/09/2006, (...), onde se solicitou planejamento prévio dos deslocamentos em objeto de serviço, visando impedir o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores de diárias".

Ainda em resposta ao questionado, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou que "nenhum dos empenhos inscritos em restos a pagar foi utilizado no exercício seguinte, sendo todos eles posteriormente cancelados pelos setores de contabilidade das respectivas Unidades Gestoras."

#### **2.2.3.2 INFORMAÇÃO: (008)**

Constatamos que o Órgão, durante o exercício de 2006, acumulou o pagamento de multas e juros no valor de R\$ 918.787,74, ou seja, 407,49% a mais do valor pago no exercício anterior, que acumulou o total de R\$ 225.477,22.

Por meio da SA nº 189534-45, de 3.5.2007, foi solicitada justificativa sobre tal situação. Em resposta, o gestor encaminhou o documento 01-300.02 - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, onde informa que:

"Preliminarmente, é de suma importância informar que o PLOA 2006 contemplou na ação FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, apenas R\$ 183,9 milhões, o que correspondia em

torno de 50% da real necessidade para todo o exercício de 2006, ressaltando que, naquele ano, o orçamento foi aprovado e publicado somente em meados de maio/2006. Neste sentido, a LDO assegurou a liberação de duodécimos, que giravam em torno de R\$ 15,5 milhões para cada mês de orçamento não aprovado. Diante de tal situação, o INSS recebeu apenas 50% de seu orçamento proposto. Outro ponto de suma relevância é que somente em meados de outubro/2006, o INSS foi contemplado com um Crédito Extraordinário no valor de R\$ 90 milhões em complemento a ação acima mencionada, momento em que a situação de inadimplência perante os fornecedores e prestadores de serviços se encontrava em situação de extremo limite para o INSS. Diante do cenário à época, os nossos gestores se tornaram reféns dessa situação e não tinham como honrar os pagamentos de suas despesas continuadas dentro das regras estabelecidas nos respectivos contratos firmados. Anexamos ao presente expediente, demonstrativo de liberação de créditos orçamentários aprovados por parte do Governo Federal. Além disso, não bastasse à situação de dificuldade orçamentária, o INSS se viu ainda mais prejudicado devido à extrema restrição financeira imposta pela cota de limite definida para a Previdência Social. Noutras palavras, além de executar um orçamento deficiente, este Instituto se viu diante de liberações de cotas financeiras mensais inferiores aos créditos orçamentários aprovados, fato esse que agravou ainda mais o cenário de fluxo de caixa deste Instituto." Verifica-se que o problema apontado está relacionado com a aprovação e execução do Orçamento Geral da União, que tem impactado na gestão dos contratos sob gerência do INSS. Dessa forma, se faz necessário o aprimoramento dos processos gerenciais visando à economicidade dos atos de gestão, buscando minimizar os impactos relativos a fatores externos que possam influenciar negativamente a execução dos contratos do Órgão.

#### **2.2.3.3 CONSTATAÇÃO: (015)**

PAGAMENTO DE DESPESA COM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DIRETO A PESSOA FÍSICA

Em pesquisa realizada no SIAFI Gerencial constatamos que, durante o exercício de 2006, o Órgão realizou pagamentos de salário-família direto a pessoa física:

Consta do Decreto nº 3048/99, art. 82, incisos de I a IV, que:

"Art. 82. O salário-família será pago mensalmente:

I - ao empregado, pela empresa, com o respectivo salário, e ao trabalhador avulso, pelo sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra, mediante convênio;

II - ao empregado e trabalhador avulso aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, juntamente com o benefício;

III - ao trabalhador rural aposentado por idade aos sessenta anos, se do sexo masculino, ou cinquenta e cinco anos, se do sexo feminino, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, juntamente com a aposentadoria; e

IV - aos demais empregados e trabalhadores avulsos aposentados aos sessenta e cinco anos de idade, se do sexo masculino, ou sessenta anos, se do sexo feminino, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, juntamente com a aposentadoria.

(...)

§ 4º As cotas do salário-família, pagas pela empresa, deverão ser

deduzidas quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salário."

Por meio da SA nº 189534-49, foram solicitados ao Órgão esclarecimentos acerca do assunto.

**ATTITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Os gestores não souberam informar quais as razões dos pagamentos terem sido efetuados diretamente a pessoas físicas.

**CAUSA:**

Fragilidade dos controles internos na execução e pagamento de despesas com benefícios previdenciários.

**JUSTIFICATIVA:**

Em resposta ao solicitado foi encaminhado o Ofício nº 458/INSS/GABPRES, de 15.5.2007, contendo documento 01.500.106 - Divisão de Manutenção de Direitos, de 14.5.2007, com os seguintes esclarecimentos:

"2. Informamos que conforme estabelecido no Art. 82, inciso II a IV, do Decreto nº 3.048, de 06.05.1999, o pagamento de salário-família devido por este Instituto é mensal, não sendo feito diretamente de modo isolado a pessoa física, mas em complementação a um benefício previdenciário.

3. Informamos, ainda, que após pesquisas realizadas na base de dados do Sistema Único de Benefícios - SUB, não localizamos benefícios aos CPF relacionados aos nomes registrados no documento de referência, à exceção dos abaixo relacionados, porém sem registro de pagamento de cota salário-família:

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>
050.999.866-68	ANTONIO PAULO THOMAZ
024.268.467-04	ANTONIO LOPES DE MIRANDA
024.076.046-87	OLAVO ANTONIO VITORIANO
146.813.409-44	JOSE VEDRAMINI SOBRINHO
800.998.156-72	MARIA DO CARMO F DE CARVALHO
026.476.056-53	JOSE PULCERIO DE ANDRADE

4. Esclarecemos que a DIROFL/Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, demandou às Unidades Gestoras esclarecimentos sobre os processos de reembolsos que justificariam os referidos pagamentos."

Por meio do documento 01-300.2 - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 11/05/2007, foi informado que "as citadas informações foram encaminhadas às Gerências Regionais para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, adotem gestões junto as Gerências-Executivas vinculadas, objetivando obter os esclarecimentos e justificativas acerca da realização dos citados pagamentos".

Segundo informações anexadas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a finalidade dos pagamentos seriam reembolsos do excesso verificado entre o salário-família pago e as contribuições devidas.

Em resposta à SA n.º 189534-56, de 11.6.2007, foram encaminhadas as



seguintes informações acerca do assunto, por meio do documento 01-300.2 - Coordenação- Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 14.6.2007:

"Item 1 (Área Orçamentária): Em esclarecimento aos pagamentos realizados a título de reembolso de salário família e salário maternidade, por intermédio do CPF do favorecido, informamos que na maioria dos casos trata-se de empregadores rurais que não possuem CNPJ, portanto, são cadastrados no INSS através da matrícula no Cadastro Específico do INSS-CEI, conforme dispõe o artigo 33, da INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP/ N.º 3, DE 14 DE JULHO DE 2005 - DOU DE 15/07/2005 - ALTERADA, ou seja, deverá ser emitida matrícula para cada propriedade rural de um mesmo produtor rural, ainda que situadas no âmbito do mesmo Município.

A inscrição do produtor rural matrícula CEI, está previsto na alínea "f", inciso III, do artigo 19, da IN acima referenciada.

Os pagamentos realizados através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, somente poderão ser realizados, tendo como inscrição do favorecido, o CPF, o CNPJ ou Inscrição Genérica - IG. Nos dois primeiros casos poderá ser realizado em conta Corrente / CC desde que o titular do CPF ou CNPJ seja também titular da C/C no Banco, e no caso de IG, somente via Ordem Bancária de Pagamento - OBP.

Diante do exposto, informamos que os pagamentos realizados por intermédio de CPF, se deram em virtude do SIAFI não reconhecer a matrícula CEI, como forma de registro para o respectivo reembolso.

Também possui matrícula CEI as obras, sejam elas de construção, reformas e melhorias.

Por fim informamos que uma parcela mínima dos casos verificados corresponde a lapso de execução (pagamento diretamente no CPF do favorecido quando deveria ter sido no CNPJ do empregador) cujas UGs estamos identificando e notificando para que não mais proceda dessa forma."

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Conforme demonstrado na resposta enviada pela Divisão de Manutenção de Direitos, observa-se que o pagamento não deveria ser realizado diretamente à pessoa física, mas juntamente com o benefício devido pela Previdência Social.

Também não ficou esclarecido porque os benefícios foram pagos a pessoas que não mantém benefícios com a Previdência Social ou, se mantém, não há cota salário-família a receber.

Observamos que o pagamento de benefícios previdenciários apresenta em sua execução fragilidades nos controles internos, pelas áreas encarregadas de acompanhamento e monitoramento destas despesas, considerando que essas áreas não sabem informar ou não tinham conhecimento de tais pagamentos.

Cabe ressaltar que o pagamento de reembolsos ou valores atrasados não deve figurar como pagamento de benefícios, uma vez que esses valores assim classificados comprometem a avaliação da meta física e financeira da realização da Ação correspondente ao benefício, e devem ser classificados em dotações apropriadas, de forma que fique transparente a sua realização.

Em relação ao informado no documento 01-300.2 - Coordenação- Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, 14.6.2007, destacamos, considerando as justificativas para o pagamento realizado ao produtor rural, que ainda não está claro em que circunstâncias ocorreram tais

pagamentos.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
057.404.358-62	GUILHERME FERNANDO SCANDELAI	DIRETOR DIROFL
138.615.653-15	ANTONIO BACELAR FERREIRA	COORD-GERAL DE ORÇAMEN
403.541.136-15	SIBELE MACHADO DE SOUZA MONTEI	GEX OURO PRETO
882.769.377-72	MANOEL RICARDO PALMEIRA LESSA	GEX NITERÓI
486.001.486-34	ANTONIO CARLOS FERNANDES	GEX DIAMANTINA
326.799.207-91	JOSE ALMIR PESSANHA DA SILVA	GEX CAMPOS GOYTACAZES
345.016.814-20	FRANCISCO HERIBERTO GRANJA ALE	GEX GARANHUNS
986.632.674-87	AUGUSTO CESAR GOMES NETTO	GEX JUAZEIRO
349.235.604-44	ALESSANDRA BUARQUE DE ARAUJO S	GEX SALVADOR
434.768.134-87	MARIA DO SOCORRO BRITO DA SILV	GEX JOÃO PESSOA
712.062.647-72	MARCELO PISSURNO MELLADO	GEX PETROPOLIS
692.234.249-68	CLEONICE DARIVA	GEX CASCAVEL
445.338.889-68	ALVARO ANDERSON	GEX BLUMENAU
285.701.544-53	JUTALIA ROSA DOS SANTOS RODRIG	GEX JOIVILLE
566.753.059-72	ARILDA FRANCISCO	GEX PONTA GROSSA
312.556.120-53	MARIA DE LOURDES CECCAGNO CASS	GEX PELOTAS
520.768.308-04	ULPIANO JOSE TAVARES GOMES	GEX TERESINA
364.544.351-72	SILVANO COELHO LIRA	GEX PALMAS
175.381.065-53	GEORGE FERRAZ CAMPOS	GEX IMPERATRIZ

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Desenvolver mecanismos de controle sobre a realização de despesas de benefícios, principalmente as relativas a reembolsos ou despesas de exercícios anteriores.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Realizar levantamento dos pagamentos realizados, providenciando a regularização dos mesmos.

**2.2.3.4 INFORMAÇÃO: (044)**

Em análise junto ao sistema SIAFI, esta equipe de auditoria constatou que o INSS realizou despesas em dotações impróprias no programa 0083 - Previdência Social Básica.

Cabe ressaltar que o assunto em questão já foi objeto de ressalva em relatórios anteriores, exercícios de 2004 e 2005, nos quais apontamos o descumprimento dos dispositivos legais, a saber: art. 167, inciso VI, da Constituição Federal; e art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, que dispõem que nenhum recurso orçamentário poderá ser transposto, remanejado ou transferido sem prévia autorização legislativa, e que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Órgão da UG Executora		37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	
Projeto/Atividade		0136 PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA	
PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA A			
Natureza da Despesa Detalhada		Item de Informação	<b>Total:</b>
33900111	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	Crédito Empenhado Liquidado	<b>162.790.860,73</b>
33900113	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE SERVICO	Crédito Empenhado Liquidado	<b>185.745.188,54</b>

33900114	APOSENTADORIA ESPECIAL	Crédito Empenhado Liquidado	14.965.789,86
33900331	PENSOES PREVIDENCIARIAS	Crédito Empenhado Liquidado	106.600.758,22
33900555	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	Crédito Empenhado Liquidado	738.914,03
33900556	SALARIO-MATERNIDADE	Crédito Empenhado Liquidado	2.666.020,57
33900560	ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	Crédito Empenhado Liquidado	41,90
33900568	INDENIZACOES TRABALHISTAS	Crédito Empenhado Liquidado	732,16
33900571	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	Crédito Empenhado Liquidado	1.125,00
<b>Total:</b>			<b>473.509.431,01</b>
Órgão da UG Executora		37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	
Projeto/Atividade		0117 PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA	
33900555	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	Crédito Empenhado Liquidado	1.650,04

Fonte: SIAFI Gerencial

Em resposta à SA nº 189534-53, foi encaminhado o Ofício nº 17/INSS/GABPRES, de 28 de maio de 2007, tendo em anexo o documento 01-300.2 - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 25/05/2007, que esclareceu:

"Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 189534-53, passamos a expor:

Item 1 - a:

Anexamos Nota Técnica nº 001/2007, de 22/02/2007, que esclarece os motivos da execução orçamentária referente aos pagamentos do Auxílio Doença;

Em relação aos itens abaixo discriminados, passamos a expor:

<b>Ação</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Contabilização Incorreta</b>	<b>Contabilização Correta</b>	<b>Observação</b>
Abono Permanência em Serviço	41,90	Classificação Utilizada: 33900560	Classificação Correta: 33900569	Lapso na classificação contábil, porém, a despesa foi executada na ação devida
Indenizações Trabalhistas	732,16	PI Utilizado: RPBADA.AUX	PI Correto: DJ-AUXILIOS	Lapso na utilização do PI, porém, a despesa foi executada na ação devida
Outras Transferências a pessoas	1.125,00	Classificação Utilizada: con33900571	Entendemos ser correta a classificação	Trata de auxílio financeiro a beneficiário estatutário do ex-IPASE, conforme documentos anexos.

Já, com relação à ação de Pagamento de Salário-Família de Segurados, no valor de R\$ 1.650,04, o mesmo se deu por meio de utilização da ação 0141 - Pagamento de Salário Maternidade, quando deveria ter onerado a ação 0117 - Pagamento de Salário-Família. Envidaremos esforços no sentido de que lapso como esse não volte a ocorrer.

Ressaltamos que neste exercício de 2007, as descentralizações orçamentárias estão sendo efetuadas sob rígido controle amarração orçamentária (desdobrando até ao nível de subelemento contábil), fato esse que elimina a possibilidade de execução indevida por parte das Unidades Gestoras descentralizadas."

Cabe ressaltar que, após análise das justificativas apresentadas pelo gestor, observamos uma melhoria no controle da execução orçamentária do INSS, entretanto, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS deve reforçar sua atuação como orientadora e supervisora da execução orçamentária das demais Unidades Gestoras do Órgão, no sentido de evitar que tais problemas voltem a acontecer.

### **3 GESTÃO FINANCEIRA**

#### **3.1 SUBÁREA - RECURSOS REALIZÁVEIS**

##### **3.1.1 ASSUNTO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS - APURADOS**

###### **3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (045)**

INTEMPESTIVIDADE E AUSÊNCIA DE AÇÕES REFERENTES À INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Por meio da SA nº 189534-24, foram solicitadas informações quanto às providências adotadas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, setor responsável pela instauração de Tomada de Contas Especial na Autarquia, a seguir relacionadas:

a) Quantitativo de Tomadas de Contas Especiais instauradas, em andamento e concluídas no exercício de 2006, com os respectivos valores, bem como o estoque de exercícios anteriores com os respectivos andamentos;

b) Quais as providências adotadas com relação às irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV, apontadas em relatório pela CGU;

c) Quais as providências adotadas com relação às irregularidades detectadas na contratação da FUB, apontadas em relatório pela CGU;

d) Quais as providências adotadas em relação ao disposto nos seguintes Acórdãos e Decisões do Tribunal de Contas da União:

- Decisão nº 027/2002 - TCU - Plenário (TC 016.101/2004-4);

- Decisão nº 084/2002 - TCU - Plenário;

- Decisão nº 1.566/2002 (item 8.2.1) e Acórdão nº 02/2005 - TCU - Plenário;

- Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário;

- Acórdão nº 140/2004 - TCU - Plenário;

- Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC 004.029/1999-2 - Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 007.058/2001-0 e demais Acórdãos e Decisões do TCU envolvendo regularização dos pagamentos a título de adiantamento pecuniário - PCCS;

- Decisão nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/202-9) e Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara.

e) Quais as providências adotadas para apurar responsabilidades acerca do incêndio ocorrido no dia 27.12.2005, em imóvel de sua propriedade situado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, conforme constatação apontada no Relatório de Auditoria nº 175153/2006;

f) Quais os resultados das cobranças administrativas: Débitos administrativos a serem recebidos versus Débitos administrativos recebidos;

- g) Quantos processos com indicativo de abertura de TCE existem no Órgão;
- h) Quais os procedimentos adotados para controle do atendimento das orientações encaminhadas por esta Coordenação às Gerências-Executivas acerca da abertura de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade dessas Gerências;
- i) Quais os mecanismos de formalização dos processos de TCE abertos utilizados pela Unidade, inclusive os informatizados. Informar ainda, no caso de sistema informatizado, o órgão responsável pelo desenvolvimento e manutenção do mesmo.

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O INSS, no exercício de 2006, deixou de cumprir a meta prevista para a instauração de Tomada de Contas Especial, mantendo um estoque de 10.879 processos passíveis de TCE e ainda na pendência de cobrança administrativa pelas Gerências-Executivas.

**CAUSA:**

A causa do fato deve-se à ausência de normativos e mecanismos internos que dêem celeridade ao processo de Tomada de Contas Especial.

**JUSTIFICATIVA:**

Em resposta ao solicitado, recebemos o Ofício nº 327/INSS/GABPRES, de 10 de abril de 2007, encaminhando documentos da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, com esclarecimentos e medidas adotadas.

Esclarece o Despacho INSS/DCATCE/CCONT/CGOFC/DIROFL nº 26/07 que:

"a) Informações sobre o quantitativo de TCE instauradas, em andamento e concluídas no exercício de 2006, com os respectivos valores, bem como o estoque e andamento de exercícios anteriores, informamos o seguinte:

Exercício de 2005

=> 20 (vinte) processos instaurados, sendo:

TCE em andamento: 16 (dezesseis) processos

TCE concluídas: 4 (quatro) processos

Exercício de 2006

=> 25 (vinte e cinco) processos instaurados, sendo:

TCE em andamento: 8 (oito), valor: R\$ 15.263.355,19 (quinze milhões, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos);

TCE concluídas: 17 (dezesete), valor: R\$ 13.857.733,96 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos).

b) Providências adotadas com relação às irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV apontadas em relatório pela CGU:

Constituição de Comissão Temporária de TCE instituída pela Portaria nº 34/INSS/DIROFL, de 29 de agosto de 2006. Entretanto, em virtude da conversão dos autos de TCE pelo próprio TCU, desde 05/11/2002, com julgamento em 22/09/2006 DOU nº 183, Acórdão nº 1.726/2006 - TCU - Plenário, a aludida Comissão de TCE encerrou seus trabalhos, ficando a Divisão de Controle e Acompanhamento de TCE no aguardo da oficialização do Tribunal quanto às determinações decorrentes do referido Acórdão.

c) Providências adotadas com relação às irregularidades detectadas na contratação da FUB, apontadas em relatório pela CGU: Solicitação de

dilatação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no sentido de efetuar os devidos levantamentos, averiguações e adoção de providências, uma vez que o respectivo processo não é do conhecimento da Divisão de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial.

d) Providências adotadas em relação ao disposto nos seguintes Acórdãos e Decisões do TCU:

-Decisão nº 027/2002 - TCU - 2ª Câmara. Solicitamos a dilatação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento, no sentido de efetuar os devidos levantamentos, averiguações e adoção de providências.

-Decisão nº 084/2002 - TCU - Plenário. Solicitamos a dilatação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento, no sentido de efetuar os devidos levantamentos, averiguações e adoção de providências.

-Decisão nº 1.566/2002, item 8.2.1. Solicitamos a dilatação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento, no sentido de efetuar os devidos levantamentos, averiguações e adoção de providências.

-Acórdão nº 02/2005 - TCU - Plenário, referente ao PAD nº 35097.003823/2003-09 - TCE 35366.003162/200-58, oriundo de irregularidade na locação de imóvel de terceiro (Betim) na GEXCON/MG. Comissão Temporária de SP sugeriu o arquivamento do processo, devido ao fato de constatar que não houve culpa, com base no Parecer MPS/CJ nº 3.528/2005, validado pelo Ministro do MPS, exculpando e afastando a punibilidade dos envolvidos.

-Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário, refere-se ao descumprimento de determinação contida na Decisão nº 233/2001 - TCU 2ª Câmara, para instauração de TCE dos servidores demitidos devido ao desvio de recursos públicos (item 4.1.1.10 do Relatório DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 160221/2005). Constituiu-se Grupo de Trabalho para instauração da TCE, através da Portaria nº 1565/INSS/DCPRES, de 10/06/2003. Processo de TCE nº 35069.004238/2003-75 com 2 Apensos nºs 35069.001127/1999-40 e 35069.000296/1999-71. Constitui-se nova Comissão Temporária de TCE, na GEX-GO, mediante Portaria nº 22/INSS/DIROFL, de 09.03.2007, com prazo de 90 (noventa) dias, a fim de dar andamento ao processo de TCE.

-Acórdão nº 140/2004 - TCU - Plenário, atinente a intermediação e concessão irregular de benefícios, referente ao PAD nº 35239.001460/2002-17 - Demissão do servidor Antônio Carlos Sonart, PAD nº 35239.001460/02-17. O processo encontra-se na fase de cobrança administrativa na área de origem do fato, a fim de se esgotar as medidas administrativas para, se necessário, posterior instauração de TCE.

-Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 004.029/1999-2 e Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 007.058/2001-0.

Solicitamos a dilatação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atendimento, no sentido de efetuar os devidos levantamentos, averiguações e adoção de providências.

-Decisão nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 004.085/2002-2, apenso TC 008.683/2002-9 e Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara refere-se:

Processo nº 35000.004818/1997-37 - Bradiv. A Comissão Temporária de TCE, instituída pela Portaria nº 1319/INSS/PRES, de 23/05/2006, na Direção-Central, encerrou os trabalhos devido a constatação da conversão dos autos em TCE pelo próprio TCU desde 05/11/2002, corroborando com a Decisão contida no Acórdão nº 1.726/2006 - TCU -

Plenário, ficando a Divisão de TCE no aguardo da oficialização do Tribunal quanto às determinações decorrentes do referido Acórdão.

Processos nºs 35069.001127/1999-40 - Jovenil Batista Lacerda e demais envolvidos e 35069.000296/1999-71 - Mário da Costa Vidica e demais envolvidos, constituiu-se Grupo de Trabalho para instauração da TCE sob o nº 35069.004238/2003-75, mediante Portaria nº 1565/INSS/DCPRES, de 10/06/2003, referente aos processos. Instituiu-se nova Comissão Temporária de TCE, na GEX-GO, mediante Portaria nº 22/INSS/DIROFL, de 09.03.2007, com prazo de 90 (noventa) dias, a fim de dar andamento ao processo de TCE.

e) Providências adotadas para apurar responsabilidades acerca do incêndio ocorrido no dia 27.12.2005:

Esclarecemos que, conforme artigo 3º da IN TCU nº 13/1996, o processo de tomada de contas especial tem caráter excepcional e só deve ser instaurado depois de esgotadas todas as medidas administrativas internas com vistas a recomposição do dano causado ao erário, desde que haja os seguintes pressupostos: ocorrência de dano, cometimento de irregularidade administrativa e a participação de servidor ou agente público. Informamos, outrossim, que regimentalmente não é atribuição da Divisão de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial, apurar responsabilidades.

f) Resultados das cobranças administrativas quanto aos débitos administrativos a serem recebidos versus débitos administrativos recebidos:

Temos como quantificar os valores decorrentes de processos de tomada de contas especiais instaurados e conclusos, dentro da gestão maio de 2005 a dezembro de 2006, dando prioridade ao atendimento dos processos que foram requeridos pelo TCU.

Com relação aos processos na fase de cobrança administrativa cabe registrar a impossibilidade, no primeiro momento, de quantificar resultados, visto ser atribuição da área de origem do dano das Gerências Executivas.

g) Quantidade de processos com indicativo de abertura de TCE existentes no órgão:

Constituiu-se Grupo de Trabalho, mediante a Portaria nº 3.754/INSS/PRES, de 24/08/2006, publicada no BS/INSS nº 164, de 25/08/06, identificando o quantitativo de 10.879 (dez mil, oitocentos e setenta e nove) processos passíveis de tomada de contas especial e ainda na pendência de cobrança administrativa pelas Gerências Executivas, com idade de acervo de mais de dez anos. O Grupo foi constituído por servidores representantes das áreas de controle interno do benefício, auditoria, corregedoria e tomada de contas especial.

O acervo levantado encontra-se sob a responsabilidade da Divisão de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial, desde 26 de novembro de 2006, apesar de não se tratar de atribuição da referida Divisão. Há expectativa de execução de trabalho em meados de julho de 2007, mas em virtude da precariedade de servidores especializados na instituição versus as altas demandas de trabalho interno e, ainda, as grandes solicitações pendentes de atendimento pelos órgãos de controle externo, CGU, TCU e MPF.

h) Procedimentos adotados para controle do atendimento das orientações encaminhadas por esta Coordenação às Gerências Executivas acerca da abertura de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade dessas Gerências:

O controle e acompanhamento dos processos de tomada de contas especial, em âmbito nacional, é realizado mensalmente mediante planilhas de controle, elaboradas pela Divisão de Controle e Acompanhamento de Tomada de Contas Especial, oriundas de informações encaminhadas pelas Comissões Permanentes e Temporárias devidamente constituídas.

i) Mecanismos de formalização dos processos de TCE abertos utilizados pela Unidade, inclusive os informatizados, informar ainda, no caso de sistema informatizado, o órgão responsável pelo desenvolvimento e manutenção do mesmo:

Os processos de TCE são formalizados através de protocolo geral junto as suas respectivas Gerências-Executivas. Testou-se e homologou-se, em 29.03.07, o Sistema de Tomada de Contas Especial, desenvolvido pela Dataprev/Fortaleza, sendo necessário apenas a liberação da disponibilização do sistema de acesso pela referida empresa.

Ressaltamos, ainda, a necessidade de capacitação e treinamento para a implantação e utilização do sistema em questão, direcionados aos servidores das Comissões Permanentes das 100 (cem) Gerências Executivas."

Em complementação às informações apresentadas foi encaminhada a Nota Explicativa nº 01/2007, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de 23.5.2007, a qual aponta como principais entraves relativos à Tomada de Contas Especial:

"-Disfunções e impasses na norma vigente referente a cobrança-administrativa na área de benefícios;

-Ausência de normas internas referentes à cobrança administrativa pertinente as demais áreas do INSS;

-Inconsistências verificadas na IN nº 113/INSS/DC, de 14 de dezembro de 2004, e demais normas internas que também tratavam do assunto no âmbito do INSS, levando a DCATCE a rever, corrigir e unificar tais procedimentos;

-Noções deturpadas das demais áreas, em âmbito nacional, quanto ao assunto tomada de contas especial, levando a confundir, em muito, o conceito e finalidade de tomada de contas;

-Não atendimento das informações requeridas junto às GEX, quanto ao quantitativo de processos passíveis de TCE, sobrestados na fase de cobrança administrativa ou pendentes de cumprimentos a Decisões e Acórdãos, no âmbito de sua jurisdição;

-Processos e relatórios sofríveis em sua formalização, ocasionando retrabalho das Comissões Temporárias e Permanentes, pela falta de elementos essenciais para a quantificação do indébito e identificação dos responsáveis;

-Ausência no cumprimento, pelas respectivas áreas onde ocorreu o dano nas GEX, quanto aos esclarecimentos das solicitações requeridas pelas Comissões de TCE, no intuito da não nulidade ao processo;

-Rotatividade dos membros das Comissões Permanentes de TCE, cabendo registrar que os referidos membros são designados pelos Srs. Gerentes-Executivos;

-Constrangimento dos membros das Comissões, na execução dos trabalhos, com relação aos servidores envolvidos.

-Ausência de capacitação para os Gerentes-Executivos quanto às normas legais e fluxo aplicável à cobrança na fase administrativa e providências decorrentes, com vistas a promover a recuperação do indébito;

Providências adotadas com relação aos gargalos:



- Capacitação para 02 (dois) servidores das Comissões Permanentes de TCE das GEX e GER, bem como treinamento para operacionalização do Sistema TCE autorizado e previsto para julho de 2007;
- Emissão de orientação em conjunto com a Corregedoria-Geral, em 07/05/2007, estabelecendo procedimentos imprescindíveis para subsidiar os processos na fase de tomada de contas especial;
- Padronização e elaboração das minutas anteriormente citadas, relativas à recomposição do dano ocorrido, quer pela via administrativa, quer pela via de instauração de tomada de contas especial, conforme cópias em anexo. Para esta providência, gestões imediatas estão sendo implementadas, ressaltando que as suas publicações dependerão da análise e parecer técnico da Procuradoria Federal Especializada, bem como aprovação final da Presidência do INSS;
- A DCATCE, conforme proposto, a partir do mês de março/2007, vem levantando os indicadores e encaminhando para conhecimento das respectivas áreas;
- Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 3.754 INSS/PRES, de 24/08/2006, mapeando o quantitativo de 10.879 (dez mil, oitocentos e setenta e nove) processos passíveis de tomada de contas especial."

Por meio do Ofício n.º 632/INSS/GABPRES, de 19.6.2007, foram apresentadas informações em resposta à SA n.º 189534-56. Cabe ressaltar que as respostas apresentadas são as mesmas fornecidas anteriormente, não alterando a justificativa do gestor.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Dispõe o artigo 1º e parágrafos da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de dezembro de 1996:

"Art. 1º - Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano aos cofres públicos, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e ao imediato ressarcimento ao Erário.

§ 1º - A não adoção das providências referidas no caput deste artigo, no prazo máximo de cento e oitenta dias, caracterizará grave infração à norma legal, sujeitando a autoridade administrativa competente à imputação das sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilização solidária.

§ 2º - Esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno, a autoridade administrativa competente deverá providenciar a instauração da tomada de contas especial."

Observa-se nos resultados apresentados pelo INSS em 2006 que não houve atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle quanto à necessidade de instauração de Tomada de Contas em situações específicas.

Os processos de TCE instaurados no decorrer do exercício de 2006 não foram concluídos. Dos 25 processos instaurados foram concluídos 17 e até a presente data estão em andamento 8 processos. Existe, ainda, um total de 10.879 processos passíveis de instauração de TCE e na pendência de cobrança administrativa pelas Gerências-Executivas, com idade de acervo de mais de 10 anos.

Esse fato é corroborado pela informação contida na Prestação de Contas do INSS, exercício de 2006, de que há um elevado índice de Cobranças Administrativas não concluídas, o que demonstra dificuldades operacionais persistentes envolvendo essa atividade, haja visto que a situação ora verificada não se alterou em relação àquela constatada ao final do exercício de 2005.

Da meta física de instauração de 210 processos de TCE estabelecida para 2006, apenas 17 processos foram concluídos e 8 estão em andamento.

Estes fatos demonstram intempestividade por parte do gestor na realização de atos visando a restituição aos cofres públicos de valores indevidos, conforme determina o artigo 2º, parágrafo 1º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4.12.1996.

Verifica-se a necessidade da criação de normativos internos que definam prazos, funções de cada área no processo, bem como sistemática de acompanhamento das Tomadas de Contas Especial, de forma a dar celeridade aos processos.

Portanto, faz-se necessário a adoção de providências, inclusive com apuração de responsabilidade para identificação dos responsáveis pelo acervo de 10.879 processos passíveis de instauração e com idade acima do permitido pela legislação (180 dias).

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
057.404.358-62	GUILHERME FERNANDO SCANDELA	DIRETOR DIROFL
138.615.653-15	ANTONIO BACELAR FERREIRA	COORD-GERAL DE ORÇAMENTO

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Criar mecanismos normativos e sistêmicos que permitam dar celeridade aos processos pendentes de instauração de TCE no órgão.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Apurar responsabilidade pelo acervo existente de 10.879 processos passíveis de instauração de TCE, com idade acima de 180 dias.

**3.1.1.2 INFORMAÇÃO: (046)**

Na análise dos Balanços Financeiro e Orçamentário do INSS encaminhados por meio da Prestação de Contas do exercício de 2006 - Processo nº 35000.000380/2007-41, identificou-se duas situações referentes a Restos a Pagar e ao superávit orçamentário.

Com relação a "Restos a Pagar" foram inscritos R\$ 1.165.058.435,94. Destes, R\$ 920.496.936,50 foram cancelados. Registra-se que as despesas operacionais do INSS, excluídos os pagamentos de benefícios, totalizaram R\$ 4.627.501.168,89. Utilizando-se essas informações para obter o índice de restos a pagar no exercício, aplicou-se o total inscrito em Restos a Pagar dividido pelo total de despesas executadas no período, para manutenção operacional do INSS, apresentando como resultado um índice alto de restos a pagar de 25,7%, conforme se verifica a seguir:

$1.165.058.435,94 \times 100 / 4.627.501.168,89 = 25,7\%$

Consta do Balanço Financeiro que o saldo total de ingressos e dispêndios em 2005 foi de R\$ 469.141.276.763,70 e, em 2006 foi de R\$ 542.865.243.045,22. Estes valores englobam ingressos e dispêndios orçamentários e extra-orçamentários, transferências recebidas e concedidas, saldos disponíveis do exercício anterior e disponíveis

para o exercício seguinte, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 e determinações da Secretaria do Tesouro Nacional.

No Balanço Orçamentário verifica-se que, do total de R\$ 182.397.724.318,11 fixado para as despesas da autarquia, foram executados em 2006 R\$ 181.856.778.230,65, gerando um superávit orçamentário de R\$ 540.945.087,46.

### 3.1.1.3 INFORMAÇÃO: (047)

Em consulta realizada no sistema SIAFI GERENCIAL verificamos que o INSS recebeu, a título de Sub-Repasse, e concedeu às suas Unidades Gestoras, a título de Sub-Repasse, um total de R\$ 8.600.395.691,73, conforme quadro a seguir:

Fonte de Recursos		Sub-Repasse Concedido	Sub-Repasse Recebido
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.303.813.869,17	1.303.813.869,17
18	CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	99.856.941,41	99.856.941,41
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	10.133.453,80	10.133.453,80
50	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	65.189.226,01	65.189.226,01
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	334.648.254,15	334.648.254,15
53	CONTRIBUIÇÃO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	4.970.687.837,84	4.970.687.837,84
54	CONTRIBUIÇÃO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	70.149.486,69	70.149.486,69
56	CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	550.122.091,17	550.122.091,17
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	1.195.758.531,97	1.195.758.531,97
77	FONTE A CLASSIFICAR	750,00	750,00
90	RECURSOS DIVERSOS	35.249,52	35.249,52
<b>Total</b>		<b>8.600.395.691,73</b>	<b>8.600.395.691,73</b>

Saldo em 31.12.2006

Observando as informações do quadro anterior, verificamos que os valores foram efetivamente recebidos a título de sub-repasse, bem como efetivamente concedidos a título de sub-repasse.

### 3.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (048)

AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE NA REGULARIZAÇÃO DA CONTA DIVERSOS RESPONSÁVEIS

Em análise das informações contidas no SIAFI constatamos o saldo de R\$154.943.962,87, na Conta Diversos Responsáveis Apurados, composto da seguinte forma:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Atual
1.1.2.2.9.00.00	Diversos Responsáveis - Apurados	138.455.810,58	17.947.042,83	1.458.890,54	154.943.962,87
1.1.2.2.9.01.00	Pagamentos Indevidos	129.427.017,84	1.124.543,46	576.737,19	129.974.824,11
1.1.2.2.9.02.00	Saldos não Recolhidos	146.360,19	8.974,49	6.400,00	148.934,68

1.1.2.2.9.03.00	Desfalques ou Desvios	921.583,45	-0-	-0-	921.583,45
1.1.2.2.9.04.00	Débitos de Terceiros em Prest. Ser	0,01	-0-	-0-	0,01
1.1.2.2.9.05.00	Responsáveis por Danos ou Perdas	2.556.143,41	2.667,65	5.070,66	2.553.740,40
1.1.2.2.9.08.00	Falta ou Irregularidade de Comprov	0,37	200,00	200,00	0,37
1.1.2.2.9.15.00	Fraudes em Benefícios	5.404.705,31	16.810.657,23	870.482,69	21.344.879,85

Por meio da SA nº 189534-53 foram solicitadas informações acerca das providências que estão sendo adotadas no sentido de depurar o saldo da conta Diversos Responsáveis - 1.1.2.2.9.00.00, exclusivamente quanto aos valores a receber por responsabilidades apuradas e imputadas a servidores ou a terceiros.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Em que pesem as ações iniciadas pelo Setor de Contabilidade, no sentido de regularizar a conta "Diversos Responsáveis", o assunto ainda continua pendente de regularização, por falta de ação das diversas áreas do INSS, responsáveis pela disponibilização das informações necessárias.

#### **CAUSA:**

A causa está relacionada à ausência de normativo e sistemática de acompanhamento/monitoramento de direitos a receber.

#### **JUSTIFICATIVA:**

Em resposta à solicitação desta CGU, foram encaminhados os seguintes esclarecimentos:

"1 - O presente trata de solicitação da Controladoria-Geral da União, que através do documento SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 189534-53, de 24/05/2007, solicita informação acerca das determinações exaradas no ACÓRDÃO TCU Nº 2.235/2006 - 1ª CÂMARA (PROCESSO TC Nº 009.970/2000-5 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INSS - EXERCÍCIO DE 1999, como segue:

"4-Informar as providências que estão sendo adotadas no sentido de depurar o saldo da conta Diversos Responsáveis - 1.1.2.2.9.00.00, exclusivamente quanto aos valores a receber por responsabilidades imputadas a servidores ou a terceiros".

2 - O saldo no grupo DIVERSOS RESPONSÁVEIS, mais especificamente, na conta 11.229.15.00 - FRAUDES EM BENEFÍCIOS, em sua maioria, originou-se de processos de Tomada de Contas Especial/TCE, que após trânsito pelas setoriais contábeis para registro, eram encaminhados às Procuradorias para fins de inscrição em Dívida Ativa.

3 - Em nosso despacho, datado de 25/09/2006, nos comprometemos a desenvolver um trabalho buscando agilizar, em médio prazo, informações, extraídas dos sistemas INFORMAR/DÍVIDA e PLENUS/SISBEN/BENEF para posterior remessa aos Gerentes Executivos do INSS nos Estados e no Distrito Federal, solicitando dos mesmos providências e soluções, junto aos órgãos de BENEFÍCIOS E PROCURADORIA.

4 - Em cumprimento ao prometido, levamos ao conhecimento dessa Controladoria-Geral da União que já realizamos as pesquisas em todas as Gerências Executivas, ou seja, 101 (cento e uma) e encaminhamos, através de memorando, aos respectivos Gerentes Executivos, para adoção de providências, a seu cargo, junto aos órgãos acima citados.

5 - Por amostragem, elaboramos um dossiê completo de uma Gerência Executiva (Fortaleza/CE) e encaminhamos à Auditoria-Geral e à Procuradoria-Geral solicitando daquelas áreas acompanhamento e parecer, respectivamente, com o intuito de agilizar a presente demanda.

6 - Levamos ao vosso conhecimento que dentre as diversas situações dos falecidos, podemos nos deparar com aquelas em que o devedor ainda não havia sido citado e tendo em vista a ausência de informações nos autos acerca de seus herdeiros e/ou sucessores, são realizadas diligências no sentido de se obter tais informações, em sua maioria não se obtendo êxito.

Existem os casos em que os ofícios citatórios foram assinados indevidamente por outra pessoa.

Existem, ainda, responsáveis, já falecidos, que, mesmo citados, não apresentaram alegações de defesa nem recolheram as quantias devidas, permanecendo revéis. Podemos citar os casos em que a responsabilidade do devedor se encerra por grave defeito do ponto de vista jurídico, pois a citação efetivada à responsável foi dirigida a "eventuais herdeiros e/ou sucessores". Entendemos que a citação é pessoal, devendo alcançar pessoa certa e determinada, podendo, por execução, ser feita a representante legal ou a procurador legalmente habilitado, nos termos do art. 215 do Código Processual Civil. Dessa forma, considerando o advento da morte dos responsáveis antes de ter sido efetuada a sua citação e o fato de não terem sido localizados herdeiros e/ou sucessores que pudessem responder pelo débito, sugerimos seja solicitado parecer da Procuradoria-Geral sobre a baixa contábil de tais registros vez que, provavelmente, os autos da cobrança executiva serão arquivados, por economia processual, com/sem cancelamento do débito.

7 - Em resumo, para que a Coordenação de Contabilidade possa depurar/movimentar o saldo das contas do grupo - Diversos Responsáveis - faz-se necessário que os órgãos detentores das informações as disponibilizem rotineira e tempestivamente.

8 - A seguir, transcrevemos as providências solicitadas no item 24 dos Memorandos encaminhados às Gerências Executivas nos Estados e no Distrito Federal:

"24 - Por todo o acima exposto sugerimos seja o presente encaminhado ao órgão de Benefícios e ao órgão de Procuradoria, solicitando as seguintes providências:

PROCURADORIA (ANEXOS I, II e III)

Decisão sobre a possibilidade, ou não, daquela Procuradoria autorizar o comando das consignações (complemento negativo) sobre os segurados inscritos em Dívida Ativa, elencados no ANEXO I, que hoje possuem benefício em manutenção, conforme demonstrado no ANEXO II.

Parecer sobre a baixa, ou não, para os responsáveis falecidos (ANEXO III), verificando se estão acostados aos autos a Certidão Negativa fornecida pelo respectivo Cartório de Registro de Imóveis ou cópia da sentença do Juiz de Direito da Comarca, competente para sucessões, onde o mesmo declara não haver, de fato, bens dos falecidos a inventariar. Entendemos que não havendo transferência de patrimônio, não se pode estender a responsabilidade pela reparação do dano aos sucessores, s.m.j, sendo inaplicável o que dispõem os arts. 5º inciso XLV, da Constituição Federal, e 5º da Lei nº 8.443/92. Embora tenha havido dano e haja sido quantificado o débito, a morte dos responsáveis extingue o feito por ausência do pólo passivo na relação

jurídica processual.

BENEFÍCIOS (ANEXOS IV, V e VI)

Justificativa/informação sobre o pagamento, ou não, dos devedores inscritos em Diversos Responsáveis (ANEXOS IV) que hoje possuem benefício em manutenção (ANEXO V) e dos falecidos (ANEXO VI), informando, inclusive, o valor atualizado do débito, bem como das parcelas pagas. Em caso negativo, qual o impedimento legal.

Fundamentação legal para concessão de benefício assistencial (88 - AMPARO SOCIAL AO IDOSO) cumulativamente com benefício previdenciário (41 - APOSENTADORIA POR IDADE) em nome da segurada - RITA PINHEIRO DA ROCHA, BENEFÍCIOS N°s 1095148580 e 0643916199, respectivamente, NIT N° 1.134.594.591-9.

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

De posse das informações dos órgãos de Procuradoria e Benefícios, proceder aos ajustes necessários no SIAFI, e conseqüentemente, nos INVENTÁRIOS (peças integrantes do processo de Prestação de Contas da Entidade).

Confrontar os registros inscritos nos grupo contábil 11.229.00.00 com os créditos inscritos em Dívida Ativa não Previdenciária, conta 12.211.02.00. Uma vez constatada a inscrição, efetuar a baixa naquele grupo, evitando-se, assim, duplicidade de lançamentos. Emitir NL de baixa para os seguintes devedores:"

9 - Por óbvio, tão logo tenhamos resposta concreta às nossas solicitações, efetuaremos os respectivos registros no SIAFI."

Por meio do Ofício n.º 632/INSS/GABPRES, de 19.6.2007, foram apresentadas informações em resposta à SA n.º 189534-56. Cabe ressaltar que as respostas apresentadas são as mesmas fornecidas anteriormente, não alterando a justificativa do gestor.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Verifica-se nos apontamentos e justificativas do gestor a ausência de efetividade na depuração das pendências contidas na conta "Diversos Responsáveis", considerando que as providências necessárias para a regularização da conta estão relacionadas a uma ação conjunta das áreas do INSS.

A demora nestas ações demonstram que a intempestividade, por parte do gestor, pode causar prejuízos ao erário, considerando que valores não reavidos pelo INSS em tempo hábil podem ser perdidos, como no caso de fraudes em benefícios, apontado pelo próprio gestor no item 6 do Memorando CCONT nº 131/2007 de 26.5.2007.

Portanto, é necessária a criação de normas definindo prazos, atuação de cada área na depuração dos saldos e uma sistemática de acompanhamento, inclusive com apuração de responsabilidade para identificação dos responsáveis pela não atuação em tempo hábil, o que ocasionou perdas de valores que não foram reavidos por declínio no direito de cobrança.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
057.404.358-62	GUILHERME FERNANDO SCANDELA	DIRETOR DIROFL
138.615.653-15	ANTONIO BACELAR FERREIRA	COORD-GERAL DE ORÇAMENTO

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Criar mecanismos e sistemáticas que permitam dar celeridade à depuração dos saldos passíveis de cobrança.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Apurar responsabilidade pela não atuação em tempo hábil para reaver os valores devidos, e que venham a ser perdidos, causando prejuízos aos cofres públicos.

**4 GESTÃO PATRIMONIAL**

**4.1 SUBÁREA - INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO**

**4.1.1 ASSUNTO - REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS**

**4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (049)**

AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DAS UNIDADES DO INSS NO INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS DE 2006 E DO INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO INSS DE 2006

Trata a análise sobre a emissão de inventário anual de bens, relativos aos exercícios de 2005 e 2006, do INSS, bem como de informações sobre as baixas patrimoniais dos bens móveis localizados no prédio de propriedade do Instituto, sinistrado em 27.12.2005, por incêndio, e ainda sobre os levantamentos e providências em relação aos equipamentos de informática locados de terceiros, atingidos no referido incêndio.

Sobre o assunto, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 189534-23, de 28.03.2007, para que fosse informado o que segue:

a) Informar se foram elaborados os inventários anuais de bens móveis relativos aos exercícios de 2005 e 2006, no âmbito da Direção Central desse Instituto.

b) Informar as providências adotadas no sentido de regularizar as baixas patrimoniais dos bens móveis pertencentes à Direção Central em razão do incêndio ocorrido em 27.12.2005 no prédio localizado no SAS, Quadra 2, Bloco "O", Brasília - DF.

c) Informar se foram concluídos os levantamentos e quais as providências adotadas com relação aos equipamentos de informática locados de terceiros, inclusive os de contratos vencidos, atingidos pelo referido incêndio ocorrido em 27.12.2005.

De acordo com as informações apresentadas pelo INSS, não foi emitido o inventário dos bens referente ao exercício de 2006. Foi emitido apenas o inventário dos bens móveis da Presidência do INSS, conforme Relatório de Bens Móveis encaminhado pela Comissão de Inventário, constituída pela Portaria nº 78/DIROFL/INSS, de 22.12.2006.

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O gestor não apresentou o Inventário de Bens do INSS do exercício de 2006, e informou da impossibilidade da apresentação do Inventário do exercício de 2005, face ao sinistro ocorrido.

**CAUSA:**

Ausência de um planejamento sistemático para elaboração do Inventário Patrimonial do INSS.

**JUSTIFICATIVA:**

Em resposta à Solicitação de Auditoria anteriormente mencionada, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, encaminhou as informações

prestadas pelo Serviço de Suprimentos e Materiais, informando o que segue:

"1 - (...)

2 - (...), cumpre-nos relatar abaixo as providências adotadas em relação a Gestão Patrimonial desta Direção Central, de acordo com os itens ali solicitados."

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Na documentação encaminhada observa-se que foi constituída a Comissão de Inventário, pela Portaria nº 78/DIROFL/INSS, de 22.12.2006, a qual apresentou o Relatório de Bens Móveis apenas da Presidência do INSS e não do Órgão como um todo, referente ao exercício de 2006.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
057.404.358-62	GUILHERME FERNANDO SCANDELA	DIRETOR DIROFL
290.899.050-49	VALTER GIUGNO ABRUZZI	COORD-GERAL DE ENGENHARIA

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Providenciar o Inventário dos Bens resultante de levantamento e identificação de bens, visando a comprovação de existência física, integridade das informações contábeis e responsabilidades dos usuários detentores dos bens.

Providenciar as baixas de bens patrimoniais inutilizados pelo sinistro ocorrido.

#### **4.1.2 ASSUNTO - SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL**

##### **4.1.2.1 INFORMAÇÃO: (051)**

O INSS buscou implementar ações voltadas a atender recomendação do Tribunal de Contas da União de modo a realizar entre o Ministério da Previdência Social e a Secretaria de Patrimônio da União, em conjunto com a STN, estudos jurídicos contábeis com o propósito de desenvolver mecanismo que possibilitasse o registro, no Balanço Patrimonial, dos bens imóveis de uso, cessão, alocação ou alienação pelo Instituto, com observância do princípio contábil do conservadorismo.

Por intermédio do Ofício nº 272/INSS/GABPRES, de 27.03.2001, foi encaminhado o Memorando nº 33, de 05.02.2007, informando o que segue:

"1. (...)

2. Esclarecemos que no tocante a despesa pública já emitimos documentos ao TCU, Memorando nº 176 - INSS/CCONT, ficando pendente os ajustes referentes a receita Pública.

3. Referente a receita a SOF emitiu Nota Técnica, segundo minuta em anexo, que nos fora enviado por correio eletrônico, esclarecendo os motivos pelos quais não há necessidade de criação das naturezas de receita na forma solicitada no Acórdão nº 1.495/2004. O INSS entrou em contato com a STN a fim de viabilizar outra forma de registro e, por conseguinte, demonstração das receitas na forma determinada pelo referido Acórdão.

4. Foram criadas então contas no compensado do grupo 19996.32.00 - Controle de Arrecadação por tipo de bens públicos, na forma que segue:

4.1 Conta 19996.32.01-Aluguel - Bens de Uso Especial.

4.2 Conta 1999.32.02 - Aluguel - Bens Dominicais

4.3 Conta 1999.32.03 - Taxa de Ocupação - Bens de Uso Especial

Conta 1999.32.04 - Taxa de Ocupação - Bens Dominicais"



#### **4.1.2.2 INFORMAÇÃO: (052)**

Com a finalidade de verificar as medidas adotadas pela área de Engenharia e Patrimônio do INSS com relação ao prédio situado no SAS, Quadra 2, Bloco "O", de propriedade do Instituto, em virtude do incêndio ocorrido, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 189534-18, indagando sobre as providências que estão em andamento com vistas à recuperação do citado imóvel, bem como esclarecimentos quanto ao aparente estado de abandono e depredação em que se encontram os tapumes e os demais dispositivos de segurança e proteção da área. Em resposta ao solicitado, a Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS, em despacho datado de 27.03.2007, esclareceu o que segue:

"1.(...)

2.Nesse sentido, passamos a expor as providências já adotadas ou em curso no âmbito desta Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário - CGEPI e que julgamos de maior importância para atender a solicitação da CGU. Para melhor apresentação das informações as providências serão classificadas como de médio e curto prazo, tomando-se por base a expectativa temporal dos seus efeitos sobre o objeto em tela. Assim, serão consideradas como de médio prazo as providências afetas ao processo de licitação e execução da reforma do prédio, e de curto prazo as providências relativas a promoção da segurança e proteção da área do prédio.

3.Quanto as providências de médio prazo destacam-se as tratativas constantes nos seguintes processos:

Processo nº 35000.000243/2006-26: Aberto em 10/03/2006, conforme Pedido de Execução de Serviços - PES à fl. 06, este processo trata da contratação de empresa especializada para a reforma do Bloco "O" e "P", situados no SAS, Quadra 2 - Brasília/DF. O processo foi instruído com os elementos técnicos de engenharia necessários a contratação e execução da obra, em seguida submetido à Procuradoria Federal Especializada cujas recomendações encontram-se em fase de atendimento por parte desta Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário e demais áreas envolvidas. Conforme informação da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, foi solicitado crédito suplementar para atender tal objeto.

Processo nº 35000.001455/2006-26: (...) conforme Pedido de Execução de Serviços - PES a fl. 07, este processo trata da contratação de empresa de engenharia especializada na execução de ensaios e elaboração de projetos de reforço estrutural. Tais serviços visam identificar, medir e corrigir deficiências estruturais do prédio sinistrado. Neste caso, a licitação já ocorreu no último dia 20.03.2007 tendo sido o certame deserto por falta de participantes. Com efeito, o processo já se encontra na área técnica para avaliar eventuais efeitos técnicos de qualificação face o mercado existente.

4.Quanto às providências de curto prazo, cujos efeitos estão diretamente afetos a abordagem e solução do aparente abandono e depredação que se encontram os tapumes e os demais dispositivos de segurança e proteção da área. Sobre tais providências, informamos que esta Coordenação atendendo solicitação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC, através do Memorando 004/CGLC/SEAG/INSS (fl. 08), elaborou e instruiu os elementos técnicos necessários à contratação de empresa para execução de tapume, telamento, guarda corpo, recuperação do bandejamento e demais serviços necessários a se

promover as condições mínimas de segurança dos transeuntes e ocupantes dos prédios do entorno do Bloco "O" e "P". Tal expediente tramita no INSS sob o comando SIPPS nº 26208519 - Processo nº 35000.000415/2007-42.

5. Consoante ainda as condições de segurança e proteção da área do Bloco "O" e "P", registra-se a existência do CONVÊNIO 02/2006 - Processo nº 35000.000970/2006-93 (fls.09/17), firmado entre a Controladoria-Geral da União - CGU, e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 09.08.2006, em especial para uso do subsolo do Bloco O como estacionamento pela CGU.

6. Logo, do conjunto de providências destacam-se aquelas citadas nos itens 3 e 4, cuja convergência de resultados trará imediatamente a solução dos problemas relativos à falta de segurança e proteção da área e conseqüente efeito dos termos do Convênio 02/2006 firmado entre a CGU e o INSS."

Conforme os fatos descritos, o INSS vem adotando providências no sentido de sanar e restabelecer o isolamento e segurança do local, bem como a recuperação do prédio sinistrado, ambos os casos em tramitação para procedimento licitatório.

## **4.2 SUBÁREA - BENS IMOBILIÁRIOS**

### **4.2.1 ASSUNTO - UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS**

#### **4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (050)**

FALTA DE ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO NAS APS, EQUIPAMENTOS OCIOSOS E AUSÊNCIA DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS EM SISTEMA DA UNIÃO

Ações de auditoria realizadas pelas CGUs/Regionais, nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, na área de Gestão Patrimonial, evidenciaram inconsistências nos registros de imóveis de propriedade do Instituto e problemas estruturais de utilização de áreas físicas nas Agências da Previdência Social, conforme a seguir relatado:

Belo Horizonte - MG

Verificou-se nas Agências Oeste e Padre Eustáquio, nos locais de atendimento ao público, espaços e equipamentos ociosos que deveriam ser utilizados a fim de otimizar o atendimento. Ao mesmo tempo, na APS Oeste, no guichê da triagem, só há um servidor atendendo, sendo que se trata do atendimento mais demandado e que possuiu a maior fila. (item 3.1.1.5 do Relatório/CGU-MG nº 183644).

Em visita às APS Floresta, Sul, Santa Efigênia e Barreiro, observaram-se os seguintes problemas: corredores de espera para a perícia médica sem ventilação e iluminação adequadas que, além do desconforto evidente, podem representar potencial risco de disseminação de doenças; consultórios voltados para o sol e sem cortina ou ventilação; falta de bebedouros em adequado funcionamento; interdição de banheiro devido a problemas hidráulicos; falta de identificação no lado externo da APS, dificultando a localização da mesma. (item 3.1.1.2 do Relatório/CGU-MG nº 183644).

Rio Grande do Sul - RS

Foi constatado na Gerência Executiva em Santa Maria/RS que os 19 (dezenove) imóveis próprios nacionais constantes do inventário da citada Gerência não estão registrados no Sistema SPIUNET, em desacordo com o que está determinado na Portaria Interministerial MF/MPOG nº 322, de 23/08/2001, e normatizada na ON-GEAPN-007/SPU/MPOG, de 24/12/2002. (item 4.1.1.1 do Relatório/CGU-RS nº 183651).

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O gestor, em relação às constatações apontadas nas Agências da Previdência Social - APS em Oeste, Padre Eustáquio, Floresta, Sul, Santa Efigênia e Barreiro, todas situadas em Belo Horizonte/MG, não otimizou melhoria no atendimento, nem tampouco a adequação da utilização dos espaços físicos.

Com relação às constatações registradas em Santa Maria/RS, o gestor não adotou as providências constantes da Portaria Interministerial MF/MPOG nº 322, de 23/08/2001, e normatizada na ON-GEAPN-007/SPU/MPOG, de 24/12/2002.

**CAUSA:**

Ausência de avaliação e de adequação de espaço físico, de registro de imóveis no SPUINET e má utilização de equipamentos e falta de capacitação de servidores para atendimento ao público na APS.

**JUSTIFICATIVA:**

Os gestores, em decorrência dos fatos apontados, apresentaram as seguintes justificativas:

"Na Agência Oeste à época da reforma, o horário de atendimento era de 7:30 às 14:30 horas, além do atendimento específico da atual Delegacia da Receita Previdenciária ser efetuado na APS. A partir de janeiro/06, o horário de atendimento da APS foi alterado para 07:30 às 17:30, e os atendimentos da Delegacia da Receita Previdenciária foram deslocados para o prédio da Rua da Bahia, 888. Com essas alterações, o aporte de novos servidores não veio a suprir a ocupação de todos os pontos de atendimento, além de existirem servidores de férias, licença para tratamento de saúde e viagem para desenvolvimento de projetos gerenciados pela Previdência do INSS. Vale ressaltar que está sendo desenvolvido na APS Oeste, um piloto de Projeto de Capacitação em Serviço, visando melhoria da qualidade do atendimento."

A unidade Padre Eustáquio informou que deve-se ao fato de terem que atender demandas internas, como: análise de processos, atendimento à Ouvidoria, controle interno, controle operacional do sistema SABI e outros tipos de análise que não tem condições de serem feitas no guichê e ainda em face do número reduzido de servidores para o atendimento por período integral, quando os mesmos têm que ser divididos em dois grupos.

Com relação à permanência de um servidor na triagem, a unidade Oeste justifica que ainda não foi possível implantar o sistema PHILA em mais de uma máquina, para distribuição de fichas de ordenamento de atendimento. Caso o servidor que estiver distribuindo, naquele dia, as fichas, tenha que se ausentar, outro é destacado para substituí-lo imediatamente.

Quanto à questão da ventilação e iluminação, isto é, o aproveitamento do espaço físico, o responsável pela agência Floresta afirmou ter solicitado mudanças para solução dos inconvenientes, e alegou que a inauguração futura, prevista em Decreto, de outra instalação em local diverso, reduziria o fluxo de segurados nas demais agências. Com relação ao bebedouro estragado na APS Sul, e ao banheiro inoperante na APS Santa Efigênia, trata-se, segundo o gestor de situações causadas, respectivamente, por roubo e por vandalismo.

Quanto à falta de identificação na agência Barreiro, justificou-se a mesma pelo insucesso na procura de um imóvel, além da inviabilidade de

reforma no local.

O gestor, com relação aos registros dos imóveis da GEX Santa Maria/RS, afirmou que "foi feito um treinamento em Porto Alegre sobre o Sistema SPIUNET, em 0.07.2003, onde não foi possível a implementação por problemas no referido Sistema que superavalia o valor dos imóveis, por isso não foi implementado".

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Infere-se, nas constatações registradas nas Agências da Previdência Social - APS em Floresta, Sul, Santa Efigênia e Barreiro, a partir das justificativas apresentadas e do que consta do relatório de auditoria que, nos casos em que foi constatado o problema e encaminhadas as soluções, não há comprovação (documento com o planejamento do layout de reforma) de que as medidas saneadoras serão adotadas, nem sobre em qual momento isso ocorrerá. Ademais, não foram implementadas soluções provisórias. Nos demais casos (falta de bebedouro, banheiro indisponível, e falta de placa identificadora), as justificativas apenas corroboram as constatações.

As justificativas apresentadas reforçam o fato de que não há servidores técnicos administrativos qualificados suficientes no atendimento direto ao público, para que o tempo de espera para atendimento do segurado seja menor, tanto dentro da agência como para os agendamentos. Mantém-se a constatação de que há equipamentos ociosos nas referidas agências.

A GEX de Santa Maria/RS não esclareceu de forma conclusiva os fatores que impediram o registro dos imóveis no Sistema SPIUNET até o momento. Além disso, não foram apresentados documentos que comprovem a existência dos aludidos problemas no Sistema. De qualquer maneira, a Unidade reconheceu a existência da falha apontada, de forma que fica mantida a constatação.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
324.994.936-15	PITAGORAS TADEU MIRANDA DE ALM	GER EXEC GEX BELO HORIZ
469.526.910-49	ADELAR VICENTE RODRIGUES ESCOB	GER EXEC GEX STA MARIA

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Enviar esforços para disponibilizar quantitativo adequado de servidores, bem como qualificá-los no atendimento direto ao público, para que haja otimização da utilização dos equipamentos e espaços, a fim de melhorar o atendimento da demanda, evitando-se, dessa forma, a presença de computadores ociosos e guichês vazios.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Implementar as melhorias necessárias à realização de um atendimento seguro e confortável aos segurados, atentando-se para o fato de que, enquanto as reformas não forem realizadas, deve-se adotar medidas alternativas a curto prazo para que os segurados tenham acesso a uma infra-estrutura básica.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Recomenda-se que a Unidade passe a registrar seus imóveis no Sistema SPIUNET, conforme determina a Portaria Interministerial MF/MPOG nº 322/2001, regulamentada pela ON-GEAPN-007/SPU/MPOG, de 24/12/2002.

## 5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 5.1 SUBÁREA - MOVIMENTAÇÃO

#### 5.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL

##### 5.1.1.1 INFORMAÇÃO: (055)

Com a finalidade de obter o quantitativo e a distribuição dos servidores do INSS, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 189534-14, de 20.03.2007, à Diretoria de Recursos Humanos do Instituto para que fosse informado o que segue:

-O quantitativo de servidores ativos e temporários, por categoria funcional, bem como as suas localizações por área (Áreas Meio e Áreas Fim);

-Os ocupantes de cargos/funções, destacando os sem vínculos com a Administração Pública, em exercício de cargos em comissão;

-Informar, ainda, o quantitativo de aposentados e instituidores de pensão.

Por intermédio do Ofício nº 376/INSS/GABPRES, de 20.04.2007, o Órgão de Recursos Humanos do Instituto apresentou as seguintes informações:

Quantitativo de Servidores por Níveis/Áreas			
Níveis	Áreas		Totais
	Fim	Meio	
NA	59	13	72
NI	19.786	8.515	28.301
NS	10.447	2.189	12.636
Totais	30.292	10.717	41.009

Conforme demonstrado, o Instituto conta com a força de trabalho de 41.009 servidores e ainda, com mais 2.638 servidores cedidos a outros Órgãos, conforme demonstrado no item 5.2.1.7 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

A seguir foi apresentado o Quadro de Cargos em Comissão e de Funções existentes e ocupadas de acordo a estrutura do INSS e SIAPE:

Quantitativo de Cargos e Funções Existentes e Ocupadas em Dezembro/2006			
Cargos/Funções	Existentes	Ocupadas	Diferenças
DAS - 6	1	1	0
DAS - 5	6	6	0
DAS - 4	28	27	1
DAS - 3	39	26	13
DAS - 2	370	136	234
DAS - 1	696	471	225
FG - 1	1.715	1.138	577
FG - 2	1.069	572	497
FG - 3	545	0	65
FCT - 1	13	9	4
FCT - 2	13	13	0
FCT - 3	13	11	2
FCT - 4	20	16	4
FCT - 5	9	6	3
FCT - 8	35	28	7

FCT – 9	28	25	3
FCT – 14	172	116	56
FCINSS - 1	1.076	1.003	73
FCINSS – 2	151	147	4
FCINSS – 3	100	99	1
<b>Totais</b>	<b>6.099</b>	<b>4.330</b>	<b>1.769</b>

O Instituto dispõe ainda de 7.475 estagiários, sendo 3.309 de nível superior e de 4.166 nível médio, localizados na Direção Central e Gerências Executivas, conforme demonstrado a seguir:

#### Quantitativo de Estagiários discriminados por Gerência e Nível de Escolaridade

UF	GERÊNCIA	NS	NM	TOTAL	UF	GERÊNCIA	NS	NM	TOTAL
AC	Rio Branco	26	28	54	RJ	RJ- Centro	157	43	200
AL	Maceió	26	22	48	RJ	RJ- Norte	60	43	103
AM	Manaus	30	43	73	RJ	Campos dos Goytacazes	37	33	70
AP	Macapá	20	24	44	RJ	Duque de Caxias	56	25	81
BA	Salvador	67	34	101	RJ	Niterói	20	35	55
BA	Barreiras	24	28	52	RJ	Petrópolis	35	39	74
BA	Feira de Santana	30	40	70	RJ	Volta Redonda	39	44	83
BA	Itabuna	25	33	58	RN	Natal	26	36	62
BA	Juazeiro	29	38	67	RN	Mossoró	18	29	47
BA	St. Antônio de Jesus	13	30	43	RO	Porto Velho	4	41	45
BA	Vitória da Conquista	24	31	55	RR	Boa Vista	12	22	34
CE	Fortaleza	38	60	98	RS	Porto Alegre	63	55	118
CE	Juazeiro do Norte	30	44	74	RS	Canoas	25	38	63
CE	Sobral	22	41	63	RS	Caxias do Sul	33	74	107
DF	Diretoria Colegiada	86	14	100	RS	Ijuí	47	54	101
DF	Distrito Federal	18	19	37	RS	Novo Hamburgo	40	93	133
ES	Vitória	35	48	83	RS	Passo Fundo	64	103	167
GO	Goiânia	46	37	83	RS	Pelotas	64	44	108
GO	Anápolis	21	30	51	RS	Santa Maria	33	58	91
MA	São Luís	38	40	78	RS	Uruguaiana	19	28	47
MA	Imperatriz	34	37	71	SC	Florianópolis	50	19	69
MG	Belo Horizonte	59	43	102	SC	Blumenau	42	32	74
MG	Barbacena	23	34	57	SC	Chapécó	80	60	140
MG	Contagem	35	50	85	SC	Criciúma	62	23	85
MG	Divinópolis	28	48	76	SC	Joinville	45	47	92
MG	Gov. Valadares	35	76	111	SE	Aracaju	29	34	63
MG	Juiz de Fora	30	36	66	SP	SP- Centro	120	88	208
MG	Montes Claros	23	45	68	SP	SP – Norte	13	26	39
MG	Ouro Preto	24	77	101	SP	SP – Sul	15	73	88
MG	Poços de Caldas	30	38	68	SP	SP – Leste	4	82	86
MG	Uberaba	21	28	49	SP	Araçatuba	27	29	56
MG	Uberlândia	15	36	51	SP	Araraquara	22	33	55
MG	Varginha	20	46	66	SP	Bauru	77	56	133
MG	Diamantina	14	25	39	SP	Campinas	24	36	60
MG	Teófilo Otoni	15	49	64	SP	Guarulhos	23	25	48
MS	Campo Grande	20	40	60	SP	Jundiaí	22	30	52
MS	Dourados	22	29	51	SP	Marília	18	26	44
MT	Cuiabá	37	57	94	SP	Osasco	5	6	11

<b>PA</b>	Belém	33	59	92	<b>SP</b>	Piracicaba	15	29	44
<b>PB</b>	João Pessoa	20	43	63	<b>SP</b>	Pres. Prudente	18	29	47
<b>PB</b>	Campina Grande	22	55	77	<b>SP</b>	Ribeirão Preto	27	40	67
<b>PE</b>	Recife	46	33	79	<b>SP</b>	Santo André	20	30	50
<b>PE</b>	Caruaru	25	40	65	<b>SP</b>	Santos	20	37	57
<b>PE</b>	Garanhuns	19	30	49	<b>SP</b>	S. Bernardo do Campo	16	33	49
<b>PE</b>	Petrolina	30	32	62	<b>SP</b>	S. João da Boa Vista	19	28	47
<b>PI</b>	Teresina	32	50	82	<b>SP</b>	S. José do Rio Preto	23	40	63
<b>PR</b>	Curitiba	35	35	70	<b>SP</b>	S. José dos Campos	13	29	42
<b>PR</b>	Cascavel	38	85	123	<b>SP</b>	Sorocaba	28	56	84
<b>PR</b>	Londrina	49	35	84	<b>SP</b>	Taubaté	17	28	45
<b>PR</b>	Maringá	42	48	90	<b>TO</b>	Palmas	21	32	53
<b>PR</b>	Ponta Grossa	18	70	88	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.309</b>	<b>4.166</b>	<b>7.475</b>

O INSS mantém em folha de pagamento o quantitativo de 40.145 aposentados e 15.061 instituidores de pensões.

#### 5.1.1.2 INFORMAÇÃO: (074)

Com o objetivo de avaliar as ações da Corregedoria-Geral do INSS no exercício de 2006, analisamos os dados constantes do processo de Prestação de Contas do INSS do ano em questão.

Foi verificado que a proposta orçamentária inicialmente apresentada foi de R\$ 6.000.000,00. Posteriormente, esse valor foi revisto e reduzido para R\$ 4.800.000,00, a pedido da própria Unidade.

Entretanto, o montante executado foi de R\$ 3.650.000,00, devido a contingenciamentos financeiros do Executivo.

As metas executadas pela Unidade originaram-se do Programa 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, Ação 2562. Segundo dados apresentados no Relatório de Prestação de Contas, foram desenvolvidas 594 ações, que correspondem ao atingimento de 91,38% da execução física prevista no Plano Plurianual - PPA.

A Unidade apresentou as atividades realizadas durante o exercício, condensadas no seguinte demonstrativo:

Procedimento	Quantitativo
Instalação de Comissão Ética	82
Processos Administrativos Disciplinares	403
Sindicâncias	141
Instruções Prévias	06
Demandas de Exercícios Anteriores	44
<b>Total</b>	<b>676</b>

A Unidade estabeleceu indicador de desempenho denominado "Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares - IPAD". Tal indicador estabelece o percentual de atingimento da meta física estabelecida. A meta física utilizada pela Unidade consiste numa quantidade "X" especificada dentro do universo total de PADs a serem instaurados. Não foi discriminado pela Unidade o critério utilizado para

estabelecimento dessa quantidade.

No ano de 2006, dos 884 potenciais processos a serem instaurados, a Unidade estabeleceu que 650 processos teriam seu juízo de admissibilidade analisado para posterior instauração de processo ou sindicância.

Da meta estabelecida pela Unidade, de instauração de 650 Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, foi atingido 83,69%, correspondente a 544 processos de um total 884, permanecendo ainda 340 pendentes de instauração. Isso significa que o órgão, na Área de Corregedoria, teve ação efetiva em 61,5% dos potenciais processos a serem instaurados.

<b>Exercício 2006 (PAD's efetivados:544)</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Índice de Instauração de PAD</b>
Meta Estabelecida	650	83,69%
Total na unidade de PAD's a serem instaurados	884	61,50%

Ainda segundo o Relatório, na Gestão 2006, após a conclusão dos Procedimentos Administrativos Disciplinares, foram aplicadas 143 penalidades a saber:

- => 70 Advertências;
- => 24 Suspensões;
- => 04 Cassações de Aposentadoria; e
- => 45 Demissões.

#### **5.1.1.3 INFORMAÇÃO: (075)**

Com objetivo de verificar as providências adotadas e os resultados obtidos em relação aos itens constantes do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN/2007, referentes à Área de Pessoal, foi solicitado ao gestor informação quanto aos itens relacionados a seguir:

- a) Formalização processual com ausência de documentos essenciais para análise do direito à aposentadoria e pensão;
- b) Mapa de Tempo de Serviço gerado sem as respectivas codificações registradas nos controles de frequência ou sem o cômputo do período que compreende o efetivo exercício e a publicação da aposentadoria;
- c) Portaria concessória com o enquadramento divergente daquele em que foram adquiridas pelos servidores as condições à inatividade;
- d) Acertos financeiros provenientes da transição entre as situações de ativo para inativo ou de ativo para instituidor, gerando ressarcimento ao erário, por Guia de Recolhimento à União ou desconto em folha de pagamento e quando da situação inversa, a restituição processada posteriormente;
- e) Riscos inerentes à inexistência de revisões no processamento de gratificações, adicionais e vantagens, que possibilitaram implantação em Folha de Pagamento de valores não compatíveis com os devidos aos servidores;
- f) Proventos e pensões em desacordo com as instruções vigentes, considerando que o cálculo não foi efetuado pela média aritmética para as concessões após a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03;
- g) Processos concessórios de aposentadorias e pensões sem o devido cadastramento no Sistema de Avaliação de Registro dos Atos de Admissões, Concessões - SISAC; e
- h) Inconsistência nas informações registradas na base de dados do Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE, módulo "Cadastro",



relativas aos dados funcionais - inativos/instituidores de pensão. Em relação aos itens "a" a "h", referentes às disfunções encontradas nos processos de concessão de aposentadorias e pensões, o gestor informou que foi encaminhado, em 03.05.2007, o Memorando Circular nº 17/INSS/DRH/CGARH, às Unidades de Recursos Humanos das Gerências-Executivas do INSS, orientando sobre o assunto.

O gestor informou, ainda, que teve início no ano de 2006 a elaboração de um projeto de treinamento envolvendo as diversas atividades da Área de Administração de Recursos Humanos para capacitar os servidores das Unidades Descentralizadas do INSS. Entretanto, em razão da redução de recursos, conforme Decreto nº 5.780, de 19.05.2006, somente foi possível realizar no período de 22.10.2006 a 28.10.2006, na Gerência Executiva de São Paulo/SP, a capacitação das Equipes de Administração de Recursos Humanos em que o deslocamento fosse terrestre, e que no momento, encontra-se em andamento na Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGARH, em âmbito nacional, novo projeto de capacitação com previsão de início para junho/2007.

Diante das informações prestadas pelo gestor, verifica-se que o mesmo tomou providências no sentido de encaminhar às Unidades de Recursos Humanos das Gerências-Executivas as recomendações que devem ser atendidas quanto às disfunções apontadas.

Ressalte-se que os referidos problemas relacionam-se com a falta de treinamentos que envolvem a aplicação prática dos dispositivos legais, a utilização dos sistemas informatizados e o aperfeiçoamento das rotinas atinentes à área de recursos humanos, o que indica a necessidade da promoção de ações regulares de capacitação que venham a contribuir para a solução dos problemas apontados.

## **5.1.2 ASSUNTO - PROVIMENTOS**

### **5.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (053)**

#### **IMPROPRIEDADES NA SUBÁREA "SEGURIDADE SOCIAL"**

Trata-se do resultado das auditorias realizadas pelas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, nas Gerências-Executivas do INSS e Agências a elas subordinadas. Os trabalhos foram realizados nas Sedes da Entidade e nas Agências da Previdência Social, abrangendo os municípios de Aracaju - SE, Araçatuba - SP, Belo Horizonte - MG, Campinas - SP, Cascavel - PR, Curitiba - PR, Londrina - PR, Macapá - AP, Santa Maria - RS, São Luís - MA, São Paulo - SP, Florianópolis - SC, Criciúma - SC, Blumenau - SC e Campo Grande - MS, conforme cada Estado, no período entre 14 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2006. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento do atendimento aos segurados e o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho, para o que se procedeu a uma amostragem.

No decorrer dos trabalhos, cujos resultados constam dos relatórios de auditoria produzidos nos mencionados Estados, pelas respectivas representações desta Controladoria-Geral da União, foram constatadas falhas/impropriedades na APS de Londrina-PR, referentes ao registro dos atos de aposentadoria e pensão no Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão - SISAC, conforme verifica-se a seguir:

#### **LONDRINA-PR**

Foi constatado que a Entidade não está cumprindo o prazo legal de registro dos atos de aposentadoria e pensão no sistema SISAC, bem como

de seu envio ao Controle Interno, conforme determinado na Instrução Normativa nº 44/TCU. (item 3.3.1.1 do Relatório/CGU-PR nº 183649).

**ATTITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Falta de cadastramento no prazo legal dos atos de concessão de aposentadoria e pensão no sistema SISAC.

**CAUSA:**

Inobservância da IN nº 44/TCU.

**JUSTIFICATIVA:**

Não foi apresentada justificativa pelo gestor.

**ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Uma vez que o gestor não se manifestou, permanece a constatação da impropriedade, a qual compromete o controle sobre os atos de concessão de aposentadorias e pensões.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
413.923.539-04	ALTAMIR DA SILVA CARDOSO	GERENTE-EXECUTIVO LONDRINA

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se à GEX/Londrina - PR que inclua todos os processos de concessão de aposentadoria e pensão pendentes no sistema SISAC e os encaminhe à CGU - Regional/PR, conforme determinado pela IN/TCU nº 44.

**5.2 SUBÁREA - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS**

**5.2.1 ASSUNTO - CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS**

**5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (056)**

PAGAMENTO INDEVIDO DA RUBRICA 0330 - VANTAGEM PESSOAL TRANSITÓRIA ART. 2º DA MP 1573/97

Com o objetivo de avaliar as ações da Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2006, encaminhamos ao gestor a SA nº 189534-11, que solicita informar as providências adotadas em relação às recomendações constantes da Nota Técnica nº 1.895/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, com relação ao item 05.02.01.006 - SEGURANÇA DA FOLHA.

A constatação apontada no referido item relaciona-se com o pagamento indevido da rubrica 00330 - Vantagem Pessoal Transitória do art. 2º da MP 1.573/97 a servidores em exercício em Unidades do INSS localizadas em Brasília-DF, conforme consta dos dados funcionais/SIAPE, contrariando o disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 9.527/97 e no Decreto n.º 493/92. Foram selecionados para exame 29 servidores listados a seguir:

	SIAPE	NOME UORG	VALOR AGO/2006
1	896951	APS - BRASILIA - PLANO PILOTO	56,27
2	878162	APS - BRASILIA - SOBRADINHO	56,27
3	897167	AUDITORIA REGIONAL BRASILIA	56,28
4	897243	AUDITORIA REGIONAL BRASILIA	56,28
5	1197069	AUDITORIA REGIONAL BRASILIA	39,68

6	881024	DIV DE AUD EM BEN E BEN POR INCAPACIDADE	41,77
7	123032	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
8	220504	DIV DE CORREGEDORIA	48,37
9	655346	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
10	697035	DIV DE CORREGEDORIA	112,56
11	760593	DIV DE CORREGEDORIA	82,2
12	880584	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
13	880659	DIV DE CORREGEDORIA	35,27
14	886053	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
15	890127	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
16	890290	DIV DE CORREGEDORIA	107,86
17	890512	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
18	897145	DIV DE CORREGEDORIA	47,79
19	897450	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
20	897736	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
21	897928	DIV DE CORREGEDORIA	45,8
22	943644	DIV DE CORREGEDORIA	56,27
23	945684	DIV DE CORREGEDORIA	83,38
24	1013001	DIV DE CORREGEDORIA	112,55
25	1056677	DIV DE CORREGEDORIA	32,42
26	880578	GERÊNCIA-EXECUTIVA DISTRITO FEDERAL - A	56,27
27	886146	SERV DE FISCALIZACAO	66,61
28	225887	SERV DE ORIENT DA ARRECADACAO	112,54
29	886299	SERV DE REC HUMANOS-GEX DISTRITO FEDERAL	56,27

**ATTITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Pagamento da Vantagem Pessoal Transitória do Art. 2º da MP 1.537/97, sem proceder a devida verificação do efetivo exercício dos servidores, em atendimento ao disposto no § 2º da Lei nº 9527/97 e no Decreto nº 493/92.

**CAUSA:**

A causa está relacionada à falta de mecanismos de controle da compatibilidade do pagamento da rubrica com o efetivo exercício dos servidores.

**JUSTIFICATIVA:**

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 189543-11, o gestor informou que com relação aos servidores com matrículas SIAPE nºs 0896951, 0878162, 1197069, 0881024, 0880578, 0886146 e 0225887, lotados na Gerência-Executiva do Distrito Federal, foram efetuadas as exclusões da rubrica 0330 na folha de pagamento de março/07, e os devidos ressarcimentos ao erário foram feitos na folha de pagamento de abril/07.

Quanto aos servidores com matrículas SIAPE nºs 878162, 655346, 790593, 886053, 890127, 890290, 890512, 0897243, 886299, lotados na Gerência-Executiva do Distrito Federal, estão sendo providenciadas as exclusões da rubrica 0330 e os ressarcimentos ao erário dos valores pagos indevidamente na folha de pagamento de maio/07.

Informou ainda que estão sendo providenciadas as exclusões da rubrica 0330 e a devolução ao erário dos valores recebidos indevidamente pelos

servidores com matrículas SIAPE nºs 0220504, 0697035, 0880584, 0897145, 0880659, 0897450, 0897736, 0897928, 0943644, 0945684, 1013001, 1056677 e 0123032, lotados na Gerência- Executiva de Manaus/AM, na folha de pagamento de maio/07.

**ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Verifica-se, conforme informado pelo gestor, que, em relação aos 29 servidores apontados, foram tomadas providências para exclusão da rubrica 00330 - Vantagem Pessoal Transitória do art. 2º da MP 1.573/97 e, também, para reposição ao erário dos valores pagos indevidamente, nas folhas de pagamento dos meses de março, abril e maio de 2007.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
272.450.201-91	JERSON APARECIDO DA COSTA	GERENTE DF

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos do INSS que proceda em todas as suas Unidades à verificação da compatibilidade do pagamento da rubrica 00330 - Vantagem Pessoal Transitória do art. 2º da MP 1.573/97 com os requisitos legais para sua concessão e manutenção, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.527/97 e no Decreto nº 493/92, e ainda que providencie as exclusões e os pertinentes ressarcimentos ao erário.

**5.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (057)**

**IMPROPRIEDADES NO PAGAMENTO DE VANTAGENS PESSOAIS**

Trata-se do resultado das auditorias realizadas pelas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, nas Gerências-Executivas do INSS e Agências a elas subordinadas. Os trabalhos foram realizados nas Sedes da Entidade e nas Agências da Previdência Social, abrangendo os municípios de Aracaju-SE, Araçatuba-SP, Belo Horizonte-MG, Campinas-SP, Cascavel-PR, Curitiba-PR, Londrina-PR, Macapá-AP, Santa Maria-RS, São Luís-MA, São Paulo-SP, Florianópolis-SC, Criciúma-SC, Blumenau-SC, e Campo Grande-MS, no período entre 14 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2006. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento do atendimento aos segurados e o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho, para o que se procedeu a uma amostragem.

No decorrer dos trabalhos, cujos resultados constam dos relatórios de auditoria produzidos nos mencionados Estados, pelas respectivas representações desta Controladoria-Geral da União, foram constatadas falhas/impropriedades nas APSs de Cascavel, Curitiba e Londrina, referentes ao pagamento de vantagens pessoais, conforme verificado a seguir:

**CASCADEL-PR**

Constatou-se o pagamento da Vantagem Pessoal do art. 2º da MP 1573/97, antiga Gratificação de Localidade, para a servidora de matrícula nº 0899904, que passou a ter exercício na cidade de Cascavel. Ocorre que essa cidade não estava discriminada expressamente nas normas vigentes à época da concessão da referida vantagem, o que implicou a perda do direito à percepção da vantagem, conforme se depreende do disposto no artigo 2º da MP 1573/97. Outras constatações foram concessão indevida de abono de permanência, concessão indevida de adicional de insalubridade, e concessão indevida de auxílio-transporte. (itens

3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.2.1, 3.1.3.1 do Relatório/CGU-PR nº 183650).

CURITIBA-PR

Foram feitas as seguintes constatações: existência de 15 servidores percebendo indevidamente a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, em função do artigo 19, parágrafo único, da Medida Provisória nº 1915/99; pagamento cumulativo da vantagem prevista no art. 14 da Lei Delegada 13/92 (GADF) e da vantagem prevista no art. 26 da Lei 8.216/91 (FG) com o art. 62-A da Lei nº 8.112/90 (quintos); inconsistência no pagamento da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004; e pagamento indevido de adicional de insalubridade. (item 4.1.1.1 do Relatório/CGU-PR nº 183744).

LONDRINA-PR

Nesse município, verificou-se que as vantagens dos artigos 17 e 19 da MP nº 1915/99 estavam sendo indevidamente concedidas; houve inconsistência no pagamento da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004; ocorreu pagamento indevido de abono de permanência; assim como indevidamente foi concedido adicional de insalubridade. (itens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3, 3.1.2.1 do Relatório/CGU-PR nº 183649).

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

A atitude dos gestores foi a de implementar ações de pagamento sem a devida revisão sistemática da regularidade das vantagens concedidas.

**CAUSA:**

A causa está relacionada à ausência de sistemática de revisão por parte dos responsáveis pela manutenção dos pagamentos das mencionadas vantagens.

**JUSTIFICATIVA:**

Não foram apresentadas justificativas nos municípios de Cascavel e Londrina. Quanto a Curitiba e, respectivamente, em relação a cada constatação, alegou-se o seguinte: "a Entidade informou que encaminhará correspondência a cada servidor, comunicando da necessidade do ressarcimento"; a "Entidade informou que estão sendo considerados em todos os subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 814/2005 TCU 1ª"; "informamos que efetuamos a revisão da remuneração dos servidores aposentados listados na Nota mencionada e, tendo como base a tabela remuneratória da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, competência janeiro/2006, verificamos que de fato a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de que trata o artigo 7º da Lei 10.876, de 02/06/2004, deve ser excluída. Assim sendo, comunicamos que estaremos provendo a exclusão e os ajustes necessários na folha de pagamento da competência novembro/2006."

Sobre a concessão de adicional de insalubridade, justificou-se que:

"O agente biológico infectante não é, por patogenicidade, cumulativo ou seja, basta apenas um contato para efetuar-se o contágio e desencadear as doenças.

Desta forma, a avaliação dos agentes biológicos foi realizada de forma qualitativa, de acordo com o que determina o Anexo 14 da NR 15, da Portaria 3214/78 do TEM, sendo que a exposição aos agentes nocivos se dá de modo permanente, se considerarmos que os segurados/pacientes se apresentam para atendimento durante todo o expediente de trabalho, em contato com os servidores, independentemente do cargo ou função a este

atribuída.

Informamos ainda que, conforme os artigos 57 e 58 da Lei 9032, de 28/04/1995, foi revogado o enquadramento da insalubridade por atividade profissional, determinando que a mesma seja realizada através avaliação por exposição aos agentes nocivos, independentemente do cargo ou categoria profissional a que pertence o trabalhador, com base em Laudo Técnico de Avaliação Ambiental - LTCAT, elaborado por Engenheiro de Segurança ou Médico do Trabalho.

Com relação aos servidores que exercem atividades em telefonia, esclarecemos que por não nos terem sido fornecidos por esta Instituição os equipamentos específicos para avaliação qualitativa de ruído, acatamos o parecer do Médico do Trabalho do TEM, favorável à concessão de adicional de insalubridade em grau médio a esses servidores, em decorrência de sua função."

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Embora não tenham sido apresentadas justificativas nos municípios de Cascavel e Londrina, as justificativas apresentadas em Curitiba, em geral, confirmam as constatações e demonstram que os gestores têm agido no sentido de providenciar a solução dos problemas detectados, o que indica serem necessárias futuras ações de controle para verificar se realmente foram implementadas as providências.

Entretanto, as justificativas alegadas para o pagamento do adicional de insalubridade não encontram tipificação nos normativos legais, principalmente porque não observam o comando restritivo disposto no final do Anexo 14 da NR 15 do Ministério do Trabalho, que aduz que o adicional: "aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados". Entende-se, segundo o que foi constatado nas auditorias, que "o pessoal pertencente aos quadros da área administrativa não exerce suas funções em condições de insalubridade, uma vez que suas atribuições não implicam contato direto com os usuários dos serviços da Previdência Social.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
692.234.249-68	CLEONICE DARIVA	GERENTE EXECUTIVO CASCAVEL
027.711.979-01	FABRICIO MONTEIRO KLEINIBING	GERENTE EXECUTIVO CURITIBA
413.923.539-04	ALTAMIR DA SILVA CARDOSO	GERENTE EXECUTIVO LONDRINA

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

À Gerência-Executiva de Cascavel: Observar os dispositivos legais atinentes à concessão da vantagem pessoal do art. 2º da MP 1573/97, do abono de permanência, do adicional de insalubridade e do auxílio-transporte, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens. Quanto ao adicional de insalubridade, recomenda-se que sejam elaborados Laudos de Caracterização de Insalubridade, que evidenciem de maneira clara os cargos e funções cujas atividades, por sua natureza, impliquem contato permanente com pacientes.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

À Gerência-Executiva de Curitiba: observar os dispositivos legais

referentes à concessão da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI (em função do artigo 19, parágrafo único, da Medida Provisória - MP nº 1915/99), ao pagamento cumulativo da vantagem prevista no art. 14 da Lei Delegada 13/92 (GADF) e da vantagem prevista no art. 26 da Lei 8.216/91 (FG) com o art. 62-A da Lei nº 8.112/90 (quintos), ao pagamento da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004 e ao pagamento do adicional de insalubridade, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

À Gerência-Executiva de Londrina: observar os dispositivos legais que regulam a concessão das vantagens dos artigos 17 e 19 da MP nº 1915/99, da Vantagem Pessoal fundamentada nos parágrafos 4º e 5º, art. 7º da Lei nº 10.876/2004, do abono de permanência, bem como do adicional de insalubridade, procedendo aos ajustes necessários no SIAPE, efetuando os cálculos dos valores indevidamente pagos, promovendo as devidas restituições ao erário e adotando medidas de acompanhamento sistemático da regularidade da concessão e manutenção de tais vantagens.

**5.2.1.3 INFORMAÇÃO: (058)**

Com o objetivo de avaliar as ações da Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2006, encaminhamos ao gestor a SA nº 189534-08, que solicita informar as providências adotadas em relação às recomendações constantes da Nota Técnica nº 1.895/DPPEs/DP/SFC/CGU-PR, com relação ao item 05.01.05.0004 - CESSÃO: ÔNUS DA REMUNERAÇÃO.

Foi constatada a cessão dos servidores a seguir relacionados ao Governo do Distrito Federal - GDF, sem o devido ressarcimento das despesas com esses servidores, contrariando o disposto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 4.050/2001.

SIAPE	CARGO	ORGÃO CESSIONÁRIO
0878729	PERITO MEDICO DA PREV. SOCIAL	GDF
0878795	PERITO MEDICO DA PREV. SOCIAL	GDF

O gestor informou que expediu o Ofício INSS/GEXDF/SRH nº 27, de 29.03.2007, à Gerência de Pessoal Ativo - GDF, solicitando o retorno imediato dos servidores de matrículas 0878729 e 0878795, e a atualização imediata do ressarcimento ao INSS das despesas com esses servidores.

Verifica-se que o gestor adotou providências para regularizar a situação. Porém, cabe ressaltar que, em virtude da atividade de Perícia Médica ser fundamental para o cumprimento da missão institucional do INSS, e devido à carência de pessoal sempre informada nesta área, é necessário que a Diretoria de Recursos Humanos acompanhe com o rigor necessário o cumprimento do que foi determinado pelo TCU e oficiado à Gerência de Pessoal Ativo - GDF pelo documento INSS/GEXDF/SRH nº 27, de 29.03.2007.

**5.2.1.4 INFORMAÇÃO: (059)**

Com o objetivo de avaliar as ações da Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2006, encaminhamos ao gestor a SA nº 189534-08, que solicita informar as providências adotadas em relação às recomendações constantes da Nota Técnica nº 1.895/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, com relação ao item 05.02.01.0006 - SEGURANÇA DA FOLHA.

Foi constatado o ressarcimento de valores referentes às rubricas 00053- ADICIONAL DE INSALUBRIDADE e 00173 - OPÇÃO FUNÇÃO - APOSENTADO recebidos indevidamente, em decorrência da continuidade do pagamento das rubricas, após a cessão a outros órgãos, pelos servidores relacionados a seguir :

MATRÍCULA	ÓRGÃO CESSIONÁRIO	DATA DA CESSÃO	DATA DA EXCLUSÃO DA RUBRICA
0666742	MPDFT	31/07/2003	Janeiro/06
1451053	MAPS	01/09/2004	Janeiro/06
0878985	SF	07/04/2003	Setembro/05

A SRH/GEX/DEF informou que providenciou a expedição de cartas às servidoras cedidas de matrículas 0666742, 1451053 e 0878985, comunicando o ressarcimento dos valores de R\$ 264,14, R\$ 575,85 e R\$ 1.125,89, respectivamente.

Verifica-se que a Unidade, como recomendado pela SFC, elaborou planilha de cálculo dos valores pagos indevidamente e comunicou por carta às servidoras os valores a serem ressarcidos. Entretanto, o INSS deve implementar mecanismos de controle sistemático para evitar falhas de procedimento nos processos de cessão de servidores a outros órgãos.

**5.2.1.5 INFORMAÇÃO: (060)**

Com o objetivo de avaliar as ações da Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2006, encaminhamos ao gestor a SA nº 189534-12, que solicita informações sobre as providências adotadas em relação às recomendações constantes da Nota Técnica nº 1.895/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, com relação ao item 05.02.12.002, subitens "a", "b" e "c", referentes à irregularidade no pagamento da vantagem do art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90.

As respostas a cada um dos subitens foram encaminhadas através do documento nº 01.700.21 INSS/DRH/CGARH/CGEPES, de 02/04/2007, transcritas após os questionamentos efetuados por esta equipe de auditoria:

a) Servidores relacionados abaixo perceberam a referida vantagem em valor a maior até junho/2006, sem efetuar o lançamento referente ao ressarcimento ao erário.

SIAPE	CARGO	VALOR PAGO (2005)	VALOR DEVIDO (2005)
0877244	PROCURADOR FEDERAL	2.355,12	588,37
0878715	PROCURADOR FEDERAL	2.094,74	588,73



Resposta do gestor: "a) Quanto aos valores pagos a maior às servidoras matrículas 0878715 e 0877244, serão ressarcidos ao erário a/c da FP 04/2007, comunicando-as através de carta;"

b) Pagamento da referida vantagem em valores divergentes das tabelas vigentes em 2005 e 2006, conforme quadro descrito a seguir, bem como falta de ressarcimento do montante referente aos valores pagos indevidamente ao servidores a seguir relacionados:

SIAPE	CARGO	VALOR PAGO (2005)	VALOR DEVIDO (2005)	VALOR PAGO (2006)	VALOR DEVIDO (2006)
0878435	MOTORISTA OFICIAL	1,95	91,00	279,93	113,45
0879089	PERITO MEDICO	1.228,60	168,14	168,14	200,40
0050416	PERITO MEDICO	1.234,11	168,14	168,14	200,40
0878695	PERITO MEDICO	1.228,60	168,14	168,14	200,40
0555968	PERITO MEDICO	1.100,86	168,14	168,14	200,40
0878723	ASSISTENTE SOCIAL	183,51	124,06	401,10	162,28

Resposta do Gestor: "b) Quanto aos servidores das matrículas 878435, 879089, 50416, 878695, 555968 e 878723, foram efetuadas as alterações no SIAPE e terão reposição ao erário com a devida comunicação por carta;"

c) pagamento da vantagem do inciso I do art. 184 da Lei nº 1.711/52 à servidora matrícula 879123, sem observar que a mesma ocupa a última classe da carreira, não preenchendo os requisitos para perceber essa vantagem.

Resposta do Gestor: "c) Quanto a servidora matrícula 879123, aposentou-se em 10.05.90, integral, estava posicionada na NS-21 e na época, a última classe de sua categoria era NS-25, portanto no entendimento fazia jus a vant. do art. 184 inciso I."

Verifica-se que as justificativas apresentadas pelo gestor para os itens "a" e "b", confirmam os fatos apontados na Nota Técnica nº 1.895/DPPES/DP/SFC/CGU-PR e que o mesmo adotou providências no sentido de fazer os acertos necessários no sistema SIAPE, com as devidas reposições ao erário. Quanto ao item "c", o gestor esclareceu que, quando da aposentadoria, a servidora estava posicionada na penúltima classe da sua categoria e portanto fazia jus à vantagem do art. 184, inciso I da Lei nº 1.711/52.

#### 5.2.1.6 INFORMAÇÃO: (061)

Com o objetivo de avaliar as ações da Diretoria de Recursos Humanos no exercício de 2006, encaminhamos ao gestor a SA nº 189534-08, que solicita informações quanto às providências adotadas em relação às recomendações constantes da Nota Técnica nº 1.895/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, com relação ao item 05.03.01.008 - Cadastramento no SICAJ, discriminado a seguir:

Pagamento de rubricas referentes a indenizações judiciais sem o devido cadastramento no Sistema de Ações Judiciais - SICAJ, em desacordo com as orientações constantes das Portarias MP nºs 17/2001 e 336/2001:

Rubrica	Discriminação	Quantidade	Valor
03942	AO 6221220/84 - QUINQ.GRAT. AP	17	10.716,27
04016	RT 942/89 - PCCS - AP	1	989,92

04142	AO 6248632 - BIENAL JUD. - AP	5	9.265,55
05215	RT 958/90 PCCS ATIVO	1	494,75
06394	RT 966/90 1VF/MS PCCS AT/AP	1	1.072,34

O gestor informou que:

"AO/Nº 6221220/84 - Quinquênio - Arminio Sampaio da Cunha e Outros já está devidamente cadastrada no SICAJ sob nº 8803 e em relação aos servidores que pertencem a UPAG/DF, já está adotando todas as medidas necessárias para que seja feita a migração deste pagamento para o SICAJ.

AO/Nº 62486632 - BIENAL - LEOLITA MIRANDA TAVARES E OUTROS já está devidamente cadastrada no SICAJ sob o nº 8801.

Em relação às ações RT/Nº 942/89 - PCCS - AP, RT/Nº 958/90 e RT/Nº 966/90 - PCCS -AT/AP, tomou as providências necessárias para que sejam feitos os cadastramentos no SICAJ, tendo em vista o disposto na PT/MP/Nº 17/2001 que exige a manifestação da Procuradoria do INSS, quanto à força executória da ação para ser cadastrada no SICAJ."

Verifica-se que a Unidade, como recomendado pela SFC, providenciou o registro das sentenças judiciais relacionadas acima no Sistema de Ações Judiciais - SICAJ, de acordo com as orientações constantes das Portarias MP nº 17/2001 e 336/2001.

#### 5.2.1.7 INFORMAÇÃO: (062)

Atendendo ao contido na Solicitação de Auditoria nº 189534-14, de 20.03.2007, a Diretoria de Recursos Humanos do INSS informou o quantitativo de servidores cedidos conforme a seguir demonstrado:

Quantitativo de Servidores Cedidos por Órgãos Cessionários	
Órgãos Cessionários	Quantidade
AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	1
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	1
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	1
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	1
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	1
AGU	208
ASSEMB.LEGISL./CE	1
CAM.LEGISLATIVA/DF	1
CAMARA DOS DEP.	22
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.MINAS GERAIS	1
COMANDO DO EXERCITO	1
DATAPREV	6
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	5
EST/ MUN/EMPRESAS	15
ESTADOS/MUNICIPIOS/ADM.DIR-ALTARQ-FUND.	9
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	2
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1
GEAP/BA	1
GOV. EST. DE MINAS GERAIS	1
GOV. EST. DE PERNAMBUCO	1
GOV. EST. DE SANTA CATARINA	3
GOV. EST. DO ESPIRITO SANTO	1
GOV. EST. DO PIAUI	5
GOV. EST. ACRE	1

GOV. EST. AMAPA	1
GOV. ESTADUAL	1
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	4
INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	1
INSTITUTO DO PATR. HIST. E ART. NACIONAL	1
INSTITUTO NAC. DE COLONIZ E REF AGRARIA	1
MIN AGRICULTURA	1
MINIST. PUBLICO DO DF E TERRITORIOS	7
MINIST. DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABAST.	1
MINISTERIO DA CULTURA	1
MINISTERIO DA DEFESA	2
MINISTERIO DA EDUCACAO	2
MINISTERIO DA FAZENDA	2
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1
MINISTERIO DA JUSTICA	9
MINISTERIO DA SAUDE	1
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1
MINISTERIO DO DESENV SOCIAL E COMB FOME	8
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1
MINISTERIO DO PLANEJ., ORCAMENTO E GESTAO	12
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	6
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1
MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO	2
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	3
MINISTERIO PUBLICO MILITAR	13
MP	1
MPS	2175
PR	26
PREF. DE QUEIMADOS/BA	1
PREF. MUNIC. FORTALEZA / CE	1
PROC. GERAL DA REP.	1
PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	3
SENADO FEDERAL	4
TRE – BA	1
TRE – CE	8
TRE – DF	1
TRE – GO	1
TRE – MG	1
TRE – PB	8
TRE – PE	4
TRE – PI	1
TRE – RJ	4
TRE – RN	1
TRF 1ª REG/ DF	1
TRIB. REGIONAL DO TRABALHO – DF	4
TRIB. REGIONAL FEDERAL 1ª REGIAO / DF	3
TRIB. REGIONAL FEDERAL 5ª REGIAO/PE	2
TRIB. SUPERIOR DO TRABALHO	4
TRIB. SUPERIOR ELEITORAL	1
TRIB. DE JUSTICA	1
UNIV. FED. DE MINAS GERAIS	2
UNIV. FED. FLUMINENSE	2
VICE-PR	1
(*)	1
<b>Total de servidores cedidos</b>	<b>2.638</b>

Cabe registrar que dos 2.638 servidores cedidos, 607 se referem a

Auditores Fiscais da Previdência Social, que com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, passaram a pertencer à estrutura do MPS.

Diante das informações recebidas, agrupamos o quantitativo de servidores cedidos por Categoria Funcional como forma de demonstrar a força de trabalho que o Instituto tem, e que poderia minimizar a carência de pessoal na área de atendimento da Previdência Social, se aplicasse com rigor o artigo 93, da Lei nº 8.112/93 e o artigo 2º, do Decreto nº 4.050/2001, os quais criaram a condicionante em que o servidor poderá ser cedido. Com isso, e diante da carência de pessoal citada por esse Instituto em várias ocasiões, diminuiria a grande evasão de servidores, possibilitando a tão almejada melhoria no atendimento, além cumprir o disposto nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei nº 10.667/2003, que criou no quadro do INSS os cargos de Analista e Técnico Previdenciário, bem como estabeleceu a atribuições a serem exercidas, estritamente voltadas a área de Benefícios.

<b>Quantitativo dos servidores cedidos por categoria funcional</b>			
<b>Categoria Funcional</b>	<b>Qtd</b>	<b>Categoria Funcional</b>	<b>Qtd</b>
ADMINISTRADOR	35	ESTATISTICO	1
AFPS	607	FISIOTERAPEUTA	1
AGENTE ADMINISTRATIVO	1366	MEDICO	1
AGENTE DE COLOCACAO	1	MOTORISTA OFICIAL	19
AGENTE DE PORTARIA	70	OPERADOR DE COMPUTACAO	1
AGENTE DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS	2	PERITO MÉDICO	52
AGENTE DE SERVICOS COMPLEMENTARES	2	PROGRAMADOR	1
AGENTE DE VIGILANCIA	15	PROG. DE EDUCACAO PARA O TRABALHO	1
ANALISTA DE SISTEMAS	3	PROGRAMADOR DE MICRO SISTEMAS	1
ANALISTA PREVIDENCIARIO	89	PSICOLOGO	1
Aux. Oper. de Serv. Diversos	24	RECREADOR	1
ARQUITETO	1	SOCIOLOGO	1
ARQUIVISTA	2	SUP MEDICO PERICIAL	6
ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS	3	TEC.EM ASSUNTOS EDUC.	4
ARTIFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICACOES	2	TEC.EM COMUN.SOCIAL	6
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	TECNICO DE ARQUIVO	1
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	3	TECNICO DE CONTABILIDADE	17
ASSISTENTE SOCIAL	8	TECNICO EDUCACAO	3
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	TECNICO EM COLONIZACAO	1
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	TECNICO NIVEL MEDIO	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	4	TECNICO NIVEL SUPERIOR	2
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	1	TECNICO PESSOAL	1
BIBLIOTECARIO	1	TECNICO PREVIDENCIARIO	110
CONTADOR	8	TELEFONISTA	3
DATILOGRAFO	140	TERAPEUTA OCUPACIONAL	1
DIGITADOR	1	NÃO INFORMADO	2
ECONOMISTA	1	<b>Total</b>	<b>2.638</b>
ENGENHEIRO	5		

Dentre o elevado número de servidores cedidos, destaca-se os pertencentes às categorias funcionais de Analista Previdenciário e de Técnico Previdenciário, criadas especificamente para a carreira previdenciária e para exercerem suas atividades na área de atendimento das Agências da Previdenciária Social - APS, que atingiu o patamar de 199 servidores cedidos. Desse número, 75 analistas e 99 técnicos estão cedidos ao MPS por força de suas localizações na área de Arrecadação Previdenciária, e os demais 14 analistas e 11 técnicos cedidos a órgãos da Administração Pública Federal.

A inadimplência por parte dos órgãos cessionários, no exercício de 2006, alcançou a cifra de R\$ 429.549,32, tendo o gestor informado as providências em andamento, conforme demonstrado a seguir:

UF	GERÊNCIA	SIAPÉ	ÓRGÃO REQUISITANTE	RESSARC	PERÍODO	PROVIDÊNCIAS
AC	RIO BRANCO	943628	GOV. DO ACRE	41.380,73	jun/06, dez/06 a mar/07	Do valor inclui a seguridade social de 05/04 a 10/2005. Emitidos Ofício/INSSAC/nºs 70/05, 51/06, 01/07, 08/07, 10/07 e 23/07
CE	FORTALEZA	885373	PREF. QUIXERAMOBIM / CE	18.709,67	jun/05 a dez/05	A GEX informa que o servidor retornou para o INSS em 07/04/06 e que está enviando todas as informações do débito para Dívida Ativa.
DF	DIREÇÃO CENTRAL	924162	DATAPREV	18.584,10	set/06 a dez/06	O Serviço de RH informa que foi expedido Ofício/INSS/DRH/CGARH/SRH nº 31 de 28/03/07 à DATAPREV.
DF	DIREÇÃO CENTRAL	929120	PREF. FLORIANOPOLIS	11.249,52	out/06 a dez/06	O Serviço de RH informa que foi expedido Ofício/INSS/DRH/CGARH/SRH nº 463 de 18/12/06 à Prefeitura.
DF	DIREÇÃO CENTRAL	1260234	DATAPREV	48.093,40	set/06 a dez/06	O Serviço de RH informa que foi expedido Ofício/INSS/DRH/CGARH/SRH nº 30 de 28/03/07 à DATAPREV.
DF	DIREÇÃO CENTRAL	879024	DATAPREV	16.936,80	out/06 a dez/06	O Serviço de RH informa que foi expedido Ofício/INSS/DRH/CGARH/SRH nº 460 de 28/03/07 à DATAPREV.
PB	JOÃO PESSOA	566482	PREF. DE LUCENA	30.670,44	set/05 a set/06	A GEX informa que o servidor retornou em 26/09/06 e que foi expedido Ofício/INSS/SRH/JOAO PESSOA/nº 91, de 20/11/06, à Prefeitura de Lucena/PB, e reiterado através do Ofício/INSS/SRH/JOAO PESSOA/nº 19, de 26/02/07.
PI	TERESINA	905346	GOV. DO ESTADO DO PIAUI	5.689,99	Dez/06	A GEX informa que foi expedido OR - 001/2007 ao Órgão
PI	TERESINA	1102204	GOV. DO ESTADO DO PIAUI	13.675,13	ago/05, ago/06 a dez/06	A GEX informa que foi expedido OR - 082/05, 067/06, 76/06, 085/06, 004/07, 005/07 e Ofício ao Órgão
PI	TERESINA	905770	GOV. DO ESTADO DO PIAUI	30.297,99	abr/06 a dez/06	A GEX informa que foi expedido OR - 039/06, 048/06, 052/06, 068/06, 078/06, 086/06, 006/07, 007/07 e Ofício ao Órgão
PI	TERESINA	905538	GOV. DO ESTADO DO PIAUI	12.094,09	nov/05, nov/06 e dez/06	A GEX informa que foi expedido OR - 104/05, 010/07, 011/07 e ofício ao Órgão
PI	TERESINA	756467	PREF.	38.935,95	dez/05, mai/06 e dez/06	A GEX informa que foi expedido OR - 008/05, 047/06, 054/06, 062/06, 071/06, 080/06, 082/06, 012/07, 013/07 e Ofício ao Órgão
RJ	DUQUE DE CAXIAS	914180	PREF. NOVA IGUAÇU	41.658,43	jun/05 a dez/06	A GEX informa que foi emitidos os Ofícios/INSS/GEXDUQU/RJ nºs 98 e 99 de 30/03/07 ao Órgão.
RJ	RJ – CENTRO	756540	PREF. RIO DE JANEIRO	5.338,70	Dez/06	A GEX informa que está sendo providenciado a cobrança para mar/07 juntamente com os meses de jan e fev/07.
RJ	RJ – CENTRO	1259184	DATAPREV	14.988,61	Dez/06	A GEX informa que o débito do período de abr/06 a dez/06 no total de R\$ 135.797,21, foi restituído aos cofres do INSS R\$ 120.808,60 no mês de dez/06, restando portanto, R\$ 14.988,61, sendo providenciado a cobrança para mar/07 juntamente com os meses de jan e fev/07.
RJ	RJ CENTRO	922808	ANCINE	13.823,71	set/06 a dez/06	A GEX informa que está sendo providenciado a cobrança para mar/07 juntamente com os meses de jan e fev/07.
SE	ARACAJU	943504	ESTADOS / MUNICIPIOS	32.609,13	jan/06 a dez/06	A GEX informa que foram expedidas GRU's de jan/06 a dez/06, e nenhuma foi quitada.
TO	PALMAS	888151	PREF. DE DUERÊ/TO	34.812,93	abr/06 a dez/06	A GEX informa que foi expedido Ofício/INSS/GEXTO/SRH/nº 013/2007, de 05/mar/07, à Prefeitura Municipal de Duerê/TO, solicitando o imediato retorno da servidora, devendo apresentar-se na APS em Gurupi/TO, em 07/03/07, bem como do levantamento do débito e em seguida inscrição em Dívida Ativa.
Total				429.549,32	-	-

O Órgão de Pessoal do INSS esclareceu em despacho de 18.04.2007, as orientações transmitidas as suas Unidades de Recursos Humanos para fins de adoção de medidas saneadoras sobre a existência das inadimplências anteriormente listadas, com as seguintes propalações:

"(...).

Nesses casos, informamos que através do Memorando-Circular/INSS/DIRH/CGARH/DSCCP nº 25, de 31/08/2006, solicitamos informações às Unidades de Recursos Humanos descentralizadas, e orientamos que deveriam ser adotadas as orientações constantes do Acórdão nº 1.863/2006 - Primeira Câmara - TCU, no sentido da inscrição do débito no CADIN. Ainda, os Memorandos-Circulares/INSS/DIRH/CGARH/DSCCP nº 04, de 15/02/07, reiterado pelo nº 05, de 08/03/07, para elaboração do Relatório de Prestação de Contas - exercício 2006 e o Memorando-Circular/INSS/DIRH nº 07, de 15/03/07, para informar as Gerências Executivas do constante no Relatório.

Esclarecemos que as Unidades são orientadas a efetuarem o levantamento mensal dos valores relativos às despesas com remuneração e encargos dos servidores, e a expedirem notificação, com prazo, ao órgão cessionário, para regularização do débito, sob pena do término da cessão com retorno do servidor ao Órgão de origem, na forma do Decreto nº 4.050/01, e da Instrução Normativa/INSS/DRH nº 2, de 09/05/95."

Diante das considerações apresentadas pelo Órgão de Recursos Humanos do INSS, providências estão sendo adotadas como forma de regularizar as inadimplências oriundas dos órgãos cessionários. Entretanto, ressaltamos a necessidade de rever as cessões realizadas, uma vez que o Órgão apresenta carência de servidores para realizar a sua missão institucional de reconhecer e garantir os direitos previdenciários dos seus segurados.

### 5.3 SUBÁREA - INDENIZAÇÕES

#### 5.3.1 ASSUNTO - DIÁRIAS

##### 5.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (063)

INCONSISTÊNCIAS NAS CONCESSÕES DE DIÁRIAS COM PAGAMENTO A SERVIDORES EM FÉRIAS E PAGAMENTO DE MEIA DIÁRIA A MAIOR PARA TODOS OS SERVIDORES COM INTERRUPTÃO DOS TRABALHOS

No INSS, no exercício de 2006, foram emitidas em todo território nacional 122.758 Propostas de Viagens, conforme informações prestadas em resposta à Solicitação de Auditoria nº 189543-01, despendendo o valor de R\$ 52.047.553,33 com diárias. Dessa importância, 18,63% coube à Direção Central do Instituto, equivalendo a R\$ 9.696.309,84.

Cabe registrar que, em razão do número de Propostas de Viagens, foram concedidas diárias a 17.963 servidores, e destes 4.318 servidores receberam diárias por períodos de longa duração.

Com base nas despesas realizadas pela Direção Central do Instituto com diárias, solicitamos, por amostragem, o encaminhamento das Propostas de Viagens dos servidores que receberam a indenização em análise, por períodos de longa duração, com valores acima de R\$ 30 mil reais, destacando-se os seguintes:

Localização	Siape	Valor
Corregedoria	0245415	44.896,52
Corregedoria	0927727	37.805,90
Corregedoria	0888077	36.294,66
Corregedoria	0888190	35.897,42
Corregedoria	0887831	34.819,96
CGBENEF	0883164	34.016,79
CGBENEF	1494448	32.805,14
AUDGER DF	1286427	37.927,10
AUDGER DF	0898842	31.203,90

CGOFC	0684113	30.029,52
<b>Total</b>		<b>355.696,91</b>

Em análise às Propostas de Viagens dos servidores anteriormente selecionados, identificamos inconsistências de várias naturezas, conforme a seguir relacionadas:

a) Pagamento de diárias a servidores em férias: (Fonte SIAPE)

a.1) Matrícula 0245415, pagamento indevido de diárias no período de 18.12 a 22.12.2006 - Valor a restituir: R\$ 587,56.

a.2) Matrícula 0888190, pagamento indevido de diárias nos períodos de 19.06 a 28.06.2006 e de 10.10.2006 a 19.10.2006 - Valor a restituir: R\$ 2.067,77.

a.3) Matrícula 0883164, pagamento indevido de diárias no período 21.06 a 30.06.2006 - Valor a restituir: R\$ 1.305,70.

a.4) Matrícula 1494448, pagamento indevido de diárias relativas ao dia 01.05.2006 - Valor a restituir: R\$ 54,41.

a.5) Matrícula 1286427, pagamento indevido de diárias no período de 20.12 a 22.12.2006 - Valor a restituir: R\$ 309,25.

a.6) Matrícula 0684113, pagamento indevido de diárias no período de 16.01 a 30.01.2006 - Valor a restituir: R\$ 1.494,95.

b) Pagamento de diárias no valor integral no dia de retorno à sede - Ocorrência observada em todas as propostas de viagens acima analisadas, relativas às concessões de diárias de longa duração nas quais em determinado momento do deslocamento ocorreu sua interrupção. Probabilidade de ter ocorrido a disfunção apontada no universo de 4.318 servidores que estavam na situação descrita, atingindo aproximadamente cifra superior a R\$ 230 mil em pagamentos indevidos.

Exemplo:

b.1) Dentre os casos ocorridos, citados no item "b", destaca-se como exemplo a servidora de matrícula 927727, que recebeu 5 (cinco) diárias, relativas ao período de 01 a 05.01.2006, quando o devido seria 4,5 (quatro e meia) diárias.

Ainda com relação às concessões de diárias de longa duração, o INSS efetuou o pagamento dos períodos em observância ao inciso II, do artigo 6º do Decreto nº 343/91. No entanto, observou-se que em determinados momentos dos deslocamentos ocorreram interrupções, com retorno do servidor à sede. Dois ou até cinco dias após, houve concessão de novo período de diárias para mesma localidade onde o servidor se encontrava anteriormente. O procedimento adotado caracterizou atitude antieconômica, tendo em vista o gasto com passagens e locomoções excessivas, que no exercício de 2006 apresentou desembolso pelo Instituto da importância de R\$ 11.664.627,17 (Fonte: SIAFI).

Os conteúdos constantes dos campos para descrição das viagens, que em todas as dez PVs analisadas, continham nas concessões iniciais o texto iniciado por "constituir comissão...", "integrar grupo de trabalho...", e nas respectivas prorrogações "dar continuidade aos trabalhos...", demonstram contextos evasivos, sem determinar realmente o que seria realizado em cada período de prorrogação, ou se esta seria de fato necessária, de forma a proporcionar que a Instituição tenha uma visão ampla da necessidade de capacitação naquelas localidades, objetivando sanar a deficiência de qualificação em cada segmento requerido.

A seguir demonstramos os gastos com diárias ocorridos nos exercícios de 2002 a 2006, no Instituto:

Especificação	Exercícios				
	2002	2003	2004	2005	2006
<b>DIÁRIAS</b>	<b>48.261.600,24</b>	<b>41.505.040,65</b>	<b>56.408.256,93</b>	<b>49.434.723,24</b>	<b>52.047.553,33</b>

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Tendo em vista que cada gestor das Unidades Organizacionais do Instituto é responsável pelas autorizações das Propostas de Viagens, os mesmos não vêm exercendo um controle eficaz como forma de evitar distorções nas concessões de diárias, permitindo a ocorrência de pagamentos indevidos.

**CAUSA:**

Falha no sistema de concessão de diárias do INSS e ausência de acompanhamento e monitoramento dos processos concessórios de diárias.

**JUSTIFICATIVA:**

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 189534-50, de 15.05.2007, a Assessoria da Presidência do INSS encaminhou as justificativas apresentadas pelos respectivos gestores das áreas responsáveis pelas emissões das PVs relativas às diárias concedidas aos servidores anteriormente citados, conforme a seguir demonstrado:

**CORREGEDORIA -GERAL DO INSS**

Por intermédio do Despacho CORREG.GERAL nº 359, de 22.05.2007, foi exposto o seguinte:

"a - (...), matrícula 45415 - Lotação na Corregedoria Regional do INSS em Porto Alegre/RS - Período 18/12/2006 a 22/12/2006:

-De acordo com as informações constantes do e-mail anexado por fls. 04/05, as férias da servidora, inicialmente marcadas para 23/11/2006 a 21/12/2006 foram transferidas para o período de 26/12/2006 a 19/01/2007 e retificadas pelo Serviço de Recursos Humanos para 26/12/2006 a 24/01/2007 (30 dias corridos, a contar 26.12.2006).

Pelas informações constantes das mensagens, verifica-se que os pagamentos das diárias, no período de 18/12 a 22/12/2006 foram regulares, visto que a servidora integrava comissão processante sob a responsabilidade desta Corregedoria Geral.

b - (...), matrícula 0888190 - Lotação na Gex Goiânia/GO - Período 19/06 a 28/06/2006 e 10/10/2006 a 19/10/2006:

-De acordo com o contido na cópia do requerimento emitido e endereçado ao Serviço de Recursos Humanos da Gex Goiânia, o servidor comunicou àquele Setor que não usufruiu as férias relativas aos dois períodos, por esquecimento e devido a grande quantidade de trabalhos, questionando ao final se poderia, ainda, usufrui-las.

Anexada ao requerimento, foi juntada a Carta nº 137-INSS/Seção de Recursos Humanos, informando, em resposta, do indeferimento ao pleito, visto que as férias tinham como referência, o exercício de 2005.

Como as férias não foram gozadas, o pagamento das diárias não foi irregular, visto que o servidor, nos períodos, integrou comissão processante, sob a responsabilidade desta Corregedoria.

c - (...), matrícula 128647 - Período 20/12/2006 a 22/12/2006.

-De acordo com as informações constantes da cópia da PV nº 144510 (fls. 09), a convocação do servidor foi realizada pela Auditoria Geral do INSS (01.100), a quem compete prestar os esclarecimentos



solicitados pela CGU.”

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE BENEFÍCIOS

O despacho emitido em 17.05.2007, pela Coordenadora-Geral de Benefícios, informa o que segue:

“2.O servidor (...), matrícula 0883164, teve parte de suas férias inicialmente marcadas para o período de 21/06/2006 a 30/06/2006.

Entretanto, em virtude da necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos do Censo Previdenciário, solicitou alteração de férias junto à SRH local, substituindo o período supracitado pelo período de 23/06/2006 a 25/06/2006, conforme pode ser comprovado através de memorando e mensagens cujas cópias seguem em anexo (fls. 05 a 09).

Considerando que houve retorno à origem em 22/06/2006 e nova convocação a partir de 26/06/2006, fora, portanto, do novo período de férias, concluímos que não foram efetuados pagamentos indevidos.

3.Quanto ao servidor (...), matrícula 1494448, o que de fato ocorreu é que houve retorno à origem no dia 28/04/2006. Entretanto, a PV havia sido cadastrada com período incorreto, tendo sido encaminhada e paga antes que se percebesse o equívoco. Foi, portanto, necessário efetuar o recolhimento, por meio de GRU, das diárias recebidas a maior, compreendendo o período entre 29/04/2006 e 01/05/2006, no valor de R\$ 217,66, quitada em 17.05.2007.”

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA EM GESTÃO INTERNA

Em despacho datado de 23.05.2007, a Auditoria de Gestão Interna do INSS esclareceu o que segue:

“Item a.5

O pagamento de diárias (...), no período em que se encontrava em férias (20.12 a 22.12.2006), foi motivado pela antecipação do período de férias por iniciativa da respectiva chefia, conforme informado à época pelo referido servidor a esta Auditoria, que era o setor responsável pela convocação e emissão da Proposta de Viagem relativa ao deslocamento do servidor no período em questão.

Em decorrência desse fato, houve a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU para regularização do pagamento indevido de diárias, devidamente quitada em 22/12/2006.

Item b

No Planejamento Anual de Auditoria - PAINT/2007 está prevista a realização de Ação de Auditoria para verificação da regularidade das concessões e pagamentos de diárias no âmbito do INSS. Assim sendo, asseveramos que as situações descritas na referida Solicitação de Auditoria estarão contempladas no escopo do Plano de Trabalho da Ação.”

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

“A.6) Informamos que o servidor (...) gozou férias regulamentares no período de 31/12/2005 a 15/01/2006, conforme cópias das Comunicações de Ocorrência de Ponto. Portanto, o referido servidor não recebeu diárias em período de gozo de férias.

B) Em relação ao servidor acima mencionado, informamos que não foram efetuados quaisquer pagamentos integrais de diárias nos dias de retorno.”

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Diante dos fatos relatados, cabe destacar que, de acordo com o Decreto nº 67.326/70, todos os órgãos pertencentes ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública - SIPEC deverão lançar as programações de férias e a inclusão das mesmas no Módulo de Férias no SIAPE, o qual

explicita em seu objetivo:

"Objetivo

Registrar, manter, calcular e controlar os períodos aquisitivos e os períodos de gozo de férias dos servidores, bem como seu pagamento.

Este módulo deverá ser usado para todos os servidores de todos os órgãos que façam seu pagamento pelo SIAPE."

As datas relativas aos usufrutos de férias dos servidores apontados anteriormente, coincidentes com as datas de pagamentos de diárias, foram pesquisadas por meio da Consulta de Programação de Férias - CACOFERIAS/SIAPE. Desse modo, observa-se que as alterações de férias aconteceram extra-sistema, isto é, em tramitação de documentos entre chefias e servidores. Essas ocorrências devem observar o disposto nos artigos 77, caput e 80, da Lei nº 8.112/90.

A necessidade de alteração na programação de férias deverá ser solicitada através de formulário próprio pela chefia imediata do servidor, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, antes do início das férias, comunicada à Área de Recursos Humanos.

Cabe registrar que todos os servidores indicados como recebedores de valores de diárias indevidas por coincidirem com períodos em férias, apesar das justificativas apresentadas por suas chefias, receberam o adicional de um terço motivado pelo registrado na transação do SIAPE anteriormente citada, considerada como devida à época.

Com relação à ocorrência comentada neste relatório, relativa ao pagamento de meia diária em períodos de longa duração, identificada quando da interrupção do retorno à sede do servidor, não houve qualquer manifestação por parte do Instituto quanto às medidas saneadoras adotadas, como forma de reaver os valores pagos indevidamente, independentemente da ação de Auditoria a ser realizada para verificação da regularidade das concessões e pagamentos de diárias no âmbito do INSS.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
766.220.968-72	SILVIO GONCALVES SEIXAS	COOREGEDORIA-GERAL
074.140.803-15	ANA ADAIL FERREIRA DE MESQUITA	COORD.-GERAL DE BENEFÍCIOS
098.076.148-48	SUELI APARECIDA CARVALHO ROMER	AUDITOR GERAL
138.615.653-15	ANTONIO BACELAR FERREIRA	COORD.-GERAL ORÇAM FINANC

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Proceder levantamento de todas as diárias de longa duração para identificar pagamentos indevidos em decorrência de interrupções que não assegurem a percepção integral da indenização.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Proceder levantamento de todas as diárias de longa duração para identificar pagamentos indevidos em decorrência de afastamentos que não assegurem a percepção da indenização.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Proceder à restituição dos valores pagos indevidamente a título de diárias aos servidores indicados, com exceção daquelas que já devolveram por meio de GRU.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Estabelecer rotinas de consulta ao SIAPE como forma de verificar

afastamentos que inviabilizem o pagamento de diárias.

#### **5.3.1.2 CONSTATAÇÃO: (065)**

##### **IMPROPRIEDADES NA SUBÁREA "INDENIZAÇÕES - CONCESSÃO DE DIÁRIAS"**

Trata-se do resultado das auditorias realizadas pelas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, nas Gerências-Executivas do INSS e Agências a elas subordinadas. Os trabalhos foram realizados nas Sedes da Entidade e nas Agências da Previdência Social, abrangendo os municípios de Aracaju-SE, Araçatuba-SP, Belo Horizonte-MG, Campinas-SP, Cascavel-PR, Curitiba-PR, Londrina-PR, Macapá-AP, Santa Maria-RS, São Luís-MA, São Paulo-SP, Florianópolis-SC, Criciúma-SC, Blumenau-SC e Campo Grande-MS, conforme cada Estado, no período entre 14 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2006. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento do atendimento aos segurados e o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho, para o que se procedeu a uma amostragem.

No decorrer dos trabalhos, cujos resultados constam dos relatórios de auditoria produzidos nos mencionados Estados, pelas respectivas representações desta Controladoria-Geral da União, foram constatadas falhas/impropriedades nas APSS de Aracaju, Belo Horizonte, Curitiba, Macapá, São Luís, Criciúma, Blumenau e Campo Grande, referentes ao pagamento de diárias, conforme verifica-se a seguir:

##### **ARACAJU-SE**

Pagamento indevido de adicional de deslocamento:

Constatou-se que alguns servidores, embora tenham percebido o adicional previsto no art. 9º do Decreto nº 343/91, correspondente a 80% do valor básico da diária, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou hospedagem e vice-versa, não apresentaram, após o retorno das respectivas viagens, os bilhetes de passagem correspondentes e tampouco restituíram o adicional percebido. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-SE nº 183640).

##### **BELO HORIZONTE-MG**

Da análise realizada em 2 propostas de viagens do mês de junho e nas 22 propostas de viagem e respectivas ordens bancárias dos meses de agosto e setembro, emitidas pela Gerência-Executiva em favor de seus servidores, foram encontradas as seguintes impropriedades: pagamento de diárias para municípios da região metropolitana de Belo Horizonte; ausência de justificativas expressas para deslocamento ou permanência dos servidores com percepção de diárias nos finais de semana; pagamento das diárias em data posterior à viagem; ausência dos bilhetes de passagens referentes às Propostas de Viagens em que foram concedidos adicionais de deslocamento; e ausência do comprovante de ressarcimento de diárias recebidas e não utilizadas. (item 4.1.1.1 do Relatório/CGU-MG nº 183644).

##### **CURITIBA-PR**

Pagamento de diárias para municípios limítrofes pertencentes à região metropolitana de Curitiba; pagamento de diárias com valores acrescidos em 50% para municípios não elencados pela Portaria MPOG nº 940, de 11/06/2004 (em função da análise sobre as diárias concedidas até Out/2005); e práticas antieconômicas em função do pagamento de diárias contínuas para municípios próximos à sede, considerando que o pagamento de passagens rodoviárias proporcionaria maior economia ao erário. (item 4.2.1.1 do Relatório/CGU-PR nº 183744).

MACAPÁ-AP

1) Ausência de bilhetes de passagem e canhotos de embarque nas viagens realizadas.

A Proposta de Viagem - PV nº 49986, única da amostra de 27 PV (deslocamento por meio de transporte aéreo), refere-se à concessão de diárias para servidora no trecho Macapá/Oiapoque/Macapá, no período de 19 a 23/06/2006. A servidora beneficiária, após o retorno, não apresentou a cópia dos bilhetes de passagem aérea e os comprovantes de embarque para que fossem anexados às PV, conforme determina o art. 3º da Portaria MPOG nº 98/2003. O mesmo ocorreu no caso das PV 57025, 40067, 22644, 22623, 19211, 7635, 7602, 20993 e 20970, cujo deslocamento se deu por meio de transporte terrestre ou aquático. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-AP nº 183642).

2) Ausência de pagamento do adicional previsto pelo Art. 9º do Decreto nº 343/1991.

Em decorrência da análise das Propostas de Viagem-PV, documentos utilizados pelo INSS em substituição à Proposta de Concessão de Diária - PCD, emitidas pela Gerência Executiva do INSS/AP em Macapá em 2006, verificou-se que em dois casos não foram concedidos aos beneficiários das diárias o adicional previsto no art. 9º do Decreto nº 343/1991.

Nas PV's 20993 e 20970, referentes ao deslocamento de duas servidoras no trecho Macapá/Oiapoque/Macapá, entre os dias 23 a 27/04/2006, a viagem se deu por intermédio de ônibus. Nesse sentido, o art. 9º do Decreto nº 343/1991 determina que: "Art. 9º Será concedido um adicional correspondente a oitenta por cento do valor básico da diária, de nível superior, item C do anexo, destinada a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa." Assim, por não ter havido deslocamento de veículo do INSS para levar e buscar as servidoras na rodoviária ou ponto de ônibus, as mesmas fizeram jus a receber o citado adicional, no valor de R\$ 54,98, o que acabou por não acontecer. (item 3.1.1.2 do Relatório/CGU-AP nº 183642).

SÃO LUÍS-MA

Ausência de documentos necessários para o procedimento de concessão de diárias: descumprimento do Decreto nº 343, de 19/11/1991. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-MA n.º 183652)

Quanto à amostra de 43 processos de concessão de diárias, que contemplou servidores lotados no Gabinete da Gerência/INSS/MA, na Seção de Recursos Humanos e no Serviço de Benefício, ainda na fase de campo, a equipe solicitou ao gestor que apresentasse a documentação ausente nas concessões analisadas, bem como esclarecesse as impropriedades constatadas. Após manifestação do gestor, ainda remanesceram as seguintes impropriedades:

a) ausência dos relatórios que comprovem se os objetivos das concessões foram alcançados, referentes às Propostas de Viagens nºs 251, 260, 670, 856, 5463, 7110, 7117, 7127, 7562, 8881, 20654, 20665, 20682, 21281, 21286, 21290, 21304, 27815, 27845, 28797, 32791, 32799, 32832, 32846, 45432, 45440, 45496, 52146, 62542, 72375, 75621, 82534 e 82557;

b) ausência do documento que trata da convocação/motivação da concessão inicial ou da prorrogação, referente às Propostas de Viagens nºs 251, 260, 670, 856, 5463, 7110, 7127, 7562, 8881, 20682, 21281, 21286, 27815, 27845, 28797, 32832, 32846, 45432, 45440, 52146, 75621, 82534 e 82557;

c) ausência do comprovante de viagem (bilhete) e da indicação da forma

do deslocamento, com relação às Propostas de Viagens nºs 251, 670, 856, 7127, 8881, 5463, 45432, 45496, 52146, 52186, 53328, 62542, 72375, 77055, 77016, 20654 e 20665;

d) divergência do período da concessão constante da Proposta de Viagem nº 7534, em relação ao indicado no Memo 09.001/006; e

e) concessão de diária sem que, na data do deslocamento, houvesse crédito orçamentário para satisfazer a despesa, conforme Propostas de Concessão nºs 251, 260, 670, 856, 7110, 7117, 7127, 8881, 21281, 21286, 21290, 21304, 27815, 27845, 28797, 32791, 32799, 32832, 32846, 45432, 45440 e 62542.

CAMPO GRANDE - MS

Descumprimento dos elementos essenciais à concessão de diárias e a não apresentação dos bilhetes de passagens.

No período de 01/01/2006 a 30/06/2006, o INSS/MS realizou um montante de R\$ 252.695,22 em concessão de diárias. Verificamos a eficácia dos deslocamentos dos servidores beneficiados, por meio da análise dos Processos de Concessão de Diárias, em uma amostra de 12,12% daquele montante, o que representa um total de R\$ 30.621,46 das concessões de diárias no período. Foram constatadas as seguintes impropriedades:

a) pagamento de diária fora do prazo estabelecido e ausência do relatório de viagem em todas as PV's;

b) falta de autorização de concessão e pagamento de diária pelo dirigente da repartição nas seguintes propostas de viagens: 501.0/6816; 501.0/6859; 501.0/22797; 501.0/22782; 501.0/23020; 501.0/22753; 501.0/26852; 501.0/26849 e 501.0/33256;

c) falta de apresentação dos bilhetes de passagens nas seguintes propostas de viagens: 501.0/801; 401.0/4093; 501.0/6816; 501.0/6817; 501.0/6859 (em branco na volta); 401.0/9050 (em branco na ida); 401.0/10852; 401.0/14017; 501.0/22763; 501.0/22797; 501.0/22782; 501.0/23020; 501.0/22753; 501.0/26852; 401.0/27528; 401.0/40245; 401.0/56743; 401.0/56685 (não apresentou na volta);

d) falta de publicação em boletim interno das seguintes propostas de viagens: 501.0/801; 401.0/4071; 501.0/6816; 501.0/6859; 501.0/22763; 501.0/22797; 501.0/22782; 501.0/23020; 501.0/22753; 501.0/26852; 501.0/26849; 501.0/33256; 401.0/40245;

e) não foram localizadas as seguintes propostas de viagens: 401.0/4071; 401.0/9053; 401.0/14012. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-MS n.º 183648).

CRICIÚMA - SC

1) Inexistência de bilhetes de passagens anexos às PVs que concederam auxílio deslocamento.

Não foram anexados os bilhetes de passagem para efeito de comprovação do atendimento ao art. 9 do Decreto nº 343/91, referente ao auxílio deslocamento, quando do retorno à sede, nas PVs nºs 49390, 56322, 59010, 59014, 61739, 63444 e 75255. Tal procedimento se faz necessário a fim de atender aos Acórdãos nºs 2211, de 12/12/2005, e 822, de 17/03/2006, do Tribunal de Contas da União.

2) Constatou-se, ainda, pagamento de diárias para deslocamentos entre cidades da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, sem comprovação de necessidade de pernoite, nas propostas de viagens do período de janeiro a junho, em amostra aleatória, nas seguintes PVs: 01338; 02534; 03447; 03448; 4554; 4581; 4589; 4598; 4602; 4610; 4618; 04629; 04668; 07147; 7150; 7161; 8603; 9063; 9718; 9723; 9726; 12784; 13058; 13061; 14868; 15534; 15546; 18383; 20071; 20083; 21646; 21660; 23643; 26452; 26472; 27251; 28939;

28970; 28988; 29068; 29073; 29080; 30612; 31501; 31528; 38173; 39004; 40302; 46552; 46564; 46570; 46574; 46578; 46613; 46617; 46625; 46629; 46633; 46647; 46649; 46653; 46656; 46658; 46814; 46836; 46842; 46856; 46859; 47427; 47448; 47454; 47456; 47889; 49395; 49401; 49433; 49438; 49452; 49450; 49543; 50847; 51546; 51549; 51789; 54938; 54945; 54950; 55419; 55423; 56014; 56310; 58550; 61531; 61535; 61538; 61824; 61830; 61838; 61842; 63485; 63493; 63497; 63502; 63506; 79972.

3) Ausência de citação dos documentos de convocação às Propostas de Viagens - PV. Constatou-se que a Unidade não anexa nas Propostas de Viagens - PVs, os documentos convocatórios emitidos pela chefia, para a realização das tarefas a serem desenvolvidas pelos servidores quando dos deslocamentos fora da sede, fato este verificado em todas as PVs emitidas de janeiro a junho de 2006, pela Gerência Executiva de Criciúma.

4) Concessão de indenização de transporte de forma continuada, sem comprovação da execução de serviços externos inerentes à atribuição. Verificamos que no período de janeiro a junho de 2006 foram concedidas indenizações de transporte de forma continuada, aos servidores de matrículas abaixo relacionadas, nas seguintes quantidades de dias:

MATRÍCULA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
1480167	6	18	23	16	22	21
1480172	13	11	9	8	11	9
1358517	17	18	23	14	17	15
1480115	17	-	23	9	9	10
1358526	17	8	13	-	22	19
1368372	8	18	22	16	19	-
1220315	9	18	23	18	22	-
1370221	12	12	12	12	12	-
928827	-	10	20	18	22	10
928891	-	12	14	17	20	10
929075	-	18	23	18	22	15
6929236	-	4	20	15	20	8
1379235	-	13	23	14	17	17
1218264	-	18	23	18	22	21
1379303	17	-	13	-	13	18
928833	17	-	13	-	22	18
1370283	19	18	15	18	-	-
980832	-	17	23	18	22	-
929182	-	-	23	16	22	21
1379942	-	-	5	5	4	6
1437629	-	-	13	-	22	18

Verificou-se, também, que a descrição resumida da atividade não informa ou apresenta o documento relacionado com a motivação da despesa (concessão da indenização), tais como processo, documento protocolado, ordem de serviço, relatório e outros. (itens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3, 3.1.1.4 do Relatório/CGU-SC n.º 183646) BLUMENAU-SC

1) Inexistência de bilhetes de passagens anexos às PVs que concederam auxílio deslocamento.

Não foram anexados os bilhetes de passagem para efeito de comprovação do atendimento ao art. 9º do Decreto nº 343/91, referente ao auxílio deslocamento, quando do retorno à sede, nas PVs: 14544; 12165; 11617; 10899; 10487; 10485; 10465; 09785; 08768; 08766; 75465; 07237; 07231;

07227; 7222; 7220; 7218; 7213; 7210; 7207; 7205; 07202; 07199; 07196; 05200; 5198; 5184; 5182; 3963; 3962; 3960; 3959; 03955; 03952; 03933; 03922; 02426; 45986; 44898; 42917; 42915; 40958; 40226; 39661; 39658; 39655; 39653; 39651; 37000; 33411; 33404; 33399; 33395; 30743; 29126; 29123; 29115; 29054; 29049; 29044; 29037; 28997; 26820; 26818; 26812; 25155; 25089; 25076; 25043; 25039; 25037; 25034; 25028; 25017; 25013; 21665; 21661; 18463; 18635; 17893; 17376; 17375; 17374; 17373; 17368; 17367; 17366; 17365; 17360; 16789; 16784; 16777; 16776; 16763; 16758; 60321; 59374; 59334; 59331; 57463; 55447; 55443; 55441; 55420; 55313; 51813; 50928; 50918; 50917; 50133; e 45999. Tal procedimento se faz necessário a fim de atender aos Acórdãos nºs 2211, de 12/12/2005, e 822 de 17/03/2006, do Tribunal de Contas da União.

2) Pagamento de diárias para deslocamentos entre cidades da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

Na verificação das propostas de viagens do período de janeiro a junho, em amostra aleatória, constatamos pagamento de diárias para deslocamentos entre cidades da mesma aglomeração urbana ou microrregião nas seguintes PVs: 13154; 13152; 13146; 13144; 12404; 11617; 11611; 11612; 11608; 11603; 10923; 10913; 10878; 10865; 10839; 10485; 10475; 09949; 09941; 09935; 09932; 09930; 09923; 09901; 09897; 9888; 9884; 9876; 9862; 9856; 9848; 09431; 09428; 09217; 09219; 09199; 9124; 9122; 8768; 8766; 7943; 7227; 7222; 7220; 7213; 7210; 5200; 5184; 3960; 3952; 3922; 3916; 3915; 3902; 3890; 3841; 3837; 3666; 2513; 2503; 2502; 2497; 2488; 2480; 396; 0394; 00343; 00118; 45993; 45986; 45818; 39636; 36896; 36890; 33411; 33404; 33399; 33395; 33383; 33379; 29138; 29135; 29115; 29090; 29067; 29044; 28989; 26812; 26711; 26699; 26446; 21812; 17368; 17365; 16789; 57158; 55447; 55443; e 55437.

3) Recorrência e excesso de justificativas de extravio de bilhetes de passagens.

Constatamos a existência de considerável número de justificativas de extravio de bilhetes de passagens, inclusive de forma recorrente, por parte de servidores, para efeito de comprovação do atendimento ao art. 9º do Decreto nº 343/91, referente ao auxílio deslocamento nas PVs: 14552; 14550; 14548; 13156; 13152; 13129; 13122; 10475; 10467; 10461; 07955; 07953; 07951; 07948; 7945; 7943; 7235; 5232; 5230; 5222; 5220; 02981; 2778; 2437; 1408; 1402; 1360; 1323; 1315; 45993; 45945; 45885; 45838; 45801; 40915; 38319; 36890; 33363; 29380; 29247; 29206; 29199; 29196; 29192; 29187; 29180; 29167; 29163; 29107; 29102; 29008; 28974; 27239; 27236; 25004; 24367; 24355; 24351; 21714; 21710; 21706; 21697; 21616; 18695; 59974; 59341; 59295; 59294; 59288; 55640; 55490; 55487; 55481; 55477; 55466; 53474; 52393; 52389; 50961; 50937; 50914; 46033; 46018; e 46009.

Merece atenção especial o caso do servidor matrícula 0.929.072, que durante o período de janeiro a junho, nas propostas de viagens nºs 13129; 13122; 2981; 2778; 1323; 1315; 45945; 45885; 45838; 45801; 29380; 29247; 29107; 28974; 24351; 21616; 55640; 50961; 50937; 46033; e 46018, anexou em todas as PVs, declaração de extravio de bilhetes de passagens. Acrescentamos que essas declarações foram previamente impressas, sendo que as mesmas foram preenchidas posteriormente com os números das PVs e o período do deslocamento. Esta prática impossibilita à Administração comprovar o efetivo deslocamento por parte dos servidores, e, com isso, prestar contas da regularidade dos pagamentos efetuados.

4) Ausência de citação dos documentos de convocação nas Propostas de Viagens - PV.

Constatamos que a Unidade não anexa nas PVs os documentos convocatórios emitidos pela chefia, para a realização das tarefas a serem desenvolvidas pelos servidores quando dos deslocamentos fora da sede, fato este verificado em todas as PVs emitidas de janeiro a junho de 2006, pela Gerência Executiva de Blumenau. (itens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3, 3.1.1.4 do Relatório/CGU-SC n.º 183647).

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Os gestores realizaram pagamentos indevidos de indenizações de diárias e passagens, além de não obedecerem todas as exigências referentes à composição do processo de concessão de diárias.

**CAUSA:**

A causa está relacionada a falhas nos mecanismos de controle, devido à ausência de acompanhamento e monitoramento por parte dos gestores responsáveis pelas concessões de indenizações de diárias e passagens.

**JUSTIFICATIVA:**

No intuito de esclarecer as possíveis irregularidades detectadas no decorrer dos trabalhos, decorrentes dos fatos acima expostos, as Unidades Regionais da CGU emitiram solicitações de Auditoria, com questionamentos aos gestores sobre as situações encontradas, as quais foram respondidas conforme exposto a seguir.

O gestor em Aracaju/SE informou que estão sendo adotadas providências no sentido da devolução do adicional, tendo sido, também, solicitados verbalmente os comprovantes de passagens ao Procurador Federal.

Em Belo Horizonte/MG, a respeito da concessão de diárias durante deslocamento para municípios da mesma região metropolitana, alegou-se que havia um treinamento em regime de imersão, sendo, portanto, obrigatória a hospedagem dos servidores em hotel específico. Afirmou-se, também, que deslocamentos ou permanências em feriados ocorreram seja em função de os servidores terem sido convocados para participar do grupo de trabalho de desrepesamento por período superior a 16 dias, ou em função de o horário em que começaram ou terminaram as atividades inviabilizar outra alternativa. Quanto aos casos em que o pagamento das diárias sucedeu à viagem, em um deles o nome da servidora foi indicado no dia 29/09/2006, após às 14:00 horas, e a PV assinada em 02/10/2006. No outro foi emitida a PV em 04/10/2006, na mesma data em que foi efetivada a inclusão do servidor para cadastramento no SNPC. Em relação aos comprovantes de viagem não apresentados, aqueles não o foram seja porque "não houve tempo hábil para envio", por parte do servidor viajante, dos bilhetes de passagem; ou porque, embora tenham sido emitidas solicitações aos servidores para apresentação dos bilhetes de passagens, aqueles não o fizeram.

Informou-se, por último, que a Divisão de Benefícios apresentou cópia de comprovante de ressarcimento das diárias recebidas e não utilizadas.

O gestor em Curitiba/PR, diante de questionamento a respeito da concessão indevida de indenizações referentes a deslocamentos de servidores, alegou que "os pagamentos de diárias para deslocamentos para os municípios pertencentes à mesma região metropolitana e limítrofes foram interrompidos, a partir do segundo semestre de 2006". A GEX/INSS em Macapá-AP apresentou, por meio do Ofício nº 177/INSS/GAB/GEXMCP/AP - 25.001, de 19/09/2006, a seguinte justificativa: "O não pagamento do adicional, ocorreu pelo fato do



órgão solicitante da ação, ter se comprometido em fornecer o veículo para transporte dos técnicos; ocorre que isso não foi cumprido, e considerando a finalidade da Instituição de reconhecer o direito a todos os cidadãos inclusive os povos indígenas, julgamos por bem não adiar a ação, e considerando que as Propostas de Viagens já haviam sido emitidas, deveria haver por parte dos técnicos que realizaram a ação, solicitação por requerimento pedindo a complementação, o que não foi feito. Providenciaremos para que essa complementação seja efetuada."

Ainda segundo a GEX/INSS Macapá - AP, "foi emitido expediente Memorando-Circular n.º 001/2005/GEX/INSS/SRH- 25.701, de 17/03/2005, disciplinando a necessidade da devolução dos bilhetes para afixação na PV, estaremos requerendo do proposto a devolução a fim de atender essa recomendação."

Em resposta à Nota Técnica nº 547/2007, a GEX/INSS em Macapá-AP informou, através do Memorando GEXMCP nº 018/2007, de 04/04/2007, que a não constatação de bilhetes de passagens na PV nº 49986 ocorreu pelo extravio dos mesmos, conforme justificativa dada pela servidora e anexada à PV. Quanto às PV's nºs 57025, 40067, 19211, 7635, 7602, 20993 e 20970, os procedimentos adotados pela Gerência Macapá seguem a rotina de procedimentos, onde os canhotos estão anexos na AP's de indenização de passagens. No entanto, foram anexadas cópias dos mesmos para comprovação. Na PV de nº 7602, o servidor justificou pelo Memo nº 002/INSS/GEX/APSMóvel o extravio do canhoto, e nas de nºs 22623 e 22644 o deslocamento ocorreu em condução própria da servidora; as justificativas constam de anexos às PV's. Foram emitidas PV's 107851 e 107853 para pagamento do adicional, ambas quitadas em 05/10/2006, em complementação às PV's 20993 e 20970.

As justificativas apresentadas pela Gerência-Executiva no Maranhão foram de que as "PV's relacionadas no Ofício INSS/GEXSLZ-344/2006 foram realizadas e tiveram os trabalhos finalizados a contento, não sendo ainda possível a apresentação de relatório circunstanciado". E ainda que "as Solicitações de PV's eram dirigidas diretamente à Chefia de Benefício por meio eletrônico (e-mail), para que houvesse um controle dessas PV's. Acontece que por problema de sistemas informatizados os e-mails encaminhados para a Chefe de Benefícios não foram entregues e ainda deletados, impedindo sua impressão para arquivamento". Alega-se, também, que os comprovantes de viagem (bilhete), não foram encaminhados pelos servidores responsáveis, apesar de inúmeras solicitações realizadas pelo Serviço de Benefício. Além disso, "não houve contrariedade ao artigo 6º do Decreto nº 343/1991, pois as referidas viagens se deram em atenção ao inciso I do referido artigo 6º, ou seja em caso de emergência."

A GEX/Campo Grande/MS, por meio do Memorando SRP/DRP/MS nº 324, de 28/11/2006, em relação à concessão de diárias, justificou que nas PV's nºs 401.0/4093, 401.0/10852 e 401.0/14017 não foram apresentados os bilhetes de passagens por se tratarem de propostas emitidas para AFPS, que utilizaram veículo próprio. Para a PV nº 401.0/9050, a servidora apresentou somente o bilhete de ida. Na PV nº 401.0/56685, a servidora apresentou somente o bilhete de ida e, quanto ao retorno foi justificado o extravio no verso da proposta. Para a PV nº 401.0/27528, o servidor apresentou os bilhetes, mas as datas não conferem com as da proposta de viagem. Nas PV's nºs 401.0/40245 e 401.0/56743 os servidores não apresentaram os bilhetes, impossibilitando a emissão da autorização de pagamento. Quanto à falta de publicação em boletim

interno, o gestor justificou que na PV nº 401.0/4071 não houve publicação porque não há registro no sistema, e para a PV nº 401.0/40245 foi publicada no boletim nº 22, de 02/06/2006, cuja data de publicação na proposta se encontra errada. Quanto à não localização das propostas, o gestor justificou que na PV nº 401.0/4071 não há registro no sistema e a PV de nº 401.0/9053 foi emitida para o servidor com matrícula nº 1297793 e a de nº 401.0/14012 foi emitida para o servidor com matrícula nº 1263282. O gestor não justificou sobre as impropriedades quanto à falta de pagamento de diária no prazo e nem à falta de concessão de diária e autorização de pagamento pelo dirigente da repartição. O gestor também não se pronunciou sobre nenhuma Proposta de Viagem com o número 501.0.

A GEX/Criciúma/SC, por meio do Memorando nº 047/20.723, de 24/10/2006, assim se manifestou:

"Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 183646/04 informamos que referente a:

PV - 49.390 - foi emitida a OR 37839 para devolução do adicional.

PV - 56.322 - foi emitida a AP 24003 - bilhetes estão anexados na cópia que se encontra na OFC. PV- 59.010 - foi emitida a AP 25736 - bilhetes e justificativa estão anexados na cópia que se encontra na OFC.

PV - 61.739 - foi emitida a AP 26666 - bilhetes estão anexados na cópia que se encontra na OFC.

PV - 63.444 - foi emitida a AP 36941 - bilhete e justificativa estão anexados na cópia que se encontra na OFC.

PV - 75.255 - foi emitida a AP - 36952 - bilhetes estão anexados na cópia que se encontra na OFC.

PV - 59.010 - em anexo cópia do bilhete e da justificativa, AP não emitida pois não tem saldo orçamentário na meta 3.300".

Conforme Memorando nº 049/20.723, de 25/10/2006, a GEX/Criciúma/SC assim se manifestou:

"Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 183646/05, informamos que a Resolução 143/INSS/DC, de 19/12/2003 referente ao item Concessão de Diárias, no Artigo 9º, Parágrafo 2º diz "Não fará jus à diária o servidor: a) que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião constituída por municípios limítrofes e regularmente instituída ou em, áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e servidores brasileiros considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da sede, hipóteses em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para o afastamento dentro do Território Nacional".

2. Segundo a Consolidação dos Atos Normativos - CAN - Item IV Da Concessão de Diárias nº 11.1 - "Para efeito deste item, região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, é aquela definida em Lei Complementar Estadual (Lei Complementar nº 221, de 09/01/2002) cópia em anexo.

3. Esta Gerência-Executiva entende conforme esta Lei Complementar que referente as PV's 1338: Urussanga/Criciúma/Urussanga estão dentro da mesma região metropolitana, mas não são municípios limítrofes; 34448: Tubarão/Braço do Norte/Tubarão a mesma situação".

Após o término dos trabalhos em campo, foi encaminhado Relatório Preliminar para apreciação da Unidade, a qual, através Ofício nº 138/2006/GEXSC - Criciúma, informa que as recomendações referentes a esses subitens estão sendo implementadas pela Gerência e a área

envolvida.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

As justificativas apresentadas, em geral, corroboram as constatações realizadas, e quando sinalizam esforços para solução dos problemas, não significam a erradicação destes. A necessidade de hospedagem dos servidores não justifica o pagamento de diárias na região metropolitana, ainda mais quando seu valor exceder o custo efetivo. No que se refere aos deslocamentos nos finais de semana, a impropriedade apontada pela equipe se referia à ausência de justificativa expressa no preenchimento da proposta de viagem. Ademais, é importante que a Administração analise a relação custo/benefício quando opta por concessão de diárias nesses dias, estando alerta para a possibilidade de futuras ações judiciais por parte dos servidores no sentido de reclamar a incorporação definitiva ao salário das horas extras trabalhadas nos finais de semana e feriados. Ressalta-se, outrossim, que a situação fática verificada em Curitiba não coincide com a justificativa apresentada pelo gestor.

No que tange às passagens, apesar dos vários normativos disciplinando o assunto, não há um efetivo controle por parte dos setores responsáveis quando do retorno dos beneficiários das viagens aéreas e terrestres, o que se pode depreender pelo elevado número de PV's cujos comprovantes de viagem não foram demonstrados.

Quanto às viagens de caráter emergencial, cumpre destacar que, não obstante a exceção à regra para o pagamento de diárias, prevista no artigo 6º do Decreto nº 343/1991, o gestor não comprovou que as concessões ocorreram para atender missões que ensejavam casos de emergência, além do que o pagamento não se deu no decorrer do período de afastamento.

As justificativas apresentadas pela GEX/Macapá/AP não elidem as falhas apontadas e foram parcialmente acatadas.

As justificativas apresentadas pela GEX/Campo Grande/MS foram parcialmente acatadas. Em relação à apresentação dos bilhetes de passagens, às Propostas de Viagens nºs 401.0/4093, 401.0/10852 e 401.0/14017, acatamos a justificativa proposta, já que utilizaram veículo próprio. Já em relação às demais impropriedades, ou seja, pagamento fora do prazo, falta de autorização do dirigente, apresentação dos bilhetes de viagens, publicação em boletim interno e localização das propostas, as justificativas não foram acatadas já que o próprio órgão ratifica os apontamentos feitos por esta equipe de auditoria.

A GEX/Criciúma/SC reconheceu as falhas apontadas, informando ainda das providências corretivas efetuadas.

As justificativas apresentadas pela GEX/Blumenau/SC foram parcialmente acatadas, devendo a Unidade implementar as recomendações propostas pela CGU.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
278.430.255-53	AUGUSTO FABIO OLIVEIRA DOS SAN	GER-EXEC ARACAJU
324.994.936-15	PITAGORAS TADEU MIRANDA DE ALM	GER-EXEC BELO HORIZONTE
027.711.979-01	FABRICIO MONTEIRO KLEINIBING	GER-EXEC CURITIBA
151.299.852-49	MARIA SOCORRO DA COSTA CONCEIC	GER-EXEC MACAPÁ
251.217.663-00	SOLANGE DE JESUS GOUVEA	GER-EXEC SÃO LUÍS
139.800.091-49	JOAQUIM CANDIDO TEODORO DE CAR	GER-EXEC CAMPO GRANDE

421.592.379-40 MARILU SCALAMBRINI DA CUNHA  
445.338.889-68 ALVARO ANDERSON

GER-EXEC CRICIÚMA  
GER-EXEC BLUMENAU

**RECOMENDAÇÃO: 001**

À GEX/Aracaju -SE, providências para restituição de valores referentes ao adicional de deslocamento pagos indevidamente, e para que os bilhetes de passagens sejam anexados ao processo de concessão de diárias e passagens, conforme determina o art. 3º da Portaria MPOG nº 98/2003.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

À GEX/Belo Horizonte-MG, providências para que constem dos processos de concessão de diárias as justificativas para deslocamentos com percepção de diárias em fins de semana, e os bilhetes de passagens referentes às Propostas de Viagens em que foram concedidos adicionais de deslocamento, bem como para a restituição de diárias recebidas e não utilizadas e, ainda, que melhore os procedimentos a fim de garantir o pagamento das diárias anteriormente ao período de viagem.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

À GEX/Curitiba - PR, que revise os seus procedimentos de concessão de diárias e passagens a fim de que sejam evitados pagamentos de diárias para municípios das regiões metropolitanas e limítrofes.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

À GEX/Macapá-AP, maior rigor no cumprimento do disposto na Portaria MPOG nº 98/2003, e na Resolução INSS/DC nº 143/2003, no sentido de exigir que sejam apresentados os bilhetes de passagem e o cartão de embarque, em até cinco dias do retorno da viagem, e que estes documentos sejam anexados aos respectivos processos de concessão de diárias.

**RECOMENDAÇÃO: 005**

À GEX/São Luís-MA, que solicite aos servidores que apresentem os relatórios de viagem, bem como que entreguem os bilhetes de passagem e os cartões de embarque, a fim de que componham o processo de prestação de concessão de diárias. Recomenda-se ainda que o gestor observe o disposto no art. 5º do Decreto 5.992/2006 (que revogou o Decreto nº 343/1991) referente ao pagamento de diárias, e por fim, que não autorize o pagamento de diárias sem que o processo esteja instruído com a documentação que motivou a proposição da concessão.

**RECOMENDAÇÃO: 006**

À GEX/Campo Grande-MS, que reveja os procedimentos de concessão de diárias a fim de que se assegure que os processos sejam instruídos com todos os documentos exigidos pela legislação atinente, destacando-se a justificativa para o pedido de viagem, os bilhetes de passagens e os cartões de embarque, relatório de viagem, certificado de participação em cursos, quando houver, ou ordem de serviço, quando se referir a alguma fiscalização realizada.

**RECOMENDAÇÃO: 007**

À GEX/Criciúma-SC, adotar mecanismos e procedimentos de controle e Revisão visando garantir que sejam anexados às propostas de concessão de diárias e passagens, quando do retorno à sede, os

bilhetes de passagens e os cartões de embarque utilizados pelos servidores da Unidade.

#### **RECOMENDAÇÃO: 008**

À GEX/Blumenau-SC, adotar mecanismos de revisão e controle dos procedimentos relativos à concessão de diárias e passagens de modo a garantir que os bilhetes de passagens e cartões de embarque sejam anexados às respectivas propostas de concessão de diárias e passagens, quando do retorno do servidor à sede.

### **5.4 SUBÁREA - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

#### **5.4.1 ASSUNTO - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO**

##### **5.4.1.1 INFORMAÇÃO: (064)**

O Plano de Capacitação do INSS atingiu a cifra de R\$ 15,7 milhões, das ações programadas para o exercício de 2006, proporcionando uma oferta de 71.197 oportunidades de capacitação para os servidores do Instituto, sendo efetivamente capacitados 20.782 servidores, conforme demonstrado a seguir:

Programa	Meta Física	Quantidades	
		Ofertas de Capacitação	Servidores Capacitados
<b>Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.</b>	<b>14.000</b>	<b>55.557</b>	<b>14.520</b>
<b>Ação 2635 – Capacitação de Servidores Públicos Federais para o Reconhecimento de Direitos Previdenciários.</b>	<b>3.635</b>	<b>9.487</b>	<b>4.036</b>
<b>Ação 2635 – Capacitação de Servidores Públicos Federais para o Reconhecimento de Direitos Previdenciários.</b>	<b>2.078</b>	<b>6.153</b>	<b>2.226</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19.713</b>	<b>71.197</b>	<b>20.782</b>

Diante dos gastos despendidos pelo Instituto com a realização de capacitações aos servidores, indagamos à Diretoria de Recursos Humanos, por meio da Solicitação de Auditoria nº 189534-22, informações sobre essas ações. Em resposta, a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas apresentou as seguintes informações:

"Item 1. Fornecer as seguintes informações acerca das ações de capacitação de responsabilidade dessa Diretoria:

a) Plano de Capacitação Planejado versus Executado para 2006:

O Plano de Capacitação para o ano de 2006 foi construído levando em consideração as metas estabelecidas pelos programas da Lei Orçamentária Anual-LOA, que é capacitar 20.013 servidores nas ações de Qualificação e Requalificação, Reconhecimento de Direitos Previdenciários e Qualidade e Melhoria Contínua das Agências da Previdência Social; e os objetivos estratégicos da organização para o referido exercício: melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários, reduzir vulnerabilidades às fraudes e pagamentos indevidos, e reduzir desperdícios e custos.

Para direcionar as propostas de ações de capacitação do Plano, a área de Recursos Humanos identificou, em conjunto com as Diretorias, Gerências Regionais e Executivas, as necessidades de capacitação, alinhando-as aos objetivos estratégicos da Instituição.

Assim, no decorrer de 2006 foram registradas 71.197 participações em eventos de capacitação e atualização profissional aos servidores.

Essas capacitações beneficiaram 20.782 (vinte mil setecentos e oitenta e dois) servidores do quadro efetivo, ultrapassando em 5% a meta física estabelecida na Lei Orçamentária Anual, que é capacitar 19.713 servidores, nas ações: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; 2635 - Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários; e, 2298 - Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua, conforme quadro a seguir:

b) quadro informativo - em meio magnético - com os seguintes itens (por Ação/Programa de responsabilidade desta Diretoria):

Foram solicitadas as referidas informações às 10 horas e quarenta minutos do dia 27/03/2007, à DATAPREV, gestora do banco de dados do Sistema Informatizado de Treinamento e Desenvolvimento do INSS-SITEDWEB, conforme solicitação PREVDemandas (Sistema Informatizado de Gestão de Demandas da Previdência Social) de número 32, anexa.

Face a complexidade da extração de dados solicitados, e o prazo estabelecido para atendimento dessa SA, a DATAPREV até esta data não encaminhou o solicitado. Assim que recebidas às referidas informações, faremos o repasse imediatamente.

c) mecanismos de averiguação de atingimento dos critérios estabelecidos para realização dos cursos, especificamente acerca do público-alvo pretendido para os cursos ministrados em 2006.

Atualmente o INSS adota as seguintes formas de avaliação de cursos:

Avaliação de processo/reação dos participantes em relação à organização do evento, a metodologia utilizada e a expectativa de utilização dos conhecimentos na melhoria do seu desempenho profissional;

Avaliação de aprendizagem do conteúdo ministrado.

As referidas avaliações são realizadas pelas unidades descentralizadas onde são executadas as ações de capacitação, e relatadas no Sistema Informatizado de Treinamento e Desenvolvimento.

Existência de quantitativo mínimo/máximo de treinamentos realizados por servidor anualmente.

Não existe quantitativo pré-fixado. A participação dos servidores nos programas de capacitação é determinada pela necessidade identificada de melhoria no seu desempenho ou pela introdução de novos processos de trabalho que passam a requerer novas competências.

Item 2. Legislação que regula as ações de capacitação e treinamento no âmbito do INSS.

As legislações que regulam as ações de capacitação e treinamento no âmbito do INSS são:

- Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006;
- Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;
- Portaria nº 311, de 10 de maio de 2006;
- Portaria nº 455, de 08 de dezembro de 2006;
- Portaria nº 109, de 21 de fevereiro de 2005;
- Resolução nº 148/INSS/DC, de 24 de março de 2004;
- Resolução nº 179, de 23 de dezembro de 2004;
- Orientação Interna nº 19/INSS/DIRRH, de 24 de dezembro de 2004.

Item 3. Com relação à atuação da UnIPREV em 2006.

a) Cronograma de cursos a distância realizados, b) Quantitativo de servidores matriculados e efetivamente treinados, e c) Número de participantes por curso.

<b>Curso</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Períodos</b>	<b>Nº Inscritos</b>	<b>Nº Concluintes</b>
Conhecendo o Programa de EAD no INSS (Formação de Tutores)	12	08/05 a 09/06/2006	55	55
Ética no Trabalho (Servidores da Corregedoria)	12	24/07 a 31/08	174	163
Recursos Humanos (Legislação Aplicada – Lei 8.112)	56	10/07 a 10/09	479	182
Ética no Trabalho (Servidores novos Concursados)	12	23/08 a 30/09	1004	838
Ética no Trabalho (Servidores da Corregedoria)	12	04/10 a 17/11	228	174
Ética no Trabalho (Todos os Servidores)	12	23/10 a 30/11	836	587
<b>TOTAL</b>			<b>2794</b>	<b>1999</b>

d) Sistemática de controle de frequência dos cursos à distância.

O controle é feito eletronicamente pelo tutor que tem acesso à frequência do aluno sob sua responsabilidade, mediante ferramenta administrativa gerenciadora de cursos e também pelos gestores da UniPREV que acompanham o relatório estatístico dos registros individuais dos alunos. (Anexo exemplo de relatório de acompanhamento de frequência)

e) Custos e Migração da base tecnológica da UniPREV para a DATAPREV.

Em 2004 a hospedagem e manutenção da UniPREV foi internalizada na DATAPREV, por decisão da Diretoria Colegiada do INSS, com os serviços de manutenção e evolução do sistema, dentro dos níveis de serviços que eram realizados pelo antigo prestador. Os custos estão incluídos no Contrato global firmado entre o Instituto e a DATAPREV. Estamos aguardando informação da gestora do contrato quanto ao valor pago no exercício de 2006 com a manutenção do sistema. Assim que recebermos enviaremos.

f) Localização dos equipamentos adquiridos para a UniPREV.

Os equipamentos adquiridos mediante Contratos nºs 59 e 57/2002 foram destinados à utilização pelas Gerências Executivas do INSS e suas Agências, nos programas de capacitação de servidores veiculados pela UniPREV. Foram anexadas as relações com o destino dos equipamentos distribuídos por GEX e APS.

Item 4. Com relação a cursos de nível de pós-graduação ofertados pelo INSS no período em questão, informar:

a) existência de algum programa de capacitação no INSS para cursos de pós-graduação.

No referido exercício não foram destinados recursos para o programa de bolsas de especialização acadêmica em nível de pós-graduação. Isso em razão das prioridades estabelecidas pela alta direção da Casa, de focar as capacitações no Programa de Gestão do Atendimento - PGA e do Programa de Implementação do Novo Modelo de Gestão - PINMG.

b) nome, lotação, matrícula SIAPE, vínculo com órgão e curso ofertado aos servidores que tenham sido selecionados para participar de programa de capacitação em nível de pós-graduação.

Em decorrência do intercâmbio internacional firmado entre o Ministério da Previdência Social/Secretaria da Previdência Social - SPS, foi concedida bolsa ao servidor Wolney de Oliveira Cruz, Auditor Fiscal da Previdência Social, matrícula 1285903, lotado na Diretoria de Atendimento do INSS, para cursar o Programa Master em Direção e Gestão

dos Sistemas de Seguridade Social, promovido pela Organização Internacional de Seguridade Social - OISS, em parceria com a Universidade Alcalá - Espanha.

c) critérios estabelecidos pelo órgão para seleção de servidores aptos a serem incluídos em programas de capacitação.

Os critérios estabelecidos pelo órgão para concessão de bolsas de pós-graduação acadêmica para servidores do INSS são disciplinados pela Resolução nº 148/INSS/DC, de 24 de março de 2004 e Orientação Interna/INSS/DIRRH nº 24, de 31 de março de 2005. Documentos anexos." As informações apresentadas pela área de Recursos Humanos do INSS, apesar de identificarem as necessidades voltadas à melhoria no desempenho dos servidores, não permitem aferir o atingimento permanente e deliberado de aprendizagem, uma vez que não existem indicações de levantamento dos treinamentos realizados e dos treinamentos necessários, por área e servidor, de forma a permitir uma avaliação adequada dos resultados atingidos, bem como o aprimoramento do processo de planejamento das próximas capacitações.

## **5.5 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR**

### **5.5.1 ASSUNTO - INFRINGÊNCIAS AO REGIME DISCIPLINAR**

#### **5.5.1.1 CONSTATAÇÃO: (067)**

DESCUMPRIMENTO DE REGRAS ESTABELECIDAS PELO REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES REFERENTES À JORNADA DE TRABALHO E À PARTICIPAÇÃO NA GERÊNCIA/ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Trata-se do resultado das auditorias realizadas pelas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, nas Gerências-Executivas do INSS e Agências a elas subordinadas. Os trabalhos foram realizados nas Sedes da Entidade e nas Agências da Previdência Social, abrangendo os municípios de Aracaju-SE, Araçatuba-SP, Belo Horizonte-MG, Campinas-SP, Cascavel-PR, Curitiba-PR, Londrina-PR, Macapá-AP, Santa Maria-RS, São Luís-MA, São Paulo-SP, Florianópolis-SC, Criciúma-SC, Blumenau-SC e Campo Grande-MS, conforme cada Estado, no período entre 14 de agosto de 2006 a 14 de dezembro de 2006. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento do atendimento aos segurados e o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho, para o que se procedeu a uma amostragem.

No decorrer dos trabalhos, cujos resultados constam dos relatórios de auditoria produzidos nos mencionados Estados, pelas respectivas representações desta Controladoria-Geral da União, foram constatadas falhas/impropriedades nas APSs de Aracaju, Araçatuba, Campinas, Cascavel, Curitiba, Londrina, Macapá, São Luís, São Paulo, Florianópolis, Criciúma e Blumenau, referentes ao descumprimento de regras estabelecidas pelo Regime Disciplinar dos Servidores referentes à Jornada de Trabalho e à participação na gerência/administração de empresas, conforme verifica-se a seguir:

ARACAJU-SE

Foi constatado que os servidores das Agências da Previdência Social no Estado de Sergipe cumprem jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, em desacordo ao estabelecido no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Constatamos, em inspeção "in loco", que nas APS Siqueira Campos e Ivo do Prado não há afixação, em local visível e de grande circulação, de quadro



atualizado com a escala nominal dos servidores, constando dias e horários dos seus expedientes, em discordância com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 6/INSS/PRES, de 04 de janeiro de 2006. (itens 3.2.1.1, 3.2.1.2 e 3.2.1.3 do Relatório/CGU-SE nº 183640).

#### ARAÇATUBA-SP

Tomando-se por base o número de perícias realizadas, como pode ser observado, apenas um médico atingiu, em número de horas, 50% do que seria sua jornada mensal de trabalho. Os demais sequer chegam próximos a esse percentual. Isso mostra claramente que esses servidores, de forma geral, não cumprem a jornada de trabalho para as quais são contratados. De fato, alguns deles exercem atividades paralelas em hospitais e/ou consultórios particulares, nos mesmos horários dedicados ao expediente na APS.

A Gerência-Executiva e APS em Araçatuba autorizaram o cumprimento de jornada de 6 horas, sob o argumento de que o atendimento é feito em dois períodos ininterruptos de 6 horas. Todavia, observou-se que, na prática, o atendimento é praticamente feito em apenas um período, sendo que a grande maioria dos servidores cumpre jornada de 6 horas, embora sejam contratados para jornada de 8 horas diárias. A não afixação das escalas dos profissionais ou a colocação destas em locais de acesso restrito, na maioria das APS, são outro fator prejudicial ao atendimento, e que também contraria o Decreto nº 1.590/95.

Foram igualmente constatadas impropriedades na Folha de Registro de Comparecimento (FRC), cujos horários já haviam sido previamente preenchidos (datilografados) para o mês inteiro. (itens 3.1.1.1, 3.1.1.2 e 3.1.1.3 do Relatório/CGU-SP nº 183653).

#### CAMPINAS-SP

Tanto a APS Carlos Gomes como a de Valinhos funcionam das 08:00 às 14:00 horas. Ambas adotam carga horária semanal de 30 horas (6 horas diárias) para os médicos e atendentes. Na Agência de Indaiatuba, apesar de o horário de funcionamento da perícia ser das 07:00 às 19:00 horas, a maioria dos funcionários que trabalham na área de atendimento fazem o horário das 08:00h às 14:00h, e apenas um funcionário trabalha em regime de plantão (existindo revezamento entre os funcionários) das 14:00h às 16:00h, não se cumprindo um funcionamento ininterrupto de 12 horas, em dissonância com a legislação atinente. Foi verificada a ausência de um controle sobre a quantidade de processos analisados pelos médicos peritos. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-SP nº 183654).

#### CASCAVEL-PR

Em consulta aos registros cadastrais da Secretaria da Receita Federal/MF verificou-se que diversos servidores em exercício na Entidade constam como sócios-gerentes ou como sócios-administradores de empresas privadas, fato que é vedado, segundo o inciso X do artigo 117 da Lei nº 8.112/90. Serviu como base a essa pesquisa a amostra de servidores médicos peritos. (item 3.3.1.2 do Relatório/CGU-PR nº 183650).

#### CURITIBA-PR

Através dos registros cadastrais da Secretaria da Receita Federal/MF, verificou-se que diversos servidores em exercício na Unidade constam como sócios-gerentes ou como sócios-administradores de empresas privadas, o que é vedado, segundo inciso X do artigo 117 da Lei nº 8.112/90. Foi usada como base para a pesquisa a amostra de servidores médicos peritos com jornada de trabalho de 40 horas semanais. (item 4.3.1.2 do Relatório/CGU-PR nº 183744).

#### LONDRINA-PR

Em consulta aos registros cadastrais da Secretaria da Receita Federal/MF constatou-se que diversos servidores em exercício na Entidade constam como sócios-gerentes ou como sócios-administradores de empresas privadas, em desacordo com o que prescreve o inciso X do artigo 117 da Lei nº 8.112/90. A pesquisa foi realizada sobre uma amostra de servidores médicos peritos. (item 3.4.1.2 do Relatório/CGU-PR nº 183649).

#### MACAPÁ-AP

Constatou-se que os servidores pertinentes à amostra não se encontravam nos seus locais de trabalho, entre 15:30 e 17:00 horas, cumprindo a jornada de 8 horas diárias. Constatou-se, ainda, que os mesmos já haviam assinado a folha de ponto como se tivessem trabalhado as 8 horas diárias (entrada às 08:00 horas e saída às 18:00 horas, com intervalo de 2 horas para almoço); exceção feita à servidora cuja matrícula Siape é 752234, que se encontrava de licença para tratar da saúde devidamente comprovada por laudo médico. Houve casos em que as Folhas de Registro de Comparecimento - FRC não foram disponibilizadas na oportunidade da inspeção "in loco" ou estavam impressas com o horário previamente preenchido. (item 3.2.1.1 do Relatório/CGU-AP nº 183642).

#### SÃO LUÍS-MA

Conforme visitas realizadas em Unidades do INSS localizadas na cidade de São Luís, constatou-se que, embora as Agências da Previdência Social - APS disponham de mecanismo de controle, "Folha de Registro de Comparecimento - FRC", para aferir a frequência dos servidores responsáveis pelo atendimento ao público, existem fragilidades no que se refere a sua efetiva funcionalidade, na medida em que servidores não assinam tempestivamente as suas presenças.

As Agências da Previdência Social não vêm cumprindo os dispositivos da Resolução INSS/PRES nº 6, de 4/1/2006, na medida em que não existe escala de atendimento afixada nas dependências das Agências, conforme se pôde verificar nas visitas realizadas nas APS - São Luís-Bom Menino, Cohab e Nazaré. Outra constatação é a de que os horários de atendimento não estão sendo cumpridos. (itens 3.2.1.1 e 3.2.1.2 do Relatório/CGU-MA nº 183652).

#### SÃO PAULO-SP

Demora na realização de perícias médicas. De acordo com relatório "Monitoramento Canais Remotos - Auxílio-doença em 20/10/2006", emitido pela Gerência Regional, em 16 agências do INSS há um intervalo médio de 48 dias entre o agendamento e a realização de perícia. Em algumas agências esse intervalo alcança três meses, como nas Agências Brás e Brigadeiro Luís Antônio, o que deixa os segurados em situação precária. Observou-se, ainda, que em diversas agências o número de consultórios é inferior ao número de médicos peritos, limitando o quantitativo de perícias possíveis de serem realizadas. Muitos médicos consideraram que as instalações dos consultórios poderiam ser aprimoradas, especialmente quanto a problemas de segurança.

Quanto à jornada de trabalho, com base nas observações da equipe de auditoria e na declaração do Chefe da APS, concluiu-se que, com exceção do servidor médico matrícula SIAPE 938294, todos os demais servidores médicos estão obrigados cumprir 8 (oito) horas diárias, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e que, conforme relatado, os mesmos sequer cumprem a jornada de quatro horas informada pelo Chefe da APS. Também houve impropriedades no preenchimento da FRC (ausência de rubrica, horário de entrada/saída).

(itens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.1.1.3 e 3.1.1.4 do Relatório/CGU-SP nº 183643).

#### FLORIANÓPOLIS - SC

Ao analisarmos os Controles de Frequência da Unidade, no período de janeiro a junho de 2006, verificamos divergências entre os horários determinados no campo "Horário Servidor" das Folhas de Registros de Comparecimento - FRC e os fixados nas Relações de Ocorrências de Ponto - RCOP. Da mesma forma, verificamos divergência entre os horários fixados nos referidos formulários e os anotados pelos servidores.

Exemplificamos, entre outros existentes, o caso da servidora de matrícula 0930429, que registrou diariamente no mês de janeiro como horário de entrada às 08:00h e saída às 19:00h, contudo, na sua Folha de Registro de Comparecimento é determinado o horário das 08:00 h às 14:00 h, sendo que a Relação de Ocorrências de Ponto enviada ao setor de pagamento informa que a servidora compareceu no referido mês com carga horária normal das 08:00 às 17:00, consignando 3 (três) registros diferentes para a mesma ocorrência.

Constatou-se, também, registros incompletos e ausências de registros de horários de entrada e saída de servidores. Ao analisarmos os Controles de Frequência da Unidade, no período de janeiro a junho de 2006, verificamos a existência de servidores que somente firmam a rubrica nos campos específicos dos formulários de registro de comparecimento, deixando em branco ou incompletos os campos destinados à marcação dos horários de entrada e saída.

Exemplificamos, entre outros existentes, o caso dos servidores de matrículas 1377454, 0929390, 0929850, 0928952, 0925056 e 0014777, os quais, no período de janeiro a junho, em nenhuma das Folhas de Registro de Comparecimento preencheram os horários de entrada e saída, assim como o caso dos servidores de matrículas 0928732, 0929772 e 0928949, que no mesmo período analisado somente registraram os horários de entrada e saída nas primeiras linhas do formulário e nos demais dias marcaram o sinal de " (aspas) com o intuito de indicar o mesmo horário para os demais dias do mês. Acrescentamos aos exemplos os casos ocorridos com os servidores de matrículas 0939762, 0925803 e 0929113, os quais, nos diversos meses do período, possuem Folhas de Registro de Comparecimento preenchidas, num determinado mês de forma integral, em um mês de forma incompleta e em outro mês sem o registro dos horários de entrada e saída.

Carga horária trabalhada menor que a jornada legalmente definida, conforme cadastro do servidor - No confronto dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade, com a carga horária da jornada definida no cadastro dos dados funcionais dos mesmos, constatamos ocorrências de cargas horárias efetivamente trabalhadas menores que as jornadas de trabalho legalmente definidas nos cadastros dos servidores registrados no sistema SIAPE, ou seja, servidores com carga horária de 40 horas semanais registraram jornada efetiva de 30 horas. Apontamos, entre outros existentes, o caso dos servidores de matrículas 0755506, 0928711, 0928664, 0928994, 0929062, 0754998 e 1376074, que registraram diariamente, no período de janeiro a junho, jornadas de 30 horas semanais, sendo que os seus registros funcionais indicam carga horária de 40 horas semanais. Acrescentamos que, segundo os registros do sistema SIAPE, na Unidade somente os servidores de matrículas 0928730, 0929831 e 0928706 possuem carga horária de 30 horas semanais.

Registros de ocorrências de comparecimento preenchidos de forma inadequada - Na verificação do preenchimento dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade, constatamos inadequações em seu preenchimento. Entre outras, citamos o caso verificado na Folha de Registro de Comparecimento - FRC do mês de fevereiro, onde a servidora de matrícula 0929831 preencheu e assinou comparecimento nos dias 29 e 30. Apontamos também as Folhas de Registro de Comparecimento - FRC do período de janeiro a junho da servidora de matrícula 1001952, que teve registros mensais na seguinte sequência: janeiro - licença para mandato classista; fevereiro - licença para tratar de interesse particular; março - licença prêmio por assiduidade; e de abril a junho - licença para tratar de interesse particular. Acrescenta-se ao fato a constatação de que no período foi providenciado o pagamento integral da remuneração, inclusive nos meses em que a servidora esteve em licença para tratar de assuntos particulares.

Ausências de registros das viagens nos controles de ponto adotados pela Unidade - Ao analisarmos os Controles de Frequência da Unidade, no período de janeiro a junho de 2006, e confrontando com os Pedidos de Viagens, verificamos a ocorrência de casos em que não foram anotados os dias de deslocamentos por motivo de viagem, tanto na Folhas de Registro de Comparecimento quanto na Relação de Ocorrência de Ponto dos servidores, conforme segue:

- Servidor de matrícula 1466985: PV 2780 não foi anotado na frequência do dia 31/01, bem como fora anotado como em viagem nos períodos de 16 a 21/02, 20 a 21/06 e 25 a 20/06, contudo, não verificamos a existência de PVs para os dias anotados;
- Servidor de matrícula 0930434: PV 26646 não foi anotado na frequência do período de 27 a 29/04;
- Servidor de matrícula 0925076: PVs 22656, 22657, 2760, 2843, 63269, não foi anotado na frequência dos dias correspondentes aos períodos das viagens, bem como fora anotado como em viagem no período de 12 a 24/06, contudo não verificamos a existência de PVs para os dias anotados;
- Servidor de matrícula 0930398: PVs 3081, 4835, 5672 e 13248, não foi anotado na frequência dos dias correspondentes aos períodos das viagens;
- Servidor de matrícula 0929834: PV 2821 não foi anotado na frequência do dia 14/02, bem como fora anotado como estando em viagem nos períodos de 01 a 04/06, contudo não verificamos a existência de PVs para os dias anotados;
- Servidor de matrícula 0928949: PV 2755 não foi anotado na frequência dos dias correspondentes ao período da viagem;
- Servidor de matrícula 0929397: PV 16278 não foi anotado na frequência dos dias correspondentes ao período da viagem;
- Servidor de matrícula 1376074: PV 8108 e 8486 não foi anotado na frequência dos dias correspondentes ao período da viagem. (itens 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.1.3, 3.2.1.4 e 3.2.1.5 do Relatório/CGU-SC nº 183645).

CRICIÚMA - SC

Carga horária trabalhada menor que a jornada legalmente definida, conforme cadastro do servidor - No confronto dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade, com carga horária da jornada definida no cadastro dos dados funcionais dos mesmos e conforme a Lei nº 8.112/90, constatamos um

número expressivo de ocorrências de cargas horárias efetivamente trabalhadas menores que as jornadas de trabalho legalmente definidas nos cadastros dos servidores registrados no sistema SIAPE, ou seja, servidores com carga horária de 40 horas semanais registraram jornada efetiva de 30 horas. Apontamos o caso dos servidores de matrículas: 0929310, 0930335, 0929250, 0574717, 1494705, 0928942, 0104502, 0574803, 0929315, 1499351, 1376095, 0928940, 1375835, 0929385, 0929693, 0929289, 0929071, 0574823, 0452097, 6574702, 0452141, 1379407 e 0929338, que registraram diariamente, no período de janeiro a junho, jornadas de 30 horas semanais, sendo que os seus registros funcionais indicam carga horária de 40 horas semanais. Desta forma, observa-se que a Administração Pública vem pagando remuneração de 40 horas semanais para servidores que cumprem apenas 30 horas semanais, incorrendo em prejuízo ao Erário.

Ausências de registros de horários de entrada e saída de servidores - Ao analisarmos os Controles de Frequência da Unidade, no período de janeiro a junho de 2006, verificamos a existência de casos em que os servidores somente firmam a rubrica nos campos específicos dos formulários de registro de comparecimento, deixando em branco os campos destinados à marcação dos horários de entrada e saída. Apontamos as ocorrências de janeiro a junho para os servidores de matrículas 0929019, 1095222, 0928726, 0928703, 0925218, 0574283, 0928572, 0929612, 1375734 e 1451431; de janeiro a maio para o servidor de matrícula 0930337; de janeiro a março para o servidor de matrícula 0574803; nos meses de janeiro e maio para o servidor de matrícula 0930271; e no mês de maio para o servidor de matrícula 1499351.

Registros de ocorrências de comparecimento preenchidos de forma inadequada - Na verificação do preenchimento dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade constatamos que, nos campos destinados aos registros das entradas e saídas, os horários estavam previamente impressos nas respectivas Folhas de Registro de Comparecimento - FRC. Apontamos as ocorrências nos meses de janeiro a junho para os servidores de matrículas 0452141, 1379407, 0929338 e 0929036; no mês de maio para a servidora de matrícula 0929034; e no mês de junho para a servidora de matrícula 0929310.

Verificamos, também, que o servidor de matrícula 0929343, nos dias 26 e 27 de junho, anotou 09:00h como horários de entrada e saída, a Folha de Registro de Comparecimento do servidor de matrícula 0929289 possui rasuras nos dias 02 e 03 de janeiro, bem como a FRC do servidor 0929071 encontra-se em branco no período de 04 a 15 de maio. (itens 3.2.1.1, 3.2.1.2, e 3.2.1.3 do Relatório/CGU-SC nº 183646).

#### BLUMENAU-SC

Carga horária trabalhada menor que a jornada legalmente definida, conforme cadastro do servidor - No confronto dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade, com carga horária da jornada definida no cadastro dos dados funcionais dos mesmos e conforme a Lei nº 8.112/90, constatamos um número expressivo de ocorrências de cargas horárias efetivamente trabalhadas menores que as jornadas de trabalho legalmente definidas nos cadastros dos servidores registrados no sistema SIAPE, ou seja, servidores com carga horária de 40 horas semanais registraram jornada efetiva de 30 horas. Apontamos o caso dos servidores de matrículas 0900474, 0928853, 0928954, 0929204, 0929205, 929212, 929213, 0929706,

0929722, 0929865, 0930382, 0944643, 0944664, 0944672, 1095220, 0574821, 0937845, 0948554, 1375642, 1375422, 1377717, 1376541, 1377781, 1376632, 1376659, e 1492467, que registraram diariamente no período de janeiro a junho, jornadas de 30 horas semanais sendo que os seus registros funcionais indicam carga horária de 40 horas semanais. Acrescentamos que, segundo os registros do sistema SIAPE, na Unidade, somente os servidores de matrículas 9291113 e 9299890 possuem carga horária de 30 horas e 20 horas semanais, respectivamente. Desta forma, observa-se que a Administração Pública vem pagando remuneração de 40 horas semanais para servidores que cumprem apenas 30 horas semanais, incorrendo em prejuízo ao erário.

Ausências de registros de horários de entrada e saída de servidores - Ao analisarmos os Controles de Frequência da Unidade, no período de janeiro a junho de 2006, verificamos a existência de casos em que os servidores somente firmam a rubrica nos campos específicos dos formulários de registro de comparecimento, deixando em branco os campos destinados à marcação dos horários de entrada e saída. Apontamos as ocorrências no mês de janeiro para os servidores de matrículas 0928853, 0944664, 0944672 e 0576004; no mês de fevereiro matrículas 0928853, 0944664, 0944672, 0574821 e 6259882; no mês de março matrículas 0900474, 0928853, 0928954, 0929204, 0929205, 0929865, 0944664, 0944672, 0576004, 0574821, 1375422 e 1376632; no mês de abril matrículas 0928853, 0928954, 0929204, 0929205, 0929865, 0944664, 0944672, 0576004, 1375422, 1376541 e 1376632; no mês de maio matrículas 0928853, 0928954, 0929204, 0929865, 0944664, 0574821, 0937845, 1375422, 1376541, 1376632 e 1495473; e o mês de junho matrículas 0928853, 0928954, 0929204, 0929213, 0929865, 0944664, 0576004, 0574821, 1375422 e 1376632.

Registros de ocorrências de comparecimento preenchidos de forma inadequada - Na verificação do preenchimento dos horários anotados diariamente nos registros de comparecimento dos servidores da Unidade, constatamos que, nos campos destinados aos registros das entradas e saídas, os horários estavam previamente impressos nas respectivas Folhas de Registro de Comparecimento - FRC. Apontamos as ocorrências no mês de janeiro para os servidores de matrículas 0900474, 0928853, 0928954, 0929111, 092924, 0929205, 0929233, 0929722, 0929865, 0929989, 1095220, 0574821, 0937845, 1210823, 6259882, 1375422, 1377717, 1376632 e 1495473; e no mês de fevereiro os servidores de matrículas 0900474, 0928954, 0929204, 0929865, 0929989, 0576004, 0937845, 1210823, 1375422, 1377717, 1376632 e 1495473.

Não utilização de procedimento previsto em normativo de recursos humanos - A Gerência-Executiva de Blumenau não utiliza o formulário Relação de Comunicação de Ocorrência de Ponto - RCOP para envio mensal das comunicações de ocorrência de ponto à Unidade de Recursos Humanos, conforme previsto no Capítulo XXI, inciso II do MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS DE PESSOAL - CAN, que trata das formas de registro/controle/prazos da frequência e jornada de trabalho dos servidores do INSS. (itens 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.1.3 e 3.2.1.4 do Relatório/CGU-SC nº 183647).

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Os gestores não vêm efetuando adequadamente o controle do cumprimento da jornada de trabalho e frequência dos servidores.

**CAUSA:**

A causa está relacionada diretamente a falhas nos controles dos períodos de funcionamento das APS e da Jornada de Trabalho e frequência dos servidores.

**JUSTIFICATIVA:**

"Os servidores da Gerência Executiva do INSS em Aracaju, em sua grande maioria, cumprem jornada ininterrupta de seis horas diárias, em virtude de sentença judicial transitada em julgado (Processo nº 052.91.0250-52/ 2º JCJ), pela qual ficou determinado que os servidores cujos contratos de trabalho sejam anteriores a 10.07.90, mantenham a jornada a que estavam submetidos desde 1984, isto é, seis horas. Em relação aos demais servidores, cuja data de admissão é posterior àquelas precedentemente referidas", cumprem "a jornada que estava estabelecida nos editais dos concursos a que foram submetidos e, ainda, considerando a natureza das atividades exercidas, exclusivamente de atendimento direto ao público, entendeu a Administração organizar suas equipes em dois turnos diários de seis horas cada."

Além disso, está sendo providenciada "a relação dos servidores com horário de entrada e saída para fixação do quadro de avisos." Em face das constatações registradas nos Municípios de Araçatuba-SP, Cascavel e Londrina-PR os gestores não se pronunciaram.

Em Campinas tem-se a seguinte justificativa:

"Atualmente, em 2004, quando do edital para concurso público para as carreiras administrativas, modificadas de agente administrativo para técnico previdenciário (estes com as mesmas atribuições daqueles) e analista previdenciário, a jornada de trabalho prevista no edital supra referido foi de 6 horas (30 horas semanais). Por consequência, a carga horária dos servidores admitidos em função deste concurso, é de 30 horas semanais. Estes servidores se encontram lotados nas diversas Unidades das Gerências-Executivas. Como detentores do direito de exercerem suas funções com carga horária de 30 horas semanais, independentemente do horário de atendimento e funcionamento destas Unidades, não pode o seu chefe imediato, ou quem quer que seja, exigir dos mesmos jornada de trabalho outra que não aquela com a qual foi admitido. Quanto aos servidores da categoria de médico perito, somente os admitidos aos serviços do INSS, por concursos recentes, o foram com carga horária de 40 horas semanais. Os médicos peritos admitidos anteriormente ao concurso de 2004 (Edital 001/dezembro 2004), cumprem carga horária de 20 horas semanais, cumprem jornada de trabalho de 4 horas (20 horas semanais), conforme Resolução INSS/PR nº 29.3, de 06 de setembro de 1995, sendo certo que alguns destes, cumprem jornada dupla.

Para atender ao quanto estatuído no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, bem como a Resolução nº 6, de 04/01/2006 e demais legislações aplicáveis, a Agência de Indaiatuba que, como constatado, tem atendimento de suas perícias médicas, das 7:00 às 19:00 horas, deverá alterar este horário para atendimento das 8:00 às 18:00 horas.

Outrossim, o seu funcionamento ocorrerá das 7:00 às 19:00 horas, com aplicação do quanto facultado pelo § 1º, do artigo 2º, da Resolução supra citada. As demais Unidades citadas na SA, estão verificando a forma mais adequada e conveniente para a Administração Pública e seus administrados, de como proceder para integral cumprimento do quanto determinado pela Lei nº 8.112/90, regulamentada pelo Decreto nº 1.590,

de 10 de agosto de 1995, bem como a Resolução nº 6, de 04/01/2006." Em Curitiba, a Entidade informou que está adotando as providências propostas pela CGU, e apresentou comprovante de situação já regularizada.

A justificativa apresentada pela Gerente-Executiva em Macapá foi a de que a servidora de matrícula SIAPE nº 1015629 trabalhou "das 8:00 às 14:00 horas com aquiescência da Chefia, em razão de problemas de saúde de sua filha", e que aquela reporia as 4 horas faltantes. A servidora de matrícula 0897850 faz "parte da Comissão de Licitação com Portaria emitida pela GEX e" encontrava-se "nas dependências do Auditório da GEX/AP". Matrícula nº 1011966: "encontrava-se ausente no mencionado horário, devido às atribuições da servidora em deslocar-se até as dependências da APS/MCP, confeccionando dados de servidores inerentes a SRH". Matrículas nºs 1012240 e 752088: "fazem parte da equipe de Treinamento e Desenvolvimento", cujas atividades justificaram a ausência.

"Em atenção aos expedientes em assunto, justificamos:

<i>Matrícula n.º</i>	<i>Cat. Funcional</i>	<i>Justificativa</i>
<i>1019120</i>	<i>Engenheiro</i>	<i>Supervisão da execução dos contratos nºs 04/2004 e 01/2005, manutenção predial e manutenção de ar condicionado, respectivamente, no prédio da APS Macapá/AP.</i>
<i>6752300</i>	<i>Ag. Administrativo</i>	<i>Entrega de material solicitado ao almoxarifado, nos setores do prédio da Gerência e APS Macapá.</i>
<i>0897176</i>	<i>Datilógrafo</i>	<i>Efetuando entrega de processos solicitados ao arquivo geral da Gerência.</i>
<i>1011204</i>	<i>Tec. Contab.</i>	<i>Servidor estava organizando processos juntamente com a equipe do arquivo geral desta Gerência; sentiu-se mal e foi dispensado, pois o mesmo ainda está se recuperando de uma cirurgia no coração.</i>
<i>0950130</i>	<i>Ag. Admin.</i>	<i>Fiscalizando execução dos serviços de manutenção predial (PT/INSS/GEXMCP/34/2006) nos prédios das APS Macapá e Santana.</i>
<i>0752018</i>	<i>Art. Eletric.</i>	<i>Resolvendo problemas faturas da CEA e fiscalizando execução contrato nº 01/2005 - manutenção de ar condicionado (PT/INSS/GEXMCP/3 1/2006).</i>
<i>6752302</i>	<i>Ag. Admin.</i>	<i>Verificando boletos para pagamento da locação do ponto de atendimento do INSS, junto ao SUPERFACIL/Macapá</i>
<i>1164112</i>	<i>Ag. Admin.</i>	<i>Tratando da regularização das transferências das viaturas Ranger e Topíc para a Gerência-Executiva do INSS em Belém/PA, junto ao DETRAN/AP e Cartório.</i>

As justificativas para os demais casos trataram de motivo de saúde, participação em comissão de licitação e/ou realização de atividades externas, no exercício da função (resolução de pendências processuais, capacitação profissional).

A GEX/Macapá-AP informou, ainda, através do Memorando GEXMCP nº 018/2007, que: "Conforme, manifestação anterior, informamos que devido a grande rotatividade de serviços, os servidores lotados na Gerência-Executiva estão constantemente ausentando-se para atender agenda externa, justificando assim as ausências e no trato da disciplina para cumprimento da Carga Horária, foi estabelecida no Memorando Circular



nº 3/INSS/GAB/GEXMCP-AP e na Portaria nº 3/2006, a jornada de trabalho para os servidores da GEX/Macapá. Ressalta-se que cabe à chefia imediata do servidor comunicar a Seção de RH pela COPS - FRC, as informações de entradas e saídas, tardias e antecipadas respectivamente, devendo aquela Unidade adotar as providências pertinentes."

No Maranhão, a Gerência-Executiva expediu um Memorando alertando para o correto preenchimento da Folha de Registro de Comparecimento "bem como o devido lançamento dos códigos de ocorrência de acordo com as situações pertinentes". Justificou-se também o seguinte: "Ressaltamos ainda a necessidade de afixar o quadro de horários dos servidores respeitando o horário de funcionamento e atendimento das APS's". Diante das constatações, a Gerência Regional em São Paulo justificou desta forma:

"Quanto às constatações referentes à Gerência-Executiva São Paulo Norte, informamos que seus médicos, sensíveis à atual situação, não têm medido esforços para proporcionar a população um atendimento mais digno, realizando, inclusive aos sábados e domingos, mutirões que atendem cerca de quatrocentas perícias por final de semana, sem qualquer tipo de remuneração para tanto. Ressaltamos, também, que esses profissionais são convocados para reuniões técnicas, em horários alternativos, porém, sem prejuízo da agenda médica e, independente da grade de agendamento, todos os segurados são atendidos, inclusive aqueles com perícias pendentes (SIMA Solicitação de informação de médico assistente).

Em relação à falta de cumprimento da carga horária por parte dos médicos peritos da Agência Brás Leme, informamos que o médico perito, matrícula 0.935.510, realiza na referida Unidade, diariamente, das 8h00 às 10h00, a análise de Recursos Médicos. No restante da jornada, integra a equipe da Junta Médica mista de Aeronautas no Hospital da Aeronáutica HASP. Os médicos peritos, matrículas 0.935.510, mencionado no item anterior, 1.502.258 e 1.189.306, por solicitação da Promotoria da Infância e da Juventude, encontram-se em atividade externa, na entidade Casas de David. Esta atividade, já em curso, tem como objetivo periciar mais de trezentos internos da instituição para a concessão do benefício assistencial LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)."

A GEX/INSS em Florianópolis-SC informou que:

"Os registros verificados tanto na Folha de Registro de Comparecimento, na Relação de Ocorrências de Ponto e no Registro de entrada e saída do servidor estão diferentes devido a erro administrativo, já orientamos para não ser repetido os erros." Após o término dos trabalhos em campo, foi encaminhado Relatório Preliminar para apreciação da Unidade, a qual, através do Ofício nº 180/2006, de 19/10/2006, informa que determinou ao Setor Técnico Administrativo, setor responsável pela confecção e conferência de Folhas de Registro de Ponto e Relação de Ocorrência de Ponto, a correção e implementação de mecanismos competentes de procedimentos de conferência no que se refere a Folha de Registro de Comparecimento e Relação de Ocorrências de Ponto, bem como o levantamento de necessidade de capacitação dos servidores responsáveis pela execução. Determinou, também, que todos os documentos devem ser enviados com despacho do servidor que fez o procedimento e com a devida assinatura, e encaminhado para ciência da chefia imediata, a qual encaminhará ao gabinete.

A GEX/INSS em Criciúma/SC apresentou as justificativas por meio do Memorando nº 051/20.723, de 30/10/2006, e do Memorando nº 054/20.723, de 30/10/2006.

A GEX/INSS em Blumenau/SC reconheceu as falhas apontadas informando, ainda, das providências corretivas efetuadas após a comunicação do fato por esta equipe de Auditoria.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Uma constatação generalizada nas Agências da Previdência Social tem sido o descumprimento do horário de trabalho legalmente previsto. Os gestores têm apresentado as seguintes justificativas para tais ocorrências: o fato de os servidores terem sido contemplados com amparo em decisão judicial transitada em julgado (em Aracaju); direito adquirido, através do horário estabelecido em edital de concurso para admissão de servidores; exercício de atividades externas, dentro das atribuições do cargo; e motivo de saúde.

Dentre as justificativas acima arroladas, acata-se aquela referente à decisão judicial transitada em julgado, em observância ao princípio da segurança jurídica, insculpido no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal. Entretanto, tal decisão, conforme exposto na própria justificativa, apenas se aplica aos servidores ingressos até 10.07.1990, sendo, portanto, uma impropriedade o fato observado de que concursados admitidos em data posterior estejam cumprindo jornada reduzida. Quanto ao direito adquirido, este não procede, uma vez que determina o Decreto nº 1.590/95 que:

"Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, será de oito horas diárias e:

I - carga horária de quarenta horas semanais, exceto nos casos previstos em lei específica, para os ocupantes de cargos de provimento efetivo."

"§ 3º ... é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais..."

A respeito das justificativas relativas a exercício de atividades externas e a motivo de saúde, com relação às primeiras, contrapõe-se a constatação de que alguns médicos estavam atendendo em clínicas particulares durante o horário de expediente nas APS. Ademais, ainda que as atividades guardem correlação com as necessidades inerentes à Previdência Social, deve o gestor ponderar para que se faça o devido dimensionamento/alocação de servidores, tendo-se em conta que a atividade fim é o atendimento ao público. Contra as segundas, argumenta-se que deveriam todas estar acompanhadas de comprovação documental, o que não se verificou.

Também foram constatadas em diversas agências impropriedades no preenchimento da Folha de Registro de Comparecimento, o que demonstra a necessidade generalizada de adoção e mecanismos de controle nesse âmbito.

Além disso, verificou-se que os servidores exerciam atividades como sócios-gerentes ou como sócios-administradores de empresas privadas, fato que vai de encontro ao inciso X, do art. 117, da Lei nº 8.112/90, e que é susceptível de demissão, conforme a mesma Lei.

O gestor da Gerência-Executiva/INSS em Florianópolis-SC reconheceu as falhas apontadas. Em face da manifestação do gestor através Ofício nº 180/2006, de 19/10/2006, na próxima auditoria a ser realizada na

Unidade tais providências deverão ser comprovadas.

A GEX/INSS em Criciúma/SC reconheceu as falhas apontadas, restando implementar as recomendações propostas pela CGU-Regional-SC.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
413.923.539-04	ALTAMIR DA SILVA CARDOSO	GERENTE-EXEC LONDRINA
692.234.249-68	CLEONICE DARIVA	GERENTE-EXEC CASCAVEL
027.711.979-01	FABRICIO MONTEIRO KLEINIBING	GERENTE-EXEC CURITIBA
278.430.255-53	AUGUSTO FABIO OLIVEIRA DOS SAN	GERENTE-EXEC ARACAJU
151.299.852-49	MARIA SOCORRO DA COSTA CONCEIC	GERENTE-EXEC MACAPÁ
251.217.663-00	SOLANGE DE JESUS GOUVEA	GERENTE-EXEC SÃO LUÍS
421.592.379-49	MARILU SCALAMBRINI DA CUNHA	GERENTE-EXEC CRICIÚMA
445.338.889-68	ALVARO ANDERSON	GERENTE-EXEC BLUMENAU
317.994.930-91	LUCIA DA SILVEIRA ESPINDOLA	GERENTE-EXEC FLORIANÓP
045.667.238-95	ELISETE BERCHOL DA SILVA IWAI	GERENTE REG SÃO PAULO
205.605.241-53	JOSE GARCIA TOSTA	GERENTE-EXEC ARAÇATUBA
624.196.258-20	BRENO GERIBELLO DA CRUZ	GERENTE-EXEC CAMPINAS

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomenda-se às Gerências-Executivas de Aracaju-SE, Araçatuba-SP, Campinas-SP, Macapá-AP, São Luís-MA, São Paulo-SP, Florianópolis-SC, Criciúma-SC e Blumenau-SC que adotem as medidas necessárias para que os servidores cumpram efetivamente o que determina o Art. 19 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, inclusive os servidores lotados na Perícia Médica, que também devem cumprir a jornada de 8 horas diárias e 40 horas semanais, assinando a folha de ponto nos horários especificados para cumprimento da jornada e, ainda, que providenciem para que a folha de ponto dos servidores administrativos seja preenchida corretamente, atendendo ao anexo II da Portaria nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, expedida pelo MARE.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomenda-se às Gerências-Executivas de Cascavel-PR, Curitiba-PR e Londrina-PR que promovam a apuração dos fatos referentes à participação de servidores na gerência ou administração de empresas, para adoção das medidas cabíveis.

**5.5.1.2 CONSTATAÇÃO: (068)**

DIFICULDADES OPERACIONAIS NA REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS MÉDICAS E DESCUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO PELOS MÉDICOS PERITOS

Trata-se de irregularidades apontadas no Relatório de Ação de Controle nº 00190.010978/2005-11 CGU/RS e nos resultados das auditorias realizadas pelas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, nas Gerências-Executivas do INSS e Agências a elas subordinadas. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento do atendimento aos segurados e o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho. Os trabalhos de auditoria evidenciaram impropriedades na operacionalização da atividade de perícia médica na Agência da Previdência Social em São Luiz Gonzaga-RS e na GEX/Belo Horizonte-MG, como é mostrado a seguir:

GEX/BELO HORIZONTE-MG

Na Gerência-Executiva de Belo Horizonte foram constatados obstáculos

operacionais por ocasião das perícias médicas de segurados que visavam à obtenção de benefício nas Agências da Previdência Social - APS, dentre os quais cita-se o fato de que os servidores administrativos incumbidos da regularização dos cadastros e outras pendências são poucos, tornando morosa a liberação dos segurados para os médicos. A lentidão nos sistemas que se comunicam com o SABI intensifica o problema.

Outra constatação é a de que nas APS a organização das agendas diárias dos médicos peritos não é padronizada, e propicia o surgimento de tempo ocioso. Além disso, constatou-se que os médicos, em geral, não têm cumprido a carga horária devida. (item 3.1.1.1 do Relatório/CGU-MG nº 183644).

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SÃO LUIZ GONZAGA/RS

Na APS/SGZA a equipe de auditoria apontou no Relatório nº 00190.010978/2005-11 os seguintes fatos:

- a) descumprimento da carga horária e afastamento durante o horário de trabalho para desenvolver atividades em seu consultório particular pelo Médico Perito matrícula 0555393;
- b) inconsistência do sistema SABI, utilizado para controle dos agendamentos e da realização de perícia pelo INSS;
- c) concessão de auxílio-doença ao Médico Perito matrícula 0933926, nos dias 29 e 30/08/2006, sendo que neste interregno realizou sete perícias.

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

Os gestores não organizaram adequadamente as agendas de perícias médicas, e não observaram os dispositivos legais referentes à jornada de trabalho dos médicos peritos.

**CAUSA:**

Ausência de planejamento das rotinas de trabalho e controle inadequado dos agendamentos e realizações de perícias médicas e da carga horária dos médicos peritos.

**JUSTIFICATIVA:**

Em face das constatações apontadas, o gestor da GEX/Belo Horizonte - MG, no que tange à questão do intervalo entre as consultas e a agenda dos médicos, bem como ao número de consultas, afirmou que "Não existe legislação ou ato determinando o quantitativo diário de perícias por agenda ou duração de cada exame pericial." Segundo ele, o quantitativo de consultas é determinado por cada gerência, de acordo com as necessidades, e com base em proposta da Organização Mundial de Saúde. A indisponibilidade de horários no sistema eletrônico de perícias, as inconsistências nos sistemas informatizados, assim como a carência de servidores foram apontadas como motivos da morosidade no atendimento. A respeito da carga horária dos peritos, foi citado como uma das justificativas o fato de que a quantidade de segurados agendados para o dia já havia sido contemplada, não havendo mais necessidade de permanência do profissional de saúde na agência, ainda que aquele houvesse cumprido pouco mais da metade de sua jornada. Com relação à APS/SGZA, o gestor se manifestou da seguinte forma aos questionamentos feitos através da Solicitação de Auditoria nº 189534-09:

"Em atenção à solicitação contida no relatório informa-se:

A - (...) os médicos peritos nas agências do INSS atendem tarefas

expressas pelo quantitativo diário de perícias médicas, cujo amparo legal está no Memo-Circular nº 10 INSS/DIRBEN, de 31.03.2006, combinado com o contido no item 7.1.6 da OI INSS/DIRBEN nº 73, de 31.10.2002 ou seja, na inexistência de perícias agendadas a chefia local PODERÁ incumbir o servidor perito médico com treinamento em serviço, discussão de casos, estudo de legislação...inexistindo estes eventos os médicos se afastam.

B - O sistema SABI é conceituado pela Direção Geral e DATAPREV para funcionamento em todas as Agências da Previdência Social igualmente, com um espaço de 20 minutos para cada perícia médica realizada, desconhecendo que tipo de inconsistência foi registrada. Todavia, cabe ressaltar que as perícias conforme demonstrado pessoalmente na visita dos auditores muitas vezes são realizadas antes do horário programado e com atendimento diário na hora da procura do serviço pelo usuário.

C - Tendo em vista que o médico considerou-se capaz ao retorno ao trabalho antecipadamente e preocupado em servir aos usuários não utilizou todo o período do afastamento por licença saúde programado, sendo portanto uma atitude altruística louvável, em nossa concepção."

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Em que pese a inexistência de legislação que determine o quantitativo de perícias, estas devem ser planejadas em observância aos princípios basilares da Administração Pública de eficiência e finalidade, visando proporcionar um tratamento condigno ao público alvo da Previdência Social.

As deficiências nos sistemas eletrônicos e informatizados demonstram empecilhos ao atendimento, bem como a necessidade de aprimoramentos para que este possa ser agilizado.

Sobre a jornada de trabalho dos servidores, salienta-se que há normativos determinando-a, destacando-se que, conforme o inciso X, do artigo 116 da Lei nº 8112/90, é dever do servidor "X - ser assíduo e pontual ao serviço". Logo, ainda que o número diário de pacientes tenha sido atendido, subsiste a obrigação de permanecer no local de trabalho, ainda mais, considerando-se que se trata de um serviço de atendimento direto ao público, no qual os horários vagos poderiam ser preenchidos através de um melhor gerenciamento de marcações de consultas.

Ainda quanto à justificativa apresentada pelo gestor na APS/SGZA, que usou o Item 7.1.6 da OI INSS/DIRBEN nº 73, de 31.10.2002, que diz:

"Caso o servidor termine suas tarefas antes de se esgotar a jornada de trabalho, em decorrência das peculiaridades locais, a Chefia do Setor poderá incumbi-lo da realização de outros exames ou tarefas especializadas de perícia médica, treinamento em serviço, discussão de casos, estudos de rotinas e normas de apreciação de resultados estatísticos e orientação sobre aspectos técnicos da perícia médica." Verifica-se que a mesma não se alinha com o disposto na norma, pois não autoriza o médico perito a se ausentar da APS antes do término da jornada de trabalho no caso de não haver perícias médicas agendadas, e muito menos que o faça de maneira rotineira para exercer atividades particulares.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
271.036.410-72	OSCAR ALBRECHT MACHADO SOARES	CHEFE DA APS-SGZA
324.994.936-15	PITAGORAS TADEU MIRANDA DE ALM	GERENTE BELO HORIZONTE

### **RECOMENDAÇÃO: 001**

À GEX/Belo Horizonte - MG e à APS/SGZA:

Implementar novas rotinas de trabalho entre os servidores das agências, bem como a dinamização do uso do SABI, visando ampliar o número de atendimentos dos segurados e reduzir o tempo de espera, enviando às instâncias competentes as propostas de mudanças necessárias nos sistemas de informática que se comunicam com o SABI e no próprio SABI.

Adequação do horário de atendimento, assegurando-se, inclusive, o cumprimento da jornada de trabalho dos médicos peritos de modo a atender ao disposto no art. 19 da Lei nº 8.112/90, alterada pela Lei nº 8.270/91, e ao Manual de Perícia Médica da Previdência Social.

Realizar um levantamento da força de trabalho, no sentido de se estudar um possível remanejamento de servidores de outras APS, ou, se for o caso, detectar a necessidade de contratação de novos servidores técnicos para prover suporte à realização de perícias.

### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Ao INSS em conjunto com a DATAPREV:

Adotar providências para adequar o sistema SABI às necessidades das atividades de Perícia Médica, eliminando as inconsistências existentes e aumentando a qualidade e a confiabilidade das informações geradas.

### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Ao INSS:

Apurar responsabilidade do chefe da APS/SGZA pela autorização indevida do médico perito de se ausentar da APS antes do término da jornada de trabalho no caso de não haver perícias médicas agendadas; e realizar estudos e adotar medidas, em nível nacional, para otimizar os trabalhos dos médicos peritos, face às possíveis ociosidades na utilização dessa força de trabalho em APS do INSS.

## **6 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS**

### **6.1 SUBÁREA - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS**

#### **6.1.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL**

##### **6.1.1.1 INFORMAÇÃO: (010)**

No exercício de 2006, o INSS liquidou, no tocante à aquisição de bens e serviços, um total de R\$ 461.963.611,02 em empenhos emitidos, distribuídos conforme abaixo:

<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade sobre o total (%)</b>	<b>Empenhos liquidados (R\$)</b>
Concorrência	1,89	8.766.502,67
Dispensa de Licitação	11,17	51.598.355,01
Licitação Inexigível	65,30	301.617.097,85
Suprimento de Fundos	0,0033	15.471,18
Pregão	21,64	99.966.184,31
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>461.963.611,02</b>

Verifica-se que a maior representatividade está na modalidade de inexigibilidade (R\$ 301.617.097,85). Tal fato decorre da elevada

materialidade dos processos referentes a contratos firmados entre o INSS e os bancos privados para a prestação de serviços de arrecadação das Guias da Previdência Social - GPS, inclusive os de receitas oriundas de débitos de contribuintes junto ao INSS.

Excluindo-se os processos referentes à inexigibilidade, os quais foram analisados em trabalhos específicos desta CGU sobre remuneração bancária (conforme anexo sobre atuação da SFC constante neste Relatório), resta um montante de R\$ 160.346.513,17. No presente trabalho, foram selecionados 18 processos distribuídos nas modalidades de concorrência, pregão, suprimento de fundos e dispensa, num total de R\$ 78.180.227,28, ou seja, 48,75% desse universo.

Das análises realizadas, verificou-se pagamento de despesa sem cobertura contratual, em desacordo com o que disciplina a Lei das Licitações e implantação de sistema de tele-atendimento (135) sem a devida estrutura nas Agências, em termos de pessoal e sistemas, para atendimento à demanda, conforme detalhado em item específico deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

#### 6.1.1.2 INFORMAÇÃO: (011)

Verificamos a regularidade nos procedimentos licitatórios do Processo nº 35000.001149/2006-94, referente à aquisição de equipamentos de informática, no valor global de R\$ 495.950,92, realizado por meio do Pregão Eletrônico nº 29/2006. Os preços praticados nos itens "leitora ótica" e "pen drive de 1 Gigabyte", de maior materialidade, estão compatíveis com os de mercado. Registra-se a manifestação da Consultoria Jurídica no sentido de adequação do edital aos ditames legais e à formalização de contratos para todos os fornecimentos. Os produtos adquiridos foram os seguintes:

QTD	DESCRIÇÃO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL	FORNECEDOR
516	Leitora Ótica	R\$ 298,06	R\$ 153.800,00	04.646.823/0001-40
020	Caneta Indicadora Laser	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00	07.576.709/0001-89
020	Câmera Digital	R\$ 635,00	R\$ 12.700,00	06.137.527/0001-49
2.806	Pen Drive	R\$ 80,82	R\$ 226.780,92	06.137.527/0001-49
01	Hard Disk Externo	R\$ 3.350,00	R\$ 3.350,00	06.137.527/0001-49
35	Projektor Multimídia	R\$ 2.809,14	R\$ 98.320,00	06.881.234/0001-71

#### 6.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (012)

IMPROPRIEDADES E FALHAS EM PROCEDIMENTOS/PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, BENS E SERVIÇOS COM INFRAÇÕES DIRETAS À LEI DE LICITAÇÕES

Este ponto tem por base o sumário das principais constatações evidenciadas por ocasião das auditorias realizadas por esta CGU nas Gerências-Executivas do INSS, conforme Nota Técnica nº 547/2007. As ações de controle tiveram como objetivo o acompanhamento preventivo e amostral de atos e fatos de gestão pertinentes à área de Suprimentos de Bens e Serviços ocorridos nas Unidades durante o período de abrangência dos exames, tendo sido constatadas falhas e impropriedades nas Gerências de Belo Horizonte, Cascavel, Curitiba, Londrina, Macapá, São Luís, Criciúma e Blumenau, conforme a seguir descritas: extrapolação injustificada, e além do prazo permissível, na renovação de contratos de prestação de serviços (GEX Curitiba; Londrina; Criciúma e Blumenau); execução de despesas sem a devida formalização

de contratos (GEX Blumenau); falta de atesto no pagamento de notas fiscais (GEX São Luís); ausência de pesquisas de preços prévias e necessárias à estimativa de custos de contratação e para definição da modalidade de licitação (GEX São Luís); liquidação e pagamento anterior ao fornecimento de produtos/serviços (GEX Macapá); fracionamento de despesa ou impropriedade na modalidade de licitação adotada (GEX Cascavel e GEX Londrina); não segregação de funções em prejuízo ao controle interno da entidade (GEX Cascavel e Londrina); e desvio de função de terceirizados (GEX Belo Horizonte).

As principais constatações apontadas nos trabalhos realizados por esta CGU nas Gerências Executivas do INSS foram as seguintes:

- Em Aracaju/SE - no contrato administrativo 73/2003 (e seus aditivos), celebrado em decorrência do Pregão 12/2003 (processo licitatório nº 35448.000604/2003-32) não há designação do fiscal do contrato referente à contratação de empresa de limpeza e conservação (base legal: artigo 67 da Lei nº 8.666/93).

- Em Belo Horizonte - o número de serventes de limpeza e encarregados está acima do previsto na IN/MARE nº 18/97. Na verificação in loco, percebeu-se que os funcionários contratados para o serviço de vigilância desempenham atividades que são inerentes ao trabalho dos servidores do INSS, como análise de documentos, orientação a respeito de benefícios e controle de atendimento.

- Em Cascavel-PR - a Unidade não mantém a necessária segregação entre as atividades de controle do almoxarifado, requisição dos bens mediante licitação, função de pregoeiro, fiscal de contratos e membros da comissão de inventário de bens móveis, evidenciando um acúmulo excessivo de atribuições deferidas aos servidores e conseqüente prejuízo ao controle interno da entidade.

No Contrato nº 001/2002 (Processo nº 35187.001828/01-92 - Tomada de Preços nº 04/2001) verificou-se, a partir da análise de pagamentos efetuados, que o valor acumulado pago, do início do contrato até novembro de 2006, totalizava R\$ 1.794.745,37, ultrapassando, dessa forma, o limite legal para a modalidade adotada, previsto no artigo 23, inciso II, alínea "b" da Lei nº 8.666/1993.

- Em Curitiba/PR - foi constatado que a Entidade prorrogou, excepcionalmente, o Contrato nº 001/2001, Processo nº 35183.00.1811/2000-76 (Tomada de Preço nº 07/2000), depois de decorridos os 60 (sessenta) meses de vigência, prazo máximo previsto no art. 57, inciso II da Lei de Licitações. O fato, extrapolação de prorrogação de contratos de prestação de serviços, está evidenciado no Termo Aditivo nº 12/2005, de 27.12.2005. A partir da análise de pagamentos efetuados, verificou-se que o valor acumulado pago, até setembro de 2006, totalizava R\$ 3.442.550,90, ultrapassando, dessa forma, o limite legal previsto no artigo 23, inciso II, alínea "b" da Lei nº 8.666/1993. Houve também extrapolação do limite de R\$ 80.000,00, para o Convite nº 05/2002 (Contrato nº 001/2003) e superação do limite de R\$ 650.000,00, para a Tomada de Preços nº 03/2003.

- Em Londrina/PR - a Entidade prorrogou, excepcionalmente, o Contrato nº 001/2001, Processo nº 35194.000219/2000-82, após decorridos os 60 (sessenta) meses de vigência, prazo máximo previsto no art. 57, inciso II da Lei de Licitações. O fato está evidenciado no Termo Aditivo nº 12/2005, de 20.12.2005. Igualmente averiguado foi que não há necessária segregação de funções, resultando em um excesso de atribuições a um único servidor. O mesmo acumula as seguintes



atribuições: responsável pela aquisição dos bens mediante licitação, pregoeiro, presidente da CPL, membro da comissão de inventário, fiscal de contratos e responsável pela autorização dos pagamentos aos contratados.

Constatou-se, ainda, no Contrato nº 007/2002 (Processo nº 35194.001107/2001-75, modalidade Tomada de Preços nº 09/2001), através da análise de pagamentos efetuados, que o valor acumulado até novembro de 2006, totalizava R\$ 2.000.895,64, ultrapassando dessa forma o limite legal permissível para a modalidade adotada, previsto no artigo 23, inciso II, alínea b da Lei nº 8666/93.

- Em Macapá/AM - ausência de cotação de preços para estimativa de valor referencial em contratação direta por dispensa de licitação. No Processo nº 37042.000014/2006-41, referente a compra de 1.000 litros de óleo diesel, a R\$ 1,99 por litro, e 1.254 litros de Álcool, a R\$ 2,40 por litro, no total de R\$ 4.999,60, a Gerência Executiva do INSS/AP erradamente não firmou contrato com o fornecedor. O processo trata de compra com fornecimento futuro de combustível. Sendo assim, como pode ser entendido do §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o contrato não seria dispensável. No entanto, ao invés de formalizar o contrato, a Entidade emitiu somente um anexo à NE900038. Ainda com relação ao mesmo processo, a Gerência Executiva do INSS/AP realizou a liquidação e o pagamento anteriormente ao fornecimento do combustível. No Processo nº 37042.000220/2006-51, que trata de Dispensa de Licitação para contratação da execução de serviços de desinsetização e desratização, a contratação direta por dispensa foi fundamentada no inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93. Entretanto, entende-se que a fundamentação correta seria a do inciso II do citado artigo, conforme opinou a Procuradoria Federal Especializada do INSS, por meio do seu Parecer nº 104/06, de 14 de agosto de 2006.

- Em São Luís/MA - ausência de cláusulas essenciais no termo do Contrato nº 01/2003 (Vigilância desarmada e eletrônica), e sua segunda prorrogação contratual foi realizada em 31/01/05, um dia depois de ter expirado o prazo de prorrogação.

Já o Contrato nº 06/2002, com vigência de 03/06/2002 a 02/06/2003 foi prorrogado por intermédio do Termo Aditivo nº 02 no dia 03/06/2003. Portanto, aditivado após a vigência do termo original.

Nos autos dos Processos nº 35078000097/2002-10 e nº 35078.002370/02-32 não constam justificativas no sentido de comprovar se a prorrogação contratual se deu com base em melhores preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme preceitua o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Também, não foi localizada nos autos, pesquisa de preços que servisse de referencial para a elaboração da estimativa de custo da contratação e definição da modalidade de licitação, de modo a cumprir as exigências do art. 7º, § 2º, inciso II, e do art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. (item 4.1.1.1 do Relatório/CGU-MA nº 183652).

Verificou-se, ainda, notas fiscais emitidas por empresa contratada sem o atesto de prestação de serviços; notas fiscais pagas com prazo superior àquele definido em cláusula contratual; e contratação de sistema de vigilância eletrônica ineficiente.

- Em Criciúma/SC - Processo nº 35344.000202/2001-45, relativo à Tomada de Preços nº 13/2001, que teve por objeto a contratação empresa para prestação de serviços de vigilância desarmada e instalação e manutenção de serviços de vigilância eletrônica para atender as unidades do INSS vinculadas à Gerência Executiva em Criciúma/SC. O

referido certame foi instaurado com o fim de atender não só a Gerência Executiva, mas também as Agências da Previdência Social em Tubarão, Urussanga, Araranguá, Orleans, Braço do Norte e Laguna. Em análise aos autos, verificou-se que o contrato do referido processo completou o prazo de 60 (sessenta) meses no dia 6.9.2006, sem que a Unidade procedesse à abertura de nova licitação e contratação de empresa para dar continuidade aos serviços de vigilância, antes da expiração do contrato. Portanto, deveria ter havido um maior planejamento por parte da Unidade quanto à seleção e contratação de prestadores de serviços ou à formalização de processo de dispensa de licitação em caráter emergencial, o que teria regularizado a situação até a conclusão da nova licitação. O volume II do referido processo encontra-se extraviado. Tal fato teria ocorrido quando da solicitação de parecer à Procuradoria Federal Especializada - INSS, em Tubarão. Durante o período de campo dos trabalhos de auditoria a Unidade não havia conseguido localizar o volume extraviado.

- Blumenau/SC - prorrogação contratual ilegal de serviços de vigilância. O Processo nº 35338.000252/00-76, relativo à Concorrência 02/2000, versa sobre contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância desarmada e instalação e manutenção de serviços de vigilância eletrônica para atender as unidades do INSS vinculadas à Gerência Executiva em Blumenau/SC. O referido certame foi instaurado com o fim de atender não só a Gerência Executiva, mas também às Agências da Previdência Social em Brusque, Itajaí, Rio do Sul, Ibirama, Timbó e Indaial. Em análise aos autos, verificou-se que consta nas páginas 1843 e 1844 (volume VI) despacho da Chefe de Seção de Logística de 03/03/2006, encaminhado à Procuradoria Especializada do INSS, no seguinte teor:

"O presente despacho tem por objetivo consulta jurídica a respeito de prorrogação do prazo de vigência do contrato supra citado por período de 12 (doze) meses a partir de 07/03/2006.

Considerando que o mencionado contrato já teve seu prazo de possível termo aditivo todo expirado (60 meses), expomos motivos para que haja possível prorrogação de caráter emergencial.

É sabido de todos sobre a mudança estrutural que esteve passando esta instituição desde outubro do ano passado, desde então não tínhamos conhecimento do que estaria sob nossa responsabilidade ou da Gerência Regional em Florianópolis, o fato é que alertamos e questionamos várias vezes sobre o término do contrato e sobre competência para realização de tal licitação, e não obtivemos respostas concretas, junta-se a isto tudo o fato do orçamento da União ainda não estar aprovado.

Somente na semana passada quando pegamos o processo e levamos pessoalmente até nossos superiores, em Florianópolis, é que tivemos a orientação de que deveríamos tentar negociar com a empresa (...) para fazermos prorrogação contratual de emergência pelo prazo de 12 meses para que não ficássemos sem serviço de vigilância.

Entramos então em contato com a mencionada empresa para negociarmos os valores dessa possível prorrogação e conseguimos que a empresa aditasse o contrato por mais 12 (doze) meses pelo mesmo valor que vínhamos praticando até a presente data, conforme planilha anexa a este.

Levando-se em consideração o prejuízo que causará a falta de vigilância não só aqui na Gerência de Blumenau assim como nas oito APS que a nós estão vinculadas, até que se faça nova licitação, que não

teremos acréscimos pecuniários além daquele que já estamos suportando e que em breve poderemos estar fazendo uma licitação a nível estadual com chances de contratar melhor e mais barato, entendendo não ser prejudicial para a Administração tal prorrogação.  
(...)."

Em resposta, a Procuradoria Especializada do INSS emitiu a Nota Técnica INSS/GEXBLU/PROC/CONSU/ZJ nº 010/2006, de 16/03/2006 (páginas 1846 a 1848), concluindo que:

"Ao óbice maior e irrelevável consubstanciando no fato de já se ter esgotado a vigência do pacto cuja prorrogação - em caráter excepcional, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública - é pretendida se soma o de não ter ela sido autorizada prévia e formalmente pela autoridade superior, tudo a revelar a inviabilidade do que busca o consulente".

Entretanto, apesar do posicionamento contrário da Procuradoria Especializada do INSS, já em 06/03/2006 (data anterior à Nota Técnica/INSS/nº 010/2006, de 16/03/2006, retromencionada), a Unidade firmou o 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2001, constante às páginas 1856 e 1857 do Processo nº 35338.000252/00-76 (volume 6), prorrogando o prazo de vigência de 07/03/2006 até 06/03/2007, da prestação de serviços de vigilância, conforme disposto no extrato do termo aditivo, publicado no DOU seção 3, página 57 em 03/04/2006. Cabe destacar que no objeto do termo aditivo em questão consta indevidamente que o serviço é relativo "a prestação de serviços de limpeza e conservação no âmbito da Gerência Executiva do INSS em Blumenau e unidades a ela vinculadas", quando o correto é a prestação de serviço de vigilância, nos termos pactuados no referido processo. Posteriormente, em despacho da Chefe da Seção de Logística, de 23/03/2006, página 1858 do Processo nº 35338.000252/00-76 (volume 6), é apresentada exposição de motivos para o 9º Termo Aditivo relativo ao serviço de vigilância em questão, nos mesmos termos do despacho encaminhado à Procuradoria em 03/03/2006.

Ocorrência de pagamento de despesa sem cobertura contratual de serviços de limpeza e conservação. O Processo nº 35338.000541/2004-42, relativo ao Pregão nº 004/2004, trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação a fim de atender à Gerência Executiva do INSS em Blumenau e às unidades a ela vinculadas. Em análise dos documentos contidos no referido processo foi verificado pagamento de despesa sem cobertura contratual desde o mês de fevereiro de 2006 (o contrato com a empresa vencedora vigiu de 01/02/2005 até 31/01/2006, sendo que a mesma empresa prestou o referido serviço em caráter emergencial até 03/01/2005). O Despacho da Chefe de Seção de Logística, de 10/07/2006, contido no Processo nº 35338.000238/2006-10 (relativo ao mês de abril de 2006), que trata de "Reconhecimento de Dívida", justifica que:

"Considerando os serviços prestados de limpeza e conservação no período de 04/2006, esta Gerência tem uma fatura no valor de R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) sem contrato, reconhecemos o serviço prestado.

Encaminhe-se a 20.321.2 - Seção de Finanças e Orçamento e Contabilidade para informar se há disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas decorrentes do serviço prestado e posterior encaminhamento à 20.221.1 - Consultoria Jurídica da Procuradoria Especial do INSS, para análise e parecer quanto a possibilidade da quitação dos valores através de reconhecimento de dívida".

Cabe salientar, também, que foram instituídos os Processos nº 35338.000259/2006-27 e nº 35338.000261/2006-04, relativos, respectivamente, à competência dos meses de maio e junho de 2006, sobre o reconhecimento de dívida da Unidade para com a empresa prestadora dos serviços em questão.

Por sua vez, a Seção de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Unidade, nos três processos retroapontados (nº 35338.000238/2006-10, nº 35338.000259/2006-27 e nº 35338.000261/2006-04), informou a existência de disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas decorrentes dos serviços de limpeza e conservação em análise, enviando à Consultoria Jurídica da Procuradoria Especializada do INSS para pronunciamento relativo ao pagamento sem cobertura contratual, decorrente da prestação dos supramencionados serviços, prestados pela empresa em questão.

Por meio das Notas Técnicas INSS/GEXBLU/PROC/CONSU/ZJ nºs 034, 038 e 048/2006, a Procuradoria Federal Especializada do INSS se pronunciou, dispondo vários tópicos, citados a seguir:

- 1) Nota Técnica nº 373/2001, que dispõe sobre problema de igual natureza, informando que "a hipótese tratada se enquadra no parágrafo único do art.59 da Lei nº 8666, de 1993, que, por sua vez, remete à teoria das nulidades no campo dos contratos";
- 2) O parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8666/93 que dispõe: "A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa";
- 3) "Para reconhecimento da dívida, vale esclarecer que o pagamento se dará a título de indenização, conforme estabelece o parágrafo único do art.59 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Entretanto, a medida deverá ser utilizada excepcionalmente, impondo-se que seja apurada a responsabilidade administrativa daquele que deu causa à nulidade, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8666/93, sob pena de responsabilização dos administradores maiores desta Gerência-Executiva";
- 4) "Mais uma vez, ressalta-se que, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa que se deve promover na forma do determinado no aludido parágrafo único do art. 59 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, levando ao conhecimento, no mínimo, da Auditoria Interna, deve-se tomar esse tipo de pagamento (indenização) como uma medida excepcional".

**ATTITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Não se verifica, à época dos fatos, ação dos gestores com vistas a reparar as falhas apontadas.

**CAUSA:**

A causa está relacionada a falha no planejamento e execução do processo de contratação de bens e serviços, provocando descumprimento de normativos da Lei de Licitações; falta de fiscalização na execução de contratos de terceirização; fracionamento irregular de licitação; ausência de cotação de preços para casos de dispensa de licitação e prorrogação irregular de contratos.

**JUSTIFICATIVA:**

A GEX Aracaju informou que o fiscal do contrato do processo que trata de serviços de limpeza e conservação é o mesmo dos serviços de vigilância, e encaminhou cópias dos extratos dos contratos e termos aditivos publicados no DOU.

A GEX Belo Horizonte informou que o efetivo da mão-de-obra a maior foi alocado pela contratada, sem nenhum custo adicional ao contrato e que, embora as atribuições dos vigilantes sejam claras, não há como impedir que segurados se reportem a eles solicitando algum esclarecimento ou informação.

Segundo a Gerência em Curitiba, o Contrato nº 01/2001 (Tomada de Preços nº 07/2000), em sua Cláusula Sexta, previa prorrogação em caráter excepcional para mais um período de 12 meses. Segundo a Unidade, o enquadramento da Tomada de Preços nº 07/2000, foi realizado considerando-se a estimativa para o período de um ano para a vigência contratual, pois àquela época assim orientava o Manual de Procedimentos relativo à área de Suprimentos e Serviços Gerais, instituído pela Ordem de Serviço Conjunta DAP/DFI/PG/AUD/INSS nº 068, de 03 de novembro de 1997, e já se encontra em andamento o Processo nº 35183.020014/2005-46, que tem por objetivo realizar nova licitação na modalidade de pregão eletrônico, para substituir o contrato vigente.

Em relação à extrapolação dos limites no Convite nº 05/2002 e na Tomada de Preços nº 03/2003, justificou que, por se tratarem de serviços de engenharia, os valores limites teriam seu enquadramento disciplinados, respectivamente, no inciso I, alíneas "a" e "b", do art. 23 da Lei nº 8.666/93.

O gestor de Macapá alegou que a aquisição do combustível objeto do Processo nº 37402.000014/2006 teve como instrumento contratual o Anexo da Nota de Empenho nº 2006NE900038, publicado no DOU de 27.3.2006, Seção III., e que os fornecedores para este tipo de produto só aceitam prestar o fornecimento mediante pagamento antecipado, impossibilitando a Administração de aplicar os critérios regidos pela legislação.

Quanto ao Processo nº 37042.000220/2006-51, segundo o gestor apesar do órgão jurídico entender que a fundamentação está no inciso II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a Administração enquadrou no inciso IV dado a emergência de atendimento, pois a situação levantada já demonstrava prejuízo irreversível nos documentos funcionais que se encontravam nos arquivos da Gerência, ressaltando que a forma de classificação não trouxe prejuízo para a Instituição.

A GEX São Luís justificou que, apesar da falta de cláusulas especiais, as empresas contratadas estão legalmente obrigadas a ressarcir o INSS por quaisquer danos causados e que sejam de sua responsabilidade. Justificou, também, que os editais de licitações utilizados pelo INSS são previamente elaborados e padronizados pela Direção Superior do Instituto e, no caso da vigência, já pré-definido na modalidade PREGÃO PRESENCIAL; quanto ao processo de Limpeza e Conservação, o Edital disponibilizado na época foi na modalidade TOMADA DE PREÇOS; quanto aos orçamentos estimativos para Vigilância e Limpeza, os mesmos foram elaborados com base na IN/MARE/nº 18/97, através de Planilha de Formação de Preços padronizada para esse intento, e onde já se encontram definidos todos os parâmetros necessários à formação do preço global.

A GEX Criciúma justificou que, pela grande quantidade de volumes de cada processo que tramitava, tornou-se difícil detectar no momento a falta do volume II. Após o término dos trabalhos em campo, foi

encaminhado Relatório Preliminar para apreciação da Unidade, a qual, através Ofício nº 138/2006/GEXSC/Criciúma, informou que "não foi localizado o Processo, todavia estamos providenciando toda a documentação para sua reconstituição".

Em complemento às justificativas inicialmente apresentadas, foi encaminhado a esta CGU Ofício nº 452/INSS/GABPRES, de 10/05/2006, contendo as seguintes informações:

GEX Macapá/AP - Memorando GEXMCP nº 18/2007, de 4.4.2007 "(...) Quanto à falta de contrato para contratar os serviços com fornecimento de combustível, vejamos o que diz o § 4º do artigo 62 da lei nº 8.666/93:

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. (grifo nosso)

Há na Nota de Empenho assinada, em 20.3.2006, cláusula que assegura a Administração a aquisição desse bem na totalidade. A Nota Fiscal nº 001408, de 20.3.2006, fornece ao INSS o produto na sua totalidade, podendo a Administração usá-lo à medida de sua necessidade.

Ressaltamos que o bem é administrado rigorosamente pelo Serviço de Transporte do INSS pelo sistema SISAT - Sistema de Administração de Transporte, o qual controla os abastecimentos dos veículos e suas quilometragens.

Destacamos, porém que foi centralizado na Gerência Regional, desde o 2º semestre de 2006, a compra desse produto, o que tem agilizado e facilitado as aquisições, pois tem se conseguido melhores preços de mercado.

(...) Em relação à forma de enquadramento do Processo nº 37042.000220/200651 estar em desacordo com o parecer da PFE, o ordenador de despesa entende que pode acordar ou discordar do parecer jurídico, desde que não traga prejuízo à Instituição. Pois bem, transcreveremos o que diz o inciso IV, aplicado pelo gestor:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (grifo nosso)

A situação vivenciada na época caracterizou total emergência, pois todo o prédio da GEX e APS Macapá estava tomado por ações de ratos e catitas. As pestes estavam destruindo os acervos, conforme fotos anexas ao processo. Foi ainda detectado fezes e urina de ratos nas mesas, gavetas, armários, estantes e teclados dos micros, o que poderia em pouco tempo trazer sérios prejuízos à saúde dos servidores da Instituição, justificando assim o enquadramento na forma aplicada."

A GEX Blumenau/SC, por meio do Memorando/GEXBLU nº 28/2007, de 13/04/2007, informou que deu ciência aos gestores responsáveis, aplicando treinamentos aos servidores responsáveis pelos contratos e aquisições de bens.

As demais Gerências não apresentaram justificativas.

O assunto foi objeto da SA Final nº 189534-56, de 11/06/2007, em

cuja resposta a Corregedoria-Geral do INSS informa que foram encaminhados e-mail às diversas Corregedorias Regionais, com o fim de obter informações sobre os fatos. Conforme resposta, os processos supramencionados não tramitaram pelas Corregedorias, as quais estão diligenciando junto às GEX respectivas, solicitando o devido encaminhamento para análise no âmbito disciplinar.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Consideramos satisfatórias as justificativas apresentadas pela Gerência de Aracaju.

As demais justificativas ratificam as constatações feitas durante as auditorias, ou seja, de que a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 4.320/64 não vêm sendo observadas quando da realização e fiscalização de contratos pelas Gerências-Executivas do INSS, notoriamente com ocorrências de falta de fiscalização na execução de contratos de terceirização; fracionamento irregular de licitação; ausência de cotação prévia de preços para casos de dispensa de licitação e prorrogação irregular de contratos.

No tocante à prorrogação de contrato por prazo superior a 60 meses, conforme verificado nas Gerências Executivas de Curitiba/PR (Processo nº 35.183.001811/2000-76), Londrina/PR (Processo nº 35.194.000219/2000-82), Criciúma/SC (Processo 35344.000202/2001-45) e Blumenau/SC (Processo nº 35338.000252/00-76), determina a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 57:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...).

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;

(...)"

Na GEX Blumenau/SC constatou-se, também, pagamento de despesa sem cobertura contratual, conforme o Processo nº 35338.000541/2004-42. De acordo com o que disciplina a Lei nº 8.666/93, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento. No artigo 59 da Lei das Licitações, porém, há um dispositivo que determina à Administração o pagamento dos serviços prestados, mesmo caracterizada a nulidade. O mesmo artigo determina também que quem deu causa ao fato seja responsabilizado. Portanto, cabe ao INSS adotar providências no sentido de apurar responsabilidades pelos fatos apontados na GEX Blumenau/SC.

Quanto à justificativa apresentada pela GEX Macapá/AP, segundo o gestor, o instrumento utilizado na contratação realizada se enquadraria no disposto no artigo 62 e parágrafos da Lei nº 8.666/93, uma vez que o fornecimento teria sido de pronto atendimento. No entanto, essa situação só seria possível se a Gerência tivesse posto de abastecimento próprio nas dependências da sede, o que não é o caso. Tal prática não tem previsão na legislação de licitações, posto que o fornecimento não ocorre de pronto, caracterizando, assim, infração à Norma. Quanto ao Processo nº 37042.000220/2006-51, no que se refere ao enquadramento utilizado na dispensa de licitação, verifica-se que o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 pode ser utilizado no caso em tela, dada a emergência e prejuízo causado pela infestação de

animais na repartição e o valor objeto da contratação. Considerando as justificativas do gestor, conclui-se que na área de Suprimento de Bens e Serviços resta uma pendência referente a pagamento anterior ao fornecimento na aquisição de combustíveis.

Portanto, em que pesem as justificativas apresentadas pelos gestores, o INSS deverá providenciar a apuração de responsabilidade pela prorrogação ilegal dos referidos contratos e demais irregularidades verificadas nas contratações analisadas.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
324.994.936-15	PITAGORAS TADEU MIRANDA DE ALM	GER-EXEC BELO HORIZONTE
151.299.852-49	MARIA SOCORRO DA COSTA CONCEIC	GER-EXEC MACAPÁ
251.217.663-00	SOLANGE DE JESUS GOUVEA	GER-EXEC SÃO LUÍS
692.234.249-68	CLEONICE DARIVA	GER-EXEC CASCAVEL
306.790.799-04	REINALDO BRUNIERA	GER-EXEC LONDRINA
324.347.159-15	LAZARA MARIA DE FATIMA ALMEIDA	GER-EXEC LONDRINA
413.923.539-04	ALTAMIR DA SILVA CARDOSO	GER-EXEC LONDRINA
437.688.659-91	LINDA HITOMI SAKAI INOUE	GER-EXEC LONDRINA
003.747.539-89	CINARA WAGNER FREDO	GER-EXEC CURITIBA
027.711.979-01	FABRICIO MONTEIRO KLEINIBING	GER-EXEC CURITIBA
233.518.109-20	RAUL KAZUMI MORITA	GER-EXEC CURITIBA
319.943.429-00	LAURA CRISTINA BIANCO DA COSTA	GER-EXEC CURITIBA
421.592.379-49	MARILU SCALAMBRINI DA CUNHA	GER-EXEC CRICIÚMA
445.338.889-68	ALVARO ANDERSON	GER-EXEC BLUMENAU
530.115.039-15	ROSANA CORDEIRO MENDES	GER-EXEC BLUMENAU

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que os gestores observem, no âmbito dos contratos e aquisições de bens sob sua responsabilidade, as determinações contidas nas Lei nº 8.666/93 e nº 4.320/64, atentando-se para o princípio da legalidade e para a busca de soluções que propiciem condições mais vantajosas à Administração Pública.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomendamos à GEX Belo Horizonte/MG que respeite as formalidades na prestação de serviços terceirizados admitindo, tão somente, nestas prestações, a disponibilização de mão-de-obra prevista em contrato, sob pena de estender, desnecessariamente, o risco da responsabilidade subsidiária nas obrigações trabalhistas e previdenciárias obrigadas ao contratado.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Recomendamos à GEX Cascavel/PR que opere a segregação de funções com vistas a viabilizar procedimentos de controle interno e que observe os parâmetros do artigo 23 da Lei de Licitações, evitando incorrer no fracionamento irregular de despesas ou em inapropriada modalidade licitatória.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Recomendamos à GEX Curitiba/PR que seja apurada a responsabilidade pela prorrogação ilegal de contrato, referente ao Processo nº 35183.001811/2000-76.

**RECOMENDAÇÃO: 005**



Recomendamos à GEX Londrina/PR que seja apurada responsabilidade pela prorrogação ilegal de contrato, e que opere a segregação de funções com vistas a viabilizar procedimentos de controle interno, observando, ainda, os parâmetros do artigo 23 da Lei de Licitações, evitando incorrer no fracionamento irregular de despesas ou em inapropriada modalidade licitatória.

**RECOMENDAÇÃO: 006**

À Gerência Executiva em São Luís/MA recomendamos observância aos normativos da Lei 8.666/93, notoriamente nas questões de utilização de modalidade adequada para licitação de bens e serviços e na indispensável pesquisa de preços prévia a qualquer procedimento licitatório promovido pela administração pública, e no devido atesto nos documentos fiscais de fornecimento.

**RECOMENDAÇÃO: 007**

Recomendamos à GEX Criciúma/SC que apure a responsabilidade pela prorrogação ilegal de contrato e que adote providências no sentido de recuperar o segundo volume de processo licitatório nº 35344.000202/2001-45, relativo à Tomada de Preços nº 13/2001.

**RECOMENDAÇÃO: 008**

À Gerência Executiva em Blumenau/SC, recomendamos apurar a responsabilidade pela prorrogação ilegal de contrato, referente ao Processo nº 35338.000541/2004-42 e pagamento sem cobertura contratual, referente ao Processo 35338.000541/2004-42.

**RECOMENDAÇÃO: 009**

À Gerência Executiva de Macapá, em que pesem as justificativas apresentadas, recomendamos que evite o pagamento antecipado nas aquisições de combustível, ainda que esse procedimento tenha o propósito de firmar o preço do item de fornecimento, independente de realinhamento futuro de preços. Tal prática não tem previsão na legislação de licitações, posto que o fornecimento não ocorre de pronto, caracterizando, assim, infração à Norma.

**6.1.1.4 INFORMAÇÃO: (013)**

Verificamos o Processo nº 35000.001037/2006-33, referente ao Pregão Eletrônico nº 25/2006 para aquisição de mobiliário. O procedimento licitatório adotado foi condizente com os objetos contratados e corroborado pela pluralidade de empresas que efetivamente participaram do certame/pregão. O valor totalizou R\$ 1.033.655,10. Foram formalizados contratos com 5 diferentes empresas. Tendo em vista a quantidade solicitada e o expressivo valor do item "Estações de trabalho e mesas em L com gaveteiros", realizamos pesquisas para verificar se o preço estava adequado, constatando sua compatibilidade com o praticado no mercado fornecedor.

QTD	DESCRIÇÃO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL
<b>814</b>	<b>Estações de trabalho e mesas em "L" com gaveteiros</b>	<b>R\$ 900,00</b>	<b>R\$ 732.600,00</b>
008	Mesa de reunião formato redondo	R\$ 164,70	R\$ 1.317,60
017	Mesa de reunião formato quadrado	R\$ 400,00	R\$ 6.800,00
640	Armários 2 portas (4 e 2 prateleiras – preço médio)	R\$ 266,69	R\$ 170.873,60
200	Cadeira giratória sem braço	R\$ 139,90	R\$ 27.980,00

150	Cadeira giratória com braço	R\$ 177,38	R\$ 26.607,00
142	Poltrona giratória espaldar médio	R\$ 169,95	R\$ 24.132,90
064	Cadeira com prancheta	R\$ 148,50	R\$ 9.504,00
030	Poltrona giratória espaldar alto	R\$ 268,00	R\$ 8.040,00
100	Sofá de um lugar em módulo	R\$ 258,00	R\$ 25.800,00

**6.1.1.5 INFORMAÇÃO: (014)**

Trata-se do Processo nº 35000.000090/2006-17, referente à locação de imóvel de propriedade de terceiros, visando a instalação provisória da Direção Central do INSS.

A demanda originou-se do sinistro ocorrido no Edifício Sede do Instituto, situado na SAS, Quadra 2, Bloco "O", em 27.12.2005, o que impossibilitou a utilização do mesmo sem que fossem realizadas reformas.

Em 06.02.2006 foi publicado em jornal de grande circulação no Distrito Federal um Aviso de Procura de Imóvel, no qual o INSS tornava público o interesse em locar pelo prazo mínimo de 12 meses um imóvel com área construída entre 4.500m<sup>2</sup> a 16.000m<sup>2</sup>, situado no Plano Piloto, preferencialmente próximo à Esplanada dos Ministérios e com infraestrutura para atendimento às necessidades do órgão, inclusive com vagas de garagem privativas.

Foram apresentadas 6 propostas, conforme a seguir transcrito:

Endereço	Área Construída	Vagas de Garagem	Valor Proposto Mensal (R\$)	Valor Proposto por m <sup>2</sup> (R\$)
SCHIN CA 8, Lote 05 – Lago Norte	6.438,25 m <sup>2</sup>	99	150.000,00	23,30
SHTN Trecho 01 – Lote 02 – Projeto Orla 3, Blocos A,B,C ( <i>Lakeside Hotel Residence</i> )	5.492,00 m <sup>2</sup>	100	215.300,00	39,20
SIA TR 03, nº 850/880 ( <i>SIA Design Shopping</i> )	5.048,50 m <sup>2</sup>	55	121.164,00	21,78
SCS QD 02, BL. C nº 249/278 (Edifício <i>Toufic</i> )	4.380 m <sup>2</sup>	68	87.600,00	20,00
SBN QD 02 – Lote 15 (Edifício CNC)	14.375,20 m <sup>2</sup>	175	421.000,00	29,29
SHS Lote 01 QD BS (Hotel <i>Phenícia</i> )	8.494,59 m <sup>2</sup>	25	199.622,86	23,50

Após vistoria dos imóveis ofertados, a Divisão de Patrimônio Imobiliário do INSS teceu a seguinte avaliação:

"Imóvel da SCHIN CA 8, Lote 05 – Lago Norte: Não atende ao Edital de Aviso de Procura, pois situa-se muito distante da Esplanada dos Ministérios. Além disso, possui transporte público, serviços (restaurante) e área de estacionamento deficientes;

Imóvel da SHTN Trecho 01 – Lote 02 – Projeto Orla 3, Blocos A,B,C (*Lakeside Hotel Residence*): Não atende ao Edital de Aviso de Procura, pois situa-se muito distante da Esplanada dos Ministérios. Além disso, possui transporte público e serviços (restaurante) deficientes e o imóvel tem características residenciais (flat). Na planilha de fls. 164, consideramos apenas dois blocos (área total = 10.984 m<sup>2</sup>).

Imóvel no SIA TR 03, nº 850/880 (*SIA Design Shopping*): Não atende ao edital de Aviso de Procura, pois não se situa no Plano Piloto. Além disso, não possui características para reinstalação dos serviços da Direção Central, e a proposta do proprietário é manter algumas lojas comerciais locadas à terceiros e apenas ofertar a parte dos fundos do Shopping ao INSS. Outro aspecto negativo é em relação à área útil do imóvel, pois a área de circulação é grande, o que diminui a área

privativa;

Imóvel no SCS QD 02, BL. C nº 249/278 (Edifício Toufic): Não atende ao Aviso de Procura de Imóvel, pois possui área inferior a 4.500 m². Situa-se no Plano Piloto, mas não possui área suficiente para estacionamento. Dos imóveis ofertados é o que apresenta pior estado de manutenção e conservação.

Imóvel no SBN QD 02 - Lote 15 (Edifício CNC): Existe a necessidade de se fazer as instalações dos pontos de lógica e de telefonia, de acordo com a necessidade do INSS. É o único imóvel, dentre os ofertados, que se situa no Plano Piloto e que teria área suficiente para reinstalação dos serviços de toda a Direção Central do INSS.

Imóvel no SHS Lote 01 QD BS (Hotel Phenícia): No imóvel em questão encontra-se instalado o Hotel Phenícia, constituído de dormitórios nos quais existem sanitários. Assim, entendemos que, devido às suas características físicas, não atenderia às necessidades do INSS." Com base nessa avaliação, foi previamente selecionado o prédio da CNC. Posteriormente, a Caixa Econômica Federal emitiu o laudo de avaliação do referido imóvel, definindo que o preço de mercado para aluguel do mesmo estaria entre R\$ 290.000,00 e R\$ 365.000,00.

Após negociação com os proprietários, ficou acertado que o valor mensal do aluguel seria de R\$365.000,00, com assinatura do Contrato nº 95, datado de 25.10.2006, sob a modalidade dispensa, para uma vigência de 12 meses.

Verifica-se nos autos que não foram identificadas inicialmente falhas na contratação. Cabe destacar o caráter emergencial da locação, tendo em vista o ônus ao erário gerado pelo aluguel do imóvel, devendo o INSS providenciar com a maior brevidade possível a disponibilização de prédio próprio para acomodação de toda a Direção Central. Para tanto, faz-se necessário que a autarquia defina em caráter de urgência, por meio de estudos técnicos específicos, a viabilidade econômica da reforma do prédio sinistrado.

#### 6.1.1.6 INFORMAÇÃO: (016)

Trata-se do Processo nº 35000.000728/2002-96, referente à locação de equipamentos de informática pelo INSS, com manutenção corretiva e fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário, com vigência de 48 meses.

O certame foi realizado sob a modalidade Pregão Eletrônico, resultando em três empresas selecionadas para o fornecimento de sete produtos, conforme tabela a seguir:

Contrato nº 56/2002, firmado em 04.10.2002				
Item	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Estação de Trabalho	4.292	119,00	510.748,00	24.515.904,00
Contrato nº 57/2002, firmado em 04.10.2002				
Item	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Servidor Multimídia	110	743,12	81.743,20	3.923.673,60
Servidor Web	4	1.040,95	4.163,80	199.862,40
Servidor Banco de Dados	70	1.091,69	76.418,30	3.668.078,40
Contrato nº 58/2002, firmado em 09.10.2002				
Item	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Impressora Laser Mono	818	42,00	34.356,00	1.649.088,00
Contrato nº 59/2002, firmado em 09.10.2002				
Item	Qtd.	Valor unit. (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Estação de Trabalho Multimídia	871	120,43	104.894,53	5.034.937,44
Estação de Trabalho com Webcam	182	26,51	23.024,82	1.105.191,36

Em 31.12.2002 foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 56/2002, tendo por objeto o acréscimo de 1.073 equipamentos de informática, nas mesmas condições inicialmente acordadas e com um valor estimado de R\$ 6.128.976,00 para 48 meses.

Com o incêndio ocorrido no Edifício Sede do INSS em Brasília/DF, houve destruição de alguns equipamentos locados. Conforme informado no Memorando nº 89/CGTI, de 22.5.2006, foram sinistrados 111 microcomputadores do Contrato nº 56/2002 e 4 servidores do Contrato nº 57/2002.

Em razão do fato, foi solicitado à Consultoria Jurídica do INSS que se manifestasse sobre o pagamento de indenização pelos bens sinistrados. Por meio da Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 236, de 27.7.2006, a PFE/INSS identificou a ausência de cláusula nos contratos que regulamentasse a hipótese de destruição do bem locado, fixando as respectivas responsabilidades. Entretanto, nos parágrafos de 20 a 23 da referida Nota foram tecidos os seguintes entendimentos:

"Os equipamentos locados ao INSS em razão dos Contratos nº 56/2002 e 57/2002 foram destruídos devido ao incêndio ocorrido no Edifício Sede do INSS em 27.12.2005, caracterizado como caso fortuito ou força maior, incidindo o disposto no artigo 393 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10.01.2002.

"Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único: O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir." Na hipótese, como não houve culpa do INSS quanto ao perecimento dos bens locados, incide o princípio jurídico "res perit domini", ou seja, a coisa perece para o dono, que era a empresa locadora. Estabelece a lei civil que quando o bem perece sem culpa do locatário, quem suporta os prejuízos da destruição é o locador, devendo, contudo, o INSS arcar com o valor da locação até o dia da perda."

Conclui a referida Nota que:

"(...) como a destruição dos equipamentos locados por meio dos Contratos nº 56/2002 e 57/2002 decorreu de caso fortuito ou força maior, não há direito à indenização por parte da contratada, que deverá suportar os prejuízos, ressalvados os direitos à percepção do aluguel até 27.12.2005, data do sinistro ocorrido no Edifício Sede do INSS."

O Memorando INSS/CGLC nº 222, de 10.8.2006 informou o término da vigência dos contratos nº 57, 58 e 59/2002 e alertou para a impossibilidade administrativa da prorrogação dos mesmos ou indenização de despesas após o seu encerramento.

Conforme verificado, o INSS não renovou os referidos contratos, optando por substituir os equipamentos locados por novos, incorporados ao patrimônio da autarquia por meio de aquisição em licitação.

No tocante à regularidade dos referidos contratos, verifica-se que o gestor adotou as medidas legais pertinentes em consonância com a Lei nº 8.666/93. Entretanto, cabe destacar que, sob o aspecto da economicidade, a locação de equipamentos de informática demonstra não ser preferível à aquisição, uma vez que o custo final da locação acaba superando o valor de compra do equipamento.

**6.1.1.7 INFORMAÇÃO: (017)**

Refere-se o Processo nº 35000.000122/2007-65 à contratação de empresa especializada para executar serviços especializados na gestão da automação predial, incluindo a emissão de relatórios e visando à manutenção preventiva, corretiva e suporte do sistema de automação predial (climatização, sistema pleno de prevenção e combate a incêndio, iluminação e elevadores), assistência técnica, apuração diária de duas centrais de água gelada, e 28 equipamentos tipo francoil, na Unidade Operacional do INSS.

Em 12.3.2007 foi firmado o Contrato nº 54/2007, sob a modalidade dispensa de licitação, enquadrada no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. A vigência foi definida em 120 dias, com valor global de R\$ 14.888,00.

**6.1.1.8 INFORMAÇÃO: (018)**

Visando verificar a regularidade na utilização do cartão corporativo, em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 4, de 13.08.2002, solicitamos ao gestor os processos de prestação de contas dos gastos efetuados no exercício de 2006.

Conforme verificado, no INSS em 2006 foi gasto com cartão corporativo um total de R\$ 413.675,47. Desses, R\$ 11.434,15 foram despendidos no Órgão Central, sendo o restante gasto nas unidades regionais.

Após analisarmos os processos de prestação de contas do Órgão Central do INSS verificamos que os gastos estão sendo realizados em conformidade ao disposto na legislação. Cabe destacar que 43,6% dos gastos efetuados via cartão corporativo pelo Órgão Central foram feitos com combustíveis. Portanto, cumpre recomendar que despesas com abastecimento de veículos sejam realizadas por meio de contratos e não por suprimento de fundos, tendo em vista a elevada demanda de combustíveis do órgão e a economia de escala obtida via contrato.

**6.1.1.9 INFORMAÇÃO: (019)**

O Processo nº 35000.001504/2006-25 trata do Pregão Eletrônico nº 28/2006, com publicação de Aviso no Jornal Correio Braziliense e no Diário Oficial da União de 10.11.2006, estando disponível o respectivo edital através do portal [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), a partir do dia 10.11.2006, objetivando a elaboração de registro formal de preços relativos à aquisição de Centrais Privadas de Comutação Telefônica (PABX-IP/TDM), tipo CPA-T (central por programa armazenado- modelo temporal) com Terminais Digitais, analógicos e IP, e demais detalhamentos constantes do edital, as quais farão parte de sistema de voz integrado à rede de dados IP do INSS, incluindo instalações e configurações dos equipamentos.

A minuta do edital e seus anexos foram apreciados pela Procuradoria Federal Especializada - INSS, por meio da Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 380/2006, de 23.10.2006, que concluiu pela regularidade, sob o aspecto jurídico-formal, do procedimento e da referida minuta, desde que atendidas as recomendações contidas na citada Nota Técnica.

A abertura da Sessão Pública do certame licitatório ocorreu a partir das 14 horas do dia 23.11.2006, de acordo as disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e procedendo-se à classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados, em conformidade com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 28/2006, fls. 718 a 808, bem como dos Termos de Adjudicação e de Homologação do

Pregão, fls. 1002/1052 do processo.

O Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, por meio do Despacho de Autorização DIROFL/nº 032, de 05/12/2006, fls. 1053 do processo, após alegar exame dos atos praticados e da verificação da conveniência da licitação e da conformidade com as normas em vigor e com base nas competências que lhe foram delegadas, decidiu autorizar o REGISTRO FORMAL DE PREÇOS, para futuras e eventuais contratações, mediante consulta de disponibilidade orçamentária, para os itens 01 a 96, perfazendo um valor global de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

O resultado do Pregão nº 28/2006 foi publicado no Diário Oficial da União - Seção 3, datado de 7.12.2006, e a Ata de Registro de Preços nº 09/2006 foi assinada com data de 8.12.2006, constituindo-se esta em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas no Decreto nº 3.931, de 19.9.2001. Em 8.12.2006, o assunto foi submetido à Coordenação-Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade para informar sobre a existência de disponibilidade orçamentária para atender ao pedido de aquisição das mencionadas Centrais Privadas de Comutação Eletrônica com tecnologia de voz - VOIP, que havia sido formulado inicialmente pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Nesta mesma data, 8.12.2006, o Coordenador Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade informou que existia dotação orçamentária para atendimento do pleito e que a referida despesa deveria onerar o Programa de Trabalho 09.126.0085.3896.001 - Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social; Natureza de Despesa 44.90.52 - Material Permanente. A Nota de Empenho nº 2006NE902637 foi emitida em 8.12.2006, no valor total de R\$ 11.999.998,66 (onze milhões novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), fls. 1088/1110 do processo, conforme Despacho de Autorização da Despesa DIROFL/Nº 38, de 8.12.2006, fls. 1087, publicado no BS/INSS nº 235, de 8.12.2006.

O Contrato nº 183/2006, fls. 112/1137, foi firmado em 8.12.2006, dispondo em sua Cláusula Quarta que o Contratante pagará o valor total fixo e irrevogável de R\$ 11.999.998,86, mediante entrega dos equipamentos de acordo com a relação de endereços constantes do Anexo I do mencionado Contrato, e aceite definitivo.

A Cláusula Nona do referido contrato previa que os equipamentos seriam entregues no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato e deveriam ser instalados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, conforme especificações do Termo de Referência. No entanto, através de Carta datada de 26.12.2006, fls.1150/1151, a empresa contratada solicitou prorrogação do prazo de entrega e instalação por mais 60 (sessenta) dias, prevendo a impossibilidade de entregar e instalar o restante dos equipamentos, dentro do prazo da vigência do contrato. A solicitação foi acatada, conforme informações contidas nas fls. 1152/1153 do processo, prorrogando o prazo de entrega de materiais para o dia 26.2.2007 e instalação até o dia 28.3.2007.

Por meio da Portaria nº 26/DIROFL, de 20.3.2007, fls.1159, foi constituída Comissão composta por 8 (oito) técnicos, para realizar o recebimento das Centrais Privadas de Comutação Eletrônica (PABX-IP/TDM), objeto do Pregão nº 28/2006, mediante testes funcionais e de conformidade de características técnicas previstas no manual do

fabricante e nas especificações do Edital.

No entanto, por meio de Carta/Fax datada de 27.3.2007, fls. 1160, a empresa contratada solicitou nova prorrogação de prazo de instalação dos equipamentos, por mais 60 (sessenta) dias, a contar dessa data. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos, não constavam nos autos informações quanto a manifestação do INSS sobre a referida solicitação de prorrogação de prazo.

De acordo com o item 4.6 -"e" do Edital, o prazo de entrega e instalação dos equipamentos, conforme Termo de Referência, seria de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato. Os argumentos usados para solicitar prorrogação de prazo refletem falta de comunicação entre as Unidades do INSS, além de dar margem a que sejam questionadas a conveniência e oportunidade da referida contratação. Não obstante a razoabilidade dos argumentos apresentados pela empresa para a pretendida prorrogação, alguns até passíveis de previsibilidade, a prevalecer a concordância com um prazo tão elástico (mais 120 dias) em confronto com o inicialmente previsto no edital (30 dias) a Administração incorrerá em descumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A exigência do prazo inicialmente previsto de 30 dias poderia também ser considerada como de caráter restritivo da licitação, uma vez que, possivelmente, eventuais empresas interessadas poderiam ter deixado de concorrer tendo em vista a exiguidade do prazo de execução. Caso o prazo previsto no edital fosse, inicialmente, de mais de 120 dias, possivelmente, ter-se-ia evitado a ocorrência da baixa competitividade do certame (caso as próprias especificações técnicas e os requisitos de habilitação do edital já não fossem, por si só, suficientemente restritivos).

#### **6.1.1.10 INFORMAÇÃO: (020)**

Trata-se do Processo nº 35000.000575/2006-19, referente à participação de 24 servidores procuradores da PFE-INSS e analistas previdenciários, no curso de Gestão Orçamentária e Financeira no período de 02 a 05/05/2006, com carga horária de 32 horas. Para o objeto, utilizou-se a modalidade de licitação de inexigibilidade, com base no disposto no artigo 25 da Lei nº 8.666/93. Foram despendidos R\$ 4.700,00.

Conforme verificado, consta no processo justificativa para a elaboração do evento, bem como pesquisa de mercado e comprovantes de participação no curso. Portanto, são apresentados os elementos exigidos em lei para caracterização de inexigibilidade, bem como ficou comprovada a execução do curso.

#### **6.1.1.11 CONSTATAÇÃO: (021)**

AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO PARA DEMORA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE PREVIDENCIÁRIO APESAR DA IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DE TELE-ATENDIMENTO 135

Trata-se do Contrato nº 54/2006, firmado em 19.5.2006, para prestação de serviços de tele-atendimento, na forma de operador humano e atendimento eletrônico, incluindo o fornecimento de imóvel com infraestrutura física completa, mobiliário, equipamentos e softwares. O serviço de tele-atendimento compreende as atividades de atendimento das chamadas telefônicas do público em geral, originadas em quaisquer localidades do território nacional.

Conforme Termo de Referência ao Edital, a Central de Tele-Atendimento deve:

- agendar o atendimento do usuário nas Agências da Previdência Social
- APS, para concessão dos seguintes benefícios: auxílio-doença, inclusive pedido de reconsideração de resultado de perícia médica, salário-maternidade, pensão por morte, aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição. Outras modalidades de benefícios previdenciários poderão ser agregados posteriormente, a critério do INSS.
- agendar hora marcada para atendimentos previdenciários realizados pelas APS;
- fornecer orientações e informações à população em geral sobre os serviços e a legislação previdenciária;
- registrar denúncias, reclamações e sugestões;
- fornecer atendimento destinado ao registro e resposta às reclamações, solicitações, pedidos de informações, dúvidas e sugestões, através de canais multimeios.

A Diretoria de Atendimento do INSS, por meio do Memorando DIRAT/INSS nº 71/2006, de 10.3.2006, ao solicitar a abertura de processo destinado à contratação de nova Central de Atendimento Telefônico - PREVfone - Serviços, apresentou, dentre outras, a justificativa de que em face das limitações da rede física de atendimento da Previdência Social, e considerando o constante aumento qualitativo e quantitativo da demanda de serviços, o INSS necessitaria ampliar a sua rede de canais de atendimento remoto, incluindo internet, telefone, tele-centros, fax, e-mail, cartas e quiosques.

Considerando o perfil dos contribuintes, segurados e beneficiários da Previdência Social, o INSS identificou no canal telefônico a possibilidade de oferecer maior eficiência no acesso aos seus serviços, pela ampla cobertura, penetração geográfica em âmbito nacional, capilaridade, facilidade de operação e gratuidade para os segurados da Previdência Social.

Consta no item 5 do Termo de Referência do Edital que os serviços deveriam ser prestados em estrutura física fornecida pela licitante, que deveria estar contemplada em imóvel localizado obrigatoriamente em município sede de Gerência Executiva do INSS, com período de funcionamento de segunda a sábado, no horário de 7:00 às 19:00 ininterruptamente.

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

No item 6 do Termo de Referência foram especificadas as seguintes características gerais para a central de atendimento:

- a) Imóvel: A Contratada deverá fornecer estrutura que comporte a instalação: das posições de atendimento das equipes de operação e supervisão; de espaços específicos destinados aos profissionais de coordenação e multiplicadores, de suporte tecnológico, de apoio administrativo, gerenciais, as salas de reuniões, de treinamento, de descompressão, de descanso, ambulatórios, sala de exercícios fonoaudiológicos e laborais, sala de recepção e segurança, sala de guarda de objetos pessoais, lanchonete e área aberta para fumantes.
- b) Quantidade de posições de atendimento (PAs): 600 receptivo.
- c) Mão-de-obra destinada à operação: A Contratada deverá disponibilizar mão-de-obra de 1.333 empregados para execução dos serviços operacionais de atendimento e suporte à operação, considerando o dimensionamento constante abaixo.

Nome	Quantidade	Quantidade
------	------------	------------



Cargo	Turno A	Turno B	Total
Gerente Geral	1	-	1
Gerente RH, Cap. e Qualid.	2	2	4
Multiplicador	10	10	20
Coordenador	4	4	8
Supervisor	40	40	80
Operador	600	600	1200
Analista TI	5	5	10
Suporte Adm	5	5	10
TOTAIS	667	666	1333

d) Infra-estrutura tecnológica: Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os equipamentos de informática e telecomunicações necessários a operação da central de atendimento, bem como a prestação das atividades de suporte e assistência técnica de tais recursos.

e) Apoio administrativo e predial: A contratação e disponibilização de recursos para administração predial e apoio administrativo (serviços de copa, limpeza, vigilância, jardinagem, manutenção), ficarão a cargo da Contratada.

f) Mobiliário: Será de responsabilidade da Contratada a disponibilização do mobiliário para todos os ambientes de trabalho.

A entrega da infra-estrutura completa para operação das 600 PA's deveria ocorrer no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da data da assinatura do contrato. A implantação do atendimento, mediante a capacitação, contratação e alocação da mão-de-obra para início da operação da central de atendimento, ocorreria de forma gradativa, obedecendo aos prazos estabelecidos no cronograma que consta do item 7 do Termo de Referência.

Para fins de julgamento das propostas de preços, ficou definido, com base no item 13 do Termo de Referência, que seria levado em conta o critério de MENOR PREÇO, sendo vencedor aquele que apresentasse o MENOR VALOR GLOBAL/ANO. O valor global anual inicialmente estimado pelo INSS foi de R\$ 42.060.814,08, correspondente ao valor mensal de R\$ 3.505.067,87.

Foram apresentadas pelas empresas concorrentes as seguintes propostas iniciais:

Empresa	Proposta Global (R\$)
A	51.787.111,93
B	49.663.974,59
C	42.040.212,84
D	40.155.510,24
E	38.481.804,84
F	38.872.011,63
G	37.673.515,68
H	42.056.932,42
I	42.060.814,08
J	40.281.893,28
K	42.232.612,56

Após sucessivos lances ofertados e inabilitações e desclassificações de propostas por descumprimento de itens do edital, sagrou-se

vencedora a empresa que ofertou o menor lance no valor anual de R\$ 20.969.000,00, tendo sido posteriormente negociada a redução desse valor anual para R\$ 20.945.000,00, correspondendo ao valor mensal máximo de R\$ 1.745.416,67, o que representou uma redução de R\$ 21.095.212,84, ou seja, mais de 50% do preço inicialmente ofertado pela empresa.

A despesa foi autorizada por ato da Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos/INSS - CGLC/nº 63, às fls. 2531 do processo. Foi emitida Nota de Empenho nº 2006NE900571, de 5.5.2006, no valor de R\$ 12.217.916,69 (doze milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) para as despesas estimadas no exercício de 2006 (junho a dezembro/2006), pela UG EMITENTE 512006/57202 - Coord. Geral de Apoio à Diretoria Colegiada/INSS, a favor da empresa vencedora do certame.

O Contrato nº 54/2006, foi celebrado em 19.5.2006, entre o INSS e a empresa contratada, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data do início efetivo da operação da Central de Atendimento, ocorrida em 16.6.2006, podendo ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo.

De acordo com a Cláusula Terceira do Contrato nº 54/2006, o contratante pagará à contratada pelos serviços efetivamente prestados o valor mensal máximo de R\$ 1.745.416,67 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), totalizando o valor global de R\$ 20.945.000,00 (vinte milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais).

O INSS pagará à contratada, mensalmente, o valor referente à efetiva prestação dos serviços, aplicando-se os conceitos e o método estabelecido na Cláusula Décima - Forma de Faturamento do Contrato nº 54/2006, que consiste na utilização de fórmulas e/ou equações definidoras do Índice de Faturamento Diário (IFD) e do Índice de Faturamento Mensal (IFM) obtidos em função da média diária dos índices de ocupação efetiva de cada Posição de Atendimento (PA) da Central de Atendimento, que serão utilizados para obtenção do Valor da Fatura Mensal (VFM) a partir do Valor Mensal Global Contratado - VMGC.

#### INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Às fls. 2543 a 2546 do processo, consta o Laudo de Vistoria de Imóvel, de 12.5.2006, objetivando proceder a avaliação das condições e da adequabilidade estrutural, funcional e de segurança do imóvel oferecido pela empresa vencedora, localizado à Rua do Bom Jesus, nºs 156 e 220 - Bairro do Recife, em Recife/PE, para fins de implantação da Central de Atendimento da Previdência Social.

A empresa apresentou dois imóveis não contíguos, com área útil de 1.000m<sup>2</sup> cada, localizados no bairro Recife Antigo, área onde a maioria das edificações, datadas da época do descobrimento do Brasil, encontram-se em sítios urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Em face do tombamento, há rígidas limitações estruturais e estéticas para que se promovam modificações nos referidos imóveis.

O referido Laudo concluiu que os imóveis apresentados pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico, não atendiam às condições estabelecidas no edital. A empresa deveria oferecer novo imóvel, único e exclusivo, para a implantação da Central de Atendimento, de modo a atender plenamente aos requisitos estruturais, funcionais e de

segurança, previstos no edital.

Por meio do Ofício DIROFL/CGLC nº 138/2005, de 24.5.2006, fls. 2625 do processo, a Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos/INSS, tendo em vista o teor do Laudo de Vistoria dos imóveis acima mencionados, solicitou urgentes providências da empresa no sentido de apresentar formalmente outro imóvel, localizado em Recife/PE, para sediar a Central de Tele-Atendimento da Previdência Social, objeto do Pregão Eletrônico nº 10/2006. E, ainda, que o novo imóvel deveria agregar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, todas as características técnicas exigidas no item 9.2 do Anexo I - Termo de Referência.

Em resposta ao Ofício citado, a empresa, em carta de 25.5.2006, fls. 2626, informou o seguinte:

*"(...) recebemos no Recife a visita de representantes do INSS, naquela ocasião, um dos imóveis apresentados como alternativa aos imóveis da Rua Bom Jesus, 156 e 220 para sediar a central de atendimento da Previdência Social, foi o imóvel à Rua Marquês de Olinda, 133, Bairro do Recife. Optamos por sediar o call center neste último prédio, tendo em vista o laudo desfavorável à primeira opção apresentada (Rua Bom Jesus, 156 e 220)."*

A Comissão de Recebimento dos Serviços, instituída pela Portaria INSS/DIROFL nº 15, de 19.6.2006, apresentou Relatório, fls. 2760 a 2767 do Processo nº 35000.000341/2006-07, que teve como objeto principal detalhar os resultados e conclusões das ações de vistoria técnica realizada nos dias 27 e 28/6/2006, no 135 - Central de Tele-Atendimento da Previdência Social, localizada à Av. Marquês de Olinda, 133 - Recife - PE.

O referido processo foi auditado pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna/INSS, que teve como resultado o Relatório de Auditoria Ordinária SIGA nº 885/2006, de 6.10.2006, fls. 3517/3535. Por meio do Ofício INSS/CGLC nº 370/2006, de 18.12.2006, a empresa vencedora foi notificada para cumprir às recomendações constantes do mencionado Relatório, ressaltando que o não cumprimento ensejaria a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

De acordo com o Relatório Embratel de Chamadas - Central 135, fls. 4739 dos autos, verificou-se, no mês de fevereiro de 2007, um total de 3.056.294 chamadas atendidas pela referida Central, apesar das perdas ocorridas por desistência dos usuários, congestionamento da rede telefônica ou falha no atendimento da mesma.

Ressalte-se, por oportuno, que em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 189534-41, de 26.4.2007, foi disponibilizado a esta Equipe de Auditoria o Processo nº 35000.0001165/2007-41, que trata do Pregão Eletrônico nº 03/2007 e do Contrato nº 068/2007, celebrado entre o INSS e a empresa vencedora do certame licitatório, de 16.4.2007, que tem por objeto a contratação dos serviços de uma nova central de tele-atendimento de características semelhantes a atualmente existente na cidade de Recife. O valor mensal do referido contrato é de R\$ 1.959.866,67, com vigência de 30 meses a contar da assinatura, prorrogável por igual período até 60 meses. A implantação desta nova central de tele-atendimento, que consiste na ampliação da capacidade atualmente existente em mais 600 posições de atendimento, objetivando atender a demanda reprimida e expansão futura dos serviços, deverá ocorrer em qualquer município onde haja Gerência Executiva do INSS, exceto Recife, Brasília e Salvador (que já possuem Centrais), como forma de reduzir os riscos de colapso no atendimento

por causas externas locais, tais como greve de ônibus ou da categoria, apagão, feriados municipais, etc. De acordo com a Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 068/2007, o prazo para implantação dos serviços será de no máximo 2 (dois) meses contados da assinatura do contrato.

**ATTITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O gestor optou por implementar um sistema de agendamento eletrônico com a contratação em questão, sem que o problema da demora na resolutividade das demandas dos segurados fosse efetivamente resolvido, uma vez que há carência de recursos humanos e problemas na operacionalização dos sistemas das Agências.

**CAUSA:**

A causa do problema está relacionada à implementação do serviço remoto de marcação de atendimentos via telefone e internet - 135, sem implementação de ações de melhorias dos sistemas da Previdência Social e realocação de servidores.

**JUSTIFICATIVA:**

Por meio da SA nº 189534-42, de 26.04.2007, solicitamos ao gestor justificar a opção pelo agendamento eletrônico via 135, ao invés de ampliação da rede de atendimento (agências) e contratação de mais servidores, uma vez que com tal solução não se resolveu o problema da demanda de atendimentos, criando-se a figura da "fila virtual".

Por meio do Ofício nº 575/INSS/GABPRES, de 12/06/2007, o gestor encaminhou Memorando nº 095/2007/INSS/DIRAT, de 03/05/2007, do Diretor de Atendimento do INSS à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, com os seguintes esclarecimentos:

"1. (...).

2. Cumpre-nos, preliminarmente, esclarecer que o incremento e a reformulação do atendimento remoto da Previdência Social, uma das principais diretrizes do Programa de Combate às Filas - PCF, com destaque para a disponibilização de serviços acessíveis pelo canal 135, código exclusivo de utilidade pública concedido pela ANATEL ao INSS, não excluiu medidas de ampliação da rede física de atendimento, nem tampouco a admissão de novos servidores a serem alocados nas unidades fixas e móveis de atendimento da Previdência.

3. Desde 2005, o INSS nomeou por meio de concurso público 2.673 peritos médicos, 1.700 técnicos e 650 analistas previdenciários. Em 2007, o INSS protocolou no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, pedido de abertura de concurso público para 8 mil vagas, a serem preenchidas no período de 2007 a 2010 (vide Ofício nº 412/INSS/PRESI, de 27/04/2007).

4. Em 2006, em face das diretrizes institucionais voltadas para a melhoria da qualidade do atendimento, redução das vulnerabilidades às fraudes e dos pagamentos indevidos e custos, buscou-se direcionar uma parcela importante do atendimento, hoje prestado, principalmente, de forma presencial, para canais remotos: Internet e Call Center.

5. Para garantir o cumprimento desse objetivo, a Diretoria de Atendimento implantou o Programa de Combate às Filas - PCF, visando reduzi-las por meio da expansão da capacidade de atendimento, da melhora quantitativa e qualitativa dos canais remotos, da realização de parcerias e da racionalização dos fluxos de atendimento.

6. Além de garantir foco nos projetos voltados à melhoria do

atendimento, à redução das filas, à modernização de equipamentos e de processos de trabalho, o PCF também centrou esforços na ampliação e qualificação do quadro funcional. Assim, ao mesmo tempo em que foi possível ampliar o acesso aos serviços com um maior volume de requerimentos, foi possível reduzir a quantidade de processos em estoque e diminuir os gastos com benefícios.

7. Os resultados do PCF apontam para uma redução de 79,61% das filas, isto é, houve uma redução próxima a 80% dos segurados aguardando atendimento no horário da abertura das unidades do INSS, (...), com impacto positivo na imagem institucional, mediante a redução do tempo de espera nas agências, garantia de atendimento dos segurados no horário marcado, proporcionando, ainda, comodidade e maior qualidade na prestação de serviços.

#### 8. REFORMULAÇÃO DO ATENDIMENTO REMOTO - ACESSO TELEFÔNICO A INFORMAÇÕES E SERVIÇOS

9. O grau de eficiência do atendimento da Previdência Social mostrou-se comprometido ao longo dos últimos anos, principalmente em face da limitação de sua estrutura física em âmbito nacional e do aumento qualitativo e quantitativo da demanda dos segurados e contribuintes por serviços previdenciários. Em razão disso, a Previdência Social estabeleceu como meta ampliar a oferta de serviços prestados à população através de Centrais de Tele-atendimento, tendo identificado no atendimento remoto (Internet, tele-centros, telefone) uma excelente oportunidade para aumentar a eficiência e a qualidade do atendimento prestado à população.

10. Contudo, pesquisas realizadas com o público-alvo da Previdência Social indicavam que a expressiva maioria dos usuários não possuía acesso regular à rede mundial de computadores - Internet. Assim, uma das prioridades passou a ser maximizar a capacidade do atendimento telefônico então existente, agregando, como diferencial, a possibilidade de o cidadão obter não somente orientações e informações, mas serviços efetivos pelo canal telefônico.

11. Em dezembro de 2005, a Previdência Social contava com 280 posições de atendimento telefônico, atendendo 2,5 milhões de chamadas a cada mês, oferecendo orientações sobre a legislação previdenciária, informações sobre a situação dos benefícios, disque-denúncia e ouvidoria. Em dezembro de 2006, esse número passou para 4,5 milhões de atendimentos, incluindo a inserção de novos serviços. Com a entrada em funcionamento da Central de Caruaru/PE, a partir de junho de 2007, a capacidade de atendimento será de 7,5 milhões de chamadas/mês. (...).

12. ATENDIMENTO REMOTO - A importância dos Novos Canais de Atendimento Para demonstrar a importância dos serviços prestados pelas centrais de tele-atendimento 135, mostraremos a seguir a quantidade de atendimentos que foram realizados desde a inauguração do serviço, em junho/2006.

Em termos quantitativos, a Central 135 Recife atendeu 19,4 milhões de ligações desde junho de 2006. Somente no mês de março/07 foram agendadas por telefone mais de 54,5 mil perícias médicas para concessão de auxílio-doença, 61 mil pedidos de prorrogação de auxílio-doença, 12,5 mil pedidos de reconsideração de resultado da perícia médica e 44 mil agendamentos pelo Sistema de Agendamento Eletrônico - SAE. A Central 135 também passou a oferecer, a partir de nov/06, orientações e informações aos segurados, (...).

#### 13. FILA VIRTUAL

#### A MENSURAÇÃO REAL DA DEMANDA APÓS O AGENDAMENTO ELETRÔNICO

Preliminarmente, cumpre-nos considerar que, antes de existir o agendamento eletrônico, somente era possível mensurar com precisão a demanda por atendimentos do INSS dos cidadãos cujos benefícios já haviam sido requeridos. A mensuração precisa de todos os segurados, incluindo os que já possuíam e os que estavam em vias de possuir os requisitos mínimos para requerer benefícios e atendimento especializado das unidades de atendimento, era impossível.

Isso ocorria em face do fenômeno chamado "limitação de senha de atendimento" que nada mais era do que a distribuição limitada de senhas pelas chefias das unidades de acordo com parâmetros locais de capacidade de atendimento. Como grande parte dos segurados que pleiteavam atendimento num determinado dia não conseguiam garantir senha de atendimento, esse contingente ficava à mercê das filas das madrugadas, de intermediários e vinha recorrendo em muitos casos à Justiça para ter garantido o atendimento.

Após o agendamento eletrônico, que representou a criação de mecanismo público, programado, seletivo e resolutivo de atendimento, foi possível conhecer qualitativa e quantitativamente o perfil da demanda previdenciária, permitindo que a administração central identificasse as necessidades de cada unidade de atendimento, alocando recursos tecnológicos e humanos de maneira adequada.

#### A DEPURAÇÃO DA AGENDA ELETRÔNICA

Pesquisas realizadas no âmbito de 12 unidades de atendimento da Previdência Social, que envolveram contatos telefônicos com os segurados que possuíam agendamento marcado no Sistema de Agendamento Eletrônico - SAE, indicaram o nascimento de fenômenos que contribuem para o alongamento dos prazos da agenda, distorcendo o mapeamento qualitativo e quantitativo da demanda real por atendimento.

A seguir, estão descritas as principais ocorrências e a adoção de medidas para solucioná-las pela Diretoria de Atendimento:

FATO IDENTIFICADO: cerca de 30% dos segurados não comparecem aos agendamentos, gerando desperdício de capacidade instalada e alongando artificialmente os prazos de atendimento da agenda eletrônica.

SOLUÇÃO PROPOSTA (Em fase de implantação - maio/07) - A Central 135 promoverá contato telefônico com o segurado com agendamento marcado, devendo o atendimento ser gravado, com antecedência de 96 horas, com o objetivo de comprovar seu comparecimento no local, dia e hora marcados. Caso não comprove o comparecimento, a vaga será imediatamente cancelada pelo operador da Central 135, revertendo-a para preenchimento por outro segurado.

FATO IDENTIFICADO: cerca de 40% dos segurados, após serem abordados por telefone pela chefia das unidades de atendimento, com a finalidade de ANTECIPAR a agenda, informaram que não tinham interesse em fazê-lo. Segundo especialistas da Diretoria de Benefícios, isso vinha ocorrendo em face da constatação de que muitos segurados, mesmo não tendo as condições de requerer o benefício, agendavam o atendimento com antecedência, porém alongando ao máximo a data de atendimento efetivo, quando então teriam as condições mínimas e a documentação necessária para requerer o benefício, contribuindo para a formação da chamada fila virtual. A coincidência entre a Data de Entrada do Requerimento - DER, com os efeitos financeiros pertinentes, e a data do agendamento, também influenciava a decisão do segurado.

SOLUÇÃO PROPOSTA (Implantada) - Edição do Memorando Circular Conjunto nº 04, de 13/04/2007 pelas Diretorias de Atendimento e Benefício, eliminando a possibilidade de que o segurado tenha garantida, na data

de efetivação do agendamento, a Data de Entrada do Requerimento - DER. Essa situação, mais vantajosa para o segurado, somente poderá ocorrer se o mesmo reunia os requisitos mínimos para requerer o benefício na data do agendamento.

Complementarmente à medida acima, encontra-se em estudo a possibilidade de conceder ao segurado a antecipação da data do atendimento, mantida a data de agendamento, e a data da DER, caso tenha reunido as condições mínimas para requerer o benefício na data de agendamento.

#### PRINCIPAIS MEDIDAS DE REDUÇÃO DOS PRAZOS DE AGENDAMENTO

Além das medidas de saneamento e correção da agenda eletrônica citadas neste tópico, as principais medidas adotadas pela Diretoria de Atendimento com o objetivo de combater as filas virtuais foram efetivadas pela edição do Memorando-Circular nº 15, de 09 de abril de 2007, visando garantir expressiva redução dos prazos da agenda eletrônica, mediante a disponibilização, por todas as unidades de atendimento fixas e móveis da Previdência Social, de vagas para agendamento eletrônico, nas quantidades mínimas e de acordo com os tempos de atendimento estabelecidos para cada serviço.

(...)."

O assunto constou ainda da SA Final nº 189534-56, no que se refere à deficiência na operacionalização dos sistemas nas Agências e não atendimento à demanda com a implementação da central de tele-atendimento 135. Em resposta, foi encaminhado o Ofício nº 632/INSS/GABPRES, de 19/06/2007, tendo em anexo o Memorando CGLCO nº 139/2007, de 18/06/2007, por meio do qual a Coordenação-Geral de Licitação e Contratos esclarece que:

*"Julgamos que a resposta deste item seja de responsabilidade da Diretoria de Atendimento, visto que a solicitação de contratar os serviços em tela foi demandada pela DIRAT, que inclusive é o setor responsável pela gestão e acompanhamento dos resultados dos serviços contratados, sendo que a CGLCO somente viabilizou a contratação nos moldes e quantidades solicitados."*

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

No intuito de acabar com as filas nas suas agências de atendimento, a Administração do INSS, ao invés de ampliar sua rede física de atendimento com o adequado acréscimo de servidores devidamente qualificados para tanto, optou pelo tele-atendimento terceirizado, de alto custo mensal, resultando na transferência de filas das agências desse Instituto para "filas virtuais", considerando que em algumas APS o prazo para atendimento às demandas tem sido superior a 3 meses.

Entretanto, as justificativas apresentadas pelo gestor demonstram os esforços para corrigir as deficiências no agendamento eletrônico, como contato telefônico com o segurado para confirmação de seu comparecimento na data agendada; garantia de que a data da entrada do requerimento - DER seja a mesma da data do agendamento no caso do segurado possuir os requisitos necessários à concessão do benefício, e caso contrário a DER poderá ser a data em que implementou todos os requisitos ou a que for mais vantajosa ao segurado; e estudo acerca da possibilidade da antecipação da data do agendamento, mantida a data de agendamento e a data da DER, caso tenha reunido condições para requerer o benefício na data do agendamento.

Também foi estabelecido o Plano de Redução de Prazos da Agenda - SAE, para toda a Rede de Atendimento do INSS, conforme Memorando-Circular

nº 15, de 09/04/2007. Essas medidas incluem tempos máximos de atendimento para cada serviço, reconfiguração das agendas eletrônicas pelas unidades de atendimento (prazo mínimo de 180 dias), e rotina de acompanhamento da evolução da agenda SAE, por meio do monitoramento dos resultados.

Além disso, foi encaminhado o Ofício nº 412/INSS/PRES, de 27/04/2007, ao Ministro do MPS, solicitando a adoção de medidas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, para ingresso programado de servidores no INSS, objetivando a melhoria da qualidade do atendimento.

Porém, cabe destacar a necessidade de aprimoramento nos sistemas utilizados pelo INSS, tendo em vista que a indisponibilidade e falta de agilidade nos mesmos, afeta diretamente a qualidade no atendimento prestado ao usuário.

Enquanto não for sanada a deficiência no atendimento das agências, seja por falta ou por má distribuição de servidores, seja pela precariedade dos sistemas da Previdência Social, qualquer iniciativa deixa de ter as vantagens e o foco de modernidade e de melhoria no mencionado atendimento.

Dessa forma, o INSS deve ampliar sua rede de atendimento, com melhor utilização de seus recursos humanos, bem como adotar medidas para aprimorar os seus sistemas, os quais apresentam problemas técnicos e operacionais que comprometem a qualidade no atendimento prestado nas APS, antes de promover contratações por meio de tele-atendimento.

No que se refere as informações prestadas em resposta à SA Final nº 189534-56, observamos que não houve alteração nas informações anteriormente prestadas pelo gestor.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
573.145.786-72	LEONARDO JOSE SCHETTINO PEIXOT	DIRETOR DE ATENDIMENTO
899.266.507-59	ALVARO LUIS PEREIRA BOTELHO	DIRETOR DIROFL
471.775.944-34	ANA CLECIA DA SILVA	COORDENADOR-GERAL DE LICITA

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos que o INSS proceda a uma reavaliação do custo/benefício do tele-atendimento, levando-se em consideração que com a implementação da Central de Tele-atendimento 135 não houve resolutividade quanto à demora no efetivo atendimento aos clientes do INSS, permanecendo a existência de uma demanda reprimida com a criação de filas virtuais;

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Recomendamos que o INSS proceda ações efetivas para garantir o cumprimento do cronograma da implementação do Novo Modelo de Gestão, referente os sistemas que darão suporte aos novos processos de reconhecimento de direitos previdenciários, juntamente com os responsáveis no MPS e DATAPREV; e

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Recomendamos que o INSS proceda acompanhamento das solicitações efetuadas ao MPS, sobre a realização de concursos públicos, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**6.1.1.12 CONSTATAÇÃO: (022)**



#### PAGAMENTO DE OBRIGAÇÃO SEM COBERTURA CONTRATUAL

Trata o presente processo de cobrança no valor de R\$ 4.339.431,56, referente à prestação de serviço de tecnologia e informação, competência de junho de 2006.

Conforme verificado no processo, o referido serviço originou-se no Contrato nº 53/2005, firmado em 02/08/2005, com vigência até 01/11/2005. Posteriormente, foram assinados o 1º Termo Aditivo, com vigência até 02/12/2005, o 2º Termo Aditivo, com vigência até 02/01/2006 e o 3º Termo Aditivo, com vigência até 02/02/2006.

Verifica-se que a Fatura nº 762/2006, competência junho/2006, com vencimento em 31/08/2006, no valor de R\$ 4.339.431,56, foi emitida sem cobertura contratual.

Consta às folhas 42 do processo, Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DLIC nº 385/2006 com a seguinte conclusão:

"(...) no concernente à possibilidade jurídica de reconhecer dívida por serviços executados sem cobertura contratual, entendo que a despesa de que trata o presente processo, em tese, pode ser reconhecida a título de indenização, nos termos do parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93, ficando, no entanto, condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) boa-fé da prestadora do serviço;
- b) comprovação da regularidade fiscal da empresa interessada junto ao SICAF, na data do pagamento;
- c) inexistência de ação judicial movida pela mesma postulando o pagamento dos serviços prestados;
- d) comprovação de que os preços postulados são compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública;
- e) apuração da responsabilidade de quem deu causa à contratação ilegal."

Em virtude da conclusão exposta pela Procuradoria e especificamente do disposto no item "e" acima transcrito, emitimos, em 13/04/2007, a Solicitação de Auditoria nº 189534-33 solicitando informações sobre as providências adotadas pelo gestor no tocante à apuração de responsabilidade pelo pagamento sem cobertura contratual.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

O gestor deixou de apurar a devida responsabilidade por pagamento de prestação de serviços sem o devido respaldo contratual, em desacordo com o que preceitua a Lei nº 8.666/93, artigos 59 e 60.

#### **CAUSA:**

A causa do fato originou-se na cobrança de prestação de serviços de tecnologia e informações realizados para o INSS por meio da Fatura nº 762/06, no valor de R\$ 4.339.431,56, competência junho/2006, sem a devida cobertura contratual, uma vez que o último termo aditivo referente ao contrato em questão expirava em 02/02/2006.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade manifestou-se sobre o assunto por meio de documento datado de 12/5/2006, nos seguintes termos:

"Informamos que o presente processo encontrava-se sobrestado nesta Coordenação-Geral aguardando a publicação da Lei Orçamentária Anual/2006.

Trata o presente de solicitação de informação de dotação orçamentária

no valor de R\$ 41.374.000,00 (quarenta e um milhões e trezentos e setenta e quatro mil reais), referente ao Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços da Dataprev, para o período de 2/2/2006 a 1/3/2006.

Esclarecemos que até a presente data a Lei Orçamentária Anual/2006 não foi aprovada, portanto os Órgãos da Administração Pública estão trabalhando com "duodécimos".

Considerando que o 1º Duodécimo disponibilizado nas Ações que custeiam o presente processo totalizou R\$ 11.773.777,83 (onze milhões, setecentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), referente à unidade orçamentária do INSS e R\$ 1.787.408,00 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oito reais) referente aos Destaques recebidos da Secretaria da Receita Federal, referente à Ação do Processamento das Guias da Previdência Social, totalizando em R\$ 13.561.185,83 (treze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos);

Considerando o despacho às folhas 350, que comprometeu o valor de R\$ 41.374.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 2/1/2006 a 1/2/2006, sendo, portanto, necessário a liberação de 3 duodécimos para assegurar o valor acima. Informamos que em função do acima exposto não existe disponibilidade orçamentária para atendimento ao pleito."

Por meio de documento datado de 17/4/2007, a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos complementou os seguintes esclarecimentos:

"(...) Considerando tratar-se de serviço essencial e que a sua paralisação ocasionaria sérios transtornos às atividades deste Instituto em nível nacional e considerando que foram atendidas as recomendações legais para reconhecimento da dívida, autorizou-se a despesa em questão."

Por meio do Ofício nº 361/INSS/GABPRES, de 17/4/2007, foi encaminhado o Despacho Corregedoria-Geral nº 264 contendo a seguinte informação:

" (...) O assunto encontra-se protocolado sob o nº 35000.001217/2006-15 e 35000.001216/2005-17, onde foi exarado Despacho do Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, alegando que o 4º Termo Aditivo relacionado ao Contrato, não foi efetivado, haja vista a não liberação orçamentária, ou seja, a não aprovação em tempo hábil, da Lei Orçamentária Anual/2006, ficando os órgãos da Administração Pública condicionados a trabalhar com duodécimos.

Assim sendo, informamos que o processo encontra-se sobrestado nesta Corregedoria-Geral, aguardando disponibilidade de Comissão Processante já instalada nesta pasta, onde dará início às apurações sobre o fato em questão."

O assunto foi tratado também na SA Final nº 189534-56, tendo o gestor encaminhado como resposta o Memorando CGLCO nº 139/2007, de 18/06/2007, anexo ao Ofício nº 632/INSS/GABPRES, de 19/06/2007, onde informa que:

"Há cópia do respectivo processo na Corregedoria para análise e avaliação prévia quanto a necessidade de apuração de responsabilidade, assim só nos resta aguardar pronunciamento daquela área."

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

O gestor informa que o pagamento de fatura em data posterior ao término do Contrato nº 53/2005 e seus aditivos ocorreu em função de atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual, o que comprometeu o

orçamento da Autarquia, obrigando-a a trabalhar por meio de "duodécimos". Foi ressaltado também que o serviço ora contratado é essencial para o pleno funcionamento do INSS. Portanto, não poderia ser interrompido.

De acordo com o que disciplina a Lei nº 8.666/93, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, ou seja, na situação em análise não pode a Administração acordar a prestação de serviços de tecnologia e informação sem o devido respaldo contratual.

No artigo 59 da Lei das Licitações, porém, há um dispositivo que determina à Administração o pagamento dos serviços prestados, mesmo caracterizada a nulidade. O mesmo artigo determina também que quem deu causa ao fato seja responsabilizado por meio de procedimento administrativo disciplinar.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União possui entendimento pacificado em favor da apuração da responsabilidade pelo pagamento sem cobertura contratual, conforme Acórdão nº 375/1999 - Segunda Câmara.

De acordo com informações prestadas pela Corregedoria-Geral do INSS, foram adotadas providências com vistas à instauração do PAD pelo fato em questão, encontrando-se o processo sobrestado aguardando disponibilidade de Comissão Processante.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
138.615.653-15	ANTONIO BACELAR FERREIRA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAME
899.266.507-59	ALVARO LUIS PEREIRA BOTELHO	DIRETOR DIROFL
471.775.944-34	ANA CLECIA DA SILVA	COORDENADOR-GERAL DE LICITA

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Recomendamos à Corregedoria-Geral do INSS encaminhar a esta CGU os resultados da instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidades pelo pagamento sem cobertura contratual da Fatura nº 762/06, competência junho/2006, no valor de R\$ 4.339.431,56, referente ao Contrato nº 53/2005.

**6.1.1.13 INFORMAÇÃO: (023)**

Trata-se de processo referente à contratação de serviço de limpeza, conservação e asseio. O certame foi realizado na modalidade pregão presencial, sendo o objeto executado nos Blocos "O" e "P" do SAS Qd. 02, Bloco "P" do SBS Qd. 02, SIA TR. 01, lote 410/450 e Ed. Paulo Maurício no SBN Qd. 02, 4º, 5º, 6º e 14º andares em Brasília/DF.

Conforme o Anexo I, constante às folhas 181 dos autos, a área de execução dos serviços foi definida na seguinte forma:

Bloco "O" e "P" do SAS Qd. 02:

- a) área administrativa interna - 18.689,50 m<sup>2</sup>
- b) área administrativa externa - 2.863,10 m<sup>2</sup>
- c) área interna de vidro - 4.723,31 m<sup>2</sup>
- d) área externa de vidro - 4.659,02 m<sup>2</sup>

SBS Qd. 02, Bloco "P":

- a) área administrativa interna - 2.816,60 m<sup>2</sup>

SIA TR. 01, lote 410/450:

- a) área administrativa interna - 5.699 m<sup>2</sup>
- b) área administrativa externa - 7.260 m<sup>2</sup>
- c) área interna de vidro - 392,87 m<sup>2</sup>
- d) área externa de vidro - 327,87 m<sup>2</sup>

Edifício Paulo Maurício no SBN Qd. 02, 4º, 5º, 6º e 14º andares:

a) área administrativa interna - 2.544,40 m²

Às folhas 188, consta definição do horário de prestação dos serviços: de 2ª a 6ª feira, das 07 às 21 horas aos sábados, das 8 às 12 horas

O contrato nº 03/2005 foi firmado em 11.3.2005, para uma vigência de 12 meses, no valor global de R\$ 887.223,36.

Em razão do incêndio ocorrido no Bloco "O", em 27.12.2005, que inutilizou o prédio antes ocupado pelo INSS, a autarquia transferiu o funcionamento dos seus órgãos para áreas de imóveis do DNIT, SAAN e MPS. Essa alteração provocou redução na área de prestação dos serviços, alterando o valor global anual para R\$ 603.360,50, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2005, firmado em 10.03.2006. Com a realocação da Direção Central do INSS no Edifício CNC do SBN, foi firmado o Segundo Termo Aditivo, tendo por objeto os seguintes locais:

SBS Qd. 02, Bloco "P":

área administrativa interna - 2.816,60 m²

SIA TR. 01, lote 410/450:

a) área administrativa interna - 5.699 m²

b) área administrativa externa - 7.260 m²

c) área interna de vidro - 392,87 m²

d) área externa de vidro - 327,87 m²

Edifício Paulo Maurício no SBN Qd. 02, 4º, 5º, 6º e 14º andares:

área administrativa interna - 2.544,40

SAAN:

a) área administrativa interna - 1.790,98 m²

b) área administrativa externa - 841,60 m²

c) área de esquadrias externas - 441,69 m²

d) área envidraçada - 218,97 m²

SBN Qd. 02, Bloco "E", lote 15, Edifício CNC:

a) área administrativa interna - 14.097,14 m²

b) área administrativa externa - 751,05 m²

c) área de esquadrias - 2.194,61 m²

d) área envidraçada - 3.137,54 m²

Com essa nova alteração, o valor global passou para R\$ 848.783,40 e a vigência foi prorrogada até 10.03.2008.

Conforme verificado na composição dos autos, foram adotadas todas as medidas legais pertinentes na presente contratação.

#### **6.1.1.14 INFORMAÇÃO: (024)**

Processo nº 35000.001447/2005-01:

Processo referente aos Contratos nº 78/2005, 79/2005, 80/2005, 57/2006, 58/2006 e 59/2006, tendo por objeto a aquisição de equipamentos de informática, com garantia de 12 meses, incluindo fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário para atender às necessidades do INSS.

Da Oportunidade:

Consta às fls. 16 do processo, Memorando Conjunto nº 001/2005 - DIRAT/CGTI/INSS, de 1.9.2005, que informa da necessidade de substituição imediata de cerca de 20.000 microcomputadores e 8.000 impressoras, com contratos de locação vencidos, localizados nas Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.

Cabe salientar, ainda, a justificativa apresentada quanto à necessidade de modernização do parque tecnológico da autarquia, em

razão da implementação do Programa de Gestão do Atendimento - PGA e Novo Modelo de Gestão - NMG.

Às fls. 221 dos autos, que trata do Plano de Trabalho, há o seguinte esclarecimento:

"Diante da demanda levantada, que abarca a necessidade de aquisição de equipamentos em períodos e exercícios diferentes, optamos por adotar o conjunto de procedimentos para registro formal de preços denominado de Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a legislação vigente."

Consta ainda às fls. subsequentes justificativa quanto à observância ao princípio da economicidade, conforme a seguir:

"A economicidade na contratação para fornecimento dos equipamentos, objeto do presente plano de trabalho, deverá ser obtida pelo recurso da competitividade entre as empresas do ramo, mediante a utilização do sistema de registro de preços que nos possibilitará estimar todas as demandas atuais e futuras e realizar um único procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico. Com isso, buscamos obter celeridade necessária no atendimento das demandas, economia processual e, principalmente, ganho de escala, que é fator preponderante para a obtenção do menor preço possível."

Para o pleito, estimou-se no referido Plano de Trabalho um gasto de aproximadamente R\$ 64 milhões.

Consta às fls. 289, pesquisa de preços realizada pelo INSS em empresas revendedoras de produtos de informática. A partir dessa pesquisa, foram elaborados "preços médios" que subsidiaram a determinação do preço inicial do certame licitatório.

Conforme edital constante às fls. 407 do processo, o INSS estabeleceu os seguintes limites máximos de preço:

Itens 1, 2, 4 e 5 - Microcomputadores com processador de 2.2Ghz, 512MB RAM, Unidade de CD ROM, 40GB HD, Monitor 17", Sistema Operacional Windows pré-instalado, teclado e mouse = R\$ 2.000,00.

Item 3 - Microcomputador com a mesma configuração anterior, porém sem o sistema operacional Windows pré-instalado = R\$ 1.900,00

Item 6 - Impressora laser, velocidade de 15 PPM, memória de 8MB, resolução de 600x600 DPI = R\$ 1.000,00.

Item 7 - Switch 24 portas padrão IEEE 802.3 = R\$ 2.100,00.

A Licitação ocorreu em 10.10.05, tendo sido obtido o seguinte resultado:

	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Global (R\$)</b>
Micro Região 1	6.922	1.264,84	8.755.222,48
Micro Região 2	6.701	1.246,00	8.349.446,00
Micro Região 3	4.443	993,00	4.411.899,00
Micro Região 4	5.042	1.460,00	7.361.320,00
Micro Região 5	3.892	1.264,84	4.922.757,28
Impressoras	9.000	940,00	8.460.000,00
Switches	300	1.047,96	314.388,00
<b>Valor Global</b>			<b>42.575.032,76</b>

Da Execução:

Posteriormente, iniciou-se a aquisição efetiva dos equipamentos, conforme a seguir relacionado:

Contrato nº 79/2005

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 4	3.449	1.460,00	5.035.540,00

Contrato nº 78/2005

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 1	5.879	1.264,84	7.435.994,36
Micro Região 2	5.474	1.246,00	6.820.604,00
Micro Região 3	3.754	993,00	3.727.722,00
Micro Região 5	2.798	1.264,84	3.539.022,32
Impressoras	7.595	940,00	7.139.300,00

Contrato nº 80/2005

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Switch	300	1.047,96	314.388,00

Contrato nº 57/2006

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Switch	75	1.047,96	78.597,00

Contrato nº 59/2006

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 4	1.593	1.460,00	2.325.780,00

Contrato nº 58/2006

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 1	1.043	1.264,84	1.319.228,12
Micro Região 2	1.227	1.246,00	1.528.842,00
Micro Região 3	689	993,00	684.177,00
Micro Região 5	1.094	1.264,84	1.383.734,96
Impressoras	1.405	940,00	1.320.700,00

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 58/2006

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 1	260	1.264,84	328.858,40
Micro Região 2	306	1.246,00	381.276,00
Micro Região 3	(-689)	993,00	(-684.177,00)
Micro Região 5	273	1.264,84	345.301,32

1º Aditivo ao 59/2006

	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Global (R\$)
Micro Região 4	398	1.460,00	581.080,00

Em virtude de atraso na entrega dos equipamentos, o INSS aplicou multa à uma das empresas contratadas no valor de R\$ 187.982,88, valor este recolhido em 03.11.2006.

Processo nº 35000.001078/2006-20:

Conforme verificado no referido processo, o INSS aplicou multa à empresa contratada por meio do Contrato nº 78/2005 em razão de atraso na entrega de equipamentos.

Consta no processo Ofício nº 224/CGLC/INSS, datado de 26.7.2006, notificando a empresa quanto à cobrança da multa e fornecendo prazo de defesa.

Às folhas 609 consta Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 320, de 11.9.2006, a qual nos parágrafos de 22 a 24 apresenta o seguinte entendimento sobre o fato:

"(...) Anote-se que o próprio contrato prevê a possibilidade de prorrogação do prazo, mas a critério da Administração. In casu, o INSS entendeu razoável a prorrogação por quase 15 dias, que, frise-se, corresponde a 50% do prazo total, ante a necessidade de utilização dos equipamentos.

O contrato adotou, ainda, a teoria da imprevisão, ao prever que as penalidades poderão ser relevadas, no entanto, condiciona à comprovação por escrito no prazo de 5 dias da ocorrência do evento, bem como à devida comunicação à Administração no prazo de 2 dias.

À vista dessas considerações, nos termos desta Nota, opino pela improcedência do pedido, e pela manutenção da multa no valor devidamente calculado."

Às folhas 704 consta documento expedido pela Divisão de Gestão de Controle de Pagamentos, datado de 23.11.2006, no qual se verifica que face a novos fatos constantes nos autos o valor a ser aplicado como multa seria de R\$ 412.349,00.

Em 04.12.2006, por meio do Ofício INSS/CGLC nº 339, foi feita a comunicação à empresa sobre a aplicação de multa.

Consta às folhas 732 a Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida para pagamento pela empresa em 05.01.2007. Posteriormente, consta o comprovante de recolhimento, datado de 08.01.2007, no valor de R\$ 412.349,00, o que regulariza a pendência em questão.

Da avaliação da CGU:

De acordo com as justificativas apresentadas pelo gestor, as aquisições foram feitas em razão do término dos contratos de locação de equipamentos e da necessidade de manutenção da operacionalização da rede de informática da autarquia. Outro fato relevante na presente aquisição foi a implementação de programas de melhoria na qualidade dos serviços previdenciários, tais como Novo Modelo de Gestão e Programa de Gestão do Atendimento, sendo os equipamentos de informática subsídio essencial ao efetivo funcionamento dos mesmos.

Sob esses aspectos o pleito mostrou-se oportuno.

Quanto à observância aos princípios básicos e fundamentais da Administração Pública, o Instituto, ao optar pela modalidade de Pregão Eletrônico, garantiu isonomia aos licitantes, além de permitir economicidade pela competitividade entre os mesmos.

Cabe-nos ressaltar que o mercado de informática, dado o seu caráter de avançado cunho tecnológico, apresenta peculiaridades que dificultam, muitas vezes, à Administração Pública obter o produto mais atualizado. Isso impacta diretamente na manutenção e atualização do parque tecnológico, uma vez que equipamentos de ponta hoje provavelmente estarão desatualizados amanhã. Face a essa questão cabe ao administrador público identificar criteriosamente suas necessidades específicas e optar pelas configurações próximas à sua demanda, levando-se em consideração um período razoável de utilização. Conforme verificado no Projeto Técnico do presente certame, o INSS primou por observar esse aspecto, envolvendo desde o começo a Dataprev na identificação de suas necessidades.

Portanto, conforme se verifica nos procedimentos adotados pelo INSS na aquisição dos equipamentos objeto dos referidos contratos, não foram observadas infringências aos preceitos da Lei nº 8.666/93.

#### **6.1.1.15 INFORMAÇÃO: (025)**

Analisando o Processo nº 35000.000243/2006-26, verificamos os procedimentos até então adotados, para a recuperação do antigo prédio do INSS, localizado no Setor de Autarquias Sul, danificado em decorrência do incêndio ocorrido no dia 27 de dezembro de 2005. O Instituto está verificando a viabilidade da reforma do prédio, estimada em R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), como solução para a recuperação do patrimônio. A Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio já tem projeto e edital de Retrofit (modernização das instalações) do prédio, restando por definir a contratação de empresa especializada para a realização de ensaios de resistência e projeto de reforço estrutural do que restou dos Blocos "O" e "P" do INSS, condição prévia e necessária à conclusão do processo licitatório de empreitada global em andamento. Observa-se, o custo de recuperação da estrutura, no valor de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), já está contabilizado no valor estimado da reforma.

Por fim, resta, ainda, ao andamento da contratação pretendida, a dotação orçamentária. Conforme informação da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, fls. 1781 dos autos, não consta do orçamento aprovado a solicitação de crédito para o Retrofit, que será feita à SPOA/INSS por meio de crédito suplementar.

No tocante ao Processo nº 35000.001455/2006-21, o mesmo tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada na execução de ensaios e elaboração de projetos de reforço estrutural dos Blocos "O" e "P" do INSS situados no SAS, Quadra 2, Brasília - DF, atingidos pelo incêndio ocorrido em 27.12.2005, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Edital de Tomada de Preços nº 01/2007.

Dentre os serviços a serem executados destacam-se os seguintes:

Serviços Iniciais (incluindo placa da obra).

#### **PROJETOS**

- 2.1 - Projeto Executivo de Recuperação Estrutural - Bloco "O"
- 2.2 - Projeto Estrutural Executivo da Caixa de Água da Chuva - Bloco "O"
- 2.3 - Projeto Estrutural Executivo de Calhas - Bloco "O"
- 2.4 - Projeto Estrutural Executivo da Marquise - Bloco "O"
- 2.5 - Projeto Estrutural Executivo da Casa de Máquinas e Prolongamento do Poço dos Elevadores - Bloco "O"
- 2.6 - Projeto Estrutural Executivo de Reforço e "As Built" Estrutural



da Edificação - Bloco "O"

2.9 - Projeto Estrutural de Reforço e "As Built" da Edificação - Bloco "P"

#### RELATÓRIOS

3.1 - Especificação do Escoramento e Desescoramento para a Recuperação Estrutural Bloco "O"

3.2 - Relatório Técnico/Mapeamento das Patologias

3.3 - Relatórios das Visitas Técnicas

#### ENSAIOS E MONITORAMENTO

4.1 - Extração de testemunhos e ensaios de ruptura à compressão axial

4.2 - Verificação de microfissuras

4.3 - Extração de testemunhos e ensaios de ruptura de ferragens

4.4 - Prova de carga Bloco "O"

4.5 - Teste de percussão sonora (bate choco)

4.6 - Prova de carga na laje do auditório - Bloco "P" Contra prova de carga - Bloco "O"

Os serviços mencionados prestam-se a verificar as condições de toda a estrutura da edificação, devendo ser levantadas e mapeadas todas as anomalias registradas na mesma, identificando sua posição no edifício, com extração de corpos de prova para verificação da capacidade de carga do concreto e do aço para verificação de suas resistências características. Inclusive, as lajes e vigas mais afetadas deverão ser ensaiadas para a verificação da carga e flecha máximas admissíveis, conforme normatização existente.

#### LICITAÇÃO DESERTA

Apesar do Edital da Tomada de Preços nº 001/2007 ter sido retirado no Comprasnet por aproximadamente 50 (cinquenta) empresas e de seu Extrato ter sido publicado no Diário Oficial da União de 2.3.2007 - Seção 3, na sessão de abertura do referido certame licitatório, ocorrida às nove horas do dia 20.3.2007, não houve comparecimento de nenhuma empresa interessada, constituindo-se em licitação deserta.

A documentação exigida para habilitação na referida tomada de preços, em especial os requisitos relativos à qualificação técnica, afiguram-se como restritivos ao caráter competitivo da licitação, não obstante refletirem, também, as preocupações e/ou precauções inerentes às características técnicas dos serviços a serem executados. Tal fato foi objeto de impugnação do edital por parte de duas empresas interessadas, sendo aconselhável no caso de nova licitação que o edital seja revisto no que diz respeito às exigências para habilitação, especialmente buscando-se compatibilizar os requisitos de capacidade técnica com a realidade e/ou limitações do mercado, e, se for o caso, admitindo-se, inclusive, a possibilidade de consórcio entre empresas de engenharia como forma de estimular a competitividade do certame.

## 7 CONTROLES DA GESTÃO

### 7.1 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

#### 7.1.1 ASSUNTO - Atuação do TCU/SECEX no EXERCÍCIO

##### 7.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (082)

NÃO ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E DILIGÊNCIAS EMANADAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

Analizamos as informações prestadas pelo INSS quanto ao atendimento

das determinações do Tribunal de Contas da União, cujas considerações discorreremos a seguir:

a) Item 10.1.1.4 do Relatório de Auditoria de Gestão nº. 175153/2006: DECISÃO nº 1.566/2002 e ACÓRDÃO nº 02/2005 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - IMPROPRIEDADES CONSTATADAS QUANDO DA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES DE BENS IMÓVEIS. INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

O INSS não informou as providências adotadas quanto aos itens 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário.

b) Item 10.1.1.6 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: Resultados da Tomada de Contas Especial, conforme determinação do Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5).

Os itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11, do Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário, não foram atendidos pelo INSS, haja vista que ainda permanecem pendentes de regularização. Já o item 9.1.12 do referido Acórdão encontra-se com providências em andamento, devendo o INSS encaminhar para avaliação desta SFC/CGU-PR, os resultados obtidos com a adoção das medidas anunciadas.

c) Item 10.1.1.8 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS PARA ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TCU QUANTO AO PAGAMENTO INDEVIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

O item em questão, conforme as justificativas apresentadas, ainda não foi atendido, tendo em vista que permanece pendente de regularização pelo INSS.

d) Item 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA CONCLUSÃO DE PAD POR PARTE DA CORREGEDORIA-GERAL DO INSS.

Com relação ao assunto, o INSS informou, por meio do Memorando Correg. Geral nº 070, de 26.3.2007, que dos 5 (cinco) processos relacionados em andamento, 3 (três) encontram-se na fase de instrução e 2 (dois) encontram-se na fase de julgamento, devendo a Entidade encaminhar a esta CGU os resultados dos processos em questão para conhecimento. Sendo assim, o item em questão encontra-se com providências em andamento.

e) Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Verificamos que o INSS atendeu à determinação contida no item 1.1 do supracitado Acórdão.

Em que pesem as justificativas apresentadas, o gestor não atendeu às recomendações contidas nos itens 1.2, 1.4 e 1.6 do Acórdão em questão. Com relação aos itens 1.3 e 1.5, constatamos que as providências para o atendimento dos mesmos encontram-se em andamento, devendo o INSS encaminhar a esta CGU os resultados obtidos para a devida avaliação. Relativamente ao item 1.7 do Acórdão nº 1.863/2006, o INSS encaminhou informações diretamente ao TCU.

f) Acórdão nº 96/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não encaminhou as providências adotadas com relação ao item 9.1 do Acórdão em comento. Quanto ao item 9.2, as medidas para o atendimento do mesmo encontram-se em andamento.

g) Acórdão nº 98/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não encaminhou as medidas tomadas com relação aos itens 9.3 e 9.5 do Acórdão em questão.

h) Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara - TCU.

As determinações constantes do item 9.2.2.1 do Acórdão em questão foram atendidas pelo INSS.

Com relação ao item 9.2.2.2, restam ainda pendências para o efetivo atendimento do mesmo.

i) Acórdão nº 107/2006 - Plenário - TCU.

As informações referentes aos itens 9.4, 9.6.1 e 9.6.13 foram prestadas por intermédio do Ofício nº 116/INSS/PRES, de 15.3.2006, pelo INSS, diretamente ao TCU.

j) Acórdão nº 142/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS atendeu as determinações dos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão em comento.

k) Acórdão nº 169/2006 - 1ª Câmara - TCU (TC 008.568/2005-1).

O INSS não informou as providências adotadas relativas aos itens 1, 1.1, 1.2, 1.3 e 2 do supracitado Acórdão.

l) Acórdão nº 2015/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Com relação aos itens 9.4.1 e 9.4.2 do supracitado Acórdão, o INSS não informou as providências adotadas.

m) Acórdão nº 219/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não encaminhou as medidas tomadas com relação aos itens 9.4, 9.6 e 9.7 do Acórdão em comento.

n) Acórdão nº. 233/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não encaminhou as medidas adotadas com relação aos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão em comento.

o) Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara - TCU.

As determinações contidas no Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara - TCU foram atendidas pelo INSS.

p) Acórdão nº 735/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Sobre o Acórdão em questão, O INSS forneceu informações diretamente ao TCU.

q) Acórdão nº 798/2006 - 2ª Câmara - TCU.

Com relação aos ex-servidores, a GEX Florianópolis prestou informações diretamente ao TCU. Quanto aos demais interessados, não foram fornecidas informações sobre as providências adotadas quanto à regularização da situação dos mesmos.

r) Acórdão nº 799/2006 - 2ª Câmara - TCU.

Relativamente aos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão em comento, o INSS atendeu às correspondentes determinações.

s) Acórdão nº 800/2006 - 2ª Câmara - TCU.

Em que pesem as justificativas apresentadas, as determinações contidas no supracitado Acórdão ainda permanecem pendentes de atendimento pelo INSS.

t) Acórdão nº 801/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências tomadas relativas aos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão em questão.

u) Acórdão nº 802/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas relativas aos itens 9.3.1 e 9.3.2 do supracitado Acórdão.

v) Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Com relação aos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5.1, 9.1.5.2, 9.1.5.3, 9.1.6.2, 9.1.6.3, 9.1.6.4 e 9.1.6.5 do supracitado Acórdão, o INSS prestou informações diretamente ao TCU, por meio do Ofício nº 466/INSS/PRES, de 3.7.2006.

Já com relação ao item 9.1.6.1, a Entidade não informou as providências adotadas para a sua regularização.

w) Acórdão nº 994/2006 - Plenário - TCU.

O INSS prestou informações, por intermédio do Ofício nº 555/INSS/PRES, de 28.7.2006, diretamente ao TCU.

x) Acórdão nº 1.095/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Relativamente ao item 9.2 do Acórdão em questão, o INSS não se manifestou, deixando de informar as providências adotadas para o atendimento da correspondente determinação.

y) Acórdão nº 1.109/2006 - Plenário - TCU.

O INSS não encaminhou as providências adotadas com relação ao item 9.5.2 do Acórdão em comento. Quanto ao item 9.5.1, as medidas para o atendimento do mesmo encontram-se em andamento.

z) Acórdão nº 1.328/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS prestou esclarecimentos diretamente ao TCU sobre os itens 9.3.1 e 9.3.2 do supracitado Acórdão.

aa) Acórdão nº 1.328/2006 - Plenário - TCU.

Conforme as justificativas prestadas, as determinações do Acórdão encontram-se com providências em andamento.

bb) Acórdão nº 1.460/2006 - Plenário - TCU.

As determinações do supracitado Acórdão permanecem pendentes de atendimento pelo INSS, apesar das informações encaminhadas.

cc) Acórdão nº 1.607/2006 - Plenário - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas relativas aos itens 9.11.1.1, 9.11.1.2, 9.11.1.3, 9.11.2, 9.12.1 e 9.12.2 do Acórdão em comento.

dd) Acórdão nº 1.612/2006 - 1ª Câmara - TCU.

De acordo com as informações fornecidas, o INSS cumpriu as determinações do Acórdão em questão.

ee) Acórdão nº 1.614/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas relativas aos itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão em comento.

ff) Acórdão nº 1.615/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Com relação aos itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão em questão, o INSS não se manifestou, deixando de informar as providências adotadas para o atendimento das correspondentes determinações.

gg) Acórdão nº 1.617/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Conforme justificativas apresentadas, as informações sobre o Acórdão em comento foram prestadas pelo INSS diretamente ao TCU.

hh) Acórdão nº 1.675/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Sobre o supracitado Acórdão, o INSS prestou informações diretamente ao TCU.

ii) Acórdão nº 1.676/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS forneceu informações diretamente ao TCU no tocante aos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do supracitado Acórdão.

jj) Acórdão nº 1.678/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Sobre o Acórdão em questão, o INSS prestou esclarecimentos diretamente ao TCU.

kk) Acórdão nº 1.726/2006 - Plenário - TCU.

Com relação ao Acórdão nº 1.726/2006 - Plenário - TCU, as determinações contidas no mesmo permanecem pendentes de atendimento pelo INSS.

ll) Acórdão nº 1.727/2006 - TCU.

Relativamente ao citado Acórdão, o INSS prestou informações diretamente ao TCU.

mm) Acórdão nº 1.999/2006 - 2ª Câmara - TCU.

Conforme as informações apresentadas, o assunto tratado no supracitado Acórdão não é da competência do INSS.

nn) Acórdão nº 2.019/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as medidas adotadas referentes aos itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 do supracitado Acórdão.

oo) Acórdão nº 2.131/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.2 do Acórdão em questão.

pp) Acórdão nº 2.143/2006 - Plenário - TCU.

O INSS atendeu a determinação contida no item 9.4 do Acórdão em comento.

qq) Acórdão nº 2.235/2006 - TCU.

As determinações contidas nos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 permanecem pendentes de atendimento pelo INSS.

rr) Acórdão nº 2.258/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Diante dos esclarecimentos prestados, ainda restam determinações pendentes de atendimento pelo INSS.

ss) Acórdão nº 2.285/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.2 do Acórdão em questão.

tt) Acórdão nº 2.287/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.2 do Acórdão em comento.

uu) Acórdão nº 2.289/2006 - 1ª Câmara - TCU.

As determinações presentes no supracitado Acórdão não foram atendidas pelo INSS, em que pesem as informações fornecidas.

vv) Acórdão nº 2.350/2006 - Plenário - TCU.

As determinações contidas nos itens 9.1.1, 9.1.2.1, 9.1.2.2 e 9.1.2.3 encontram-se com providências em andamento para atendimento das mesmas. Com relação aos itens 9.1.3, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11, 9.1.12, 9.1.13, 9.1.14, 9.1.15, 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4, o INSS, em que pesem os esclarecimentos prestados, não atendeu as determinações presentes nos mesmos. Já quanto aos itens 9.1.4, 9.3.1.1, 9.3.1.2 e 9.3.2, o INSS não informou as providências adotadas quanto ao atendimentos das respectivas determinações.

ww) Acórdão nº 2.404/2006 - Plenário - TCU.

O INSS atendeu à determinação referente ao item 1.1 do supracitado Acórdão.

xx) Acórdão nº 2.423/2006 - 1ª Câmara - TCU.

As determinações contidas no Acórdão nº 2.423/2006 - 1ª Câmara - TCU não foram atendidas pelo INSS, apesar das informações fornecidas.

yy) Acórdão nº 2.424/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O item 9.4 do supracitado Acórdão ainda permanece pendente de atendimento pelo INSS.

zz) Acórdão nº 2.454/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Com relação aos itens 1.1 e 1.2 do supracitado Acórdão, o INSS não informou as medidas adotadas para o atendimento das correspondentes determinações.

aaa) Acórdão nº 2.927/2006 - TCU.

Sobre o Acórdão em questão, o INSS, por meio do Ofício nº 1001/INSS/PRES, de 30.11.2006, prestou informações diretamente ao TCU.

bbb) Acórdão nº 2.930/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS informou as providências adotadas referentes ao item 11.1 do supracitado Acórdão. Contudo, ainda restam pendências quanto ao efetivo atendimento das determinações contidas no Acórdão.

ccc) Acórdão nº 2.955/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS atendeu às determinações do supracitado Acórdão, de acordo com

as informações prestadas.

ddd) Acórdão nº 2.957/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS prestou informações diretamente ao TCU, por intermédio do Ofício nº 82/INSS/PRES, de 26.1.2007, sobre o Acórdão em questão.

eee) Acórdão nº 3.136/2006 - 1ª Câmara - TCU.

O INSS atendeu às determinações contidas no supracitado Acórdão.

fff) Acórdão nº 3.175/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.1 do Acórdão em comento.

ggg) Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS atendeu às determinações dos itens 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão em questão, exceção feita à servidora vinculada à GEX Araçatuba/SP, para a qual não foram informadas providências para a regularização de sua situação.

hhh) Acórdão nº 3.342/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.1 do Acórdão em questão.

iii) Acórdão nº 3.352/2006 - 1ª Câmara - TCU.

Sobre as determinações contidas nos itens 9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3 do supracitado Acórdão, o INSS não encaminhou a documentação comprobatória do atendimento das mesmas, e mencionou, nas justificativas prestadas, o atendimento a itens que não contêm determinações a serem cumpridas (itens 9.1 e 9.2).

Sendo assim, consideramos que as determinações do Acórdão 3.352/2006 - 1ª Câmara - TCU não foram atendidas pelo INSS, até que melhores esclarecimentos sejam prestados pelo Instituto.

jjj) Acórdão nº 3.385/2006 - 2ª Câmara - TCU.

Sobre o Acórdão em questão, o INSS prestou informações diretamente ao TCU.

kkk) Acórdão nº. 3.386/2006 - 2ª Câmara - TCU.

O INSS não informou as providências adotadas referentes ao item 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão em questão.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

Em que pesem as justificativas apresentadas, o gestor não atendeu às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União.

#### **CAUSA:**

A causa para os fatos relatados deve-se à ausência de resolutividade para as determinações/recomendações do TCU.

#### **JUSTIFICATIVA:**

O gestor manifestou-se por intermédio do Relatório de Gestão de 2006 do INSS e e-mail da Auditoria-Geral, datado de 1.6.2007.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Analisamos as providências adotadas e as justificativas apresentadas quanto às determinações emanadas do TCU.

Consideramos como atendidas ou com esclarecimentos prestados diretamente à Corte de Contas, as seguintes determinações / recomendações: itens 1.1 e 1.7 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.2 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 107/2006 - Plenário; itens 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 799/2006 - 2ª Câmara; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5.1, 9.1.5.2, 9.1.5.3, 9.1.6.2, 9.1.6.3, 9.1.6.4 e 9.1.6.5

do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 994/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.612/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.617/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.726/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.727/2006; Acórdão nº 2.235/2006; Acórdão nº 2.350/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.927/2006; Acórdão nº 2.955/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, exceção feita à servidora vinculada à GEX Araçatuba/SP; e Acórdão nº 3.385/2006 - 2ª Câmara.

Por outro lado, não consideramos atendidas as seguintes Determinações/recomendações: itens 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU nº 175153/2006; itens 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11, do Acórdão nº 314/2003 - Plenário; itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 96/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 98/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.1 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 142/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 169/2006 - 1ª Câmara (TC 008.568/2005-1); Acórdão nº 215/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 219/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 233/2006 - 2ª Câmara; item 9.6 do Acórdão nº 234/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 735/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 798/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 800/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 801/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 802/2006 - 2ª Câmara; e item 9.1.6.1 do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara.

Também não consideramos atendidas as determinações/recomendações a seguir elencadas: Acórdão nº 1.095/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.109/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.328/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.460/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.607/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.614/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.615/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.675/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.676/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.678/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.019/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.131/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.143/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.258/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.285/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.287/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.289/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.404/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.423/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.424/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.454/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.930/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.136/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 3.175/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, com relação à servidora lotada na GEX Araçatuba/SP; Acórdão nº 3.342/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.352/2006 - 2ª Câmara; e Acórdão nº 3.386/2006 - 2ª Câmara.

Sendo assim, as supracitadas determinações/recomendações, não consideradas atendidas, ainda permanecem pendentes de regularização, com providências em andamento ou sem providências adotadas, devendo o INSS encaminhar os documentos comprobatórios das medidas efetivadas e dos resultados obtidos, visando à regularização dos mesmos, para a devida avaliação desta SFC/CGU-PR.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	VALDIR MOYSES SIMAO	PRESIDENTE DO INSS

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS encaminhe os documentos comprobatórios das providências adotadas e dos resultados obtidos, com vistas ao atendimento das determinações/recomendações do TCU, a seguir relacionadas: itens

10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão CGU nº 175153/2006; itens 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.3.2, 8.8.2, 8.8.7, 8.11.4, 8.20.3, 8.23 e 8.25.7.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário; itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10 e 9.1.11, do Acórdão nº 314/2003 - Plenário; itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 do Acórdão nº 1.863/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 96/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 98/2006 - 1ª Câmara; item 9.2.2.2 do Acórdão nº 104/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 169/2006 - 1ª Câmara (TC 008.568/2005-1); Acórdão nº 2015/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 219/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 233/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 798/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 800/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 801/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 802/2006 - 2ª Câmara; e item 9.1.6.1 do Acórdão nº 946/2006 - 1ª Câmara.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que o INSS encaminhe os documentos comprobatórios das providências adotadas e dos resultados obtidos, com vistas ao atendimento das determinações/recomendações do TCU, a seguir elencadas: Acórdão nº 1.095/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.109/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.460/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.607/2006 - Plenário; Acórdão nº 1.614/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.615/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 1.726/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.019/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.131/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.235/2006; Acórdão nº 2.258/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.285/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.287/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.289/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.350/2006 - Plenário; Acórdão nº 2.423/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.424/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.454/2006 - 1ª Câmara; Acórdão nº 2.930/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.175/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.299/2006 - 2ª Câmara, com relação à servidora lotada na GEX Araçatuba/SP; Acórdão nº 3.342/2006 - 2ª Câmara; Acórdão nº 3.352/2006 - 2ª Câmara; e Acórdão nº 3.386/2006 - 2ª Câmara.

#### **7.1.2 ASSUNTO - Atuação das Unidades da CGU - NO EXERCÍCIO**

##### **7.1.2.1 INFORMAÇÃO: (081)**

Em 12.3.2007, por meio da Solicitação de Auditoria nº 189534-02, esta CGU solicitou ao INSS informações sobre as providências que estavam sendo adotadas para apuração de 07 denúncias referentes a supostas irregularidades praticadas na área de Benefícios, encaminhadas àquele Instituto por meio dos Ofícios/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nºs 31.353/2005, 18.896/2006, 21.520/2006, 25.729/2006, 28.192/2006, 36.435/2006 e 1.315/2007.

Em resposta, o Instituto encaminhou a este Órgão de Controle o Ofício nº 25/AUDGER/INSS, de 20.3.2007, e o Ofício nº 291/INSS/GABPRES, de 30.3.2007, acompanhado do Documento nº 01.100.300 da Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, de 28.3.2007, informando as providências específicas adotadas em relação às referidas denúncias, sendo que duas já foram solucionadas; três estão em fase de apuração pela Auditoria-Geral do INSS; e duas estão com providências a cargo da APE-GR/SE/MPS, Assessoria de Pesquisas Estratégicas e de Gerenciamento de Riscos do MPS, cujos resultados deverão ser encaminhados para avaliação desta SFC/CGU-PR.

##### **7.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (083)**

NÃO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DOS RELATÓRIOS DE



AUDITORIA DESTA SFC/CGU-PR

Objetivando avaliar o atendimento das recomendações desta CGU, analisamos o encaminhamento dado pela Entidade às seguintes proposições emanadas do supracitado Órgão de Controle:

a)Item 4.1.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

ASSUNÇÃO PELOS GESTORES DO INSS, NO EXERCÍCIO DE 2004, DE METAS INCONSISTENTES E AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.

O INSS encaminhou, a esta CGU, informações sobre o planejamento operacional da entidade para 2007. Por outro lado, a Auditoria-Geral informou, por intermédio do Relatório de Gestão para 2006, que promoveu ação preventiva específica para avaliar o problema constatado, da qual foram geradas e sugeridas recomendações à área competente visando à solução da situação, e que os resultados obtidos com a adoção dessas recomendações já consubstanciam as informações apresentadas na Prestação de Contas da Entidade.

Dessa forma, verificamos que o assunto em questão foi atendido, conforme se constata no item 1.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

b)Item 4.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

BAIXO ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PROJETO.

Verificamos que o assunto não foi atendido, em que pese as justificativas apresentadas, conforme se constata no item 7.1.2.4 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

c)Item 4.2.3.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

O INSS NÃO PROCEDEU À DEVIDA DESCRIÇÃO, NO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA UNIDADE.

Tendo em vista as informações fornecidas, entendemos que providências vêm sendo adotadas visando a regularização do assunto em tela. Contudo, o gestor deve encaminhar a esta CGU informações detalhadas sobre o SGI, no que diz respeito a objetivos, principais funções, cronograma de implantação, produtos gerados, forma como o sistema se relacionará com os processos gerenciais da Entidade, sistemática de alimentação de dados e atendimento da recomendação deste Órgão de Controle quanto à implantação dos indicadores propostos.

Sendo assim, verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 1.3.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

d)Item 4.2.3.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

IRREGULARIDADES CONSTATADAS DURANTE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM CARTÓRIOS E APOSENTADORIAS DE PESSOAS ACIMA DE 90 ANOS DE IDADE, NOS MUNICÍPIO SORTEADOS NO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÕES POR SORTEIO PÚBLICO.

A Entidade não informou as providências adotadas objetivando a regularização do item.

Dessa forma, consideramos que o assunto em questão não foi atendido, permanecendo ainda pendente de regularização.

e)Item 4.2.3.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

EXISTÊNCIA DE FALHAS E IRREGULARIDADES REFERENTES AOS PAGAMENTOS DE PENSÃO POR MORTE (ESPÉCIE 23), PENSÃO POR MORTE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO -1.756/52 (ESPÉCIE 29), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE (ESPÉCIE 43), APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - 1.756/52 (ESPÉCIE 72) E APOSENTADORIA POR IDADE DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO 1.756/52 (ESPÉCIE 78), QUE NÃO FORAM OBJETO

DE REVISÃO, CONFORME DETERMINA O PARECER CJ/MPAS Nº 3.052/2003, GERANDO PAGAMENTOS INDEVIDOS AOS SEUS BENEFICIÁRIOS, QUE DEVEM SER OBJETO DE REGULARIZAÇÃO PELO INSS.

Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

f) Item 4.2.3.4 do Relatório de Auditoria de Gestão nº. 175153/2006: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159480/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE AUXÍLIO-DOENÇA E FRAGILIDADE NO PROCESSO DE MANUTENÇÃO - (ITEM 4.1.2.17 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

g) Item 4.2.3.5 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 159481/2004/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ - (ITEM 4.1.2.18 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

h) Item 4.2.3.6 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - PAGAMENTOS IRREGULARES DE BENEFÍCIOS DE ABONO PERMANÊNCIA EM SERVIÇO (ITEM 4.1.2.19 DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO/SFC/CGU-PR Nº 160221/2005).

Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

i) Item 4.2.3.7 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 172709/2005/SFC/CGU-PR - BENEFÍCIOS ATIVOS COM PAGAMENTOS IRREGULARES EM VIRTUDE DE ÓBITO DO BENEFICIÁRIO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE POR PARTE DO INSS DA SITUAÇÃO DE 95% DOS 9.398 BENEFÍCIOS IRREGULARES APONTADOS POR ESTA CGU EM TRABALHO ESPECÍFICO REALIZADO NOS SISTEMAS SISOBÍ, SIM E DEMAIS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS.

Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

j) Item 4.2.3.8 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: IRREGULARIDADES RELATIVAS AO PAGAMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS E FALHAS NAS AÇÕES GERENCIAIS E OPERACIONAIS PERTINENTES AO CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO INSS.

O gestor não informou as providências adotadas no sentido de atender às recomendações "b", "c" e "d" deste Órgão de Controle, quais sejam: estabelecimento de plano de implementação, contendo forma, responsáveis e prazos para adoção das soluções propostas, visando o saneamento das fragilidades e irregularidades apontadas; desenvolvimento de metodologia de controle de versões e de solicitações pelos agentes responsáveis pela homologação dos sistemas informatizados da Entidade; e construção de relatórios e consultas que permitam um monitoramento mais efetivo das informações registradas. Dessa forma, consideramos as recomendações supracitadas ainda pendentes de regularização.

Relativamente às recomendações "e" e "f" deste item, sobre a

regularização das irregularidades constatadas na concessão e manutenção de benefícios pelo INSS, bem como sobre a apuração de responsabilidades por essas irregularidades, verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.3 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

Por outro lado, verificamos que a recomendação "a", para que o INSS conceda celeridade ao processo de implantação do Novo Modelo de Gestão e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.4 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

k) Item 4.2.3.9 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

FALHAS NOS PROCEDIMENTOS INTERNOS, NO QUE SE REFERE À FORMALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS NAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - APS OESTE - BELO HORIZONTE, APS 26 DE AGOSTO - CAMPO GRANDE, APS CENTRO - CUIABÁ, APS AFOGADOS - RECIFE, APS LINDOLFO MONTEIRO - TERESINA E GERÊNCIA EXECUTIVA EM VITÓRIA.

Foram citadas ações que se desenvolveram na APS Centro - Cuiabá/MT, para as quais esta CGU deve, nos próximos trabalhos de auditoria, verificar a efetividade das mesmas, no sentido de corrigir as falhas apontadas na formalização de processos de concessão de benefícios. Entretanto, não foram informadas as providências adotadas nas outras APS.

Assim, entendemos que esse assunto ainda permanece pendente de regularização.

l) Item 4.2.3.10 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

O CENSO PREVIDENCIÁRIO NÃO POSSIBILITARÁ A REVISÃO DA LEGITIMIDADE E LEGALIDADE DO MÉRITO DAS CONCESSÕES E MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL, BEM COMO A EXISTÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS QUE NÃO SERÃO RECENSEADOS, POR VALIDAÇÃO DO CNIS, QUE CONSTAM DA BASE DO SISOBÍ.

O INSS não informou as medidas adotadas visando ao atendimento do item. Sendo assim, o assunto em questão ainda permanece pendente de providências.

m) Item 5.1.2.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

INADEQUADA INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO.

O INSS encaminhou, a esta CGU, informações sobre o planejamento operacional da Entidade para 2007.

Dessa forma, constatamos que o assunto em questão foi atendido, devendo ser verificado nos próximos trabalhos de auditoria no Instituto.

n) Item 5.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

REINCIDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE DOTAÇÕES IMPRÓPRIAS PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS.

Em que pese as justificativas apresentadas, o gestor não informou as providências adotadas no sentido de apurar responsabilidade pelo descumprimento de normas legais.

Portanto, entendemos que o assunto ainda permanece pendente de regularização quanto à responsabilização pelo fato relatado.

o) Item 6.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

INTEMPESTIVIDADE E AUSÊNCIA DE AÇÕES REFERENTES À INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS AOS COFRES PÚBLICOS.

O gestor elencou, na justificativa apresentada, diversos fatores que, segundo o mesmo, dificultaram a instauração e apuração das TCE no

INSS.

Diante do exposto, consideramos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, devendo a Entidade encaminhar a esta CGU, os resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 3.754/INSS/PRES, de 24.8.2006, conforme se constata no item 3.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

p) Item 6.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: PENDÊNCIAS EM VALORES A RECEBER POR RESPONSABILIDADES APURADAS E IMPUTADAS A SERVIDORES OU A TERCEIROS.

Em que pesem as justificativas apresentadas, o gestor não pormenorizou as providências a serem adotadas, no sentido de regularizar o saldo da conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS".

Dessa forma, consideramos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, devendo o INSS encaminhar a esta CGU as medidas efetivamente tomadas e os resultados obtidos para que este Órgão de Controle possa avaliar a efetividade dessas medidas, conforme se constata no item 3.1.1.4 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

q) Item 7.1.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: FALHA DE CONTROLE NO SISTEMA PATRIMONIAL E AUSÊNCIA DE INVENTÁRIO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2005.

O gestor vem recomendando providências e adotando medidas, por meio das Gerências Executivas, no sentido de regularizar a situação do inventário de bens patrimoniais do INSS e ajustar os saldos contábeis nos sistemas SIAFI e ADMPER.

Sendo assim, entendemos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, devendo os resultados dessas ações serem verificados por esta CGU, nos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados.

r) Item 7.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE PERMUTA DE IMÓVEIS REALIZADA ENTRE O INSS E A MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

O assunto encontra-se em andamento com providências junto à CAIXA.

s) Item 7.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: FALHA NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PRÉDIO E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.

A Entidade informou, por meio do Memorando Correg. Geral nº 070, de 26.3.2007, que as providências para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD estão sendo tomadas, devendo a mesma encaminhar a esta CGU os resultados do PAD quando de sua conclusão.

Contudo, não foi comunicada a adoção de providências de prevenção, manutenção e conservação de seu patrimônio, objetivando a não repetição de sinistros daquela natureza.

Dessa forma, o assunto em questão ainda permanece pendente de regularização.

t) Item 8.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: PAGAMENTO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO - GADF, CUMULATIVAMENTE COM O VENCIMENTO DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG E COM OS QUINTOS DE FG.

Em que pese a informação prestada, o gestor não esclareceu quais providências foram adotadas para a regularização do item.

Sendo assim, o assunto permanece ainda pendente de regularização pelo INSS.

u) Item 8.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006:

DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÕES PERTINENTES À ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAL, CARACTERIZANDO FRAGILIDADES NA SEGURANÇA DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA CGARH/INSS. NÃO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA FORMULADAS PELO CONTROLE INTERNO GEX-DF.

Verificamos que as recomendações "a", "b", "d" e "e" do item em questão foram atendidas, quais sejam: acerto do ATS e ressarcimento dos valores pagos indevidamente à servidora de matrícula 0878350; atualização do SIAPECAD do registro de tempo de serviço prestado em outros órgãos pela servidora de matrícula 0878350; apresentação dos comprovantes dos ressarcimentos referentes à cessão das servidoras de matrículas 0879134 e 0878352; e regularização e ressarcimento dos valores pagos indevidamente, a título de vantagem pessoal, à servidora de matrícula 0886500.

Com relação à recomendação "c", no sentido de agilizar as análises dos processos que originaram os pagamentos aos servidores de matrículas 0220808, 0888245, 0221860 e 0877278, com o objetivo atualizar o cadastro das ações no SICAJ, a mesma encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, devendo o INSS encaminhar a esta SFC/CGU-PR, os resultados obtidos com a implementação das medidas anunciadas.

v) Item 8.3.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: FALHAS FORMAIS E MATERIAIS NOS PROCESSOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O INSS não informou as medidas adotadas visando à regularização do item.

Sendo assim, o assunto em questão ainda permanece pendente de providências, conforme se constata no item 5.3.1.2 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

w) Item 8.3.2.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO ENTRE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MESMA MICRORREGIÃO.

A Entidade não informou as medidas adotadas visando à regularização do item.

Portanto, o assunto em questão ainda permanece pendente de providências, conforme se constata no item 5.3.1.2 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

x) Item 8.3.2.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: PAGAMENTO DE ADICIONAL DE DESLOCAMENTO A SERVIDOR QUE UTILIZOU VEÍCULO OFICIAL.

Em que pesem as justificativas apresentadas, o INSS não informou as medidas adotadas visando o ressarcimento dos valores pagos, a título de adicional de deslocamento, constante das propostas de viagens 150971 e 144699.

Dessa forma, a matéria ainda permanece pendente de regularização.

y) Item 8.4.2.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: IMPROPRIEDADES NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES.

A Entidade não informou as medidas adotadas visando à regularização do item.

Sendo assim, o assunto em questão ainda permanece pendente de providências.

z) Item 9.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: PAGAMENTO DE FATURAS, POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA SEM A DEVIDA COBERTURA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE OS PREÇOS CONTRATADOS E PRATICADOS PELO MERCADO.

Por intermédio do Memorando Correg. Geral nº 070, de 26.3.2007, o

gestor informou que o PAD para apuração de responsabilidades foi instaurado, encontrando-se na fase de instrução, devendo os resultados serem encaminhados a esta CGU para conhecimento.

Entretanto, não foram informadas as providências adotadas com relação as outras recomendações desta CGU, quais sejam a exigência da planilha de custos de formação de preços nas contratações de prestação de serviços de TI, e a realização de estudos comparativos de preços propostos pela empresa e os praticados no mercado, nas contratações por dispensa de licitação.

aa) Item 10.1.1.4 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: DECISÃO Nº 1.566/2002 E ACÓRDÃO Nº 02/2005 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - IMPROPRIEDADES CONSTATADAS QUANDO DA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES DE BENS IMÓVEIS. INTEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Este assunto foi tratado no item 7.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

bb) Item 10.1.1.6 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: RESULTADOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ACÓRDÃO Nº 314/2003 - TCU - PLENÁRIO (TC Nº 015.889/2001-5).

Este assunto foi tratado no item 7.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

cc) Item 10.1.1.8 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS PARA ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TCU QUANTO AO PAGAMENTO INDEVIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

Este assunto foi tratado no item 7.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

dd) Item 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA CONCLUSÃO DE PAD POR PARTE DA CORREGEDORIA-GERAL DO INSS.

Em resposta à SA Final nº 189534-56, de 11/06/2007, a Corregedoria-Geral do INSS informou que procedeu o julgamento pelo arquivamento dos seguintes processos:

- Processo nº 35000.001792/2003-75 e apenso 35301.125385/1993-61, que tratam de permuta de imóvel da Av. Armando Lombardi, n.º 385 - Barra da Tijuca/RJ;

- Processo nº 35301.006769/2006-25 e apensos 35301.013960/1996-36; 35301.008345/1996-26; 35301.009577/1996-47; 35301.020550/1996-14; 35301.008344/1996-63; 35301.009389/1996-37 e 35301.009387/1996-10, que tratam de processos de alienação de imóveis, relativos ao Projeto de Desimobilização/1996, Rio de Janeiro/RJ;

- Processo nº 35301.006771/2006-02 e apenso 35588.005856/2000-67, que trata da aquisição de material de consumo na Gerência Executiva Rio de Janeiro Irajá (atual GEX-RJ-Norte).

Os demais processos encontram-se em fase instrutória (Processo nº 35301.006768/2006-81 e apensos) e de relatório final (Processo nº 35301.006770/2006-50 e apensos), devendo esta CGU ser informada dos resultados obtidos.

Este assunto foi tratado no item 7.1.1.1 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

ee) Item 10.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: CUMPRIMENTO PARCIAL DA META FÍSICA ESTABELECIDA NO PAAAI 2005. DESCONFORMIDADE ENTRE O CONTIDO NO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DO INSS E OS ITENS 1, 2, 3 E 5, DO ANEXO VIII DA PORTARIA CGU Nº 3, DE 5.1.2006.

Por meio do Ofício nº 624/INSS/GABPRES, de 18/06/2007, em atendimento à SA Final nº 189534-56, o gestor informou as causas que ocasionaram o cumprimento parcial da meta física estabelecida no PAAAI 2005, bem como as providências que foram adotadas, incluindo adequação do PAAAI, readequação dos cronogramas de ações, e priorização de ação visando implantar monitoramento sistemático nas atividades de auditoria preventiva. Informou, ainda, que em relação à desconformidade apontada entre o Relatório de Auditoria Interna e o Anexo da Portaria da CGU, os pontos ressaltados foram regularizados por ocasião da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINI, Relatório e Parecer de Auditoria relativo à Prestação de Contas do INSS, exercício 2006. Item atendido

ff) Item 10.2.1.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUMENTO DAS FALHAS E IMPROPRIEDADES NOS ATOS DE GESTÃO DAS ATIVIDADES MEIO (RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E LOGÍSTICA/PATRIMÔNIO) DO INSS, POR CONTA DA DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS GERÊNCIAS EXECUTIVAS.

O gestor vem adotando providências no sentido de regularizar o assunto, devendo encaminhar a esta CGU os resultados obtidos quando da implementação das propostas informadas.

gg) Item 10.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006: AUSÊNCIA DE INDICADORES DE GESTÃO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 3, ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 71, DE 7.12.2005; E NÃO APRESENTAÇÃO DE DUAS PEÇAS PROCESSUAIS A SABER: DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.2.7 DA NORMA DE EXECUÇÃO Nº 1, DE 5.1.2006.

O gestor adotou as providências cabíveis no sentido de prover o Relatório de Gestão de 2006 de todas as informações e peças processuais exigidas pelos normativos vigentes, DN TCU nº 81/2006, de 6.12.2006, e Norma de Execução CGU nº 03, de 28.12.2006.

hh) Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 Verificamos que o assunto encontra-se com providências em andamento para seu atendimento, conforme se constata no item 7.1.2.6 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

ii) Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007 Verificamos que o assunto não foi atendido, conforme se constata no item 7.1.2.4 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

jj) Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006 Constatamos, de acordo com o item 7.1.2.5 deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", que: as recomendações contidas nos itens 18.1.1.3 e 18.1.1.5 encontram-se com providências em andamento; e os itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.4, 18.1.1.6, 18.1.1.7 e 18.1.1.8 não foram atendidos, permanecendo, ainda, pendentes de regularização.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

Os gestores não adotaram as providências necessárias ao atendimento das recomendações contidas nos itens 4.2.1.1, 4.2.3.1, 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.2.3.7, 4.2.3.8, 4.2.3.9, 4.2.3.10, 5.2.1.2, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 7.1.1.1, 7.2.1.2, 7.2.2.1, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.2.3, 8.4.2.2, 9.2.1.2, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.1.1.4, 10.1.1.6, 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, bem como os itens do

Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 e do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, além dos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.3, 18.1.1.4, 18.1.1.5, 18.1.1.6 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, desta CGU.

**CAUSA:**

A causa para os fatos relatados deve-se à ausência de resolutividade dos itens 4.2.1.1, 4.2.3.1, 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.2.3.7, 4.2.3.8, 4.2.3.9, 4.2.3.10, 5.2.1.2, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 7.1.1.1, 7.2.1.2, 7.2.2.1, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.2.3, 8.4.2.2, 9.2.1.2, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.1.1.4, 10.1.1.6, 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, bem como os itens do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 e do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, além dos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.3, 18.1.1.4, 18.1.1.5, 18.1.1.6 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006.

**JUSTIFICATIVA:**

Os gestores manifestaram-se por meio dos Ofícios nº 004/2007/MPS/SRP, de 12.3.2007, nº 008/2007/MPS/SRP, de 22.3.2007, do Relatório de Gestão/2006, do Ofício nº 624/INSS/GABPRES, de 18/06/2007 e resposta da Corregedoria-Geral à SA Final nº 189534-56.

**ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Verifica-se que as providências adotadas e as justificativas apresentadas quanto às recomendações desta CGU, constantes dos relatórios de auditoria do supracitado Órgão de Controle encontram-se, em sua maioria, pendentes.

Sendo assim, consideramos como atendidas as recomendações dos itens 4.1.1.2, 5.1.2.3, 8.2.2.1 (recomendações "a", "b", "d" e "e") e do item 10.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, bem como do item 18.1.1.7 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006.

Por outro lado, não consideramos atendidas as recomendações dos itens 4.2.1.1, 4.2.3.1, 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.2.3.7, 4.2.3.8, 4.2.3.9, 4.2.3.10, 5.2.1.2, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 7.1.1.1, 7.2.1.2, 7.2.2.1, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.2.3, 8.4.2.2, 9.2.1.2, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.1.1.4, 10.1.1.6, 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, dos itens do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 e do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, além dos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.3, 18.1.1.4, 18.1.1.5, 18.1.1.6 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, haja vista que ainda permanecem pendentes de regularização, com providências em andamento ou sem providências adotadas.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	VALDIR MOYSES SIMAO	PRESIDENTE DO INSS

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS encaminhe os documentos comprobatórios das providências adotadas e dos resultados obtidos, visando à regularização dos itens



4.2.1.1, 4.2.3.1, 4.2.3.2, 4.2.3.3, 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.2.3.7, 4.2.3.8, 4.2.3.9, 4.2.3.10, 5.2.1.2, 6.2.1.1, 6.2.1.2, 7.1.1.1, 7.2.1.2, 7.2.2.1, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.2.3, 8.4.2.2, 9.2.1.2, 10.2.1.2, 10.2.1.3, 10.1.1.4, 10.1.1.6, 10.1.1.8 e 10.1.1.27 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, bem como os itens do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006 e do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, além dos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.3, 18.1.1.4, 18.1.1.5, 18.1.1.6 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, a fim de que esta CGU avalie a efetividade das medidas tomadas.

### 7.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (084)

#### IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2006

Analizamos as informações prestadas com relação ao atendimento das recomendações presentes no Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 187493/2006, desta CGU, auditoria que apurou irregularidades praticadas no pagamento de aposentadorias, abonos e auxílios, nos exercícios de 2002 a 2006.

A auditoria realizada no âmbito da área de Benefícios, cujos resultados encontram-se no supracitado relatório de auditoria, verificou o atendimento das recomendações constantes em diversos relatórios desta CGU, que apontaram situações indevidas e irregulares constatadas no pagamento de benefícios, conforme Quadro I a seguir demonstrado:

**Quadro I**

Relatório de Auditoria nº	Área Verificada	Quantidade Benefícios Irreg.	Total Irregular Mensal (R\$)	Total Anual (R\$)
099921/2002	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS	21.092	5.663.675,04	73.627.775,52
101350/2002	PENSAO POR MORTE	30.860	13.749.579,00	178.744.527,00
101351/2002	ABONO DE PERMANÊNCIA	5.090	939.348,38	12.211.528,94
107380/2002	BENEFÍCIO DEFICIENTE	2.244	203.424,75	2.441.097,00
107381/2002	BENEFÍCIO IDOSO	2.666	422.859,24	5.074.310,88
159480/2004	AUXÍLIO-DOENÇA	4.574	4.550.316,09	54.603.793,08
159481/2004	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	7.427	4.069.316,99	52.901.120,87
161968/2005	ABONO DE PERMANÊNCIA	2.696	873.170,44	10.478.045,28
169937/2006	EX-COMBATENTES	29.051	45.908.570,48	596.811.416,24
172709/2005	SISBEN x SIM	9.392	3.783.276,00	49.182.588,00
<b>Total</b>		<b>115.092</b>	<b>80.163.536,41</b>	<b>1.036.076.202,81</b>

Os resultados apurados, que indicaram a não adoção de providências para regularização das situações encontradas, foram comunicados ao INSS com as devidas recomendações.

Ressaltamos que os trabalhos referenciados no Quadro I foram objeto de ressalvas nas gestões do INSS dos exercícios em tela, e que no Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, itens 4.2.3.3 a 4.2.3.8, relativamente ao exercício de 2005, as contas da Entidade foram certificadas com irregularidade, em virtude dos referidos trabalhos de auditoria.

Por intermédio do Ofício nº 178/INSS/PRES, de 26.2.2007, o gestor manifestou-se sobre o assunto, informando que a Diretoria de Benefícios está adotando as necessárias medidas para a agilização do atendimento das recomendações desta CGU, e que nesse intuito foram publicados o Memorando-Circular nº 01 INSS/DIRBEN, de 12.1.2007, e o

Memorando-Circular nº 07/INSS/DIRBEN, de 13.2.2007, nos quais foram reiteradas as orientações para a regularização das situações constatadas.

Ademais, por meio de Despachos da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, de 23.5.2007, 6.6.2007, 19.6.2007 e 25.6.2007, o INSS, por sua Diretoria de Benefícios, encaminhou informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelas Gerências-Executivas - GEX, no sentido de verificar a regularidade e, caso necessário, proceder à normalização desses benefícios, com a conseqüente manutenção, suspensão ou cessação dos mesmos, cuja análise está demonstrada no Quadro II a seguir relacionado, juntamente com as informações fornecidas por esta SFC/CGU-PR para análise pelas GEX, por ocasião dos trabalhos que originaram as constatações em comento:

**Quadro II**

GEX	DIVERSOS (1)			BENEF. IDOSO (2)			BENEF. DEFIC. (3)			EX-COMBATENTES (4)			PENSÃO MORTE (5)			MANUT. BENEF. (6)			TOTAL		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
ANÁPOLIS	135	18	47	19	04	08	24	04	06	47	00	40	228	34	128	160	41	41	613	101	270
ARACAJU	241	05	60	24	00	12	50	00	29	220	01	209	313	117	203	215	01	127	1063	124	640
ARAÇATUBA	71	25	16	14	00	05	18	00	10	17	00	17	158	00	112	114	00	37	392	25	197
ARARAQUARA	153	62	41	07	00	04	20	00	09	57	00	56	289	00	230	171	00	57	697	62	397
BARBACENA	130	36	26	19	00	13	29	04	13	148	01	135	404	52	265	175	16	41	905	109	493
BARREIRAS	65	01	31	08	00	03	09	00	04	02	00	02	125	00	88	118	00	63	327	01	191
BAURU	211	31	49	08	00	04	12	00	04	40	00	39	286	00	217	207	00	63	764	31	376
BELÉM	1337	267	76	117	00	89	84	00	42	316	00	304	701	00	479	269	00	126	2824	267	1116
BELO HORIZONTE	624	138	149	50	00	38	43	00	19	512	00	483	619	00	456	405	00	107	2253	138	1252
BLUMENAU	123	11	49	02	00	00	05	00	02	576	00	519	322	00	230	188	00	52	1216	11	852
BOA VISTA	27	01	00	05	04	00	02	00	00	00	00	00	15	09	00	07	04	00	56	18	00
CAMPINA GRANDE	129	48	51	00	00	00	00	00	00	209	19	180	19	02	17	06	00	06	363	69	254
CAMPINAS	542	156	03	18	00	16	26	00	11	177	00	166	321	01	246	231	00	80	1315	157	522
CAMPO GRANDE	136	18	28	35	00	14	21	00	11	71	00	66	197	00	148	100	00	28	560	18	295
CAMPOS DOS GOYTACASES	243	11	92	12	00	07	08	00	06	426	00	395	342	00	257	92	00	39	1123	11	796
CANOAS	328	110	02	10	03	02	12	03	00	77	00	76	350	71	161	313	46	07	1090	233	248
CARUARU	254	46	55	66	00	40	79	00	50	225	00	210	619	01	480	506	03	310	1749	50	1145
CASCAVEL	116	42	09	00	00	00	00	00	00	12	00	12	6	00	06	02	00	02	136	42	29
CAXIAS DO SUL	133	54	01	04	00	00	07	00	03	57	00	54	266	00	192	176	00	37	643	54	287
CHAPECÓ	97	78	00	03	00	00	11	00	06	11	00	11	320	00	206	159	00	31	601	78	254
CONTAGEM	270	43	148	29	00	19	38	00	23	50	00	48	377	00	274	232	00	71	996	43	583
CRICIÚMA	101	14	36	02	00	01	02	00	02	261	00	253	245	00	189	90	01	24	701	15	505
CUIABÁ	296	12	108	69	00	44	45	00	15	20	00	20	208	00	111	172	00	54	810	12	352
CURITIBA	251	04	123	00	00	00	00	00	00	430	00	399	7	00	07	02	00	02	690	04	531
DIAMANTINA	39	03	15	03	00	03	09	00	08	07	00	05	61	00	59	31	00	27	150	03	117
DISTRITO FEDERAL	729	119	119	25	10	05	49	15	03	148	00	118	287	00	79	252	38	39	1490	182	363
DIVINÓPOLIS	122	59	03	12	01	09	11	00	04	101	00	88	400	27	262	175	05	78	821	92	444
DOURADOS	71	20	09	06	00	02	08	00	03	08	00	06	107	08	63	70	01	22	270	29	105
DUQUE DE CAXIAS	763	46	244	110	00	70	38	00	21	768	00	730	797	00	587	383	00	118	2859	46	1770
FEIRA DE SANTANA	242	30	97	49	00	30	28	00	10	16	00	16	579	00	398	303	00	134	1217	30	685
FLORIANÓPOLIS	134	16	45	05	00	02	07	00	06	394	00	376	284	00	177	114	00	43	938	16	649
FORTALEZA	714	33	253	75	00	47	72	00	49	695	01	658	633	00	421	348	00	157	2537	34	1585
GARANHUNS	290	25	100	77	00	44	29	00	18	45	00	39	480	00	342	445	00	249	1366	25	792
GOIÂNIA	314	68	92	36	00	16	49	00	19	77	00	74	316	00	215	255	00	83	1047	68	499
GOVERNADOR VALADARES	160	45	48	58	01	32	67	00	25	77	00	77	433	02	281	305	03	98	1100	51	561
GUARULHOS	273	30	117	63	01	43	23	00	18	74	00	66	281	00	199	224	01	84	938	32	527
IJUÍ	74	31	00	07	00	03	15	00	04	11	00	09	521	00	347	242	00	29	870	31	392
IMPERATRIZ	235	27	40	30	00	21	12	00	11	05	00	05	278	00	205	119	00	69	679	27	351
ITABUNA	348	98	28	120	00	75	43	00	26	235	00	218	329	00	205	264	01	88	1339	99	640
JOÃO PESSOA	273	97	11	28	00	16	15	00	10	446	00	429	222	00	146	129	00	83	1113	97	695
JOINVILLE	114	51	07	07	00	03	11	00	07	322	00	312	289	01	205	148	00	37	891	52	571
JUAZEIRO	260	13	120	17	00	09	47	00	33	17	00	17	641	00	467	290	00	187	1272	13	833
JUAZEIRO DO NORTE	229	07	126	19	00	16	30	00	23	37	00	35	301	00	212	224	00	147	840	07	559

Anexo I ao Relatório nº 189534

JUIZ DE FORA	181	13	75	12	01	07	14	00	07	279	00	269	430	00	336	121	00	79	1037	14	773
JUNDIAÍ	119	53	11	14	00	08	09	00	03	147	00	145	178	00	137	166	00	50	633	53	354
LONDRINA	108	05	59	00	00	00	00	00	00	19	00	15	6	00	06	01	00	01	134	05	81
MACAPÁ	41	05	00	15	02	01	08	01	00	03	00	03	45	16	17	18	00	02	130	24	23
MACEIÓ	361	94	11	89	00	47	59	00	34	323	00	309	427	00	280	392	00	249	1651	94	930
MANAUS	513	32	160	60	00	33	32	00	16	39	00	39	264	00	172	83	00	34	991	32	454
MARÍLIA	66	28	18	10	00	04	08	00	02	23	00	23	134	00	101	159	00	41	400	28	189
MARINGÁ	117	36	27	00	00	00	00	00	00	05	00	05	1	01	00	01	01	00	124	38	32
MONTES CLAROS	101	32	19	20	00	07	79	00	31	14	00	14	202	00	132	266	00	127	682	32	330
MOSSORÓ	140	14	61	05	00	05	26	00	16	794	00	742	239	00	173	111	00	52	1315	14	1049
NATAL	326	04	120	08	00	02	26	00	13	1424	00	1332	347	00	266	137	00	95	2268	04	1828
NITERÓI	582	42	172	22	00	08	38	00	16	1284	00	1207	492	00	359	405	00	102	2823	42	1864
NOVO HAMBURGO	255	81	29	09	00	03	15	00	07	165	00	157	502	00	327	375	00	65	1321	81	588
OSASCO	222	64	78	39	00	17	14	00	04	32	00	30	229	00	153	243	01	65	779	65	347
OURO PRETO	108	16	60	25	00	17	16	00	11	113	00	111	388	00	281	116	00	41	766	16	521
PALMAS	56	16	05	16	00	10	06	00	03	08	00	05	93	01	63	72	00	39	251	17	125
PASSO FUNDO	108	37	00	08	00	05	13	00	05	24	10	14	375	00	248	207	00	49	735	47	321
PELOTAS	220	47	13	08	00	03	25	00	09	399	00	379	467	00	340	301	00	56	1420	47	800
PETROLINA	96	29	02	04	00	03	20	00	10	18	00	18	163	00	106	129	00	79	430	29	218
PETRÓPOLIS	138	04	32	06	00	03	06	00	03	290	00	273	317	00	236	202	00	45	959	04	592
PIRACICABA	137	01	62	09	00	03	13	01	04	72	00	64	248	30	163	195	05	46	674	37	342
POÇOS DE CALDAS	104	33	08	37	00	20	20	00	09	73	00	71	213	00	148	130	00	47	577	33	303
PONTA GROSSA	101	32	19	00	00	00	00	00	00	62	00	56	8	01	07	00	00	00	171	33	82
PORTO ALEGRE	650	167	02	14	00	07	21	00	06	470	00	442	343	00	213	551	00	98	2049	167	768
PORTO VELHO	86	12	17	14	01	10	21	00	03	05	00	05	112	03	78	89	02	31	327	18	144
PRESIDENTE PRUDENTE	109	15	46	14	01	04	16	00	04	20	00	20	166	15	101	153	40	08	478	71	183
RECIFE	351	14	194	00	00	00	02	00	02	2503	00	2355	7	00	07	05	00	03	2868	14	2561
RIBEIRÃO PRETO	319	54	118	05	00	01	14	00	08	64	00	64	295	00	238	222	01	73	919	55	502
RIO BRANCO	72	08	22	02	00	01	17	00	05	01	00	01	29	00	22	40	01	11	161	09	62
RIO DE JANEIRO - CENTRO	1621	99	275	21	00	25	05	00	11	5125	01	5240	285	00	314	383	00	205	7440	100	6070
RIO DE JANEIRO-NORTE	725	92	134	60	00	29	11	00	05	1325	00	1240	566	00	408	457	00	149	3144	92	1965
(D) RIO DE JANEIRO - SUL	715	10	00	17	-	-	09	-	-	470	-	-	162	-	-	276	-	-	1649	10	00
SALVADOR	1307	315	272	74	00	50	49	00	33	1075	00	1020	672	00	437	307	00	118	3484	315	1930
SANTA MARIA	105	37	00	09	00	07	13	00	04	67	00	64	429	00	305	283	00	50	906	37	430
SANTO ANDRÉ	320	135	02	15	00	11	21	00	09	139	00	125	262	01	212	152	00	70	909	136	429
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	129	18	44	20	00	08	13	00	05	59	00	54	409	00	276	124	00	52	754	18	439
SANTOS	892	34	102	17	00	07	12	01	09	1178	00	1115	350	40	240	328	77	15	2777	152	1488
SÃO BERNARDO DO CAMPO	214	17	32	11	01	04	07	00	05	37	00	37	125	00	100	120	00	51	514	18	229
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	119	09	65	07	00	04	09	00	07	25	00	19	174	00	139	153	01	36	487	10	270
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	117	70	19	19	00	08	37	00	19	25	00	23	262	00	190	216	00	74	676	70	333
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	200	17	31	12	00	07	06	00	02	143	00	132	219	00	173	101	00	37	681	17	382
SÃO LUÍS	977	61	239	137	00	101	46	00	22	116	00	112	601	00	455	377	00	187	2254	61	1116
SÃO PAULO - CENTRO	500	146	00	29	00	20	04	00	04	1260	00	1194	202	00	137	297	01	85	2292	147	1440
SÃO PAULO - LESTE	400	180	09	78	04	40	42	00	17	15	00	15	612	04	445	542	08	166	1689	196	692
SÃO PAULO - NORTE	493	45	149	37	00	23	20	00	10	19	00	18	427	00	304	455	00	120	1451	45	624
(D) SÃO PAULO - OESTE	309	43	56	26	03	13	07	00	02	28	00	26	157	11	102	216	01	56	743	58	255
SÃO PAULO - SUL	598	136	08	35	00	17	34	00	10	37	00	33	357	00	266	566	00	167	1627	136	501
SOBRAL	209	21	91	18	00	11	19	00	16	22	00	20	358	00	241	152	00	97	778	21	476
SOROCABA	306	42	137	27	00	18	13	00	07	124	03	117	437	15	304	292	05	83	1199	65	666
TAUBATÉ	89	25	15	05	00	03	12	00	05	201	00	188	156	30	99	118	13	43	581	68	353
TEÓFILO OTONI	59	13	11	21	00	21	06	00	06	06	00	06	85	00	76	92	00	86	269	13	206
TERESINA	364	20	133	47	00	34	32	00	18	55	00	55	616	00	435	338	00	257	1452	20	932
UBERABA	110	07	48	15	00	10	20	00	11	37	00	37	222	20	155	180	13	51	584	40	312
UBERLÂNDIA	67	30	19	17	00	12	14	00	04	30	00	29	153	00	120	119	00	37	400	30	221
URUGUAIANA	110	40	00	15	00	05	07	00	00	06	00	06	155	22	84	149	16	15	442	78	110
VARGINHA	131	60	31	15	00	07	18	00	10	115	00	106	299	00	208	173	00	66	751	60	428
VITÓRIA	428	02	208	29	00	19	57	00	31	708	00	668	797	01	598	263	00	113	2282	03	1637
VITÓRIA DA CONQUISTA	165	27	28	80	00	56	36	00	20	07	00	07	332	00	238	334	00	169	954	27	518
VOLTA REDONDA	216	22	49	20	00	08	19	07	05	480	00	446	283	35	176	208	21	50	1226	85	734

<b>TOTAL</b>	29179	4810	6321	2666	37	1572	2244	36	1101	29051	36	27292	30860	571	21519	21092	368	7470	115092	5858	65275
--------------	-------	------	------	------	----	------	------	----	------	-------	----	-------	-------	-----	-------	-------	-----	------	--------	------	-------

Fonte: Informações do Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 187493/2006 e planilhas encaminhadas pelos Despachos da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios do INSS, de 23.5.2007, 6.6.2007, 19.6.2007 e 25.6.2007.

OBS.:

(1) Assuntos tratados nos Relatórios de Auditoria CGU nºs 172709/2005, 101351/2002, 161968/2005, 159481/2004 e 159480/2004, referentes a SISBEN X SIM, Abono de Permanência, Aposentadoria por Invalidez e Auxílio-Doença;

(2) Assunto tratado no Relatório de Auditoria CGU nº 107381/2002;

(3) Assunto tratado no Relatório de Auditoria CGU nº 107380/2002;

(4) Assunto tratado no Relatório de Auditoria CGU nº 169937/2006;

(5) Assunto tratado no Relatório de Auditoria CGU nº 101350/2002;

(6) Assunto tratado no Relatório de Auditoria CGU nº 099921/2002;

(A) Quantidade de benefícios, supostamente irregulares, enviados pela SFC/CGU-PR para análise do INSS;

(B) Quantidade informada pela GEX de benefícios trabalhados;

(C) Quantidade informada pela GEX de benefícios não trabalhados; E

(D) As GEX Rio de Janeiro - Sul e São Paulo - Oeste foram extintas pela Portaria MPS nº 348, de 17.8.2006.

Relativamente ao supracitado Quadro II, cabe ressaltarmos que as informações encaminhadas pela SFC/CGU-PR para a análise do INSS referem-se aos benefícios cessados e não cessados, para os quais foram identificadas irregularidades nos trabalhos anteriores deste Órgão de Controle, e que tiveram a respectiva situação verificada na Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 187493/2006.

Ainda com relação ao Quadro II, percebemos que as GEX do INSS não enviaram, na totalidade, as informações referentes à regularização das inconsistências em comento, referentes aos benefícios ainda não cessados, bem como as providências adotadas visando à recuperação dos valores pagos indevidamente para os benefícios que foram cessados, após a constatação de irregularidades na concessão/manutenção dos mesmos.

Com relação à acumulação indevida do abono de permanência por servidores de órgãos públicos, tratada nos Relatórios de Auditoria nºs 101351/2002 e 161968/2005, salientamos que a solução definitiva para tal problema deverá ser trabalhada, em conjunto, pela Diretoria de Benefícios e Gerências-Executivas do INSS e por esta SFC/CGU-PR, no tocante ao contingente relacionado no seguinte Quadro III:

**Quadro III**

<b>SITUAÇÃO DO BENEFÍCIO</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS</b>
2	Pagamento de abono após aposentadoria no Serviço Público	825
3	Pagamento de abono a Servidor Público Federal ativo	106
4	Pagamento de abono a Servidor Público Estadual e Municipal com rescisão	459
5	Pagamento de abono a Servidor Público Estadual e Municipal sem indicativo de rescisão no CNIS	359
12	Abono pago regularmente para Servidores Públicos Federais dos Poderes Legislativo e Judiciário, e para Presidência da República	24
<b>TOTAL</b>		<b>1.773</b>

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

As Gerências-Executivas do INSS, por seus responsáveis, não se manifestaram sobre os resultados obtidos com as providências adotadas visando ao atendimento total das recomendações contidas no Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão CGU nº 187493/2006.

**CAUSA:**

A causa para os fatos relatados deve-se à fragilidade dos mecanismos de controle existentes no processo de manutenção e concessão de benefícios realizados via sistemas corporativos da Previdência Social.

**JUSTIFICATIVA:**

Sobre o assunto, o gestor informou, por intermédio do Ofício nº 178/INSS/PRES, de 26.2.2007, o seguinte:

"1. O expediente em epígrafe, trata da análise das providências adotadas pelo INSS em relação ao atendimento das recomendações emanadas da Secretaria Federal de Controle, bem como das determinações do Tribunal de Contas da União.

2. A Diretoria de Benefícios está adotando as providências necessárias para agilização do atendimento das recomendações oriundas da Secretaria Federal de Controle, bem como das determinações do Tribunal de Contas da União, tendo em vista que as Gerências-Executivas não concluíram os trabalhos de revisão dos benefícios a que se refere o Relatório nº 187493/2006.

3. Por meio do Memorando-Circular nº 01 INSS/DIRBEN e do Memorando-Circular nº 07 INSS/DIRBEN, foi reiterado às Gerências-Executivas o cumprimento das recomendações dessa Secretaria Federal de Controle. Documentos de fls. 28 a 47.

4. Estamos consolidando as planilhas encaminhadas pelas Gerências-Executivas com os resultados dos trabalhos, no dia 30 de março/2007 encaminharemos planilha consolidada contendo os resultados referentes aos Relatórios de nºs 161968/2005, 101351/2002, 172709/2005, 159480/2004 e 158481/2004.

(...)"

Ademais, o gestor informou, por intermédio dos despachos a seguir relacionados, as providências adotadas visando à regularização das situações apontadas:

"Despacho da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, de 23.5.2007:

(...)

2. Com relação às recomendações constantes no item 4.2.3.4, que trata de pagamentos irregulares de auxílio doença e fragilidade no processo de manutenção, informamos que as Gerências-Executivas continuam trabalhando na avaliação dos mencionados benefícios. Anexo encaminhamos planilha contendo os resultados das ações executadas pelas referidas Gerências, e encaminhados a Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, que consolidou em planilhas.

(...)

3. Ressaltamos que os benefícios constantes no item 4.2.3.5 do Relatório de Auditoria nº 159481/2004/SFC/CGU-PR, que se refere a pagamentos irregulares de benefícios de Aposentadorias por Invalidez com retorno voluntário ao trabalho, estão sendo trabalhados pelas Gerências Executivas. Esta Coordenação está encaminhando planilha em

anexo, que contém os resultados parciais dos trabalhos executados pelas Gerências, tendo em vista a impossibilidade de consolidar na totalidade as informações recebidas.(...)

4. Para tratar os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, que ainda não foram trabalhados, a Diretoria de Benefícios está expedindo o Ato Normativo que disciplinará os procedimentos visando à celeridade da conclusão dos trabalhos. A Dataprev emitirá os ofícios de defesa para os beneficiários que deverão comparecer as Agências da Previdência Social, e prestar os esclarecimentos referentes a existência de remuneração no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS após o início da Aposentadoria por Invalidez. Anexo, Minuta do Ato Normativo.

5. A Diretoria de Benefícios intensificou as cobranças às Gerências-Executivas no sentido de agilizar a regularização das inconsistências apontadas no item 4.2.3.6 do Relatório de Auditoria nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de benefícios de Abono Permanência em Serviço. A planilha anexa contém apenas os benefícios de Abono de Permanência com acumulação indevida com Aposentadorias do Regime Geral de Previdência, ressaltando que esta situação está praticamente concluída, restando apenas 28 casos para serem trabalhados.(...)

6. Com relação às demais situações de acumulação indevida de Abono de Permanência, ficou acordado que a Secretaria Federal de Controle, encaminhará os arquivos correspondentes aos Órgãos Públicos, para que estes informem se o segurado se encontra aposentado pelo referido órgão. Constatada a aposentadoria, os arquivos serão encaminhados ao INSS, que adotará as medidas necessárias para cessar o benefício de Abono de Permanência.

7. Quanto ao Relatório de Auditoria item 4.2.3.7 - (REL. nº 172709/2005/SFC/CGU-PR) - benefícios ativos com pagamentos irregulares em virtude de óbito do beneficiário, as Gerências Executivas, avaliando as situações apontadas, verificaram que parte destes beneficiários, compareceu à rede bancária e realizou o Censo Previdenciário, atualizando dados cadastrais e endereço. Foram detectados, também, que vários casos se tratavam de homônimos. Anexo, encaminhamos planilha com os resultados parciais dos trabalhos realizados. O restante continuará sendo trabalhado e será posteriormente encaminhado a SFC. (...).

8. Tendo em vista o prazo acordado em reunião, para a entrega dos relatórios, cientificamos aos Senhores Gerentes Executivos sobre estes prazos, que promoveram o envio de diversas informações, referentes aos trabalhos que as Gerências vêm realizando para regularizar as inconsistências apontadas pelos Órgãos de Controle.

9. Ressaltamos que devido ao curto prazo para a consolidação das informações, e as diversas planilhas a serem trabalhadas, foi efetuada apenas a consolidação das informações recebidas das Gerências Executivas.

10. Por esta razão, e considerando o número reduzido de servidores nesta Coordenação, para efetuar a consolidação das informações enviadas pelas Gerências, o próximo relatório com a complementação das informações será encaminhado até 30 de junho de 2007.(...)"

"Despacho da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, de 6.6.2007:  
(...)

2. A Diretoria de Benefícios, vem cobrando sistematicamente, a regularização das inconsistências apontadas nos itens dos citados relatórios, junto às respectivas Gerências Executivas.

A exemplo foi emitido o Memorando-Circular Nº 01/INSS/DIRBEN de 12 de janeiro de 2007, determinando a adoção de providências necessárias para o saneamento das irregularidades apontadas, contendo em anexo, os arquivos com os benefícios a serem trabalhados referente a cada relatório, separados por Gerência Executiva, cópia do Memorando, anexo I.

Em 14 de maio de 2007, reforçando a solicitação, e em cumprimento ao acordado em reunião realizada no dia 08 de maio, foi encaminhado expediente a todas as Gerências Executivas, solicitando a conclusão do processo de regularização das pendências contidas nos arquivos anexados aos e-mails, e definindo o prazo para o envio dos resultados até o dia 18 de maio de 2007, cópia dos e-mails, anexo II.

3. Com relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 159480/2004/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de auxílio doença e fragilidade no processo de manutenção - (item 4.1.2.17 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005). Informamos que as Gerências-Executivas continuam trabalhando na avaliação dos mencionados benefícios.

3.1 Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de auxílio-doença com indicativo de retorno voluntário ao trabalho, que foram adotadas providências para a regularização das disfunções apontadas.(...)

3.2. Quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de auxílio-doença com indicativo de retorno voluntário ao trabalho, que foram adotadas providências em parte dos benefícios para a regularização das disfunções apontadas.(...)

3.3. Quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de auxílio-doença com indicativo de retorno voluntário ao trabalho, que não foram adotadas providências para a regularização das disfunções apontadas.(...)

4. Ressaltamos que os benefícios constantes no Relatório de Auditoria nº 159481/2004/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de benefícios de aposentadorias por invalidez - (item 4.1.2.18 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005), estão sendo trabalhados pelas Gerências Executivas. Esta Coordenação está encaminhando planilha em anexo, que contém os resultados dos trabalhos executados pelas Gerências.

4.1. O quadro demonstrativo a seguir apresenta as providências que foram adotadas para a regularização das disfunções apontadas, por Gerência Executiva.(...)

4.2. O demonstrativo a seguir apresenta as providências que foram em parte para a regularização das disfunções apontadas, por Gerência Executiva.(...)

4.3. Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de aposentadoria por invalidez com indicativo de retorno voluntário ao trabalho, que não foram adotadas providências para a regularização das disfunções apontadas.(...)

5. Para agilizar a conclusão dos trabalhos de revisão dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez, que ainda não foram trabalhados pelas Gerências executivas, a Diretoria de Benefícios está expedindo minuta de Ato Normativo, anexo III, que será encaminhado para apreciação da

Procuradoria Federal Especializada e disciplinará os procedimentos a serem adotados na mencionada revisão.

Foi encaminhado a Dataprev o arquivo com os benefícios a serem trabalhados, para identificar os benefícios cessados e suspensos, e também, atualização dos endereços, tendo em vista que muitos beneficiários realizaram o Censo Previdenciário na Rede Bancária.

A Dataprev emitirá automaticamente os ofícios de defesa para os beneficiários que deverão comparecer as Agências da Previdência Social, e prestar os esclarecimentos referentes a existência de remuneração no Cadastro Nacional de Informações Sociais-CNIS após o início da Aposentadoria por Invalidez.

6. Com referência ao Relatório de Auditoria nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de benefícios de abono permanência em serviço (item 4.1.2.19 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005), a Diretoria de Benefícios intensificou as cobranças às Gerências-Executivas no sentido de agilizar a regularização das situações de Abono de Permanência com acumulação indevida com Aposentadorias do Regime Geral de Previdência, ressaltando que esta situação está praticamente concluída, restando apenas 11 casos para serem trabalhados. Em anexo, planilha com os benefícios e sua situação.

6.1. Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de abono de permanência em serviço após a aposentadoria no INSS que foram adotadas providências para a regularização das disfunções apontadas.(...)

6.2. O quadro demonstrativo a seguir contém a Gerência Executiva que adotou providências em parte dos benefícios para a regularização das disfunções apontadas.(...)

6.3. No demonstrativo abaixo contém a Gerência Executiva que não adotou providências para a regularização das disfunções apontadas em benefícios de abono de permanência em serviço com acumulação indevida com benefícios do Regime Geral de Previdência.(...)

6.4. Para conclusão da avaliação das situações de acumulação indevida de Abono de Permanência, de servidores de Órgãos Públicos, necessitamos que a Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União informe o nome e endereço dos órgãos públicos onde trabalham os beneficiários dos abonos de permanência relacionados nas situações constantes no quadro a seguir:(...)

7. Com relação ao Relatório de Auditoria nº 172709/2005/SFC/CGU-PR - benefícios ativos com pagamentos irregulares em virtude de óbito do beneficiário. apontados por esta CGU em trabalho específico realizado nos sistemas SISOBI, SIM e demais sistemas previdenciários - as Gerências Executivas, avaliando as situações apontadas, verificaram que parte destes beneficiários, compareceu a rede Bancária e realizou o Censo Previdenciário, atualizando dados cadastrais e endereço. Foram detectados também, que vários casos se tratavam de homônimos.

7.1. Demonstramos a seguir, por Gerência Executiva os benefícios em que o titular consta nos sistemas SISOBI e no SIM e estão ativos e regulares, ativos em fase de apuração, cessados ou suspensos e os ativos que não foram adotadas providências para a regularização das disfunções apontadas.(...)

8. Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos arquivos "auxílios", "aposentadoria por invalidez", "SISOBI x SIM" e "abono", para os parâmetros de atendimento:(...)



9. Anexo encaminhamos CD contendo as planilhas com os resultados das ações executadas pelas Gerências executivas até 31.05.2007, consolidados pela Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, bem como, planilha de valores apurados pelas equipes de Monitoramento Operacional de Benefícios nas Gerências Executivas e entre estes estão contemplados os valores referentes aos benefícios pertencentes aos arquivos mencionados no presente relatório que já passaram pelas diversas fases de apuração e ampla defesa e foram efetuadas cobranças administrativas.

9.1 O Montante de valores apurados, ressarcidos e consignados pelas Equipes de Monitoramento Operacional de benefícios nas Gerências Executivas estão demonstrados no quadro abaixo:

Valor total do débito	Valor ressarcido por meio de GPS/GRU	Valor consignado em benefício
R\$ 50.745.346,38	R\$ 5.605.898,34	R\$ 5.555.436,46

Informamos que os R\$ 39.683.011,58 restantes estão nas etapas anteriores à efetiva cobrança.(...)”

“Despacho da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, de 19.6.2007

(...)

2. As informações citadas no item 1 referem-se àquelas encaminhadas pelas Gerências- Executivas que atenderam em sua totalidade ou em parte as recomendações baixadas nos Relatórios de Auditoria nº 107381/2002, 107380/2002, 169937/2006, 101350/2002 e 099921/2002.

2.1 O conteúdo dos arquivos está sendo compilado para lançamento nas planilhas correspondentes e serão encaminhadas no dia 25.6.2007, conforme acordado.(...)”

“Despacho da Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, de 25.6.2007

Em reunião realizada nessa Secretaria Federal de Controle no dia 14 de junho de 2007, ficou definido que a Diretoria de Benefícios encaminhará informações que não foram acordadas na reunião do dia 29 de maio de 2007, realizada na Auditoria Geral do INSS, acerca dos relatórios constantes do quadro abaixo, assim como as planilhas atualizadas com as informações das Gerências Executivas encaminhadas até o dia 22.06.2007 relativas às ações contidas nos itens 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6 e 4.2.3.7 do Plano de Providências.(...)

2. A Diretoria de Benefícios vem cobrando, sistematicamente, a regularização das inconsistências apontadas nos itens dos citados relatórios, junto às respectivas Gerências Executivas.

Como exemplo foi emitido o Memorando-Circular Nº 01/INSS/DIRBEN de 12 de janeiro de 2007 e o Memorando-Circular nº 07 INSS/DIRBEN Em, 13 de fevereiro de 2007, determinando a adoção de providências necessárias para o saneamento das irregularidades apontadas, contendo em anexo, os arquivos com os benefícios a serem trabalhados referente a cada relatório, separados por Gerência Executiva, cópia dos Memorandos, anexo I.

3. Com relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 107380/2002/SFC/CGU-PR - pagamento de benefícios de prestação continuada a Pessoas Deficientes, espécie 87, o quadro abaixo mostra os resultados dos trabalhos realizados pelas Gerências Executivas.(...)

4. O quadro abaixo contém os resultados referente ao atendimento ao Relatório de Auditoria nº 107381/2002/SFC/CGU-PR - pagamento de benefícios de prestação continuada a Idosos, espécie 88. (...)

5. O Relatório de Auditoria nº 169937/2006/SFC/CGU-PR trata de avaliação do processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários pagos aos Ex-combatentes de guerra e seus dependentes e apresenta o resultado abaixo, informado pelas Gerências Executivas. (...)

6. O quadro abaixo apresenta os resultados do atendimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 101350/2002/SFC/CGU-PR - avaliar o processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários - PENSÃO por Morte (espécies 21 e 93).(....)

7. O Relatório de Auditoria nº 099921/2002 avaliou o processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS com os dados cadastrais incompletos ou inconsistentes na base do SISOBÍ e do SISBEN.(...)

8. Com relação às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 159480/2004/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de auxílio doença e fragilidade no processo de manutenção - (item 4.1.2.17 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005). Informamos que as Gerências-Executivas continuam trabalhando na avaliação dos mencionados benefícios.

8.1. Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva dos benefícios de auxílio-doença com indicativo de retorno voluntário ao trabalho, contendo os resultados dos trabalhos.(...)

9. Ressaltamos que os benefícios constantes no Relatório de Auditoria nº 159481/2004/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de benefícios de aposentadorias por invalidez - (item 4.1.2.18 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005), estão sendo trabalhados pelas Gerências Executivas. Esta Coordenação está encaminhando planilha em anexo, que contém os resultados dos trabalhos executados pelas Gerências.

9.1. O quadro demonstrativo a seguir apresenta as providências que foram adotadas para a regularização das disfunções apontadas, por Gerência Executiva.(...)

10. Para agilizar a conclusão dos trabalhos de revisão dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez, que ainda não foram trabalhados pelas Gerências executivas, a Diretoria de Benefícios está expedindo minuta de Ato Normativo que será encaminhado para apreciação da Procuradoria Federal Especializada e disciplinará os procedimentos a serem adotados na mencionada revisão.

Foi encaminhado a Dataprev o arquivo com os benefícios a serem trabalhados, para identificar os benefícios cessados e suspensos, e também, atualização dos endereços, tendo em vista que muitos beneficiários realizaram o Censo Previdenciário na Rede Bancária.

A Dataprev emitirá automaticamente os ofícios de defesa para os beneficiários que deverão comparecer as Agências da Previdência Social, e prestar os esclarecimentos referentes à existência de remuneração no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS após o início da Aposentadoria por Invalidez.

11. Com referência ao Relatório de Auditoria nº 161968/2005/SFC/CGU-PR - pagamentos irregulares de benefícios de abono permanência em serviço (item 4.1.2.19 do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão/SFC/CGU-PR nº 160221/2005), a Diretoria de Benefícios intensificou as cobranças às Gerências-Executivas no sentido de agilizar a regularização das situações de Abono de Permanência com acumulação indevida com Aposentadorias do Regime Geral de Previdência, ressaltando que esta situação está praticamente concluída, restando apenas 15 casos para serem trabalhados.

11.1. O arquivo contendo os benefícios de abono de permanência com acumulação indevida com aposentadoria concedida pelo INSS, referente ao Relatório de Auditoria nº 161968/2005/SFC/CGU-PR constatamos que os mencionados benefícios estavam contidos no Relatório de Auditoria nº 101351/2002/SFC/CGU-PR, portanto os benefícios serem trabalhados são os constante no quadro abaixo.(...)

12. Para conclusão da avaliação das situações de acumulação indevida de Abono de Permanência, de servidores de Órgãos Públicos, necessitamos que a Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União informe o nome e endereço dos órgãos públicos onde trabalham os beneficiários dos abonos de permanência relacionados nas situações constantes no quadro a seguir:(...)

13. Com relação ao Relatório de Auditoria nº 172709/2005/SFC/CGU-PR - benefícios ativos com pagamentos irregulares em virtude de óbito do beneficiário. Apontados por esta CGU em trabalho específico realizado nos sistemas SISOBI, SIM e demais sistemas previdenciários - as Gerências Executivas, avaliando as situações apontadas, verificaram que parte destes beneficiários, compareceu a rede Bancária e realizou o Censo Previdenciário, atualizando dados cadastrais e endereço. Foram detectados também, que vários casos se tratavam de homônimos. Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo por Gerência Executiva.

14. Anexo encaminhamos CD contendo as planilhas com os resultados das ações executadas pelas Gerências executivas até 22.06.2007, consolidados pela Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios.

15. As Equipes de Monitoramento Operacional de benefícios nas Gerências Executivas procederam ao levantamento e cobrança de valores pagos indevidamente e apresentam os resultados no quadro abaixo:(...)

16. Encaminhamos planilha que consolida os resultados dos trabalhos executados pelas Gerências Executivas, referentes aos Relatórios de Auditoria de Nº 107381/2002, 107380/2002, 169397/2006, 101350/2002, 099921/2002, 159480/2004, 159481/2004, 161968/2005 e 172709/2005. Documento Anexo II.(...)"

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Analisamos as informações fornecidas pelo gestor para atendimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 187493/2006, desta CGU, que tratou das irregularidades praticadas no pagamento de aposentadorias, abonos e auxílios, nos exercícios de 2002 a 2006, na área de benefícios do INSS, e identificamos a não adoção de medidas efetivas pelas GEX do INSS com o intuito de regularizar, plenamente, as situações apontadas.

Na realidade, a supracitada auditoria de acompanhamento de gestão apenas verificou se as irregularidades detectadas em auditorias passadas foram efetivamente saneadas pelo INSS, o que não ocorreu.

Registramos que esses trabalhos foram objetos de ressalvas nas gestões do INSS dos exercícios de 2002 a 2006, e que no Relatório de Auditoria de Gestão nº 175153/2006, itens 4.2.3.4 a 4.2.3.7, referente ao exercício de 2005, as contas do INSS foram certificadas com irregularidade por conta dos mencionados trabalhos de auditoria.

Constatamos que o INSS, por sua Diretoria de Benefícios, adotou as providências cabíveis quanto ao assunto, ou seja, elaborou normas com procedimentos para a regularização dos benefícios apurados como irregulares, comunicou as Gerências-Executivas sobre prazos e datas e realizou cobranças com relação ao envio das informações solicitadas por esta SFC/CGU-PR.

Entretanto, grande parte dos benefícios sequer foi analisada pelas GEX, a quem caberia a responsabilidade pela efetivação das medidas apuradoras e saneadoras dos problemas apontados quanto ao pagamento de aposentadorias, abonos e auxílios, nos exercícios de 2002 a 2006, especificamente relativas a benefício idoso, benefício deficiente, ex-combatentes, pensão por morte e manutenção de benefícios.

Ressalvamos que o esforço visando regularizar os benefícios apurados como irregulares refletiu-se nas cifras a seguir demonstradas no Quadro IV, representando o montante de valores apurados inicialmente, ressarcidos e consignados, oriundos desse trabalho:

**Quadro IV**

Valor total do débito em cobrança	Valor ressarcido por meio de GPS/GRU	Valor consignado em benefício	Valor em etapas anteriores à efetiva cobrança
R\$ 50.745.346,38	R\$ 5.605.898,34	R\$ 5.555.436,46	R\$ 39.683.011,58

Salientamos, também, que a solução definitiva para a situação de acumulação indevida do abono de permanência, por servidores de Órgãos Públicos, tratada nos Relatórios de Auditoria nºs. 101351/2002 e 161968/2005, deverá ser trabalhado, em conjunto, pela Diretoria de Benefícios e Gerências-Executivas do INSS e por esta SFC/CGU-PR.

Pelo exposto, o INSS deve encaminhar, com base no Quadro II anteriormente apresentado, as informações complementares sobre os benefícios com apuração em andamento e, principalmente, sobre os benefícios ainda não analisados pelas Gerências-Executivas, bem como as providências adotadas objetivando a recuperação dos valores pagos indevidamente para os benefícios já cessados e para os quais foram identificadas irregularidades na concessão/manutenção dos mesmos, ainda não enviadas a esta SFC/CGU-PR.

O INSS deve, também, agilizar o desenvolvimento e a conseqüente implantação dos novos sistemas informatizados do Novo Modelo de Gestão, com o intuito de eliminar a fragilidade dos mecanismos de controle existentes no processo de manutenção e concessão de benefícios.

Ademais, pela relevância e pelo fato de restarem pendências quanto à solução definitiva dos problemas apontados, o assunto em comento deve ser objeto de avaliação em trabalhos futuros deste Órgão de Controle, visando verificar a efetividade das medidas adotadas pelas Gerências-Executivas do INSS, com vistas à regularização das situações relatadas.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
151.457.941-34	LUZIA CORDEIRO DA SILVA MENEZE	GER-EXEC ANAPOLIS
278.430.255-53	AUGUSTO FABIO OLIVEIRA DOS SAN	GER-EXEC ARACAJU
205.605.241-53	JOSE GARCIA TOSTA	GER-EXEC ARAÇATUBA
045.328.768-93	CARLOS AUGUSTO CASUSCELLI	GER-EXEC ARARAQUARA
331.911.826-91	EDGARD ANTONIO TEIXEIRA	GER-EXEC BARBACENA
202.739.325-00	FRANCISCA DA SILVA DE OLIVEIRA	GER-EXEC BARREIRAS
023.749.428-05	JOSUE LOPES MOREIRA FILHO	GER-EXEC BAURU
107.932.752-53	TEREZA CRISTINA CONDE DOS SANT	GER-EXEC BELÉM
324.994.936-15	PITAGORAS TADEU MIRANDA DE ALM	GER-EXEC BELO HORIZONTE
445.338.889-68	ALVARO ANDERSON	GER-EXEC BLUMENAU
252.476.032-49	LEONILZA LUCENA POSSEBON RIBEI	GER-EXEC BOA VISTA
281.443.414-49	FRANCISCO ROBERTO DE SOUSA MAR	GER-EXEC CAMPINA GRANDE
624.196.258-20	BRENO GERIBELLO DA CRUZ	GER-EXEC CAMPINAS
139.800.091-49	JOAQUIM CANDIDO TEODORO DE CAR	GER-EXEC CAMPO GRANDE
326.799.207-91	JOSE ALMIR PESSANHA DA SILVA	GER-EXEC CAMPOS GOYTAC
257.661.980-00	LUIZ ANTONIO ROCHA	GER-EXEC CANOAS
317.322.081-15	ROLNEI DE SOUZA TOSI	GER-EXEC CARUARU
692.234.249-68	CLEONICE DARIVA	GER-EXEC CASCAVEL
629.555.190-49	CRISTIANO RICARDO FAGUNDES KOC	GER-EXEC CAXIAS DO SUL
560.004.649-91	ANA DAGOSTIN PEREIRA	GER-EXEC CHAPECÓ
419.809.306-78	CLARICE BASTOS BARBOSA	GER-EXEC CONTAGEM
421.592.379-49	MARILU SCALAMBRINI DA CUNHA	GER-EXEC CRICIUMA

268.891.881-87	LUCY ROSA DA SILVA	GER-EXEC	CUIABÁ
027.711.979-01	FABRICIO MONTEIRO KLEINIBING	GER-EXEC	CURITIBA
486.001.486-34	ANTONIO CARLOS FERNANDES	GER-EXEC	DIAMANTINA
272.450.201-91	JERSON APARECIDO DA COSTA	GER-EXEC	DF
444.490.116-00	ALEXANDRE ALVES GOMES	GER-EXEC	DIVINÓPOLIS
200.073.701-30	FRANCISCO CARLOS DA SILVA	GER-EXEC	DOURADOS
600.899.547-34	MARIA DE LOURDES FERREIRA DE O	GER-EXEC	DUQUE CAXIAS
062.083.805-10	HILDETE NEVES DE FARIAS	GER-EXEC	FEIRA SANTANA
317.994.930-91	LUCIA DA SILVEIRA ESPINDOLA	GER-EXEC	FLORIANÓPOLIS
061.738.703-63	JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	GER-EXEC	FORTALEZA
345.016.814-20	FRANCISCO HERIBERTO GRANJA ALE	GER-EXEC	GARANHUNS
196.720.631-72	JOSE APARECIDO DA SILVA	GER-EXEC	GOIÂNIA
834.022.686-04	NELIA CRISTINA DA SILVA RIBEIR	GER-EXEC	GOV VALADARES
092.257.868-08	ROSA MARIA CARVALHO FELIX	GER-EXEC	GUARULHOS
313.231.030-15	IVAN DEMBOGURSKI	GER-EXEC	IJUÍ
175.381.065-53	GEORGE FERRAZ CAMPOS	GER-EXEC	IMPERATRIZ
124.789.465-72	ARIADENE GONCALVES PITANGA	GER-EXEC	ITABUNA
434.768.134-87	MARIA DO SOCORRO BRITO DA SILV	GER-EXEC	JOÃO PESSOA
285.701.544-53	JUTALIA ROSA DOS SANTOS RODRIG	GER-EXEC	JOINVILLE
986.632.674-87	AUGUSTO CESAR GOMES NETTO	GER-EXEC	JUAZEIRO
987.791.413-15	JOSE JEFFERSON CAMPOS DE SANTA	GER-EXEC	JUAZEIRO NTE
553.556.927-53	PAULO EDUARDO CIRINO	GER-EXEC	JUIZ DE FORA
049.505.888-26	EUDIS URBANO DOS SANTOS	GER-EXEC	JUNDIAÍ
413.923.539-04	ALTAMIR DA SILVA CARDOSO	GER-EXEC	LONDRINA
151.299.852-49	MARIA SOCORRO DA COSTA CONCEIC	GER-EXEC	MACAPÁ
350.378.064-53	JOSE RONALDO MEDEIROS	GER-EXEC	MACEIÓ
098.721.608-21	MARCELO PEREIRA BRUNACIO	GER-EXEC	MANAUS
038.286.648-73	JURANDIR TEIXEIRA DE LEMOS	GER-EXEC	MARÍLIA
453.351.769-20	VALMIR DE SOUZA TOMAZ	GER-EXEC	MARINGÁ
549.632.300-20	AMARILDO DE LEMOS GARCIA	GER-EXEC	MONTES CLAROS
318.913.064-72	FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA	GER-EXEC	MOSSORÓ
378.790.304-68	EDSON RENOVATO DE OLIVEIRA JR	GER-EXEC	NATAL
882.769.377-72	MANOEL RICARDO PALMEIRA LESSA	GER-EXEC	NITERÓI
224.178.000-63	NEUSA MARIA TAROUCO CORREA	GER-EXEC	NOVO HAMBURGO
049.645.778-05	SANDRA MARGARETH M C CAVALCANTI	GER-EXEC	OSASCO
403.541.136-15	SIBELE MACHADO SOUZA MONTEIRO	GER-EXEC	OURO PRETO
364.544.351-72	SILVANO COELHO LIRA	GER-EXEC	PALMAS
303.198.890-68	JOSE HUMBERTO QUEVEDO MELO	GER-EXEC	PASSO FUNDO
312.556.120-53	MARIA DE LURDES CECCAGNO CASSOL	GER-EXEC	PELOTAS
267.796.844-49	ROBERTO CARLOS D DE ANDRADE	GER-EXEC	PETROLINA
712.062.647-72	MARCELO PISSURNO MELLADO	GER-EXEC	PETRÓPOLIS
070.803.358-09	Ma. SILVIA BUENO O C DOS SANTOS	GER-EXEC	PIRACICABA
449.961.526-72	SILVANA CUNHA VALE NOGUEIRA	GER-EXEC	POÇOS CALDAS
316.592.686-72	LUIZA HELENA M DE SOUSA LESSA	GER-EXEC	PONTA GROSSA
425.715.450-00	SINARA APARECIDA PASTORIO	GER-EXEC	PORTO ALEGRE
580.419.317-15	SONIA Ma. M WERNECK DE ARAUJO	GER-EXEC	PORTO VELHO
826.225.408-25	Ma. DE LOURDES DEO GASPAROTTO	GER-EXEC	PRES PRUDENTE
856.016.325-53	LUIS ERNESTO F SANTA BARBARA	GER-EXEC	RECIFE
051.252.368-10	ADRIANO JOSE DALLA MARTHA	GER-EXEC	RIBEIRÃO PRETO
091.090.562-20	ELIAS MARTINS EVANGELISTA	GER-EXEC	RIO BRANCO
440.023.861-04	LIVIA AZEVEDO APRIGIO	GER-EXEC	RIO JANEI-CTO
459.932.897-91	FERNANDO NUNES PESTANA	GER-EXEC	RIO JANEI-NTE
349.235.604-44	ALESSANDRA BUARQUE DE A SILVA	GER-EXEC	SALVADOR
469.526.910-49	ADELAR VICENTE R ESCOBAR	GER-EXEC	SANTA MARIA
036.662.998-06	FATIMA CONCEICAO GOMES	GER-EXEC	SANTO ANDRÉ

073.933.775-00	LUCIANO ANDRADE DIAS	GER-EXEC	STO ANT JESUS
017.933.848-00	IVETE ROCHA BITTENCOURT	GER-EXEC	SANTOS
578.814.138-91	GENESIO DENARDI	GER-EXEC	S BERN CAMPO
061.987.278-07	MARCELO BERTOLDO MOTTA	GER-EXEC	S J BOA VISTA
062.305.698-41	DULCINA FATIMA GOLGATO AGUIAR	GER-EXEC	S J RIO PRETO
065.974.288-89	NANCI WILMA SANTOS TURCHETTI	GER-EXEC	SÃO J CAMPOS
251.217.663-00	SOLANGE DE JESUS GOUVÊA	GER-EXEC	SÃO LUÍS
073.659.928-24	GEORGE WAGNER DE O MONARCHA	GER-EXEC	SÃO PAULO-CTO
055.715.578-93	MARCIA GARCIA	GER-EXEC	SÃO PAULO-LTE
842.214.618-53	MARIZA MEDEIROS SCARANCI	GER-EXEC	SÃO PAULO-NTE
034.952.228-63	LUCIA HELENA PAQUIER	GER-EXEC	SÃO PAULO-SUL
236.060.103-20	FRANCISCO ASSIS S MANO BARRETO	GER-EXEC	SOBRAL
072.099.298-27	DECIO ARAUJO	GER-EXEC	SOROCABA
026.185.668-58	MIRIAN BARBOSA DE BIASI	GER-EXEC	TAUBATÉ
844.229.477-53	JORGE DENILSON MOREIRA CARMONA	GER-EXEC	TEÓFILO OTONI
520.768.308-04	ULPIANO JOSE TAVARES GOMES	GER-EXEC	TERESINA
196.442.216-72	DONIZETTI ANTONIO DE OLIVEIRA	GER-EXEC	UBERABA
498.445.206-49	SIDONIA DE FATIMA BRAGA	GER-EXEC	UBERLÂNDIA
218.166.970-87	VILSON ANTO CATHARINO RODRIGUES	GER-EXEC	URUGUAIANA
323.702.026-53	SERGIO KUROKI TAKEISHI	GER-EXEC	VARGINHA
398.313.456-49	APARECIDA FRANCIS P DA CUNHA	GER-EXEC	VITÓRIA
130.077.005-82	ARLINDO ALVES PEREIRA NETO	GER-EXEC	VIT. CONQUISTA
711.181.607-20	LUIZ SERGIO MENDES	GER-EXEC	VOLTA REDONDA

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS encaminhe os resultados obtidos com as providências adotadas pelas Gerências-Executivas, visando à regularização dos fatos apontados em auditorias realizadas por esta CGU, nos exercícios de 2002 a 2006, referentes ao pagamento de aposentadorias, abonos e auxílios pela referida Entidade, ainda não enviadas a esta SFC/CGU-PR.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Que o INSS adote providências junto as Gerências-Executivas para regularização dos fatos apontados ainda ausentes de medidas corretivas.

#### **RECOMENDAÇÃO: 003**

Que o INSS apure responsabilidade pela ausência de providências das Gerências-Executivas quanto às irregularidades apontadas.

#### **RECOMENDAÇÃO: 004**

Que o INSS encaminhe as providências adotadas com vistas à recuperação dos valores pagos indevidamente para os benefícios já cessados e para os quais foram identificadas irregularidades na concessão/manutenção dos mesmos, ainda não enviadas a esta SFC/CGU-PR.

#### **RECOMENDAÇÃO: 005**

Que o INSS agilize o desenvolvimento e a conseqüente implantação dos novos sistemas informatizados do Novo Modelo de Gestão, com intuito de eliminar a fragilidade dos mecanismos de controle existentes no processo de manutenção e concessão de benefícios.

#### **7.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (085)**

NÃO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA OPERACIONAL DESTA CGU A RESPEITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO

Analisamos as informações prestadas com relação ao atendimento das recomendações presentes no Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, desta CGU, que avaliou a eficácia da implementação do Novo Modelo de Gestão e as ações necessárias à modernização tecnológica da Previdência Social.

Com relação ao item 13.1.1.1 do supracitado relatório de auditoria, que apontou ausência de eficácia na implementação do Novo Modelo de Gestão, o gestor apresentou Plano de Internalização do Projeto de Implementação do Novo Modelo de Gestão - PINMG, que prevê o desenvolvimento de 9 (nove) grupos ou produtos, a saber:

- a) Detalhamento dos processos, que se refere à atividade de conclusão do detalhamento dos processos de trabalho, em virtude da ampliação do escopo do PINMG;
- b) Apresentação dos requisitos de negócio à Dataprev e Fábrica de Software, que decorre das ações realizadas junto à Dataprev e Fábrica de Software - FSW para o repasse de conhecimento das regras de negócio, visando a especificação de requisitos para o desenvolvimento dos sistemas;
- c) Necessidade de detalhamento dos processos de negócio, tendo em vista o provável surgimento de novas necessidades das Diretorias do INSS;
- d) Capacitação dos novos integrantes na equipe, que objetiva capacitar novos integrantes da equipe e servidores indicados para a transferência de tecnologia na metodologia utilizada e no gerenciamento do projeto;
- e) Capacitação dos usuários, haja vista a necessidade de acompanhar e fornecer subsídios para a Escola Previdenciária na elaboração e execução da proposta de capacitação dos servidores aos novos processos e sistemas;
- f) Desenvolvimento de processos e sistemas, tendo em vista a necessidade do acompanhamento das obrigações previstas no contrato firmado com a Fábrica de Software e a realização das atividades de gerenciamento do projeto, no que diz respeito a prazos, integração e prestação de contas às instâncias superiores do INSS e Órgãos de Controle;
- g) Manual de Processos, que se refere à elaboração, apresentação e validação, junto às Diretorias do Instituto, do Manual de Processos, que possibilitará o acesso e consulta aos novos procedimentos implantados;
- h) Legislação associada, objetivando o acompanhamento da legislação associada aos processos detalhados e da elaboração das propostas de alteração dessa legislação; e
- i) Ferramentas de Processo, decorrente da necessidade de acompanhar a manutenção e atualização da documentação gerada pelas equipes de trabalho nas ferramentas disponíveis.

As metas associadas aos produtos previstos estão a seguir elencadas:

- Acompanhar a execução do contrato da Fábrica;
- Acompanhar a condução de cada projeto de software, observando o atendimento das especificações constantes das Ordens de Serviço;
- Acompanhar o processamento de testes automatizados e não automatizados apresentados pela Fábrica;
- Aferir a qualidade dos produtos entregues de acordo com o estabelecido no manual de relacionamento;



- Acompanhar o detalhamento dos processos priorizados pelas áreas de negócio;
- Acompanhar a conclusão da elaboração do Manual de Processos, após a aquisição da ferramenta ARIS PUBLISHER;
- Propor junto às Diretorias e Coordenações a validação do Manual de Processos;
- Repassar à área competente pela realização da capacitação, as informações necessárias ao treinamento dos servidores nos novos processos e sistemas que serão implantados;
- Repassar, aos servidores indicados pelas Diretorias e Coordenações-Gerais, o conhecimento e a metodologia utilizada no NMG; e
- Propor a divulgação dos trabalhos realizados, bem como os resultados alcançados.

Analisando o Plano encaminhado, constatamos a ausência de quantificação das metas apresentadas, em termos percentuais de realização por unidade de tempo, como também a não definição de prazos para entrega dos produtos definidos no Plano de Internalização do PINMG.

Verificamos que o cronograma apresentado refere-se à implantação do Plano de Modernização Tecnológica - PMT e seu alinhamento com o NMG, que não considerou, na sua elaboração, a totalidade dos produtos constantes do Plano de Internalização do PINMG. Ademais, as macroações apresentadas precisam ser melhor detalhadas, de modo que as atividades relativas a cada uma delas possam ser acompanhadas e avaliadas na sua totalidade.

Outro fator importante, que não observamos no plano em comento, diz respeito à adoção de medidas que garantam o comprometimento dos envolvidos na condução e execução do PINMG, INSS, MPS e Dataprev, de modo a garantir a perfeita integração e alinhamento dos citados entes no desenvolvimento e implementação dos ganhos e benefícios que advirão com o NMG.

Sendo assim, o Plano de Internalização como apresentado, impossibilita o acompanhamento da execução do PINMG, em termos de realização de atividades e de entrega dos produtos, bem como dificulta a correção de desvios e imprevistos que porventura surjam no decorrer dos trabalhos das equipes envolvidas no projeto.

Relativamente ao item 13.1.1.2, do relatório de auditoria em comento, que apontou ausência do Plano de Capacitação, necessário à internalização do Novo Modelo de Gestão e à modernização tecnológica, o gestor encaminhou planilha das necessidades de capacitação previstas para o NMG no âmbito da CGTI/INSS, porém, não apresentando o planejamento de treinamento, além de não ter contemplado o Plano de Capacitação do MPS e da Dataprev.

Constatamos, também, a ausência de definição das turmas, seleção de servidores, preparação de material, contratações efetivadas, recursos envolvidos e objetivos a alcançar na planilha, situação esta reconhecida pelo gestor, conforme justificativas apresentadas.

Em que pesem as medidas anunciadas e as dificuldades relatadas, no sentido de prover o NMG de Plano de Capacitação que integre os atores do sistema previdenciário brasileiro e contemple todas as ações necessárias à capacitação e treinamento exigidos, entendemos que o item ainda permanece pendente de regularização.

Já com relação ao item 13.1.1.4, do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, que constatou a intempestividade no encaminhamento de demandas de serviços para a Fábrica de Software, o gestor não informou

as medidas adotadas para imprimir celeridade na demanda de serviços para a citada Fábrica, informando apenas as causas que culminaram na entrega da 1ª Ordem de Serviço - OS, somente após decorridos 5 (cinco) meses da contratação da FSW.

Cabe destacar que a implementação do Novo Modelo de Gestão, regulamentado nos atos normativos Resolução nº 8, de 24 de agosto de 2004, do Comitê de Gestão Estratégica da Previdência Social; Portaria MPS/SE nº 102, de 10 de setembro de 2004; Portaria nº 4.189/INSS/DCPRES, de 5 de novembro de 2004; Portaria nº 694/INSS/DCPRES, de 22 de março de 2005; Portaria nº 15/INSS/PRES, de 25 agosto de 2005; e Portaria nº 1.470/INSS/PRES, de 14 de junho de 2006, envolve o "desenvolvimento de sistemas que vão suportar os novos processos de trabalho, bem como uma nova infra-estrutura tecnológica de suporte a estes sistemas; necessita de uma nova estruturação organizacional e de um realinhamento das necessidades de capacitação das pessoas". Para tanto, estão envolvidos no trabalho o INSS e a DATAPREV, esta por meio da sua Diretoria de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações - DRD, encarregada do desenvolvimento dos novos sistemas que darão suporte ao novo modelo de gestão a ser implementado no INSS.

**ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

O gestor não atendeu às recomendações do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, desta CGU, que avaliou a eficácia da implementação do Novo Modelo de Gestão e as ações necessárias à modernização tecnológica da Previdência Social.

**CAUSA:**

As causas para os fatos relatados deveram-se à ausência de integração entre o MPS, o INSS e a DATAPREV, falta de agilidade e tempestividade por parte da DATAPREV nas demandas relacionadas à fábrica de software, e ausência de definições estratégicas, por parte do INSS, que permitissem a implementação do NMG e o desenvolvimento de um plano de capacitação adequado às necessidades do novo modelo de gestão.

**JUSTIFICATIVA:**

Por meio do Ofício INSS/CGTI/nº 28/2007, de 16.3.2007, o gestor manifestou-se sobre os assuntos supramencionados, informando que:

"Recomendação - Apresentar um Plano de Internalização do Novo Modelo de Gestão, alinhado das três casas pertencentes ao sistema previdenciário, MPS, INSS e DATAPREV, garantindo o alinhamento entre o Novo Modelo de Gestão e as ações de modernização tecnológica e capacitação, contemplando medidas que permitam o desenvolvimento de uma política de continuidade do projeto, que ultrapassem mudanças de direção nas três casas.

Informamos que, em atendimento à SA nº 187961-02, datada de 14 de dezembro de 2006, foi encaminhado o Plano de Internalização, elaborado pelo PINMG, que ora anexamos. Esclareço que, em dezembro de 2006 o referido plano foi apresentado em reunião, para o Presidente e Diretores do INSS, ocasião em que foi aprovado.

Visando garantir a concretização e internalização das ações do NMG, foram incluídas, dentre as principais macro-ações programadas para a Previdência Social, conforme anexo, a disseminação do conhecimento sobre o NMG, implementação dos sistemas de benefícios, viabilização de respaldo legal para utilização das informações do CNIS, internalização

do conhecimento do NMG na DATAPREV e implantação do Plano de Modernização Tecnológica.

Tais ações foram planejadas com definição de objetivos, macro-ações, prazos com o devido seqüenciamento e duração das atividades a serem realizadas para o alcance dos objetivos propostos e os responsáveis pelas ações necessárias para a implementação do NMG.

A estratégia de implementação do NMG definiu as ações necessárias para viabilizar a transformação nos procedimentos e rotinas da Instituição, através da implementação dos processos de trabalho redesenhados, no desenvolvimento e implantação de novos sistemas, que contemplam os processos de apoio, integradores necessários para suportar os novos processos e sistemas. Quanto aos macro-processos de benefícios, seu escopo foi ampliado, além do Previdência não Programada e o BPC-LOAS, está sendo detalhado, também, o Previdência Programada e Encargos Previdenciários da União.

Atualmente o projeto possui três grandes blocos, em fase de desenvolvimento de sistemas, que foram denominados:

-Projeto SIBE que inclui o SATCON (Satisfazer e Avaliar as Condições para o Reconhecimento Inicial do Direito), MCJ (Módulo de Cálculo Judicial), AGEPER (Agendamento e Perícias Médicas), REQUER (Requerimento de Benefícios), ATUBEN (Atualização de Benefícios) e o COMPIBEN (Componentes Integrados de Benefícios). Em fase de elaboração de Declaração de Escopo encontram-se os projetos: REAVDIR (Revisão da Manutenção do Direito), RECBEN (Recurso Administrativo de Benefícios), IGEPER (Informações Gerenciais de Perícia Médica) e MONITOR (Monitoramento do Reconhecimento e Manutenção do Direito);

-Projeto CONTENCIOSO (Contencioso do INSS) encontra-se em fase de elaboração da Declaração de Escopo e contemplará os processos de interesse da Previdência em relação às demandas oriundas do Poder Judiciário, permitindo a interação virtual entre o Instituto e as Instâncias Judiciais, a implantação e o monitoramento das ações decorrentes;

-Projeto CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais que inclui o CNIS-PF (Pessoa Física) e CNIS-VRC WEB (Vínculos, Remunerações e Contribuições), as Ordens de Serviços já foram elaboradas em parceria com a DATAPREV, enviadas à Fábrica de Software e estão na fase de especificação dos sistemas. Em fase de elaboração de Declaração de Escopo encontram-se os projetos: CNIS BASE (Base de Dados de Vínculos, Remunerações e Contribuições) e CNIS GPS (Cadastro de Guias de Recolhimento da Previdência Social).

Estamos iniciando os novos pacotes para detalhamento dos Processos de Apoio referentes à Gestão de Logística e Finanças, modelados pelo NMG, para que a Dataprev e Fábrica de Software possam desenvolver os novos sistemas que irão permitir a execução, acompanhamento, gerenciamento e controle das atividades da Diretoria de Orçamento Finanças e Logística em uma única plataforma tecnológica e ambiente web, bem como fornecer apoio aos processos de negócio.

(...)

Outras importantes frentes de trabalho que estão previstas para 2007, vinculadas à área de Benefícios, incluem o sistema de pagamento, compensação previdenciária e reabilitação profissional. Outras demandas serão viabilizadas para realizar a migração da atual infraestrutura que hospeda o Sistema Único de Benefícios - SUB. Dentre elas, estão sendo iniciadas em março deste ano, os trabalhos das equipes de Pagamento de Benefícios, Pagamentos efetuados no exterior

com base em Acordos Internacionais, bem como do Controle Interno de Benefícios.

Além dos pacotes acima, em fase de iniciação, temos o processo de Gestão de Documentos e Gestão de Imóveis que já tiveram parte de suas atividades desenvolvidas em 2006, bem como o pacote Planejar e Administrar Estrategicamente, que pertence aos processos integradores, também já trabalhados.

O Plano de Modernização Tecnológica da Previdência Social - PMT, que dentre seus objetivos se propõe a consolidar os investimentos necessários a serem realizados pela Dataprev, pelo INSS e pelo Ministério da Previdência Social, de acordo com a rede de precedência e os trabalhos em curso para efetivação da modernização da organização como um todo, busca viabilizar a otimização dos esforços e recursos neste desafio.

Em suma, a orientação estratégica em curso prevê a continuidade dos trabalhos conduzidos a partir da estrutura do PINMG em outro formato, diretamente vinculado às áreas responsáveis pela operacionalização do "dia-a-dia" da Instituição.

A responsabilidade pela condução dos trabalhos passou a ser das Diretorias do INSS e, neste momento, apenas as diretorias que já possuem processos sendo detalhados estão envolvidas, cabendo a elas a indicação dos servidores que atuarão nesta etapa, a definição de outros processos a serem detalhados, bem como o desenvolvimento dos planos de trabalho, o acompanhamento e a supervisão destas atividades. Tal estratégia foi concebida com a finalidade de estreitar ainda mais a integração entre as equipes que atuam na construção dos novos modelos de processos e sistemas, e aquelas envolvidas na manutenção dos sistemas atuais, tornando-as gradualmente uma só equipe, com o intento de evitar riscos de falta de alinhamento entre as ações de curto, médio e longo prazos.

Transferência de tecnologia em metodologia e gerenciamento de projeto aos servidores da Direção Central.

Vale ressaltar que a estrutura montada pelo PINMG no que se refere ao gerenciamento de projetos em suas diversas nuances, em especial, comunicação, acompanhamento de prazos, escopo, risco e qualidade, foram internalizadas por uma equipe que estará engajada nesta nova fase dos trabalhos, garantindo assim a continuidade dos mesmos, sem um processo de ruptura com a etapa anterior, e permitindo às áreas formais da Instituição a efetiva internalização deste modelo de organização na condução dos projetos.

Recomendação - Encaminhar o Plano de Capacitação, elaborado pela Escola Previdenciária. Tal plano deve estar alinhado e integrado nas três casas do sistema previdenciário, contemplando todas as ações necessárias para a realização da capacitação, tais como: seleção de servidores, montagem de turmas, preparação de material, contratações, recursos envolvidos, cronograma, objetivos a alcançar, dentre outros. As metas contidas no referido plano devem ser compatíveis com as necessidades do Novo Modelo de Gestão e os novos sistemas a serem desenvolvidos, de forma que se permita a melhoria contínua e gestão do conhecimento no sistema previdenciário.

A implantação dos novos processos e sistemas é uma questão central dentre as ações estratégicas da Previdência Social. Implica num processo de capacitação para o INSS, MPS e Dataprev. Porém, trata-se de um desafio de grande monta, que tem sido conduzido de forma integrada, sob coordenação do Ministério da Previdência Social, na

forma de projeto da Escola Previdenciária que se encontra em estruturação.

Este desafio consiste na compatibilização dos planos de projetos de desenvolvimento de sistemas com as ações relativas à capacitação, que envolvem a concepção de um novo modelo a ser adotado. Capacitar milhares de servidores, espalhados em todo país em sistemas de alta complexidade, em um período de tempo relativamente curto, exige um alto grau de patrocínio gerencial, uma significativa monta de recursos e um grau de agilidade operacional poucas vezes presente em órgãos públicos.

Neste sentido, a condução dos trabalhos pela Previdência Social consiste nas seguintes ações estruturantes:

- Alocação de uma equipe para estruturação do projeto da Escola Previdenciária, com dedicação em tempo integral, para tratar da integração das demandas de capacitação das três casas (MPS, Dataprev e INSS). Para tanto, a equipe já está constituída e as atividades de consolidação da escola estão em andamento;

- Criação de um modelo de capacitação que permita, com a agilidade necessária e dentro das disponibilidades financeiras, a disseminação de informações com a maior agilidade possível e dentro de um nível de qualidade aceitável. Neste sentido está em curso a aplicação de novos conceitos para capacitação no âmbito da Previdência Social, contemplando a utilização de recursos de ensino à distância (e-learning, tele-aulas, recursos de videoconferência, uso do manual eletrônico de processos, dentre outras inovações);

- Preparação da infra-estrutura de comunicação para viabilizar o novo formato de interação das unidades do INSS, mediante a implantação do novo contrato de rede de longa distância (rede WAN) pela Dataprev, bem como pela modernização das redes locais (rede LAN) pelo INSS, para suportar o grau cada vez mais exigente de troca de informações;

- Aquisição e distribuição de infra estrutura necessária para garantir acesso às unidades do INSS, aos novos recursos didáticos, tais como: caixas de som, web cams, projetores, etc.

- Elaboração de conteúdo programático pelos técnicos envolvidos no desenvolvimento dos novos sistemas, utilização da metodologia proposta pela Escola Previdenciária, formação conteudista, instrutorias, facilitadores de aprendizagem e demais recursos didáticos para aplicação na nova concepção de modelo das capacitações.

Em linhas gerais, tal estratégia acrescenta uma nova visão no formato das capacitações que eram realizadas pela Previdência Social em outras oportunidades.

O planejamento em andamento prevê a aplicação gradativa deste novo formato de capacitação, aplicando-o a curso de menor complexidade no primeiro momento, para preparar a equipe técnica e aperfeiçoar os recursos e metodologias, visando o início dos trabalhos de capacitação nos novos sistemas de informação.

Na atual fase do projeto não há insumos técnicos para viabilização imediata da recomendação ora proposta, no que tange à definição de turmas, preparação de materiais, etc. Tais definições estão em andamento e serão oportunamente produzidas e disponibilizadas.

Segue em anexo, para complementação das informações, a planilha das necessidades de capacitação previstas para o NMG, que apresenta o atual estágio de levantamento de insumos para as capacitações a serem realizadas, salientando que a mesma poderá ser atualizada se necessário for.

Com relação ao Plano de Capacitação do Ministério da Previdência Social e Dataprev informamos que enviamos Ofícios, respectivamente aos Srs. Secretário Executivo e Presidente, solicitando a elaboração do Plano de Capacitação para que possamos integrá-lo ao do INSS, conforme anexo.

Recomendação - Adotar medidas que proporcionem maior celeridade na demanda de serviços para a fábrica de software, e que a área de negócios do MPS/INSS e a Dataprev realizem a especificação de requisitos da fase de iniciação e elaboração, para que a fábrica de software possa iniciar suas atividades na fase de construção dos sistemas, o que agilizaria o processo de implementação dos sistemas definidos no NMG.

O trabalho a ser desenvolvido com uma Fábrica de Software - FSW externa, demanda uma série de esforços que não se resumem apenas na emissão de Ordens de Serviço. Efetivamente, o trabalho com a FSW contratada teve seu início em 20 de setembro de 2006, 12 dias úteis após a assinatura do contrato, com os grupos temáticos de trabalho, compostos por profissionais da Dataprev, do Consórcio Info-Prev-Br e do INSS, para a definição dos procedimentos técnicos, de relacionamento e da infra-estrutura necessários à execução do contrato. Este período, denominado de Start Up e previsto no contrato, teve seu término em 20 de outubro de 2006, e gerou uma vasta documentação que detalha e complementa os procedimentos previstos no contrato.

Superada esta fase, iniciou-se a implementação do que fora definido. As questões relativas à infra-estrutura, como a preparação e instalação de servidores e ferramentas de desenvolvimento em rede isolada para acesso pela fábrica, a instalação e configuração do ambiente de transição entre a rede da Dataprev e a da fábrica, a identificação e configuração das estações de trabalho com permissão para acesso, os procedimentos para utilização de VPN - Virtual Private Network e para utilização de link dedicado de acesso remoto, dentre outras, requereram o envolvimento de profissionais da fábrica e de vários setores da Dataprev, com acentuada participação da área de segurança de redes, demandando esforços e tempo compatíveis com o tamanho e complexidade da empreitada.

A reorganização dos postos de trabalho e layouts das áreas de desenvolvimento de software da Dataprev, para atender ao conceito de células de projeto, foi um outro item de grande importância para a infra-estrutura de trabalho necessária.

Em paralelo às questões de infra-estrutura, as sistêmicas estavam sendo tratadas. O processo teve início com a apresentação da visão geral dos dois grandes sistemas a serem desenvolvidos, SIBE Fase I e CNIS, e a ambientação e aculturação dos profissionais da fábrica de software. Após este processo, tiveram início as apresentações dos objetivos e do estado da arte para cada projeto, abrindo-se as discussões pertinentes. Com os conceitos absorvidos, iniciaram-se as avaliações das estratégias de implementação, ou seja, interdependências, precedências, riscos envolvidos e a estratégia para o desmembramento do desenvolvimento de cada projeto com vistas a

minimizar a integração e otimizar a substituição, total ou parcial, dos sistemas legados.

A etapa seguinte implicou na avaliação dos artefatos já produzidos para cada projeto e na negociação junto à FSW contratada para definição das fases da metodologia de desenvolvimento de sistemas a serem contratadas.

Com todas estas questões trabalhadas e consolidadas, teve início a elaboração dos cronogramas integrados de execução para os sistemas SIBE Fase I e CNIS e as análises dos Pontos por Função de cada projeto. Posteriormente, para cada ordem de serviço - OS de cada projeto, realizado o seu detalhamento, a contagem dos Pontos por Função e a sua elaboração.

Cabe ressaltar que o trabalho descrito acima, exceto o período do Start Up, ocorreu a partir do dia 23 de outubro de 2006 e durante meses atípicos, dezembro e janeiro. Atípicos em função das festividades de Natal e final de ano, concentração de afastamentos por férias e, principalmente, pelo período restritivo para convocação de servidores públicos da Previdência, de 15 de dezembro a 15 de janeiro.

Desta forma, consideramos que o trecho da conclusão "...a falta de tempestividade dos gestores no encaminhamento de demandas à fábrica contratada. Ressalta-se que, decorridos cinco meses da contratação da referida fábrica de software, não foi encaminhada nenhuma solicitação de serviço para ser executada pela mesma." não retrata as reais condições de execução do projeto.

O "longo" período de tempo transcorrido até a entrega da primeira OS à FSW contratada, em nosso entendimento, não pode ser percebido como "falta de tempestividade" no encaminhamento de demandas e sim como um custo de entrada, necessário e, em quase a sua totalidade, único para toda a execução do contrato. Abrir mão destas ações preliminares implicaria em incorrer em um risco alto de retrabalhos e discussões intermináveis entre as equipes do INSS, Dataprev e Consórcio, podendo, aí sim, comprometer a viabilidade operacional do projeto como um todo.

Vale registrar que todo o trabalho de preparação, causador da aparente morosidade no encaminhamento das demandas à FSW, acarretará celeridade e qualidade na execução dos serviços contratados. Este entendimento é compartilhado pela própria contratada que se prestou a atuar nesta fase do projeto sem qualquer tipo de pagamento adicional.

(...).

Cabe registrar que:

Projeto AGEMED - Agendamento e Serviços Médicos teve seu nome alterado, a pedido do INSS, para Agendamento e Perícia Médica - AGEPER;

Os Projetos IGEPER, MONITOR, REAVDIR e RECBEN estão com as Declarações de Escopo assinadas pelo INSS e se encontram na fase de apresentação e planejamento de execução com a FSW contratada;

Projeto COMPIBEN tem por característica primordial a integração dos projetos físicos e a coordenação da construção de todos os componentes de todos os projetos que compõem o sistema SIBE Fase I, vindo a utilizar a FSW contratada, no momento adequado, para a totalidade da construção das versões integradas do referido sistema; e

Projeto CNIS-VRC Migração está sendo desenvolvido inteiramente com equipe da DATAPREV, sem a utilização dos serviços da FSW contratada

uma vez que utilizará tecnologias legadas para extração e carga de dados.

Entendemos, ainda, que a recomendação para virmos a utilizar a FSW contratada apenas para a fase de construção, não necessariamente agilizaria o processo de implantação dos sistemas. Pelo contrário, a realização das fases de iniciação e elaboração, incluindo aí a especificação do projeto físico, em conjunto, no conceito de células de projetos, nos possibilita uma melhor absorção da metodologia de desenvolvimento e das novas tecnologias, um menor índice de retorno e defeitos dos artefatos encaminhados para construção e uma maior produtividade. Cabe, ainda, salientar que as especificações para projetos com características diferenciadas como ECM - Enterprise Content Management e BI - Business Intelligence, apresentam características de forte integração com as ferramentas de implementação, situação essa que, mais uma vez, nos aponta para uma especificação em conjunto como melhor estratégia para a construção e manutenção futura dos sistemas.

Além disto, é escopo do projeto a transferência de tecnologia no desenvolvimento de sistemas orientados a objetos pela Dataprev, visando viabilizar a sustentação dos novos produtos sem criação de dependência com a equipe técnica do consórcio. Para tanto, é fundamental a participação da Dataprev em todas as etapas do projeto de software.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a metodologia adotada pela Previdência Social para desenvolvimento de sistemas, implica na necessidade de modelagem do processo e esta etapa, igualmente complexa e extensa, não é contemplada na contratação da fábrica de software, sendo, no entanto, fundamental para a criação da base de conhecimento sobre os novos processos e sistemas. Tal etapa foi priorizada pelo INSS durante a fase de licitação da Fábrica de Software, tendo sido fundamental para permitir agilidade na consolidação dos requisitos que subsidiam os projetos de sistemas, ora em curso."

Em complementação ao Ofício INSS/CGTI/nº 28/2007, de 16.3.2007, recebemos e-mail com as seguintes informações:

"Proposta de Internalização:

Foi definido como diretriz estratégica do INSS a internalização, pelas áreas formais do organograma do Instituto, das ações do novo modelo de gestão, com o objetivo de viabilizar a integração entre as demandas correntes (dia-a-dia) e as demandas de médio e longo prazos previstas nesse projeto, tornando a própria implantação como parte das demandas correntes de maneira gradual.

Neste intuito, houve a mobilização das áreas de negócio e definido um modelo de operação, o qual ainda está em fase de amadurecimento. Desta forma, encaminhamos as ações em curso em cada área e os papéis na condução do projeto:

Presidência:

Gestão do projeto como um todo, definindo prioridades gerais e acompanhando a execução dos projetos, incluindo suporte técnico.

Coordenação-Geral de TI:

Acompanha as ações de desenvolvimento de sistemas pela fábrica de software (incluindo os produtos, ordens de serviço, faturas, etc.) e gerencia a alocação da infra-estrutura do projeto junto à Dataprev (ambientes centrais e cliente). Atua no suporte da ferramenta Aris



junto às equipes de projeto e apoia na metodologia de planejamento, execução e controle pelas demais áreas.

#### Unidade de Execução Local - INSS

Apoia a gestão administrativa do projeto no que tange à viabilização de deslocamentos, tramitação de documentos do projeto e gestão financeira junto à UCP/MPS e à área de Orçamento do INSS. A partir de abril/2007 passou a alocar funcionários (contratados) para atuar diretamente no apoio operacional do projeto, estando em fase de internalização das atividades. Este apoio operacional inclui a consolidação dos relatórios das equipes para geração do relatório geral do projeto, o monitoramento da execução física e financeira dos vários projetos em curso e respectivas equipes, encaminhamento de informações do projeto aos órgãos de controle, dentre outras atribuições. Até o repasse dessas funções, estas atividades estão sendo realizadas por ex-membros do PINMG que estão conduzindo a transferência de conhecimento à nova equipe, porém, a desmobilização desta equipe já está em curso.

#### Diretoria de Benefícios

Área responsável pela maior parte dos projetos em curso, atua na definição de prioridades, alocação das equipes do INSS participantes do projeto e, principalmente, no monitoramento técnico destes projetos. Como a maior parte dos projetos de benefício estão sendo realizados no Rio de Janeiro, foi montado um plano de acompanhamento pelas áreas da DIRBEN in loco. Neste plano, cada Divisão e Coordenação periodicamente se reúne com as equipes e discute questões técnicas, permitindo o constante alinhamento entre as atividades do projeto e as ações em curso na Diretoria. O planejamento destas reuniões tem uma programação pré-definida, porém pode sofrer ajustes nos casos em que a iteração tenha necessidade de priorização.

#### Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordena a continuidade dos projetos de Gestão de Imóveis e de Documentos, bem como a abertura de novas equipes, incluindo a alocação de pessoas e definição de prioridades. As atividades dessa área são desenvolvidas em Brasília/DF, permitindo a participação direta e constante dos membros da equipe da Diretoria, inclusive com membros fixos nas equipes de projeto, acumulando atividades cotidianas da área. O desenvolvimento de sistemas dessa Diretoria está em fase de planejamento junto à Fábrica de Software e Dataprev, com apoio da CGTI.

#### Procuradoria Federal Especializada/INSS

Atua em dois projetos, o Módulo de Cálculo Judicial, em conjunto com a DIRBEN e o Projeto Contencioso de Benefícios. Os membros da equipe destes projetos são alocados pela PFE/INSS. O acompanhamento das equipes se dá por visitas de membros da Direção Central às equipes no RJ, de acordo com as demandas de necessidades de alinhamento e/ou validação de entendimentos.

#### Recursos Humanos

Está em fase de planejamento a primeira demanda dessa área. O planejamento conta com apoio da CGTI no que tange ao projeto de software.

Paralelamente a este planejamento, a DRH está desenvolvendo o plano do projeto de criação do Banco de Dados Corporativo de Gestão de Pessoas, que armazenará dados funcionais, pessoais e financeiros dos servidores e estagiários do INSS e dados cadastrais de servidores do MPS, AGU, RFB e DATAPREV, visando subsidiar os projetos da área de

RH, bem como o SAA, Banco de Competências, Serviços de Mensageria e demais projetos das outras áreas.

Plano do Projeto de Banco de Dados está sendo construído por representante da DRH, em Brasília, com auxílio da CGTI estando em fase de demanda à DATAPREV, visando a criação de Projetos Físico e Lógico e sua construção pela fábrica de software.

As demais áreas ainda não têm demandas em curso para implantação do projeto.

Proposta de Capacitação:

A Previdência Social está estruturando uma área, diretamente vinculada ao Ministério da Previdência para atender as soluções de capacitação denominada Escola Previdenciária.

Esta equipe está em fase de estruturação e, com a recente mudança em sua gestão, está reavaliando os prazos e metas de capacitação, a luz dos prazos previstos na implantação dos sistemas do NMG.

Este estudo está em fase de concepção e conta com a participação da Dataprev e do INSS. Após esta etapa será construído o plano de capacitação devidamente alinhado às novas diretrizes."

Por meio do Ofício nº 004/AGPP/SE/MPS, de 14.5.2007, foi encaminhada uma proposta do Plano de Capacitação Integrado MPS, INSS e DATAPREV - 2007, que aguarda validação de instâncias superiores.

Ofício informa que cabe ao INSS, portanto, como órgão demandante dessas capacitações fornecer tais informações relativas a objetivos, público-alvo, quantitativo estimado, previsão de realização, definição do responsável pelo Programa e, posteriormente, de cada projeto de capacitação, a indicação dos contendedores entre outros, bem como realizar o aporte dos recursos necessários.

É ainda fundamental que o INSS realize a efetiva formalização da demanda de capacitação, defina a equipe e indique o gerente do projeto que irá conduzir e responder pelo trabalho junto ao Instituto.

Em resposta a SA Final n.º 189534-56, foi encaminhado o Ofício 621/INSS/GABPRES, de 18.6.2007, tendo em anexo o Memorando Despacho n.º 282/2007, contendo em seu item II, as seguintes informações:

II - Posicionamento em relação à não identificação da adoção de providências efetivas no sentido de atender as recomendações desta SFC/CGU-PR, relativas ao Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, auditoria que avaliou a eficácia da implementação do Novo Modelo de Gestão - NMG e às ações necessárias a modernização tecnológica da Previdência Social, nos seguintes pontos:

"a. Que a Previdência Social apresente um Plano de internalização do NMG, alinhado das três casas pertencentes ao sistema previdenciário, MPS, INSS e DATAPREV, garantindo o alinhamento entre o NMG e as ações de modernização tecnológica e capacitação, contemplando medidas que permitam o desenvolvimento de uma política de continuidade do projeto, que ultrapassem mudanças de direção nas três casas;"

Com relação a esta recomendação, a principal ação conjunta de integração da implantação do projeto é o Plano de Modernização Tecnológica da Previdência Social, o qual é elaborado e atualizado em conjunto pela Dataprev e INSS e acompanhado pelo MPS.

Este documento tem o papel de consolidar as principais ações em curso nas três casas, bem como orientar de forma planejada a integração e interconexão das mesmas, indicando o escopo, agentes envolvidos e interdependência técnica. Está refletido no mesmo o Plano de Soluções e Serviços, contemplando aquisições, projetos e demais iniciativas em

curso, o Plano de Infra-Estrutura da Dataprev para suportar o novo ambiente tecnológico, o Plano de Capacitação da Dataprev e o Plano de Investimentos do Projeto. Outras ações específicas do INSS e MPS estão em fase de integração ao plano, tais como a modernização do ambiente cliente de processamento do INSS.

Além deste instrumento comum, cada organização da Previdência Social tem atuado na internalização do processo de modernização. No caso do INSS, houve uma reformatação do modelo adotado até 2006, o qual era baseado na estrutura de gerenciamento de projeto matricial, com uma equipe específica para condução das atividades. Desde então, cada área do INSS tem assumido seu papel na implantação do projeto e, para tanto, tem assumido ações na área de gerenciamento de projetos e na operacionalização administrativa deste.

O formato adotado pelo INSS prevê que a gestão operacional das equipes de implementação será diretamente gerida por cada Diretoria ao qual a ação está vinculada, assim como a alocação de pessoas, definição de escopo e avaliação de resultados, sendo que a equipe da Presidência do INSS apóia a execução do projeto técnica e administrativamente, através de sua assessoria, da Coordenação Geral de Tecnologia e Informação e da Unidade de Execução Local.

Houve uma proposta de formalização deste modelo de internalização. Entretanto não houve anuência da gestão anterior na edição de uma Portaria, pois foi necessária uma série de ajustes operacionais para que o fluxo inicialmente proposto atendesse as expectativas. A proposta inicial chegou, inclusive, a ser encaminhada à CGU na forma de minuta. Atualmente o INSS está concluindo os ajustes neste formato, incluindo apontamentos dos novos dirigentes do órgão de modo a permitir a formalização deste modelo.

Vale ressaltar que tais medidas demandam grande compromisso do nível executivo da organização, envolvendo Diretores, Presidente e mesmo a própria equipe do Ministro da Previdência para atingir as metas propostas, sendo que tal patrocínio tem sido efetivado nas últimas gestões da Previdência Social, em especial desde o início da fase de implementação em 2005.

"b. Que a Previdência Social encaminhe o Plano de Capacitação, elaborado pela Escola Previdenciária. Tal plano deve estar alinhado e integrado nas três casas do sistema previdenciário, contemplando todas as ações necessárias para a realização da capacitação, tais como: seleção de servidores, montagem de turmas, preparação de material, contratações, recursos envolvidos, cronograma, objetivos a alcançar, dentre outros. As metas contidas no referido plano devem ser compatíveis com as necessidades do NMG e os novos sistemas a serem desenvolvidos, de forma que se permita a melhoria contínua e gestão do conhecimento no sistema previdenciário; "

As atividades de planejamento do Plano de Capacitação nos sistemas e soluções que serão implantadas a partir do Novo Modelo de Gestão estão em andamento, sob gestão da equipe de Assessoria do Ministro da Previdência Social e com participação de membros do INSS e Dataprev. No entanto, ainda não foi concluído o referido planejamento. Desta forma, segue abaixo a posição atual dos trabalhos.

Para atender as demandas do Novo Modelo de Gestão do INSS foram criados 07 (sete) Grupos de Trabalhos com o intuito de definir metodologia, elaborar cronograma de capacitação, planejar e apresentar resultados, objetivando a construção efetiva do Programa

de Capacitação do Novo Modelo de Gestão. A construção do Plano consolidado será baseada nos produtos destes grupos.

Segue abaixo a relação dos Grupos:

GT 1 - Mapeamento de Competências/Servidores

GT 2 - Divulgação e Sensibilização do NMG

GT 3 - Difusão dos Conceitos Gerais do NMG

GT 4 - Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

GT 5 - Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU

GT 6 - CNIS e SIBE - Sistema de Cadastro & Sistema Integrado de Benefícios

GT 7 - Sistema de Controle de Acesso - SAA

Na atualidade os respectivos Grupos responsáveis por cada projeto encontram-se formatando a Proposição do Programa de Capacitação do Novo Modelo de Gestão - NMG sob a responsabilidade das três esferas organizacional, dirigido pela Escola Previdenciária, e mediante sua conclusão será encaminhado para aprovação junto à hierarquia superior das três casas envolvidas e oportunamente deverá ser produzido o mencionado Plano de Capacitação estabelecido com os seguintes critérios: ação de desenvolvimento, objetivo de aprendizagem, público alvo, quantidade de estimativa (nº de servidores), período de realização da capacitação, carga horária, resultados esperados, conteudistas, instrutores, e facilitadores, etc.

Em função da complexidade e do volume de alterações a serem implantadas simultaneamente esta fase exigirá a aplicação de práticas modernas de gestão de mudança, tendo em vista que além da implantação dos novos métodos e sistemas tecnológicos. As propostas do NMG envolvem mudanças comportamentais e culturais que afetarão significativamente a rotina de todos os servidores. Com isso os servidores devem estar preparados para dar respostas aos clientes de forma rápida e segura, portanto, todas estas iniciativas têm um impacto direto no dia a dia de todos os envolvidos, tanto daqueles que atuam no MPS, no INSS e na DATAPREV.

Maiores informações sobre o plano de trabalho dos Grupos, bem como sobre a previsão de elaboração da primeira versão do Plano de Capacitação poderão ser obtidas diretamente junto ao Ministério da Previdência Social, uma vez que a coordenação destas atividades está sob gestão direta daquele órgão.

c. Que a Coordenação do Projeto adote medidas que proporcionem maior celeridade na demanda de serviços para a fábrica de software, e que a área de negócios do MPS/INSS e a Dataprev realizem a especificação de requisitos da fase de iniciação e elaboração, para que a fábrica de software possa iniciar suas atividades na fase de construção dos sistemas, o que agilizará o processo de implantação dos sistemas definidos no NMG.

Conforme o exposto no Despacho/CGTI Nº 247 / 2007, em atendimento à S.A. 189534-55, há uma série de ações em curso para dirimir os riscos e problemas identificados na execução do projeto, dentre os quais os relacionados ao item 1.c., dentre as quais destacamos:

"Ampliação da participação da Dataprev no projeto, incluindo técnicos recém contratados de outros escritórios da empresa com conhecimento na nova tecnologia. Aplicação da metodologia de gerenciamento de projeto do Departamento de Projetos de Software da Dataprev e criação de pontos de controle para integração dos projetos;"

"Em paralelo aos trabalhos de ajustes nos projetos em andamento, o INSS está elaborando o planejamento de outras frentes de trabalho, em

especial aquelas voltadas para a área meio do órgão. Porém a demanda formal da fábrica de software está condicionada ao cumprimento dos compromissos pelo consórcio quanto à recuperação dos prazos dos Projetos SIBE e CNIS." Esta ação tem como objetivo ampliar o grau de execução do contrato entre a Previdência Social e o Consórcio responsável pelo desenvolvimento dos sistemas, bem como ampliar o volume de produtos a ser implementado no âmbito do NMG;

Exigência ao Consórcio de apresentação de um plano de recuperação de cronograma, visando sanar os atrasos em produtos intermediários do projeto já identificados, de modo a não comprometer os prazos inicialmente previstos para conclusão dos sistemas CNIS e SIBE modulo 1.

Quanto à proposta de viabilizar internamente (Dataprev e INSS) a conclusão dos produtos relativos às fases de iniciação e elaboração, apresentamos abaixo alguns aspectos técnicos que dificultam ou inviabilizam a aplicação desta recomendação para todos os projetos:

A contratação da fábrica de software externa prevê a atuação da mesma em todas as fases de desenvolvimento de sistemas, conforme previsto no Startup do projeto. Em qualquer uma destas etapas se faz necessário pleno domínio da metodologia de desenvolvimento de sistemas orientada a objetos (...)

Face ao exposto, consideramos tecnicamente inviável aplicar literalmente a recomendação de elaborar previamente à fase de iniciação e elaboração sem o suporte de técnicos da Dataprev ou da Fábrica de Software externa com domínio pleno das técnicas de desenvolvimento necessárias e respectiva infra-estrutura para aplicação da metodologia.

INSS ao longo dos anos de 2005 e 2006 investiu grande parte de seus esforços da implantação do Projeto na preparação de subsídios técnicos e consolidação de requisitos mediante o detalhamento do Manual de Processos. Ao longo destes 2 anos foram detalhadas mais de 15 mil tarefas. Tal documentação é insumo para as fases de iniciação dos projetos de software e dentre suas finalidades permitem a integração entre os projetos de sistemas e a nova concepção de negócio refletida nos mesmos. Esta ação tem a mesma finalidade apontada na recomendação da CGU, no que tange à viabilização de insumos para desenvolvimento de sistemas.

A Dataprev possui limitação no número de técnicos disponíveis para atuar na tecnologia de desenvolvimento de sistemas orientada a objeto inclusive nas fases de iniciação e elaboração. Tal restrição impõe ao planejamento a estratégia de incluir técnicos da Dataprev com domínio das regras de negócio nas equipes de projeto junto com a fábrica para viabilizar a transferência de tecnologia, visando o suporte aos sistemas quando de sua entrada em produção.

De qualquer forma, alguns projetos em que havia disponibilidade de técnicos da Dataprev estão sendo conduzidos sem apoio da fábrica de software externa, seja nas fases de iniciação e elaboração, seja na fase de construção e transição. Porém, ressaltamos que esta alternativa está condicionada à disponibilidade de equipes tecnicamente habilitadas para esta finalidade.

Atribuições estabelecidas no documento Procedimentos e Técnicas DATAPREV / INFO\_PREV\_BR versão 2.2 em 23/11/2006. Esta documentação foi disponibilizada para a equipe da CGU após a conclusão do Startup ainda em 2006.

**ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Em que pesem as justificativas apresentadas, nas quais o gestor informou as providências adotadas e as dificuldades encontradas na execução do PINMG, as recomendações do Relatório de Auditoria Operacional nº 187961/2007, desta CGU, não foram atendidas em sua plenitude, restando ainda pendentes de regularização os itens 13.1.1.1, 13.1.1.2 e 13.1.1.4 do mesmo.

Dessa forma, devem ser encaminhados a esta CGU, para a devida análise e avaliação o Plano de Internalização do Novo Modelo de Gestão, garantindo o alinhamento entre o NMG e as ações de modernização tecnológica e de capacitação, contemplando medidas que permitam o desenvolvimento de uma política de continuidade do projeto, que ultrapassem mudanças de direção nas três casas integrantes do sistema previdenciário brasileiro; Plano de Capacitação aprovado, considerando que até a presente data temos apenas uma proposta, na dependência de aprovação e complementação de informações, elaborado pela Escola Previdenciária, alinhado e integrado nas três casas do sistema previdenciário, contemplando todas as ações necessárias para a realização da capacitação, além de serem compatíveis com as necessidades do Novo Modelo de Gestão e os novos sistemas a serem desenvolvidos; e as providências adotadas que proporcionem maior celeridade na demanda de serviços para a Fábrica de Software contratada.

Em relação as informações apresentadas, em resposta a SA Final n.º 189534-56, no que se refere a ausência de um plano de capacitação, ausência de um plano de internalização do NMG e as providências adotadas para dar maior celeridade a fábrica de software, observamos que o assunto continua pendente de resolução, não alterando as informações prestadas anteriormente pelo gestor.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	VALDIR MOYSES SIMAO	PRESIDENTE DO INSS
658.950.021-53	ALAN DO NASCIMENTO SANTOS	COORDENADOR-GERAL DE TI

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS encaminhe, a esta CGU, Plano de Internalização do Novo Modelo de Gestão, garantindo o alinhamento entre o NMG e as ações de modernização tecnológica e capacitação, contemplando medidas que permitam o desenvolvimento de uma política de continuidade do projeto, que ultrapassem mudanças de direção nas três casas integrantes do sistema previdenciário brasileiro.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Que o INSS encaminhe, a esta CGU, Plano de Capacitação, elaborado pela Escola Previdenciária, alinhado e integrado nas três casas do sistema previdenciário, contemplando todas as ações necessárias para a realização da capacitação, além de serem compatíveis com as necessidades do Novo Modelo de Gestão e os novos sistemas a serem desenvolvidos.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que o INSS apresente, a este Órgão de Controle, as providências adotadas que proporcionem maior celeridade na demanda de serviços para a Fábrica de Software contratada.

#### **7.1.2.5 CONSTATAÇÃO: (086)**

NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 187874/2006.

Por ocasião dos trabalhos de auditoria de avaliação de gestão das contas do INSS referentes ao exercício de 2006, analisamos as informações prestadas com relação ao atendimento das recomendações presentes no Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, desta CGU, auditoria que avaliou a implementação do Programa de Gestão do Atendimento - PGA, etapas Piloto e Brasil.

As situações a seguir elencadas, contidas nos respectivos itens do supracitado relatório, foram constatadas na auditoria efetivada pela CGU no âmbito do PGA:

- a) 18.1.1.1: Número insuficiente de servidores para a demanda da APS;
- b) 18.1.1.2: Necessidade de capacitação em sistemas e legislação dos servidores das Agências da Previdência Social;
- c) 18.1.1.3: Necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados nas APS;
- d) 18.1.1.4: Falta de estrutura física adequada para a prestação do atendimento na Agência da Previdência Social em Taguatinga/DF;
- e) 18.1.1.5: Necessidade de maior divulgação dos canais remotos;
- f) 18.1.1.6: O PGA não promoveu a resolutividade dos problemas de operacionalização das Agências da Previdência Social;
- g) 18.1.1.7: Falta de manutenção do PGA nas APS após o término do período de implementação do programa; e
- h) 18.1.1.8: Necessidade de concentração específica, por parte dos Gerentes Executivos, no desenvolvimento de ações ligadas à atividade fim da missão institucional da Previdência Social.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES):**

O gestor não adotou as providências necessárias ao atendimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, desta CGU, que avaliou a implementação do Programa de Gestão do Atendimento - PGA.

#### **CAUSA:**

As causas para os fatos relatados devem-se à falta de estrutura física nas APS, insuficiência do quantitativo de servidores, ausência de capacitação e treinamento dos servidores, e necessidade de aprimoramento dos sistemas informatizados utilizados nas APS.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Gerência do PGA, por intermédio do Memorando INSS/PGA BRASIL/nº 2, de 13.4.2007, manifestou-se sobre os assuntos supracitados, informando o seguinte:

"(...)

2. No que se refere ao item 18.1.1.1 Número insuficiente de servidores para atendimento da demanda da APS, embora seja uma questão cuja manifestação é de competência da Diretoria de Recursos Humanos, destacamos que durante a implementação do PGA, na fase de diagnóstico, é realizado um levantamento do quadro de servidores da unidade. Em seguida é feita uma análise do quantitativo e perfil dos servidores com o objetivo de auxiliar a alocação dos recursos humanos disponíveis de acordo com a demanda existente (observando-se, inclusive, os horários de pico no atendimento), e com a capacidade/conhecimento de cada um.

3. Tal levantamento, denominado DIMENSIONAMENTO, é efetuado por meio de ferramenta própria que será disponibilizada à DRH, para a aplicação das demais unidades caso considere pertinente.

4. Quanto ao item 18.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Necessidade de capacitação em sistemas e legislação dos servidores das Agências da Previdência Social, de fato, em algumas unidades foi constatada a necessidade de treinamentos específicos. Estas informações constam dos Relatórios Executivos elaborados pelos consultores e enviados aos dirigentes da Instituição mensalmente por meio do Escritório Central do PGA Brasil.
5. Ainda sobre essa questão, informamos que foi desenvolvido e aplicado pelo PGA um formulário eletrônico para levantamento das atividades de treinamento nas APS, denominado 'Análise de Contexto'. Como resultado desse levantamento foi apresentado à Diretoria de Recursos Humanos uma proposta de Treinamento em Serviço, desenvolvido de acordo com as necessidades de cada unidade.
6. Ressaltamos que a ferramenta utilizada está à disposição da DRH e poderá ser adaptada e reaplicada nas unidades, a critério das Gerências Regionais.
7. O item 18.1.1.3 Necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados nas APS, trata-se de uma questão amplamente debatida na instituição. A equipe de gerenciamento do PGA, por meio do trabalho dos consultores, tomou conhecimento dos vários problemas gerados nas unidades, decorrentes dessa situação. Tais informações foram devidamente reportadas às diretorias competentes.
8. Sobre o item 18.1.1.4 Falta de estrutura física adequada para a prestação do atendimento na APS de Taguatinga/DF, o procedimento que coube aos consultores internos que atuavam na unidade foi o de observar e relatar à chefia daquela unidade, bem como à Gerência Executiva responsável.
9. Quanto à divulgação dos canais remotos, apontada no item 18.1.1.5 Necessidade de maior divulgação dos canais remotos, desde o início da implantação, os consultores do PGA atuaram de forma intensa na preparação técnica dos servidores para a devida utilização dos sistemas e na conscientização e motivação dos mesmos sobre o grande salto qualitativo que o mesmo está provocando no atendimento ao cliente em todo o INSS. A falta de divulgação externa, porém, como já justificado pela Diretoria de Atendimento, só poderia ser realizada após período definido legalmente pela justiça eleitoral que foi após a saída dos consultores das APS.
10. O item 18.1.1.7 Falta de manutenção do PGA nas APS após o término do período de implementação do programa, não foi priorizada em 2006, pois embora cientes de que a manutenção da utilização das ferramentas, metodologias e práticas introduzidas pelo PGA nas unidades de implementação depende principalmente de decisão dos gestores e servidores locais e que isto está muito relacionado também ao nível de compreensão e aprendizagem que foi desenvolvido em cada uma delas, o Programa desenvolveu uma metodologia específica para a manutenção do programa nas unidades já implementadas, por meio de acompanhamento, supervisão e orientação customizada a cada necessidade detectada. O início da execução desta metodologia de manutenção está previsto para começar a partir de abril/2007 e será realizada nas unidades que manifestarem interesse e de acordo com a capacidade operacional do Programa.
11. Destacamos que no item 18.1.1.8 Necessidade de concentração específica, por parte dos Gerentes Executivos, no desenvolvimento de ações ligadas à atividade fim da missão institucional da Previdência Social, na medida do possível, o programa tenta ajudar no processo de mudança da cultura organizacional existente, onde as atividades gerenciais são normalmente declinadas em função da execução propriamente dita em decorrência de vários fatos e necessidades que ocorreram ao longo destes 84 anos. Temos ciência, no entanto, que isto não acontece facilmente e que não é possível por meio de uma ação isolada.



12. Sabemos que a direção da casa já está atuando a algum tempo neste sentido. Várias providências já foram tomadas, inclusive a criação das Gerências Regionais no ano de 2005 que assume diversas atividades da área meio das gerências executivas.

13. O PGA se propõe a contribuir muito neste processo de mudança uma vez que está baseado num modelo gerencial baseado no tripé: gestão com foco nos processos, gestão participativa e gestão por resultados.

13. Entendemos que a constatação citada às fls. 22 e 23 do relatório: (...) é extremamente correta. Embora a justificativa prestada pela Diretoria de Atendimento (fls. 24) seja adequada é necessário que o programa, consciente agora destes problemas, atue de forma a deixar bem mais claro para as unidades de implementação e de manutenção qual seu verdadeiro objetivo para que não sejam geradas expectativas incorretas a respeito do mesmo. Entendemos também que é necessário estabelecer canais de comunicação mais eficazes com o corpo diretivo da casa, para tanto encaminharemos relatórios específicos à presidência do INSS, constando informações detectadas pelo PGA, as quais merecem atenção especial por parte das Diretorias.(...)"

Ademais, a mesma encaminhou, por meio do Memorando INSS/PGA BRASIL/nº 4, de 11.5.2007, os esclarecimentos da Diretoria de Recursos Humanos do INSS DIRH/INSS sobre o assunto abordado pelo item 18.1.1.2, in verbis:

"1. (...) O referido relatório solicita manifestação da Diretoria de Recursos Humanos quanto à adoção de providências no tocante ao item 18.1.1.2 pertinente à necessidade de capacitação em sistema e legislação dos servidores das Agências da Previdência Social.

2. Preliminarmente deve-se informar que o Plano de Capacitação Anual, da Diretoria de Recursos Humanos do INSS (DIRH), é construído a partir da identificação das necessidades de capacitação do quadro de servidores, realizada pelas Gerências Executivas (GEX), sob a coordenação das Gerências Regionais (GER) e pelas Diretorias para os servidores lotados na Administração Central. Neste processo cabe à DRH, o alinhamento das referidas necessidades aos objetivos estratégicos estabelecidos pela Direção Central.

3. As necessidades de capacitação identificadas são priorizadas, como eventos de capacitação, a partir dos objetivos estratégicos estabelecidos, a saber: a) melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social; b) reduzir fraudes e pagamentos indevidos e c) reduzir custos e desperdícios.

4. Assim, as GERs juntamente com as GEXs de sua jurisdição, elaboram a sua programação anual de capacitação, para resolver as carências locais, atendendo aos objetivos institucionais e as disponibilidades orçamentárias e financeiras do exercício. Na referida programação, apresentam-se dois conjuntos de ações, onde um é de planejamento e execução da GER, e outro, cujas ações de planejamento e execução, estão a cargo da GEX.

5. Faz-se mister esclarecer que, são considerados eventos de capacitação os cursos presenciais, à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbio, estágios, seminários e congressos, entre outros, conforme o Decreto nº 5.707/2006.

6. É orientação da Diretoria de Recursos Humanos focar as ações de capacitação na área finalística do INSS, em particular, nas tarefas que os servidores realizam no atendimento direto aos segurados previdenciários.

7. Vêm sendo desenvolvidos projetos nacionais a partir das necessidades e problemas identificados pelas Diretorias de Benefícios e de Atendimento, bem como, projetos de capacitação, propostos pelas GEXs, para o

atendimento de carências específicas cujos eventos são programados e realizados sob a responsabilidade das GERS.

8. As capacitações priorizadas pelo INSS, estão compreendidas dentro do Novo Modelo de Gestão, com ênfase no atendimento ao segurado, e têm sido concebidas em âmbito nacional, a partir de propostas construídas com a participação das Diretorias de Benefício e de Atendimento. De ordinário a elaboração do conteúdo das capacitações está a cargo de um grupo de profissionais de várias regiões do país e referendado pelos técnicos da Direção Central. Esse conteúdo é repassado aos servidores instrutores em encontros regionais de nivelamento e preparação para atuarem como instrutores/facilitadores do processo de aprendizagem organizacional. Os referidos instrutores são identificados pelos gerentes regionais em seu quadro de servidores e submetidos à área técnica da Direção Central. Cabe à Gerência Regional a organização e a execução de eventos de capacitação em seu âmbito. Sendo assim, procura-se assegurar a qualidade da disseminação da informação aos seus servidores.

9. Uma prática resultante da política de Recursos Humanos do INSS é a utilização de servidores como multiplicadores do conhecimento institucional. Isso promove a valorização da competência profissional e a motivação dos servidores para o comprometimento com a disseminação dos conhecimentos inerentes ao negócio da Organização. Assim, pretende-se aprimorar essa estratégia metodológica de capacitação, por meio de um programa nacional que identifique servidores nos quadros das unidades descentralizadas, que detenham o conhecimento técnico da organização para capacitá-los em instrutoria interna. Essa política do Instituto está em consonância com o Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, quando refere no inciso IV, do artigo 3º, como diretriz: 'Incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal.

10. Na concretização, desse projeto, serão ampliadas as parcerias, com as escolas de governo, que já detenham conhecimento na área de processo de aprendizagem organizacional em Instituições Públicas. Assim, a DRH adotará providências para assegurar melhoria no processo de seleção dos futuros instrutores; proporcionar o nivelamento do conhecimento técnico dos servidores selecionados para instrutoria e intensificar o processo de capacitação, desses servidores, em técnicas de comunicação e didática de ensino.

11. Conforme o referenciado acima, a Diretoria de Recursos Humanos intensificará as ações de capacitação voltadas aos servidores lotados nas Agências da Previdência Social para atender as carências específicas e regionalizadas. (...)”

Complementando as informações inicialmente apresentadas, o INSS, por meio do Ofício nº 501/INSS/GABPRES, de 23.5.2007, encaminhou a seguinte justificativa:

“-Item 18.1.1.1 - Número insuficiente de servidores para a demanda da APS.

Foi informado, pela Coordenação de Gestão de Pessoal, por meio de mensagem eletrônica datada de 15/05/2007, que quanto ao assunto foi expedido da Nota Técnica nº 007 INSS/PRES, de 19 de dezembro de 2006, que trata do 'ingresso programado de servidores no INSS, com objetivo de manter o Quadro de Pessoal da Instituição em condições de prestar atendimento de qualidade aos segurados e beneficiários da Previdência Social' (cópia anexas).

-Item 18.1.1.3 - Necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados nas APS.

No que se refere a essa questão, a Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação se pronunciou por meio de mensagem eletrônica (anexa), que para atendimento das recomendações da CGU, estão em curso uma série de ações para modificar o atual cenário de infra-estrutura, soluções de sistema de informação e dos termos de contrato entre o INSS e a Dataprev, conforme abaixo:

- Foram adquiridos os servidores de apresentação, aplicação e dados, bem como o ambiente de armazenamento na plataforma tecnológica necessária para os novos sistemas de informações nos sites de Brasília e Rio de Janeiro, permitindo maior grau de contingenciamento e disponibilidade do que a atual infra-estrutura, bem como melhor desempenho;

- Em paralelo a esta ação está em curso um upgrade da infra-estrutura dos sistemas SUB e CNIS (acessados via Plenus), visando melhoria de performance e descontingenciamento das aplicações CNIS Cidadão e CNISVR até o fim do primeiro semestre/2007;

- Projetos de substituição dos atuais sistemas Prisma, SABI, CADPF e parte do SUB, em andamento, no âmbito do novo modelo de gestão do INSS, com previsão de implantação no primeiro semestre/2008. (Folhas 02 do Memorando nº 006, de 22 de maio de 2007)

- O atual contrato Dataprev teve uma profunda reestruturação em relação aos anteriores, incluindo o monitoramento de alguns dos principais sistemas de informação da Previdência Social, incluindo sanções nos casos de descumprimento do acordo de nível de serviço. No entanto, as sanções pecuniárias foram programadas para aplicação a partir das próximas contratações, de forma progressiva, permitindo à Dataprev estruturar-se para garantir o atendimento do nível de serviço contratado.

- As ações mencionadas constam do Plano de Modernização Tecnológica da Previdência Social e é gerenciado conjuntamente entre o INSS e a Dataprev.

- Quanto aos itens 18.1.1.4 e 18.1.1.8, anexamos ao presente o Memorando CGEPI nº 314, datado de 17/05/2007, da Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, apresentando as considerações elaboradas pela Gerência Executiva no Distrito Federal.

- Item 18.1.1.5 - Necessidade de maior divulgação dos canais remotos

No que se refere à divulgação dos canais remotos, conforme orientações da Diretoria de Atendimento, temos a informar:

Desde o início da implantação, os consultores do PGA atuaram de forma intensiva na preparação técnica dos servidores das unidades para a devida utilização dos sistemas de agendamento eletrônico e na conscientização e motivação dos mesmos sobre o grande alto qualitativo que o canal remoto está provocando no atendimento ao cliente em todo o INSS.

Quanto à divulgação externa naquele período, como já justificado pela Diretoria de Atendimento, só poderia ser realizada após período definido legalmente pela justiça eleitoral.

A infra-estrutura inicialmente desenhada contemplava cerca de 170.000 atendimento diários, com o resultado da ampla divulgação interna ocorreu um crescimento exponencial da demanda para 240.000 ligações diárias. Havia uma campanha publicitária já desenhada para ser veiculada a partir de 11/2006, porém em razão do desequilíbrio entre a demanda dos serviços e a capacidade instalada, a campanha foi adiada para 15/06/2007, quando será inaugurada em Caruaru, 60 posições de atendimento, aumentando a capacidade de atendimento em 80%.

A partir da entrada dessa nova instalação a campanha publicitária será veiculada na mídia de massa, permitindo a ampla divulgação desses canais e auxiliando na educação previdenciária do cidadão.

Em relação à fila virtual, já estão sendo empreendidas ações de combate à fila com melhor controle dos tempos de atendimento permitindo assim a reconfiguração da agenda da APS – o que já está ocorrendo uma atuação direta em 524 APS. Outra ação fundamental é a confirmação de comparecimento, evitando a perda de vagas.

Para que estas ações ocorram foram realizadas no período de março a abril reuniões técnicas com as Gerências Regionais e Gerências Executivas e visita de reconfiguração de agendas em maio e junho. (Folhas 03 de Memorando nº 006, de 22 de maio de 2007)

-Em referência ao item 18.1.1.6 – O PGA não promoveu a resolutividade dos problemas de operacionalização das Agências da Previdência Social, preliminarmente, expomos algumas considerações:

O escopo e os objetivos do Programa Gestão do Atendimento – PGA estão focados principalmente na implementação de um Modelo Gerencial que visa obter o máximo de eficiência e eficácia na utilização dos recursos das unidades do INSS, bem como o alcance das metas e resultados institucionais. É um programa de capacitação e desenvolvimento gerencial. A metodologia desenvolvida para a implementação do PGA, que tem como suporte a utilização de consultoria interna, objetiva conduzir os gestores e servidores das unidades de implementação num processo de conhecimento, entendimento e aplicação do Modelo Gerencial Proposto de uma forma prática, rápida e eficaz.

Os consultores do PGA, como em toda consultoria externa ou interna, ajudam na análise, percepção e compreensão sobre o funcionamento da unidade de implementação e na formulação de propostas para otimizar o trabalho, disponibilizando ferramentas e metodologias gerenciais específicas e adequadas.

Podemos dizer então que o papel do PGA é promover o 'autoconhecimento' e o 'autodesenvolvimento' das unidades de trabalho do INSS, por meio de assessoria direta e exclusiva de pessoas/servidores da própria casa, devidamente capacitados.

O consultor deve atuar como um 'coach', as decisões e execução das ações e planos de trabalho são de responsabilidade dos gestores e servidores da APS. O consultor não pode decidir e nem impor o que de fato vai ser implementado.

Vale ressaltar, no entanto, que muitas vezes, em decorrência da realidade e necessidade de cada unidade de implementação, que é muito diversificada, os consultores do PGA vão além de suas atribuições ou de seu papel auxiliando na execução das tarefas diárias normais, até mesmo como forma de atender melhor os fluxos de trabalho, rotinas específicas, clima organizacional e qualidade do atendimento prestado naquele local. Assim, podem atuar de forma mais precisa na análise e proposição de soluções dos problemas detectados, bem como na busca, elaboração e desenvolvimento de planos de trabalhos adequados.

No que se refere aos problemas ligados a sistemas, pessoal, treinamento e logística que impactam na qualidade dos serviços prestados, a equipe do PGA em conjunto com os gestores e servidores das unidades mapeou e divulgou tais questões nos relatórios executivos enviados mensalmente aos escritórios regionais que por sua vez encaminhavam ao escritório central, para divulgação aos gerentes Regionais e Direção do INSS. (Folhas 04 do Memorando nº 006, de 22 de maio 2007)

Ante o exposto, entendemos que a existência dos problemas supracitados não é impeditivo para a implementação do Modelo Gerencial PGA, visto que em muitas unidades os resultados foram extremamente positivos e ocorreram várias soluções locais bastante simples, originais e criativas, conforme exemplos abaixo.

Nas unidades Belo Horizonte Oeste, Juiz de Fora - Largo do Riachuelo e Duque de Caxias, por exemplo, os próprios servidores fizeram pequenas adequações no layout, utilizando o material disponível e obtiveram êxito, promovendo a agilização do atendimento aos usuários-cidadãos.

As unidades Juiz de Fora - Largo do Riachuelo, Uberlândia, Manaus - Centro, Campo Grande e Goiânia, entre outras, promoveram a capacitação em serviço, onde os servidores juntamente com a equipe de consultores formaram grupos de estudos para atualização dos conhecimentos, objetivando melhorar a resolutividade.

Ainda este ano o novo modelo de gestão irá liberar novos módulos dos sistemas, onde a rede de consultores estará envolvida ajudando na divulgação e na implementação dos módulos.

Os relatórios executivos onde apontavam problemas da ponta foram disponibilizados aos Gerentes regionais, e este ano o fluxo de comunicação do PGA já foi revisto e será encaminhado às Diretorias envolvidas."

Ainda sobre o assunto, em resposta à SA Final nº 189534-56, o gestor encaminhou o Memorando/INSS/PGA BRASIL/nº 007, de 15/05/2007, anexo ao Ofício nº 625/INSS/GABPRES, de 18/06/2007, complementando as justificativas referentes aos itens 18.1.1.6 e 18.1.17 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, informando o que segue:

"1. (...).

2. No que se refere ao item 18.1.1.6 - O PGA não promoveu a resolutividade dos problemas de operacionalização das Agências da Previdência Social, ratificamos as informações contidas no Memorando nº 06, de 22 de maio de 2007 e prestamos maiores esclarecimentos no documento anexo.

3. O item 18.1.1.7 - Falta de manutenção do PGA nas APS após o término do período de implementação do programa, embora tenha sido considerado como atendido em virtude da publicação da Resolução INSS/PRES nº 33, de 09/04/2007, esclarecemos que, até o presente momento, somente foram desenvolvidas ações de gerenciamento, ajustes na metodologia e desenvolvimento dos conteúdos com o objetivo de atender as unidades que efetuaram a adesão ao Modelo Gerencial PGA, entretanto as ações de desenvolvimento ainda não foram iniciadas aguardando manifestação das Gerências Regionais quanto à liberação de servidores para atuar como consultores e instrutores.

4. Quanto aos demais itens:

18.1.1.1 - Número insuficiente de servidores para a demanda da APS;

18.1.1.2 - Necessidade de capacitação dos servidores das Agências da Previdência Social em sistemas e legislação;

18.1.1.3 - Necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados nas APS;

18.1.1.4 - Falta de estrutura física adequada para a prestação do atendimento na Agência da Previdência Social em Taguatinga/DF;

18.1.1.5 - Necessidade de maior divulgação dos canais remotos;

18.1.1.8 - Necessidade de concentração específica, por parte dos Gerentes Executivos, no desenvolvimento de ações ligadas à atividade fim da missão institucional da Previdência Social.

Entendemos s.m.j. que deverão ser avaliados e respondidos pelas respectivas áreas do INSS, visto que extrapolam a alçada desta gerência.'

O documento anexo ao Memorando nº 07/2007, trata da apresentação de justificativas para o que foi constatado no item 18.1.1.6, e descreve basicamente a implementação do PGA desde sua inclusão no PPA/2007, a mudança do modelo gerencial, a proposição de ações, a elaboração dos planos de trabalho e o estabelecimento das metas a serem atingidas. Informa, também, a publicação da Resolução nº 33, de 09/04/2007, que

institui o programa de certificação das unidades, cujo modelo gerencial esteja estruturado e funcionando plenamente, da seguinte forma:

'O processo de certificação interna que está sendo proposto é uma ferramenta de controle para medir a performance das unidades do INSS. Seu objetivo é determinar a pertinência, adequação e a eficácia do modelo de gestão desenvolvido no Programa de Gestão do Atendimento - PGA.

Na busca pela qualidade, a avaliação de conformidade é de fundamental importância, pois identifica lacunas de desempenho que devem ser buscadas, sendo que a avaliação de conformidade e não conformidade será traduzida na diferença entre a situação atual e a desejável.

A certificação é uma ferramenta eficaz e confiável em apoio às políticas de gestão, e fornecerá informações que poderão ser utilizadas para ações de melhoria no desempenho das unidades e consequentemente da Instituição. O objetivo geral do Programa de Certificação PGA é identificar e premiar as unidades que se destacaram na aplicação do modelo de gestão proposto pela Instituição por meio do desenvolvimento do Modelo Gerencial PGA.

A certificação é concedida realizando-se uma avaliação e reconhecimento público do nível de gestão atingido naquele momento pela unidade e será concedida por período de um ano, e para cada ciclo anual haverá uma nova avaliação, como forma de garantir a manutenção do modelo e o processo de melhoria contínua.

Neste novo redesenho os gestores de processo, que são as chefias formais, são responsáveis por assegurar a visão sistêmica nas equipes autogeridas - EAG, coordenar a elaboração do trabalho, assegurar diagnóstico criterioso, estabelecer metas factíveis alinhadas a estratégia organizacional, monitorar a operação, os resultados do processo, promovendo ciclos de controle e assegurando o alinhamento das ações das equipes relacionadas, garantindo assim seu envolvimento e participação de forma decisiva na implementação e manutenção do modelo gerencial.

O envolvimento e a participação ativa dos dirigentes da Instituição é pré-requisito para o cumprimento das metas de implementação do programa que serão fixadas anualmente pelo Comitê Permanente de Avaliação, conforme Art. 10 da Resolução nº. 33/INSS/PRES, de 09 de abril de 2007.' Também foram apresentados como resultados da implementação do PGA, verificados nas APS subordinadas às Gerências Regionais de Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Salvador, Recife e São Paulo, o que segue:

- Redução do TME - tempo médio que o cliente aguarda para ser atendido;
- Desrepresamento de Benefício - redução do estoque de benefícios;
- Visão sistêmica;
- Eficiência na gestão de recursos das Gerências Regionais e Executivas;
- Motivação (pelo envolvimento dos servidores na gestão de suas unidades);
- Contribuição para o desenvolvimento de uma cultura organizacional que tenha como valores o foco em resultados, visão do processo e participação das pessoas;
- Alocação dos recursos humanos disponíveis proporcionalmente às demandas dos processos de trabalho, de forma planejada e conforme perfil de competências; e
- Contribuição para melhoria da imagem institucional.

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Analisando-se as informações fornecidas pelo INSS com relação ao atendimento das recomendações constantes no Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006, verificou-se que os itens 18.1.1.3 e 18.1.1.5 estão com providências em andamento. Quanto aos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.4, 18.1.1.6, 18.1.1.7 e 18.1.1.8 do referido relatório, constata-

se que ainda não foram regularizados pelo INSS, conforme a seguir especificado:

Item 18.1.1.1 - Número insuficiente de servidores para a demanda da APS: O INSS encaminhou Nota Técnica referente a um estudo das necessidades de substituição de pessoal em razão de aposentadorias previstas para o quadriênio 2006-2010. No entanto, não são apresentadas medidas efetivas quanto a negociações junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG no sentido de promover futuros concursos para técnicos e analistas previdenciários. Item pendente, devendo o gestor encaminhar a esta CGU ações efetivas de curto e médio prazo quanto ao encaminhamento da Nota Técnica ao MPOG.

Item 18.1.1.2 - Necessidade de capacitação dos servidores das Agências da Previdência Social em sistemas e legislação: O INSS informa que por ocasião da implementação do PGA foi identificada a referida demanda, sendo a denominada "análise de contexto" disponibilizada à Diretoria de Recursos Humanos. Entretanto, não foram apresentadas medidas efetivas para sanar o fato. Item pendente, devendo o INSS apresentar cronograma específico de capacitação por APS para o exercício de 2007.

Item 18.1.1.3 - Necessidade de aprimoramento dos sistemas utilizados nas APS: Conforme informações prestadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia do INSS, estão sendo adotadas medidas para aprimoramento qualitativo dos sistemas previdenciários. Item em atendimento.

Item 18.1.1.4 - Falta de estrutura física adequada para a prestação do atendimento na Agência da Previdência Social em Taguatinga/DF: As justificativas apresentadas pela Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do INSS comprovam os fatos constatados pela CGU na auditoria realizada in loco, entretanto, não são apresentadas medidas efetivas para saneamento das disfunções. Item pendente, devendo o INSS providenciar em caráter emergencial o atendimento desse item haja vista a insalubridade e periculosidade inerentes ao fato.

Item 18.1.1.5 - Necessidade de maior divulgação dos canais remotos: O INSS informa que será vinculada campanha educativa na mídia a partir da ampliação da capacidade de atendimento, prevista para junho/2007. Item em atendimento; sugere-se ao Instituto a análise da possibilidade de pronunciamento ministerial em rede nacional de rádio e televisão sobre a matéria.

Item 18.1.1.6 - O PGA não promoveu a resolutividade dos problemas de operacionalização das APS: Em que pesem as justificativas feitas pelo gestor, esta CGU identificou nas APS visitadas por ocasião da Auditoria Operacional do PGA, que o Programa não apresentou soluções efetivas para problemas ligados diretamente ao atendimento das APS. Conforme relatos de servidores, compilados em entrevistas e questionários aplicados nas Agências, os aspectos teóricos do PGA não foram efetivos quando aplicados na prática, gerando desmotivação e descontinuidade das ações propostas pelo mesmo. Embora o gestor tenha informado as melhorias obtidas na implementação do PGA, verifica-se que são resultados parciais, visto que não envolvem a totalidade das APS. O INSS deve buscar a adequação da metodologia aplicada no PGA, considerando as especificidades de cada Agência, buscando, assim, maior resolutividade dos problemas identificados a partir da análise do contexto das Agências. Portanto, cabe ao INSS rever aspectos ligados à efetividade do PGA não só quanto à cultura organizacional, mas quanto à qualidade no atendimento prestado ao cidadão como um todo, incluindo-se nessa ótica questões ligadas à logística, tecnologia e recursos humanos. Diante dos resultados parciais apresentados, o item permanece pendente.

Item 18.1.1.7 - Falta de manutenção do PGA nas APS, após o término do período de implementação do Programa: Inicialmente consideramos que a

publicação da Resolução INSS nº 33, de 9.4.2007, atenderia a recomendação contida nesse item. Porém, por meio do Memorando/INSS/PGA BRASIL/nº 007/2007, o gestor informou que promoveu até então somente ajustes na metodologia do PGA e desenvolvimento de ações de gerenciamento e conteúdos. As ações de desenvolvimento ainda estão aguardando manifestação das Gerências Regionais. Portanto, o item permanece pendente.

Item 18.1.1.8 - Necessidade de concentração específica, por parte dos Gerentes Executivos, no desenvolvimento de ações ligadas à atividade fim da missão institucional da Previdência Social: Com relação à justificativa prestada em relação a esse item, de que "Várias providências já foram tomadas, inclusive a criação das Gerências Regionais no ano de 2005 que assume diversas atividades da área meio das Gerências Executivas", discordamos da afirmação por entendermos que a criação das Gerências Regionais não desincumbiu totalmente as Gerências Executivas das atividades relacionadas à área meio do INSS.

No tocante aos estudos apresentados complementarmente, em especial o Memorando-Conjunto DIROFL/DRH, de 6.12.2006, o gestor deve informar a situação atual quanto à implementação das Gerências Administrativas - GERAD na estrutura do INSS. Portanto, cabe ao Instituto informar a esta CGU da aprovação ou não da proposta de reestruturação da área meio do INSS, pelo qual seriam criadas as GERAD. Item pendente.

**RESPONSÁVEL (IS) :**

CPF	NOME	CARGO
021.728.738-70	VALDIR MOYSES SIMAO	PRESIDENTE DO INSS
573.145.786-72	LEONARDO JOSE SCHETTINO PEIXOT	DIR DE ATENDIMENTO
384.836.967-20	WALDELINA TEIXEIRA DA COSTA	GERENTE DO PGA

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Que o INSS encaminhe as providências adotadas, e os resultados obtidos, objetivando o atendimento das recomendações referentes aos itens 18.1.1.1, 18.1.1.2, 18.1.1.4, 18.1.1.6, 18.1.1.7 e 18.1.1.8 do Relatório de Auditoria Operacional nº 187874/2006.

**7.1.2.6 CONSTATAÇÃO: (087)**

**MULTIPLICIDADE NO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS RELATIVOS ÀS DECISÕES JUDICIAIS CUMPRIDAS PELO INSS**

Analizamos as informações prestadas com relação ao atendimento das recomendações presentes no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006, que apresentou os resultados dos exames realizados sobre os pagamentos de precatórios, relativos às decisões judiciais cumpridas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

A supracitada auditoria de acompanhamento da gestão objetivou avaliar a regularidade nos pagamentos das sentenças judiciais transitadas em julgado, bem como aferir a gestão dos responsáveis nos processos de pagamentos de precatórios, sob os aspectos de planejamento, estrutura, execução e controle e, ainda, a atuação da Procuradoria Federal Especializada do INSS - PFE/INSS no desempenho de suas atribuições legais, especificamente no tocante aos controles e ordenamentos dos precatórios pagos na abrangência da auditoria em comento.

Por ocasião das ações desenvolvidas no âmbito daquele trabalho, verificou-se nos cruzamentos das bases de dados de precatórios judiciais, pagamentos indevidos a 467 (quatrocentos e sessenta e sete) servidores do INSS por conta de ações judiciais realizadas por diferentes sindicatos, referentes ao passivo de 28,86%, totalizando R \$ 31.550.156,97 (trinta e



um milhões, quinhentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Em outro cruzamento de bases de dados de precatórios judiciais e o SIAPE, constatou-se o indicativo de pagamento em duplicidade a 1.970 (mil novecentos e setenta) servidores beneficiários de precatórios impetrados pela Associação Nacional de Servidores da Previdência Social - ANASPS-Nacional - Processo nº 1997.34.00.035853-5 - a ser pago, com Ações/Precatórios "PAGOS" e SIAPE - acordo administrativo, totalizando R\$ 45.917.002,97 (quarenta e cinco milhões, novecentos e dezessete mil, dois reais e noventa e sete centavos) pagos e R\$ 77.544.275,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais) a serem pagos.

Como resultado dos cruzamentos realizados, foram elaboradas 3 (três) tabelas com a relação dos beneficiários, autores/servidores, das situações supracitadas e que constam no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006, quais sejam: Tabela 1, indicativa de pagamento em duplicidade a 428 (quatrocentos e vinte oito) servidores beneficiários de precatórios impetrados pela ANASPS - Nacional - Processo nº 1997.34.00.035853-5 - a ser pago, com Ações/Precatórios "PAGOS" por meio de outros processos; Tabela 2, indicativa de pagamento em duplicidade a 1.542 (mil quinhentos e quarenta e dois) servidores beneficiários do passivo de 28,86%, constantes do Processo nº 1997.34.00.035853-5, impetrado pela ANASPS - Nacional, com a base de pagamento do SIAPE, referente as 14 parcelas levadas a crédito aos servidores do INSS; e Tabela 3, indicativa de pagamento a 467 (quatrocentos e sessenta e sete) servidores que receberam valores em mais de um precatório, relativo ao passivo de 28.86%, em ações impetradas por outros sindicatos.

Vale ressaltar que esses resultados representaram apenas parte das ações judiciais dos 28,86%, tendo em vista que as informações solicitadas por esta SFC/CGU-PR foram fornecidas apenas parcialmente pelo INSS e pelo Conselho da Justiça Federal do Superior Tribunal de Justiça, já que não foi possível a identificação, em sua totalidade, das Ações Ordinárias, nem tampouco dos precatórios por "causa de pedir". Dessa forma, com a complementação das informações requeridas e não encaminhadas, os valores pagos indevidamente poderão ser ainda maiores do que os apurados inicialmente.

De acordo com os fatos relatados observou-se, também, que a PFE/INSS, em detrimento aos normativos vigentes, deixou de exercer mecanismos de acompanhamento e verificação que permitiriam, em face do grande estoque de precatórios pendentes de pagamento e do volume de recursos financeiros envolvidos, manter um controle gerencial efetivo sobre os precatórios judiciais devidos, de responsabilidade do INSS.

Sobre o assunto, este Órgão de Controle fez constar nos Relatórios de Auditorias de Gestão nºs 101249/2002 e 175153/2006, ocorrências de deficiências nos controles sobre os beneficiários de precatórios, momento em que foi recomendada a adoção de providências com o fito de eliminar a possibilidade de pagamentos indevidos motivados pela duplicidade de ações a um único beneficiário, autor/servidor, principalmente quando impetrada por Sindicatos e Associações.

#### **ATITUDE DO(S) GESTOR(ES) :**

O gestor não implementou mecanismos efetivos de controle referentes aos precatórios de responsabilidade do INSS, contudo, informou que vem adotando providências no sentido de regularizar o pagamento dessas decisões judiciais.

**CAUSA:**

Ausência de mecanismos efetivos de controle quanto aos sistemas informatizados e rotinas de verificação e acompanhamento por parte das Procuradorias Regionais e Seccionais do INSS, referentes ao pagamento de precatórios pela Entidade.

**JUSTIFICATIVA:**

Por meio do Memorando nº 064/2007/PFE-INSS/GAB, de 8.5.2007, a Procuradoria Federal Especializada do INSS manifestou-se sobre os fatos relatados, informando o que segue:

"(...)5. Assim, esta Procuradoria Federal Especializada apresenta resumo histórico dos pagamentos judiciais e informa as providências que estão sendo (foram) tomadas em relação às recomendações propostas pelo mencionado relatório.

**5- RESUMO HISTÓRICO DOS PAGAMENTOS JUDICIAIS**

5.1. Até o advento da Lei nº 10.524, de 25.7.2002 (LDO para 2003), esta Autarquia detinha a execução orçamentária e financeira dos precatórios da Justiça Federal e, dessa forma, competia-lhe efetuar, diretamente, os pagamentos aos Tribunais Regionais Federais, com o controle direto dos processos de precatórios.

5.2. Contudo, as dificuldades de controle dos pagamentos de precatórios acentuaram-se a partir da citada lei, já que esta alterou todo o procedimento dos pagamentos decorrentes de decisões judiciais, transferindo a execução orçamentária para os Tribunais Regionais Federais. Com essa nova sistemática, todos os atos de requisição, formação, solicitação de recursos orçamentários e financeiros e inscrição de precatórios e requisições de pequeno valor, relativos a pagamentos decorrentes de decisões judiciais, transitadas em julgado, contrárias à Fazenda Pública, têm tramitação restrita e sequencial entre o Poder Judiciário (TRFs e Conselho de Justiça Federal) e a Secretaria do Orçamento Federal, concluindo esse ciclo com o repasse da verba pelo Tribunal Regional Federal, diretamente, ao Juízo de origem do processo, com a indicação de conta corrente vinculada ao depósito, em nome dos autores, sem qualquer participação do INSS.

5.3. O quantitativo de processos de precatórios e de requisições de pequeno valor é na ordem de mais de 300 mil por ano, o que torna o controle manual humanamente impossível e impraticável, em face da carência de recursos materiais e de pessoal, totalmente incompatíveis em relação às demandas judiciais e administrativas.

5.4. Ademais, no caso específico das ações de pessoal, que envolvam pagamento único (somente atrasados - sem gerar nova rubrica), não há qualquer registro em sistema informatizado. O SICAJ (Sistema de Controle de Ações Judiciais) somente é usado para cadastrar ações judiciais que envolvam a criação de novas rubricas no pagamento de servidores. No SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - não são registrados os pagamentos exclusivamente na via judicial. O SICAU - Sistema Integrado de Controle de Ações Judiciais da União ainda não foi instalado em todas as procuradorias. Além disso, inviável a consulta de litispendência nos sítios da Justiça Federal, porque cada seção judiciária tem seu próprio sítio de consulta, ou seja, a consulta não é integrada. Ainda há que se considerar que em relação às ações ajuizadas por sindicato/associações, a parte é o sindicato ou a associação, não sendo possível identificar em consulta quais os substituídos/representados. De ressaltar-se, também, que não há qualquer registro das ações judiciais que não geram rubrica de pagamento nas pastas funcionais de servidores.

5.5. Não há como negar a inexistência no INSS, ou em qualquer órgão ou entidade pública, inclusive na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão central da administração de recursos humanos, banco de dados que possibilite a verificação e identificação de litispendência e/ou pagamentos em duplicidade, principalmente quando a ação judicial é aforada por associações e sindicatos de classe na qualidade de substitutos processuais.

5.6. Assim, razões de segurança revelam a necessidade de efetivo controle e gerenciamento em relação às ações de pessoal e pagamentos decorrentes dessas ações, mediante implantação de um banco de dados pertinente e uniforme, em nível nacional, pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem a efetiva competência de gerenciar as atividades relacionadas aos servidores públicos federais e "desenvolver, implantar e administrar sistemas informatizados de administração de recursos humanos."

#### 6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO INSS EM RELAÇÃO ÀS TABELAS 1 E 2, DA CGU.

A despeito de todas as dificuldades apontadas, o Instituto Nacional do Seguro Social está tomando providências no sentido de identificar eventuais pagamentos em duplicidade, viabilizando medidas de cancelamento, em tempo hábil, de pagamentos irregulares, inclusive nas situações e processos consignados pelo Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União.

6.1. TABELA 1 6.1.1. No tocante à Tabela 1 do Relatório da CGU, apontando indicativo de pagamento em duplicidade a 428 (quatrocentos e vinte e oito) servidores beneficiários de precatórios, relativos ao Processo 1997.34.00.035853-5, aforado pela ANASP (nacional), cabe inicialmente apontar que até a presente data não existem precatórios inscritos em relação ao Processo 1997.34.00.035853-5.

6.1.2. Insta registrar que em 7.6.2006, foi protocolada petição no Processo 1997.34.00.035853-5, apresentando, apartadamente, lista de servidores a serem excluídos da ação, em função de acordo administrativo/litispendência, e requerendo que "seja assegurada à Autarquia Previdenciária, a qualquer tempo, provada a litispendência, solicitar novas exclusões, inclusive após a expedição de Precatório/RPV."

6.1.3. A referida petição contou com a anuência expressa do patrono da ANASP. O acordo mereceu a manifestação favorável do Ministério Público Federal no sentido de sua homologação, ressaltando que "a fim de resguardar-lhe o patrimônio público deve-se assegurar à Autarquia Previdenciária, a qualquer momento, provada a litispendência, solicitar novas exclusões, inclusive após a expedição de Precatório/RPV."

6.1.4. Em decorrência, o eminente Juiz Federal Substituto da 22ª Vara Federal do Distrito Federal, mediante Decisão nº 392, datada de 21.6.2006, homologou o acordo firmado entre as partes e anuído pelo Ministério Público Federal.

6.1.5. Diante disso, o INSS não tem medido esforços para detectar e comprovar as situações de litispendência, requisitando às Procuradorias Estaduais informações nesse sentido, e já peticionou no Processo 1997.34.00.035853-5 a exclusão da lide de 287 autores/servidores inclusos na lista da Tabela 1 do Relatório da Controladoria-Geral da União.

6.2. TABELA 2 6.2.1. Em relação ao consignado na Tabela 2 do Relatório da CGU, no sentido de que há indicativo de pagamento em duplicidade a 1542 (um mil e quinhentos e quarenta e dois) servidores beneficiários do passivo 28,86%, constantes do processo 1997.34.00.035853-5, autora:

ANASPS-Nacional, com a base do pagamento do SIAPE, referente a 14 parcelas levadas a crédito aos servidores do INSS, cumpre informar que o INSS peticionou em 7.6.2004 requerendo a exclusão dos servidores

relacionados nessa Tabela 2, em virtude desses servidores terem sido contemplados com as diferenças a título de 28,86%, por meio de celebração de acordo administrativo, com exceção dos servidores (...), face que, conforme documentos em anexo, o acordo, em relação à (...), não foi autorizado e no tocante à (...) não foi celebrado, vez que essa autora aderiu ao Programa de Desligamento Voluntário, em 24.11.99.

6.3. TABELA 3 6.3.1. No tocante à Tabela 3 do Relatório da CGU, há somente a indicação do nome do servidor e número dos precatórios. Assim, para trabalharmos nesta tabela tivemos que colocar mais campos, para ver o número do processo de execução e o número do processo originário, bem como o autor "cabeça da ação" daquelas não intentadas por sindicatos/associações.

6.3.2. Já constatamos casos de homonímia (...)

6.3.3. O primeiro precatório, oriundo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi expedido nos autos do processo nº 97.0406711-9 de São José dos Campos.

6.3.4. Consultando o sistema SIAPE, verificamos que existe a servidora (...) - matrícula 0936747 - lotada na APS de São José dos Campos/SP.

6.3.5. O segundo precatório, oriundo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi expedido nos autos do processo nº 2004.71.00.026491-8, de Porto Alegre.

6.3.6. Consultando o sistema SIAPE, verificamos que existe a servidora (...) - matrícula 0925810 - lotada na APS de São Jerônimo/RS.

6.3.7. Constatamos casos de advogados apontados como servidores (...)

Precatório: 2006.04.0200958-7 (...) Precatório: 2004.04.02.005262-0 (...)

Precatório: 2005.04.02.014944-8 (...) Precatório:

2002.04.02.003416-4 (...)

6.3.8. Já constatamos casos de dois precatórios oriundos do mesmo processo, ou seja, pagamento de um precatório original e outro precatório complementar no mesmo processo. (...) Os servidores acima receberam dois precatórios do processo nº 2003.71.00.025644-9 de Porto Alegre, ou seja, não houve pagamento indevido e sim o segundo precatório é complementação do primeiro. (...) Os servidores acima receberam dois precatórios oriundos do processo nº 2003.71.00.020763-3 de Porto Alegre, ou seja, não houve pagamento indevido e sim o segundo precatório é complementação do primeiro. (...) Os servidores acima receberam dois precatórios oriundos do processo nº 2003.71.00.020732-3 de Porto Alegre, ou seja, não houve pagamento indevido e sim o segundo precatório é complementação do primeiro. (...) A servidora acima recebeu dois precatórios oriundos do processo nº 2004.71.00.021114-8 de Porto Alegre, ou seja, não houve pagamento indevido e sim o segundo precatório é complementação do primeiro. (...) Os servidores acima receberam dois precatórios oriundos do processo nº 96.00.00439-0 de Florianópolis, ou seja, não houve pagamento indevido e sim o segundo precatório é complementação do primeiro.

7. PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO ADOTADAS PARA DETECTAR E EVITAR PAGAMENTO EM DUPLICIDADE 7.1. Desde o final do ano de 2004 estamos enviando correspondências para as Procuradorias Regionais e Seccionais solicitando informar a existência de ações judiciais transitadas em julgado e também em andamento, que versam sobre o reajuste de 28,86%.

7.2. Com relação aos processos pagos e os que ainda estão em andamento, estamos efetuando o levantamento dos processos individuais, de Sindicatos e da ANASPS, com objetivo de verificar e evitar eventuais duplicidades de pagamento.

7.3. Após o desdobramento da tabela 3, estamos enviando formulários para serem preenchidos pelas procuradorias de origem dos processos, visando apurar se:

- a) A ação é sobre reajuste de 28,86%? A resposta será sim ou não.
  - b) Existe procuração nos autos? A resposta será sim ou não. Justificativa: Casos de substituição processual - verificar se o servidor tinha ciência da ação.
  - c) Data do ajuizamento da ação.
  - d) Data da expedição do Precatório.
  - e) Se o precatório foi expedido, o depósito foi levantado? A resposta será sim ou não.
  - f) Caso a resposta anterior foi positiva, quem levantou o depósito? A resposta será: advogado, autor, representante ou substituído. Justificativa: Se levantado o depósito por advogado verificar posteriormente se o dinheiro foi repassado ao servidor.
- Assim, somente depois de recebidas as informações e compiladas todas as respostas, teremos condições de respondermos caso a caso, pois como visto acima, é um trabalho artesanal, que não depende apenas de um pequeno grupo de servidores, pois depende de providências de todas as 102 procuradorias do INSS.

#### 8. PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO ADOTADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE PAGAMENTOS JUDICIAIS, NO ÂMBITO DO INSS.

8.1. Desde de 2005, a Procuradoria Federal Especializada/INSS vem demandando junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), a implementação do Sistema de Controle de Precatórios, visando possibilitar a obtenção de informações completas referentes aos pagamentos realizados e ainda, por realizar, com o fim de exercer o efetivo controle e gerenciamento, inclusive para identificar eventuais pagamentos em duplicidade, e viabilizar as medidas de cancelamento, em tempo hábil, de pagamentos irregulares.

8.2. Convictos de que o sucesso dessa demanda dependerá da participação e colaboração do Conselho de Justiça Federal, órgão da Justiça Federal responsável pela normatização e consolidação da base de dados dos precatórios expedidos pelos Tribunais Regionais Federais, a Procuradoria e a DATAPREV estão trabalhando no sentido de que o referido Conselho, forneça os arquivos .mdb, contendo as informações dos precatórios, mediante a implantação de processo automatizado de gravação dos mesmos numa área de transferência de arquivos diretamente no site da DATAPREV. A esse fim, o Sr. Procurador-Chefe da PFE/INSS enviou ofício ao Secretário-Geral da CJF solicitando autorização para que a área de informática providencie essa transferência.

8.3. Também foi solicitada ao Conselho a criação de tabela única de assuntos, visando definir, com precisão, o objeto do pedido formulado pelos autores/beneficiários, colimando a realização de cruzamentos na base de dados dos precatórios, para verificação de eventuais pagamentos em duplicidade.

8.4. Consoante informações de representantes do Conselho, o batimento por CPF e CNPJ estará disponível na base de dados dos precatórios da proposta de 2007, que serão pagos em 2008, estando pendente de atendimento por parte do SERPRO no cadastro do SIAFI.

#### 9. PROVIDÊNCIAS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS, EM NÍVEL NACIONAL, PARA EVITAR DUPLICIDADE DE AÇÕES E DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV), NOS PROCESSOS DE PESSOAL.

9.1. De nada adianta que apenas o INSS crie um sistema de controle de ações de pessoal, pois existe transferência, cessão e remoção de servidores entre os diversos órgãos e entidades da Administração direta e autárquica federais, sendo que o órgão cessionário assume a responsabilidade pelo passivo do servidor movimentado. É evidente que uma escola técnica, com apenas uma UPAG e um único setor de recursos humanos pode controlar manualmente para evitar pagamento em duplicidade. Agora,

como um órgão de abrangência nacional, com várias UPAG's fará este controle? Claro que somente irá conseguir se tiver acesso a um sistema confiável. E esse sistema precisa abranger todos os órgãos da Administração Federal, porque apenas o INSS tem mais de cinco mil servidores em sua "folha de pagamento" que vieram redistribuídos de órgãos da saúde (INAMPS e CEME), além de FUNABEN, LBA e diversos outros. Ao receber o servidor, o INSS também recebe seu passivo.

9.2. Portanto, é imprescindível que o Ministério do Planejamento crie um Sistema único, em nível nacional, de controle de pagamentos efetuados aos servidores públicos federais, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, para evitar duplicidade.

#### 10. SUGESTÕES PARA MELHORIA DO CONTROLE DE PAGAMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS, EM NÍVEL NACIONAL.

Conforme exaustivamente explicitado, o controle dos pagamentos devidos aos servidores públicos federais, em sede administrativa e/ou judicial, necessita da criação de um sistema único, em nível nacional, lastrado por legislação específica, consoante sugestões a seguir:

a) Implementação do SICAU em todos os órgãos jurídicos da União; b) Elaboração de lei específica para disciplinar os pagamentos judiciais em âmbito federal, estabelecendo a necessidade de os tribunais e as instituições bancárias fornecerem os dados de pagamentos realizados para cada beneficiário do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV), às entidades devedoras; c) Centralização do patrocínio de todas as ações de pessoal, inclusive dos servidores do INSS, sob supervisão da AGU, pois ela já possui melhor estrutura de núcleo de cálculos e maior facilidade para obter os elementos necessários à defesa nas ações de pessoal.(...)"

#### **ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:**

Analisamos as informações fornecidas com relação ao atendimento das recomendações constantes no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006, cuja auditoria de acompanhamento de gestão identificou fragilidades e irregularidades no processo de pagamentos de precatórios, relativos às decisões judiciais cumpridas pelo INSS, e que, preliminarmente, apurou o pagamento indevido a servidores do Instituto, referentes ao passivo de 28,86%, totalizando R\$ 31.550.156,97 (trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos).

O gestor informou que solicitou a exclusão de servidores/autores relacionados nas Tabelas 1 e 2 apresentadas no supracitado relatório de auditoria, referentes ao Processo nº 1997.34.00.035853-5. Quanto à Tabela 3 do mesmo relatório, que apontou servidores que receberam pagamentos em mais de um precatório referente ao passivo de 28.86%, em ações impetradas por outros sindicatos, a PFE/INSS, preliminarmente, identificou situações de homonímia, casos de advogados apontados como servidores e de pagamentos de precatórios complementares aos precatórios originais no mesmo processo, que não configuraram pagamentos em duplicidade.

Informou, ainda, que vem adotando providências no sentido de identificar todos os processos pagos e os que ainda estão em andamento, com o objetivo de identificar as situações que configurarem pagamento indevido e em duplicidade de precatórios, pela aplicação de questionários e solicitação de informações às Procuradorias Regionais e Seccionais, e que somente após a conclusão desse levantamento terá condições de se pronunciar caso a caso.

Ademais, o órgão jurídico do INSS, por meio de seu Procurador-Chefe Nacional, comunicou que vem fazendo gestões junto à Dataprev, visando o desenvolvimento e implementação de sistema informatizado para o controle e acompanhamento dos pagamentos realizados e a realizar referentes a

precatórios, ainda que tal projeto dependa da colaboração do Conselho da Justiça Federal, que é o órgão responsável pela normatização e consolidação das informações de precatórios expedidos pelos TRF.

Entretanto, e em que pesem as justificativas apresentadas no que diz respeito às mudanças provocadas a partir da edição da Lei nº 10.524/2002, que alterou todo o procedimento dos pagamentos decorrentes de decisões judiciais, ao transferir a execução orçamentária e financeira para os TRF, bem como quanto às explicações fornecidas no item 9 de suas justificativas, relativamente aos pagamentos de precatórios, mecanismos efetivos de controle deveriam ter sido implementados pelo órgão, visando o acompanhamento desses pagamentos, no sentido de realizar a revisão dos valores efetivamente pagos, além de verificar a ocorrência de duplicidade dos pagamentos, mesmo porque, antes da edição da Lei nº 10.524/2002, era essa sua competência, conforme os referidos esclarecimentos prestados a esta SFC/CGU-PR.

Outrossim, a PFE/INSS não informou as medidas adotadas com relação à apuração de responsabilidades por quem deu causa a esses pagamentos indevidos, relativamente ao passivo de 28,86%.

Sendo assim, o órgão jurídico do INSS deve encaminhar a este Órgão de Controle os resultados do levantamento em curso de todos os processos pagos e em andamento, para a devida avaliação, contemplando também as informações não prestadas por ocasião dos trabalhos de auditoria, cujos resultados encontram-se no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006, bem como as providências adotadas visando a apuração de responsabilidades por esses pagamentos indevidos e em duplicidade.

Além disso, a PFE/INSS deve intensificar as gestões junto à Dataprev e Conselho de Justiça Federal, no sentido de dotar o Instituto de sistema informatizado e informações a respeito dos precatórios, respectivamente, com o intuito de possibilitar um controle mais efetivo sobre as decisões judiciais transitadas em julgado e contrárias ao INSS, evitando assim a ocorrência de pagamentos indevidos e em duplicidade.

O órgão jurídico do INSS deve, também, realizar gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando o desenvolvimento e implantação de sistema único ou adaptação dos sistemas existentes e em utilização, com o desenvolvimento e incorporação de módulos específicos aos mesmos, para o controle efetivo dos pagamentos de precatórios efetuados no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal, evitando assim a ocorrência dos fatos relatados.

Quanto ao Processo nº 1997.34.00.035853-5, a PFE/INSS deve acompanhar sua execução, objetivando verificar, efetivamente, o não pagamento dos beneficiários presentes na lista de autores/servidores a serem excluídos da lide, em função de acordo administrativo/litispêndência, apresentada pelo órgão jurídico do INSS em petição ao supracitado processo, evitando assim a responsabilização por pagamentos indevidos, caso ocorram, em virtude de eventual não acompanhamento da execução do referido processo pela PFE/INSS.

#### **RESPONSÁVEL (IS) :**

<b>CPF</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>
021.728.738-70	VALDIR MOYSES SIMAO	PRESIDENTE DO INSS
788.445.094-15	ALUIZO SILVA DE LUCENA	PROCURADOR CHEFE
149.197.291-20	ANTONIO AUGUSTO DE SIQUEIRA	CH DIV PAGTO JUDICIAIS

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Que a PFE/INSS encaminhe a esta SFC/CGU-PR, os resultados do levantamento em curso de todos os processos pagos e em andamento, para a devida e necessária avaliação, contemplando também as informações não prestadas

por ocasião dos trabalhos de auditoria, cujos resultados encontram-se no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 184702/2006.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Que a PFE/INSS intensifique gestões junto à Dataprev e ao Conselho de Justiça Federal, no sentido de dotar o INSS de sistema informatizado e informações a respeito dos precatórios, respectivamente, com o intuito de possibilitar controle mais efetivo sobre as decisões judiciais, transitadas em julgado e contrárias ao INSS, evitando assim a ocorrência de pagamentos indevidos e em duplicidade.

**RECOMENDAÇÃO: 003**

Que a PFE/INSS encaminhe, a este Órgão de Controle, as providências adotadas e os resultados obtidos visando a apuração de responsabilidades pelos pagamentos indevidos e em duplicidade.

**RECOMENDAÇÃO: 004**

Que a PFE/INSS realize gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando o desenvolvimento e implantação de sistema único ou adaptação dos sistemas existentes e em utilização, com o desenvolvimento e incorporação de módulos específicos aos mesmos, para o controle efetivo dos pagamentos de precatórios efetuados no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Federal.

**RECOMENDAÇÃO: 005**

Que a PFE/INSS acompanhe a execução do Processo nº 1997.34.00.035853- 5, objetivando verificar efetivamente, o não pagamento dos beneficiários presentes na lista de autores/servidores a serem excluídos da lide, em função de acordo administrativo/litispendência, apresentada pelo órgão jurídico do INSS em petição ao supracitado processo, evitando assim a responsabilização por pagamentos indevidos, caso ocorram, em virtude de eventual não acompanhamento da execução do referido processo pela PFE/INSS.

**7.1.2.7 INFORMAÇÃO: (100)**

As fiscalizações realizadas nos municípios por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos da CGU na área de Previdência Social objetivam a verificação da regularidade dos pagamentos de benefícios previdenciários a idosos a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento; das informações de óbitos pelos Cartórios ao INSS; e o tempestivo registro dessas informações pelo INSS.

As fiscalizações abrangem o programa "Previdência Social Básica", onde as principais constatações evidenciadas até o 20º Sorteio foram as seguintes: inconsistências entre dados registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório; falta de comprovação da entrega dos registros de óbito ao INSS ou entrega fora do prazo determinado em lei; dados incorretos no Sistema de Benefício; beneficiários mortos com pagamentos ativos; beneficiários falecidos e ativos no Sistema de Pagamento de Benefício; beneficiários não localizados e com pagamentos ativos; certidões de óbito não localizadas.

Os resultados consolidados e as recomendações decorrentes das ações de controle realizadas nos municípios contemplados no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos foram encaminhados ao gestor por meio de Notas Técnicas e Relatórios de Auditoria emitidos por esta CGU desde o início do programa de fiscalizações, e que nos últimos 5 (cinco) sorteios apresentaram as seguintes situações:



Evolução Relativa das Ocorrências Evidenciadas nos 16º, 17º, 18º, 19º e 20º Sorteios						
SITUAÇÕES	SORTEIOS					Média Aritmética %
	16º %	17º %	18º %	19º %	20º %	
Divergências entre os dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório.	31,43	29,27	36,58	47,5	35,29	3,01
Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ – Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório – Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBÍ.	28,57	68,30	60,97	40,0	44,12	48,39
Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ – Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório – Tem óbito no SISOBÍ e não tem no Livro C.	8,57	4,88	2,43	2,5	0,00	3,68
O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS.	25,71	12,20	12,19	15,0	2,94	13,61
Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.	11,42	4,88	19,41	15,0	2,94	10,73
Total de municípios que apresentaram inconsistências/divergências da gestão dos Cartórios/Agências do INSS.	62,85	78,05	80,48	70,0	79,41	74,16

Conforme mencionado anteriormente, as constatações foram relatadas por ocasião dos trabalhos realizados nos municípios contemplados nas 3ª a 20ª etapas dos Sorteios públicos realizados por esta CGU, cujos Relatórios de Auditorias e Notas Técnicas foram encaminhados ao gestor para conhecimento e adoção de providências. Dessa forma, as recomendações, respostas do gestor e respectivas avaliações desta equipe de auditoria, estão descritas a seguir:

Recomendação:

a) Implemente as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/SFC nº 134769/2003, e das Notas Técnicas/DSPAS/SFC dos Sorteios Públicos dos Cartórios, referentes aos anos de 2003 a 2006, encaminhando a esta SFC o cronograma das providências que serão adotadas;

Resposta: O gestor informou que foi expedido o Memorando-Circular nº 54 INSS/DIRBEN, de 20/09/2006, reforçando as orientações internas existentes sobre o assunto recomendado.

Análise da justificativa: Recomendação parcialmente atendida, devendo o INSS encaminhar o Memorando-Circular nº 54/2006/DIRBEN/INSS, bem como o cronograma das providências a serem adotadas.

Recomendação:

b) Que a área de benefício proceda a monitoramento sistemático dos registros de óbitos no Sistema SISOBÍ, visando verificar a regularidade do envio das informações de óbitos pelos Cartórios, bem como a qualidade das mesmas;

Resposta: O gestor esclareceu que as Gerências-Executivas, em atendimento ao contido no Memorando-Circular nº 54/INSS/DIRBEN, de 20/09/2006, estão encaminhando Ofício à Delegacia da Receita Previdenciária, bem como à Corregedoria-Geral de Justiça, contendo a relação dos Cartórios devedores.

Análise da justificativa: Recomendação parcialmente atendida, devendo o INSS proceder ao monitoramento dos registros de óbitos no SISOBÍ, de forma a certificar a regularidade e qualidade das informações.

Recomendação:

c) Que a Diretoria de Benefícios adote procedimento de encaminhar sistematicamente à Diretoria de Receitas da Previdência a relação dos

Cartórios que não enviam ao INSS as informações dos óbitos ocorridos, para que esta adote os procedimentos determinados pela Lei nº 8.212/91 e alterações posteriores;

Resposta: O gestor encaminhou os Ofícios nº 109/DIRBEN/INSS, de 21/06/2006 e nº 163/DIRBEN/INSS, de 25/09/2006, à Secretaria da Receita Previdenciária, com relação dos cartórios devedores de informações de óbitos, nos períodos de janeiro a agosto/2006.

Análise da justificativa: Recomendação atendida.

Recomendação:

d) Crie e passe a registrar nos seus sistemas recibo/comprovante de envio das informações de óbitos pelos Cartórios, visando aprimorar os mecanismos de controle e resguardar os envolvidos (Cartórios e Agências do INSS) das ações de penalidades futuras;

Resposta: O gestor informou que já existe recibo/comprovante de encaminhamento das informações de óbitos pelos cartórios para o INSS, conforme descrição abaixo:

- os cartórios efetuam a transmissão por meio da Internet, os mesmos retiram o recibo definitivo que comprava o envio dos dados, por mês de lavratura dos óbitos, utilizando a opção "Gerar Recibo Mensal" do SISOBINET versão cartório;

- os cartórios que enviam os dados de óbitos por meio de disquete ou formulário, a Gerência-Executiva retira o recibo definitivo por mês de lavratura dos óbitos, utilizando a opção "Gerar Recibo Mensal" do SISOBINET versão INSS, e encaminha/entrega ao cartório.

Análise da justificativa: Recomendação atendida.

Recomendações:

e) Adote providências para regularizar os pagamentos de benefícios pagos indevidamente, conforme os procedimentos determinados pela Instrução Normativa INSS/DC nº 118, de 14.04.2005; e

f) Encaminhe a esta SFC justificativas pela ausência de informações relativas aos pagamentos indevidos de benefícios após o óbito dos beneficiários e, se for o caso, apurar responsabilidades pela omissão.

Respostas: Com referência às recomendações "e" e "f", o gestor informou que foi encaminhado à CGU relatório dos benefícios apontados como pagos indevidamente, contendo as informações do gestor sobre as providências que estão sendo adotadas para atender as recomendações baixadas em atendimento ao Plano de Providências.

Análise da justificativa: Com relação as recomendações em referência, o assunto permanece pendente e foi abordado em item específico deste Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

Verifica-se que, em relação à Nota Técnica nº 2.158/2006, foram atendidas as recomendações constantes das alíneas "c" e "d", devendo o gestor providenciar a regularização das pendências relativas às alíneas "a", "b", "e" e "f".

Ainda por intermédio do Ofício nº 150/INSS/PRES, de 15/02/2007, o gestor apresentou informações sobre os relatórios trabalhados município a município pelas Gerências-Executivas e pelo Grupo de Trabalho constituído pela Diretoria de Benefícios, referentes às constatações apontadas nos relatórios de fiscalização contemplados na 3ª a 19ª etapas do Sorteio Público, onde se verifica que do total de 791 relatórios encaminhados pela CGU, já foram concluídos 361, restando 430 relatórios a concluir.

De acordo com o gestor, com a realização da 2ª etapa do Censo Previdenciário no período de março de 2006 a julho de 2007, e a atualização dos dados cadastrais dos beneficiários no Sistema Único de Benefícios, as inconsistências apontadas serão reduzidas. Em documento de 12/02/2007, a Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios, informa, ainda, que "as inconsistências/divergências pontuais relativas

ao 20º Sorteio serão objeto de avaliação pelas Gerências-Executivas, e os resultados serão consolidados e encaminhados à CGU".

As constatações efetuadas demonstram falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBÍ, falhas no monitoramento das informações enviadas pelos Cartórios (quantitativas e qualitativas), bem como na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91.

Conforme já relatado por esta CGU, as inconsistências apontadas afetam diretamente a gestão dos Cartórios e das Agências do INSS no processo de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, comprometendo a eficácia do Programa de Previdência Social Básica, e gerando prejuízos aos cofres da Previdência. As providências adotadas pelo gestor para regularização das falhas constatadas estão relacionadas aos resultados dos trabalhos que ainda estão sendo desenvolvidos, razão pela qual as recomendações continuam sendo reiteradas.

## **7.2 SUBÁREA - CONTROLES INTERNOS**

### **7.2.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

#### **7.2.1.1 INFORMAÇÃO: (054)**

Com objetivo de verificar as providências adotadas e os resultados obtidos em relação aos itens constantes do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT/2007, referentes à Área de Pessoal, foram solicitadas ao gestor informações quanto aos itens relacionados a seguir:

- a) Formalização processual com ausência de documentos essenciais para análise do direito à aposentadoria e pensão;
- b) Mapa de Tempo de Serviço gerado sem as respectivas codificações registradas nos controles de frequência ou sem o cômputo do período que compreende o efetivo exercício e a publicação da aposentadoria;
- c) Portaria concessória com o enquadramento divergente daquele em que foram adquiridas pelos servidores as condições à inatividade;
- d) Acertos financeiros provenientes da transição entre as situações de ativo para inativo ou de ativo para instituidor, gerando ressarcimento ao erário, por Guia de Recolhimento à União ou desconto em folha de pagamento, e quando da situação inversa, a restituição processada posteriormente;
- e) Riscos inerentes à inexistência de revisões no processamento de gratificações, adicionais e vantagens, que possibilitaram implantação em Folha de Pagamento de valores não compatíveis com os devidos aos servidores;
- f) Proventos e pensões em desacordo com as instruções vigentes, considerando que o cálculo não foi efetuado pela média aritmética para as concessões após a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03;
- g) Processos concessórios de aposentadorias e pensões sem o devido cadastramento no Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão - SISAC; e
- h) Inconsistência nas informações registradas na base de dados do Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE, módulo "Cadastro", relativas aos dados funcionais - inativos/instituidores de pensão.

Em relação aos itens "a" a "h", referentes às disfunções encontradas nos processos de concessão de aposentadorias e pensões, o gestor informou que foi encaminhado, em 03.05.2007, o Memorando Circular nº 17/INSS/DRH/CGARH, às Unidades de Recursos Humanos das Gerências-Executivas do INSS, orientando sobre o assunto.

O gestor informou, ainda, que teve início no ano de 2006 a elaboração de um projeto de treinamento envolvendo as diversas atividades da Área de

Administração de Recursos Humanos para capacitar os servidores das Unidades Descentralizadas do INSS. Entretanto, em razão da redução de recursos, conforme Decreto nº 5.780, de 19.05.2006, somente foi possível realizar no período de 22.10.2006 a 28.10.2006, na Gerência Executiva de São Paulo/SP, a capacitação das Equipes de Administração de Recursos Humanos em que o deslocamento fosse terrestre, e que no momento, encontra-se em andamento na Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGARH, em âmbito nacional, novo projeto de capacitação com previsão de início para junho/2007.

Diante das informações prestadas pelo gestor, verifica-se que o mesmo tomou providências no sentido de encaminhar às Unidades de Recursos Humanos das Gerências-Executivas as recomendações que devem ser atendidas quanto às disfunções apontadas.

Ressalte-se que os referidos problemas relacionam-se com a falta de treinamentos que envolvem a aplicação prática dos dispositivos legais, a utilização dos sistemas informatizados e o aperfeiçoamento das rotinas atinentes à área de recursos humanos, o que indica a necessidade da promoção de ações regulares de capacitação que venham a contribuir para a solução dos problemas apontados.

#### **7.2.1.2 INFORMAÇÃO: (080)**

Verifica-se que a Auditoria-Geral do INSS apresentou, na Prestação de Contas do INSS do exercício sob exame, no Relatório de Gestão, em seu Parecer de Auditoria, as informações determinadas pelo TCU, conforme Decisão Normativa TCU nº 81/2006, referente aos controles internos administrativos da unidade; regularidade de processos licitatórios; gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento; cumprimento de suas recomendações no âmbito da Unidade; cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Órgão de Controle Interno; e o Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período, com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

No que se refere ao desenvolvimento das atividades da Auditoria Interna em consonância com o planejamento estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, às ações executadas no decorrer do exercício e às principais constatações, foi verificado o que segue.

##### **CUMPRIMENTO DO PAINT/2006**

A Auditoria Interna do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS tem como atividade principal a avaliação da efetividade da execução dos programas de governo e o desempenho das áreas meio e fim da autarquia, em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para as mesmas. Foi promovida a readequação da estrutura organizacional da Auditoria, com a criação das Regionais no Rio de Janeiro, Salvador e Manaus, por meio do Decreto nº 5.870, de 08/08/2006, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do INSS.

Em cumprimento ao que determinam as Instruções Normativas/CGU nºs 07, de 29.12.2006, e 01, de 03.01.2007, que estabelecem, respectivamente, normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas e, conteúdo do Plano e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, o INSS apresentou o citado Relatório para exame e avaliação desta equipe de auditoria.

Quanto à elaboração e apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIINT, verificou-se sua compatibilidade e adequação ao que determinam as Instruções da CGU acima mencionadas.

Foi verificado que constam do RAINT do exercício de 2006 os resultados obtidos em conformidade com o planejamento estabelecido no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, indicando, ainda, as ações planejadas e não executadas no exercício.

Cabe ressaltar que, para o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer do exercício de 2006, a força de trabalho foi composta de 321 (trezentos e vinte e um) servidores lotados na Auditoria Geral e suas projeções.

#### PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS

##### A) ÁREA DE BENEFÍCIOS

As Ações de Auditoria Ordinárias concluídas no exercício de 2006, num total de 10 (dez), trataram dos seguintes Programas de Auditoria: Hanseníase, Batimento CNISVR X CADPF X SARCI X HIPNET, Benefícios por Incapacidade - CID F, COMPREV - Compensação Previdenciária, Batimento DII X DIC (Data do Início da Incapacidade/Data do Início da Contribuição), Benefícios Concedidos com código de Despacho 03 (recursal) ou 04 (judicial), PAB - Pagamento Alternativo de Benefício, Benefícios Reativados, Crédito e Recebimento Após Óbito e MAGER - RJ.

Em relação às Ações de Auditoria Extraordinárias, foram desenvolvidas 18 (dezoito), que abrangeram desde a apuração de denúncias oriundas de órgãos externos até a verificação da gestão das atividades médico-periciais, incluindo, ainda, auditorias em benefícios por incapacidade das espécies 31 - Auxílio-Doença Previdenciário e 91 - Auxílio-Doença Acidentário, benefícios assistenciais (LOAS), espécies 87 e 88, além de Pagamentos Alternativo de Benefícios - PAB, a saber:

- 05 Ações na Auditoria Regional em Belo Horizonte;
- 03 Ações na Auditoria Regional em Brasília;
- 02 Ações na Auditoria Regional em Florianópolis;
- 03 Ações na Auditoria Regional em Recife;
- 01 Ação na Auditoria Regional no Rio de Janeiro;
- 03 Ações na Auditoria Regional em Salvador;
- 01 Ação na Auditoria Regional em São Paulo.

Quanto às Ações de Auditoria de Risco Local, após levantamento dos riscos pelas Auditorias Regionais, foram desenvolvidas 56 (cinquenta e seis), abrangendo diversos grupos de espécies de benefícios, como Pensões, Aposentadorias e Assistenciais (LOAS), benefícios de Salário-Maternidade, PAB - Pagamento Alternativo de Benefícios, Benefícios Reativados, Análise e Controle das Conclusões Médico-Periciais em Auxílio-Doença e Pedido de Reconsideração, Protocolo de Benefícios, Abono de Permanência em Serviço e Renda Mensal acima do teto, além de algumas denúncias, envolvendo servidores, da seguinte forma:

- 08 Ações na Auditoria Regional em Brasília;
- 16 Ações na Auditoria Regional em Florianópolis;
- 26 Ações na Auditoria Regional em Recife;
- 06 Ações na Auditoria Regional em São Paulo.

Serão detalhadas a seguir as principais ações de auditoria realizadas no exercício de 2006 na Área de Benefícios, e respectivos resultados:

##### 1) Hanseníase

Foram verificados nessa ação 341 (trezentos e quarenta e um) Benefícios por incapacidade (CID A-30) mantidos em fevereiro de 2004, com renda mensal igual ou superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais), sendo constatada concessão indevida de benefícios. Foi recomendado o batimento dos benefícios com o sistema SINAN/MS e a revisão dos mesmos.

##### 2) Batimento CNISVR X CADPF X SARCI X HIPNET

Essa ação teve por objeto 138 processos de benefícios, onde foi constatada a falta de utilização do aplicativo CNISVR devido a fatores estruturais e tecnológicos, sendo recomendada a desativação automática dos Sistemas de Benefícios (PRISMA) quando da implantação dos Sistemas

CNISVR e HIPNET e, nas unidades onde os sistemas já estão instalados, possibilitar a segregação de funções, para que os acertos sejam feitos por diversos servidores. Foi recomendado, ainda, gestões junto à DATAPREV e ao MPS para implantação dos sistemas em todas as Agências da Previdência Social.

3) Benefícios por Incapacidade - CID F.

Foram analisados nessa ação 41 (quarenta e um) benefícios por incapacidade das espécies 31 (Auxílio-Doença Previdenciário) e 32 (Aposentadoria por Invalidez Previdenciária), mantidos pela Previdência Social em março de 2004, devido aos gastos elevados e às inconsistências nos diagnósticos. Foi recomendada a elaboração de plano de capacitação para o corpo de peritos do INSS.

4) COMPREV - Compensação Previdenciária

Foram examinados nessa ação 211 processos de compensações previdenciárias, com data de ativação de 06/2002 a 06/2003, e Certidões de Tempo de Contribuição, emitidas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, para aposentadorias concedidas em 2003 pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Foi constatada a ausência de treinamentos, inobservância dos atos normativos/legislação relacionados, ausência de controles no âmbito das Gerências Executivas e APS, disparidade nos valores compensados entre RGPS e os RPPS, e inexistência de módulo de revisão no Sistema COMPREV. Dessa forma, foi recomendada a inclusão da legislação e histórico de alterações dos RPPS no Cadastro dos Regimes Próprios de Previdência Social, realização de ações junto à DATAPREV para a melhoria do sistema, e criação de módulo de revisão e de relatório para melhoria dos controles.

5) Batimento DII x DIC (Data do Início da Incapacidade/Início da Contribuição)

Foram analisados 91 benefícios por incapacidade das espécies 31 (Auxílio-Doença Previdenciário) e 32 (Aposentadoria por Invalidez Previdenciária), concedidos em 2004. Foi constatado erro na fixação da DII (40,7%) e não reconhecimento de incapacidade preexistente (39,6%) por parte dos médicos-peritos, e aplicação incorreta das regras de concessão em 11% dos benefícios. Foi recomendada a criação de mecanismos de revisão dos critérios de fixação da DII e de homologação da isenção de carência, e reciclagem/treinamento de peritos.

6) Benefícios concedidos com código de despacho 03 ou 04

Essa ação teve por objeto 95 benefícios concedidos no ano de 2004, com código de despacho 03 (concessão em fase recursal) ou 04 (concessão decorrente de ação judicial). Foi constatada a utilização inadequada de códigos de despacho, processos concedidos com informações inexistentes ou incompletas, e verificação da regularidade do processo concessório por meio de peças judiciais. Foi recomendado promover adequação do sistema SABI, e cruzamento/batimento de informações das Juntas/Câmaras de Julgamento da Previdência e da Justiça.

7) PAB - Pagamento Alternativo de Benefício

Foram examinados nessa ação 98 PABs emitidos e pagos no ano de 2004, com valores acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com código de pagamento 22 (resíduo), 27 (judicial/alvará) ou 32 (especial). Foi constatada a ausência de crítica pelo sistema quando os períodos não forem exatos, ou forem inseridos dentro de outros, permitindo a emissão de PAB em duplicidade; emissão de PABs cujo imposto de renda não foi calculado; e PABs para os quais o cálculo da correção monetária não foi realizado de acordo com o estabelecido no Artigo 175 do Decreto nº 3.048/99. Foi recomendada alteração no controle de emissão de PAB; inibição do pagamento de parcelas já pagas do 13º salário; e criação de código específico para benefícios oriundos de alvarás judiciais.

8) Benefícios reativados

Foram analisados nessa ação 118 benefícios reativados no ano de 2004. Foi constatada ausência de identificação formal do segurado quando da reativação do benefício; benefícios cujo motivo da reativação não está compatível com a cessação/suspensão; reativação de benefícios com motivo inadequado; e falta de controle para reativações. Foi recomendada a criação no REATNB de código de motivo adequado aos casos em que as cessações forem devidas; criação de campo obrigatório para inclusão de número de ação judicial e vara, quando for o caso; e orientação às APS e GEX quanto à correta utilização dos motivos de reativação.

9) Crédito e recebimento após óbito

Foram examinados 61 benefícios dos 1.621 que constam da relação do Memorando-Circular nº 06 DIRBEN/CGBENEF, de 21/03/2005, e 64 benefícios dos 67.165 que constam no SISBEN/HISCREOBI - Histórico de Créditos Após Cessação, totalizando 125 benefícios. Foi constatado Desconhecimento do aplicativo HISCREOBI; ocorrência de créditos/ pagamentos de benefício após o óbito da dependente; e ocorrência de créditos/pagamentos de benefício após o óbito do segurado, inclusive com renovação de senha na agência bancária. Foi recomendado desenvolver ações no sentido de identificar o recebedor de valores indevidos após o óbito do segurado e proceder à cobrança, visando o ressarcimento desses valores; e intensificar a supervisão das Gerências-Executivas junto às APS no acompanhamento dos registros lançados no aplicativo HISCREOBI, visando buscar o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente.

10) MAGER - RJ

Foram verificados nessa ação 1.313 benefícios que ainda se encontravam ativos em diversas APS no Estado do Rio de Janeiro, de um universo de 2.854 dossiês de apuração, remanescentes de trabalhos realizados pela Auditoria-Geral em exercícios anteriores. Foram incluídos mais 07 processos de demanda judicial, totalizando, dessa forma, 1.320 processos trabalhados. Foi constatada inserção extemporânea de vínculos empregatícios no CNIS; majoração do tempo de serviço extratado no "Resumo de Tempo de Serviço", bem como a inserção de vínculos empregatícios falsos; majoração dos Salários de Contribuição informados nas "Relações dos Salários de Contribuição"; acumulação indevida de benefícios; inobservância da legislação previdenciária e de seus atos normativos; inexistência de recolhimentos no CNIS/CI; inexistência de prova material razoável, rasuras nos documentos apresentados para a prova de vínculo empregatício e dos Salários de Contribuição; e PAB efetuados indevidamente, bem como Pensões por Morte concedidas sem a devida comprovação da dependência econômica. As constatações indicam que os servidores foram os grandes facilitadores para a concessão de benefícios irregulares. Foi recomendada a suspensão de 841 benefícios, a cessação de 25 e a revisão de 75 (os valores indevidos totalizaram R\$ 138.859.919,84); e o arquivamento de 118 processos considerados regulares.

Segundo o gestor, as ações relativas aos programas de abrangência nacional foram realizadas de forma padronizada, utilizando planos de trabalhos específicos. As ações extraordinárias ou de Riscos Locais foram planejadas pelas Auditorias Regionais, com a elaboração de Planos de Trabalho/Metodologias próprios e validados pela Auditoria- Geral.

O gestor informou, ainda, que as ações de auditoria foram programadas de maneira a abranger os pontos que representavam maiores índices de probabilidade e impacto da ocorrência na operacionalização, induzindo aos prejuízos de natureza financeira ou riscos de imagem institucional, tendo

como objetivos verificar os pressupostos de legalidade, eficácia e eficiência, e avaliar a qualidade dos controles internos instituídos. Dos trabalhos apresentados, verifica-se que as ações de auditoria extraordinárias tiveram como base o que foi planejado no PAINT/2006, as denúncias, e a verificação da adequação das atividades desenvolvidas pelos servidores do INSS. Porém, observa-se que as ações envolveram gestões anteriores ao exercício de 2006. As ações de auditoria de risco local foram realizadas após levantamento dos riscos pelas auditorias regionais, e outras foram objeto de denúncias envolvendo servidores. Para as ações ordinárias, que incluem as de risco local, e que correspondem 93,37% de todas as ações realizadas, as amostras foram selecionadas aleatoriamente.

Foi constatado que algumas ações em benefícios não foram concluídas, como: qualidade técnica do trabalho médico-pericial e administrativo no SAB; pensão desdobrada; revisão de benefícios por determinação judicial; e pagamento alternativo de benefícios. Encontram-se em andamento ações de outras áreas, com reflexo na área de benefícios, como verificação do sistema SABI e processo de concessão e habilitação de benefícios. A ação voltada para elaboração de controle sobre fraudes/irregularidades não foi realizada, apresentando como justificativa a necessidade de aquisição do software ACL.

Na ação Crédito e Recebimento após o Óbito, oriunda de demandas provocadas pelos órgãos de controle interno e externo, verificou-se que a amostra não foi significativa se comparada ao número de benefícios relacionados nessas demandas.

De uma maneira geral na área de Benefício, verifica-se a necessidade da atuação da auditoria em atos e fatos mais próximos do exercício que está sendo auditado, de forma a realizar trabalhos que sejam mais focados para a prevenção.

#### B) ÁREA DE GESTÃO INTERNA

Os programas de auditoria nessa área tiveram como foco os macro-processos relativos às Gestões: Contratos de Prestação de Serviços Continuados; Patrimônio Imobiliário - Imóveis Não Operacionais, de Aposentarias e Pensões, Orçamentária, Financeira e Contábil e Materiais Permanente e de Consumo. Foram realizadas as seguintes ações:

##### 1) SERVIÇOS CONTINUADOS/SERVIÇOS E AQUISIÇÕES POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Foram selecionados 204 (duzentos e quatro) processos referentes aos Contratos de Prestação Continuada, totalizando 40 (quarenta) Gerências Executivas, e 165 (cento e sessenta e cinco) relativos às contratações/aquisições por Dispensa/Inexigibilidade de Licitação, em 74 (setenta e quatro) Gerências Executivas, verificando do Planejamento da Licitação até a Liquidação da despesa. Foram constatadas deficiências quanto à formalização, assinatura dos contratos, pagamentos, fiscalização da execução e repactuações.

##### 2) PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO/IMÓVEIS NÃO OPERACIONAIS

Os trabalhos foram desenvolvidos em 25 (vinte e cinco) Gerências Executivas, totalizando 175 (cento e setenta e cinco) imóveis. Foi constatada ausência de documentações relativas aos imóveis; ausência de vistorias e de segurança nos imóveis desocupados; ocupações indevidas; ausência da comprovação de pagamentos de taxas e impostos; ações judiciais sem acompanhamento; descumprimento de decisões judiciais; e irregularidade dos registros contábeis. Foi recomendada implantação de sistema informatizado; implantação de rotinas de supervisão; estruturação de atividades; e eventos de capacitação.

##### 3) MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO

Foram analisados processos formalizados nos exercícios de 2004 e 2005, abordando desde o planejamento das aquisições até a movimentação entre as



Unidades. Foram desenvolvidas 15 ações de auditoria, com os seguintes resultados: ausência de comprovação da regularidade fiscal; ausência de registro de entrada de material no sistema CMC; utilização indevida da modalidade pregão; e deficiência no acompanhamento e fiscalização dos contratos. Foi recomendado treinamento para os servidores da área e planejamento com antecedência.

#### 4) ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Foi verificado o rol de responsáveis das Unidades Gestoras e a contabilização de 50% das Gerências Executivas. Foi constatado rol de responsáveis desatualizado; incompatibilidade de saldos no SIAFI; classificação contábil em desacordo com o Plano de Contas; pagamento de acréscimos moratórios; e registros sem a respectiva baixa contábil.

#### 5) RECURSOS HUMANOS

Constituição de Grupo de Trabalho para levantamento dos processos da área de recursos humanos, para identificação dos riscos, objetivando a realização de ações de monitoramento a serem incluídas no planejamento de auditorias em 2007. Cabe ressaltar que as ações Parcelas Variáveis da Folha de Pagamento e auditoria na GEAP foram transferidas para o exercício de 2007.

Não obstante a realização de ações em outras áreas, como sistemas e projetos, a exemplo do Sistema de Informações Gerenciais - SIGPlan e da auditoria na Conta do Grupo Receitas, ainda estão em andamento ações referentes aos sistemas SABÍ e ADMPER; contas de e-mail; processo de concessão e habilitação de benefícios; e contratação de serviços de terceiros no 0800, que são representativas na verificação do desenvolvimento e acompanhamento das atividades do Instituto.

Embora previstas, não foram realizadas ações relativas à elaboração de controle sobre fraudes/irregularidades e ao programa gestão do atendimento. Das 3.662 recomendações decorrentes das ações de auditoria realizadas, foram implementadas 752.

No que se refere à não realização de auditorias programadas no PAINT, o gestor apresentou como justificativas as restrições orçamentárias no exercício de 2006; deficiências estruturais e de recursos humanos; ausência de capacitação; ausência de equipamentos de informática; dificuldades na aquisição de softwares e sistemas informatizados; necessidade de pessoal e de capacitação dos servidores; entre outras. O gestor informou, ainda, que vem adotando providências para solucionar os problemas existentes, inclusive com a readequação das ações planejadas e adequação dos Planos de Trabalho.